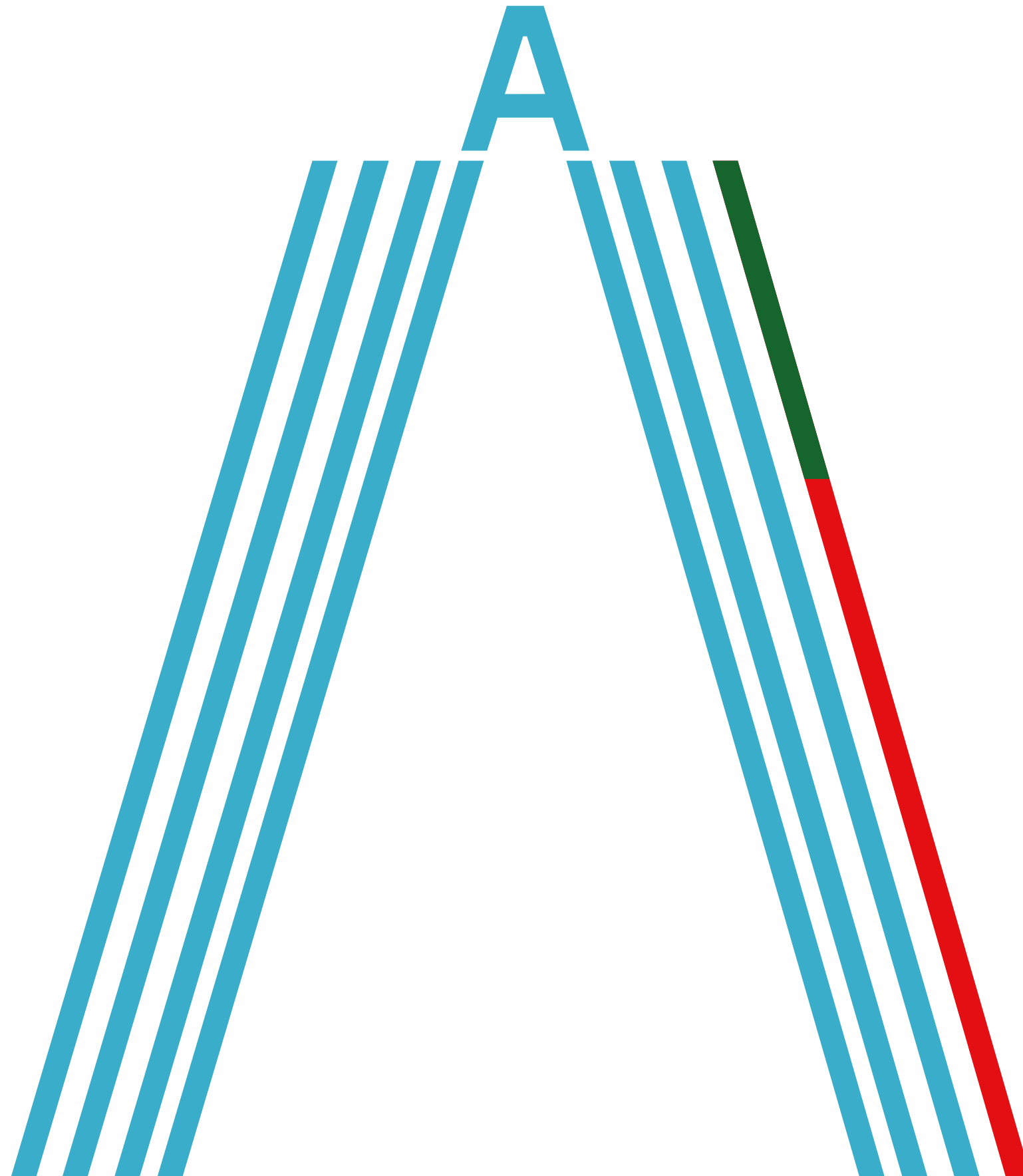


Alimental

Anuário do Sector
Agroalimentar de
Portugal 2024



Alimental

Anuário do Sector
Agroalimentar de
Portugal 2024

A *Alimental* agradece a participação de todos os convidados e a disponibilização de informação por parte das seguintes Entidades:

- APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- FENAREG – Federação Nacional de Regantes de Portugal
- FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal
- GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- Plataforma Florestas.pt

Anuário do Sector Agroalimentar de Portugal

Uma iniciativa de
Caja Rural del Sur

Conteúdos
António Corrêa Nunes

Entrevistas, edição e revisão
Marta Mimoso
Luís Neves

Coordenação
Estúdio de Comunicação

Copyright
Os autores, 2024

Fotografia
Rafael G. Antunes

Maquetização e design
GoodMonday

Impressão
Egondi Artes Gráficas

Edição
Primeira edição, novembro de 2024

Depósito legal
540203/24

Índice

Introdução

José Luis García-Palacios Álvarez Presidente da Caja Rural del Sur e da Fundação Caja Rural	10
José Manuel Fernandes Ministro da Agricultura e Pescas	12

1- Sector Agrícola 16

Introdução	18
Cereais, Oleaginosas e Leguminosas	24
Hortícolas	34
Frutos de Casca Rija	44
Pequenos Frutos	52
Frutos Subtropicais	58
Outros Frutos	66
Azeitona e Azeite	74
Uva e Vinho	82

2- Sector da Água 94

Introdução	96
O Regadio em Portugal	110

3- Sector Pecuário 120

Introdução	122
Carne	130
Leite e Derivados	140
Ovos	148
Mel	156

4- Setor Florestal 162

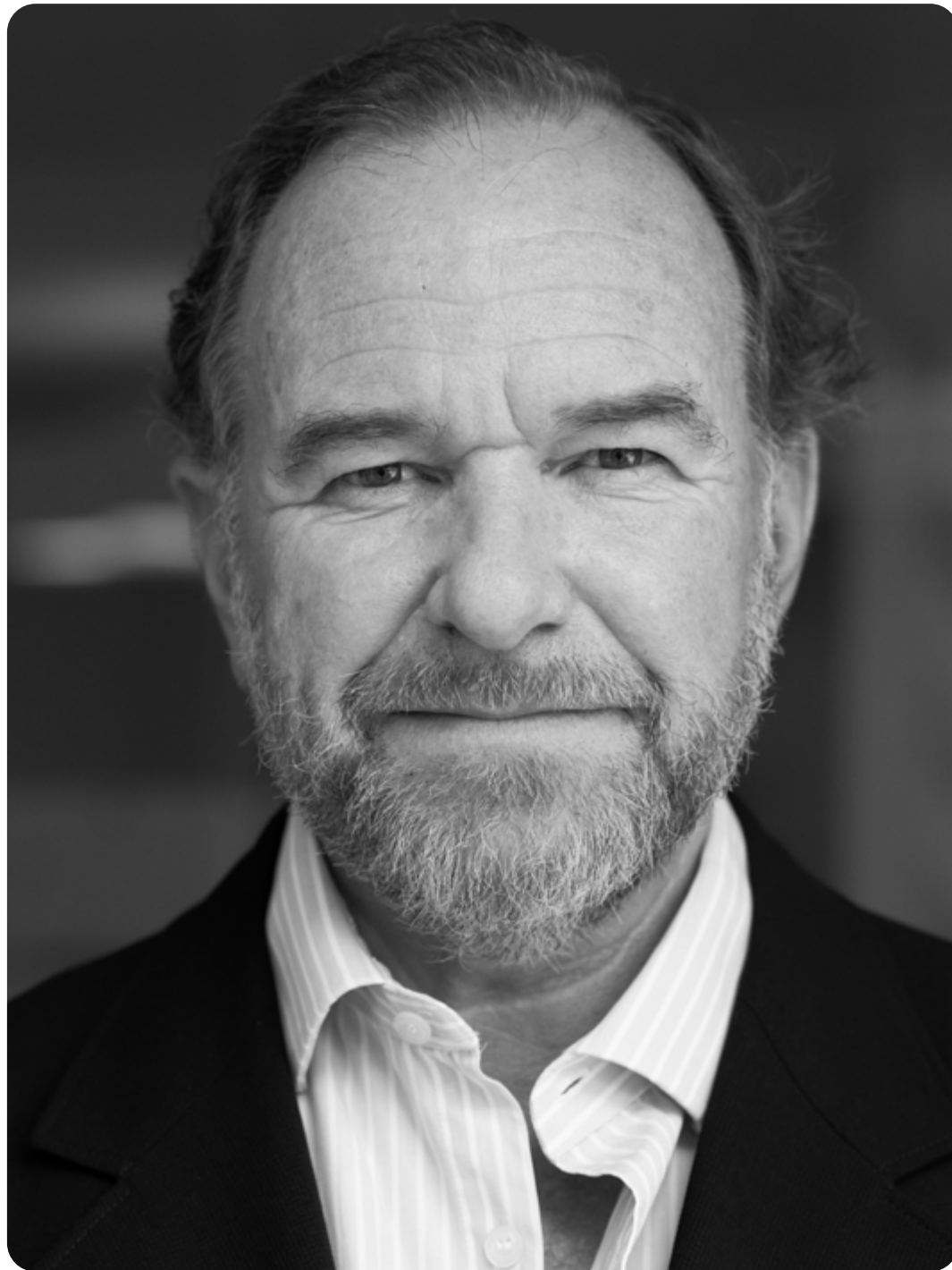
Introdução	164
Superfície Florestal	174
Produção de Cortiça	177
Produção de Resina, Madeira e Biomassa	179
Caça	181
Incêndios	182

5- Sector Pesqueiro 184

Introdução	186
Pesca	196
Aquicultura e Salicultura	200
Indústria Transformadora e Comércio Internacional	202

6- Indústrias Agroalimentares e Impacto Económico dos Sectores 210

Introdução	212
Indústrias Agroalimentares	218
Impacto Económico dos Sectores	223



JOSÉ LUIS GARCÍA-PALACIOS ÁLVAREZ
 Presidente da Caja Rural del Sur e da sua Fundação

Alimental Portugal

Queremos transmitir a toda a sociedade amiga de Portugal o nosso compromisso com o desenvolvimento e entendemos que, para tal, devemos levar a cabo diversas ações. Sem dúvida, uma delas é ter consciência e orgulho por fazer parte de um sector absolutamente estratégico para toda a sociedade, o único que pode garantir o abastecimento de alimentos saudáveis, sustentáveis, seguros e com qualidade. Este não é outro senão o nosso sector agrícola, agroalimentar ou agroindustrial, chamem-no como melhor entenderem, não há outro mais transversal nem mais importante para toda a população portuguesa.

Os nossos esforços dirigem-se com determinação para esse objetivo, impulsionando a economia rural, industrial e alimentar, em que homens e mulheres trabalham dia-a-dia para assegurar o desenvolvimento adequado às necessidades do País. É neste contexto que fixamos e determinamos objetivos, que são muito mais do que os que se poderiam esperar de uma entidade financeira. Os nossos objetivos focam-se sobretudo na formação, na I+D+i, no fomento do associativismo empresarial, assim como em reforçar a colaboração entre todos os atores: do agricultor ao pescador, das cooperativas e empresas agrícolas, às indústrias transformadoras, às empresas de logística e às cadeias de distribuição. É em todos estes argumentos que se baseia a nossa iniciativa, para desta forma prestar humilde homenagem a todos os que fazem parte deste universo agrário; conseguir a motivação para continuar a melhorar a cada dia, com tenacidade e constância, procurando e delineando fórmulas que nos façam avançar. Por estos motivos, editamos ALIMENTAL, com a determinação sincera de trabalhar em conjunto para despertar o interesse dos nossos governos, bem como dos nossos jovens: que lhes suscite suficiente curiosidade para considerarem o setor como uma boa alternativa profissional.

Para aqueles de nós que vivemos e sentimos tudo o que este livro contém, vale a pena parar um momento e contemplar a imensidão do mar, o aroma da terra húmida, a dança das azinheiras à passagem da brisa, o sussurro das vides que, zelosas, guardam o sumo que se santifica; e, entendido o processo e as sus incontáveis sinergias, entender que a tecnologia e o conhecimento são postos à disposição do fruto de tantos esforços, dedicados a conceder ao mundo a oportunidade de satisfazer necessidades absolutamente vitais para as pessoas, como é o caso da alimentação.

É isto que ALIMENTAL pretende: suscitar orgulho nos profissionais do campo e do mar, das fábricas e dos lagares, das adegas e dos secadores, para que sintamos a responsabilidade e a honra que significa sermos produtores dos melhores alimentos.

Na Caja Rural del Sur é motivo de orgulho fazer parte desta grande família e no nosso compromisso está gravado o nosso apoio, sem outro interesse que não o de continuar a crescer em conjunto e alcançar as metas que definirmos para nós mesmos.

Tal como escreveu o célebre Fernando Pessoa (Ricardo Reis), “Sê todo em cada coisa. Põe quanto és / No mínimo que fazes”. Assumindo como mote este pensamento, poderemos alcançar juntos tudo aquilo a que nos proponhamos, dando cada um o melhor de si mesmo.

Muito obrigado pela vossa dedicação.



JOSÉ MANUEL FERNANDES
Ministro da Agricultura e Pescas

O Papel do Setor Agro-Florestal e das Pescas no Futuro de Portugal

A agricultura, as pescas e as florestas são estratégicas para Portugal. Como tal, há o objetivo claro de reduzir o défice da balança comercial no complexo agro-florestal e das pescas, que é superior a 3600 milhões de euros.

Este setor significa e implica economia, competitividade, coesão, sustentabilidade, indústria, investigação e inovação, robótica e inteligência artificial, educação e formação profissional. Exige, por isso, uma visão abrangente e transversal que já estamos a concretizar.

A agricultura e as pescas são cruciais para a segurança alimentar, o que significa, desde logo, “comida no prato”, mas também defesa face aos conflitos e guerras que existem neste momento.

Vamos melhorar o rendimento dos nossos produtores e apoiar a renovação geracional. Duas condições imprescindíveis para preconizar o objetivo da redução do défice da balança comercial acima referido.

Com base neste entendimento do setor agro-florestal e das pescas, considerámos necessário dotar o Orçamento do Estado para 2025 e anos seguintes de verbas adicionais para atingir estes objetivos. Aprovámos, por isso, até 2029, um reforço anual de 60 milhões de euros, precisamente para garantir o aumento do rendimento do agricultor e apoiar a renovação geracional.

Este ano, pagaremos cerca de mil milhões de euros de apoio para os nossos agricultores, distribuídos por diferentes áreas de atividade. Para além do rendimento, importa assegurar dois elementos essenciais para os produtores e pescadores - a estabilidade e a confiança. Por exemplo, a estabilidade e a simplificação das regras e dos procedimentos constam das ações aprovadas e em curso.

Os nossos agricultores produzem alimentos de enorme qualidade a preços acessíveis e no respeito de elevados padrões ambientais. Adicionalmente, fornecem bens públicos, sendo muitas vezes autênticos escultores das paisagens de que desfrutamos. É, por isso, nossa obrigação apoiar e valorizar esta dedicação, sempre com o foco no futuro de uma agricultura mais moderna e competitiva. A internet, a inteligência artificial e a agricultura de precisão são essenciais para este desiderato.

O setor das pescas e agro-florestal enfrenta o desafio das alterações climáticas com fenómenos meteorológicos extremos e o surgimento de novas pragas e doenças. A aposta na investigação europeia e à escala nacional tem de ser reforçada. Para além disso, o orçamento europeu deveria disponibilizar uma garantia para viabilizar a existência de seguros nacionais, acessíveis e eficazes.

Esta publicação debruça-se sobre seis áreas que compõem a nossa agricultura - o setor agrícola, o setor da água; o setor pecuário; o setor florestal; o setor pesqueiro; a indústria agroalimentar; e o impacto económico dos setores.

Não podemos separá-los ou pensar isoladamente em cada um deles.

Nós temos uma visão transversal e de complementaridade da agricultura.

O setor agrícola em Portugal é uma base fundamental da economia rural, é gerador de emprego, garante a preservação de paisagens naturais e culturais e dá um forte contributo para a segurança do abastecimento alimentar do nosso país. Culturas como a Vinha e o Vinho, o Olival e o Azeite, Frutas e Hortícolas, são exemplos de capacidade estratégica, de dinâmica de investimento económico, e também de inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.

A gestão eficiente dos recursos hídricos é vital para Portugal. Envolve o abastecimento e a gestão dos recursos para o consumo humano, industrial e agrícola, com atenção especial às práticas de regadio. A estratégia “Água que Une” demonstra a prioridade que queremos dar a este setor. Com um cronograma de investimentos, a partir de 2025, vamos criar uma rede interligada que permitirá a Portugal finalmente gerir, armazenar e distribuir água de forma eficiente, assegurando a segurança alimentar e a coesão territorial. Proteger, reforçar e valorizar os recursos hídricos é assegurar o futuro da nossa agricultura e valorizar o nosso país.

A pecuária portuguesa inclui a produção de bovinos, suínos, ovinos e caprinos e aves, desempenhando um papel significativo na nossa economia. Um setor bem distribuído pelo país. A produção pecuária não só contribui para a economia com a venda de carne, laticínios, e ovos, mas também para a exportação de derivados, especialmente para mercados europeus.

O setor florestal é de enorme importância para a economia portuguesa, especialmente através da produção de cortiça, madeira e papel. Portugal é o maior exportador mundial de produtos de cortiça, e um exemplo de um sistema agro-silvo-pastoril de elevado valor ambiental. As florestas portuguesas cobrem cerca de 36% do território e são fundamentais para a proteção da biodiversidade e a preservação do solo. Por isso, estamos a trabalhar num Pacto para a Floresta. Queremos unir o país em torno de soluções sustentáveis para todos. Mas não só. O Fundo Ambiental, por exemplo, vai apoiar com 30 milhões de euros um programa plurianual para diminuir carga combustível, através da pecuária extensiva - proteger a floresta - e evitar a emissão de dióxido de carbono que deriva dos incêndios, com um enfoque espacial para as áreas de baldio.

Portugal possui também uma forte tradição pesqueira e uma das maiores taxas de consumo de peixe per capita da Europa. A pesca de sardinha, bacalhau, atum e mariscos é crucial para a economia costeira, além de fortalecer a indústria pesqueira e a produção artesanal local.

Por fim, o setor agroalimentar português é um dos mais dinâmicos e inovadores, agregando valor à produção agrícola e pecuária nacional com produtos de alta qualidade.

Estes setores juntos representam uma parte muito significativa da economia portuguesa, com impacto direto no Produto Interno Bruto, na criação de empregos e na balança comercial. Se, por um lado, a agricultura, a pecuária, as florestas e a pesca são fundamentais para a sobrevivência das áreas rurais, a indústria agroalimentar garante valor acrescentado à matéria-prima nacional, impulsionando a exportação e contribuindo para o crescimento económico.

2025 será um ano desafiante para a agricultura em Portugal e no mundo. Um ano no qual não podemos desperdiçar um único cêntimo dos fundos à nossa disposição.

Temos recursos financeiros que a agricultura nacional não se pode dar ao luxo de perder, quer no âmbito do PRR, quer no âmbito do PT 2030.

Os instrumentos financeiros e o recurso ao financiamento bancário com taxas de juro bonificadas são essenciais para um setor agrícola e das pescas moderno e competitivo, bem como para os investimentos na área da floresta.

Contamos com todos os agricultores, produtores florestais, pescadores, com as confederações e associações que os representam para contribuírem e, connosco, valorizarem a agricultura, as florestas e as pescas do nosso país.





Sector Agrícola

Introdução	18
Cereais, Oleaginosas e Leguminosas	24
Hortícolas	34
Frutos de Casca Rija	44
Pequenos Frutos	52
Frutos Subtropicais	58
Outros Frutos	66
Azeitona e Azeite	74
Uva e Vinho	82

Introdução

O sector agrícola nacional tem, ao longo dos últimos 50 anos, sofrido importantes transformações. Recuando aos anos 70 do século passado, Portugal caracterizava-se pela sua economia fortemente agrícola, muita considerada “tradicional”, mas em áreas específicas era uma referência. Com a revolução de abril de 1974, e a reforma agrária consequente, deu-se início a um período conturbado.

Já com a entrada na Comunidade Económica Europeia (1986), e apesar duma primeira fase de forte adaptação, a realidade é que os dinheiros provenientes da Política Agrícola Comum (PAC) e o correspondente “Apoio Estatal” permitiram a concretização de investimentos estruturantes que impulsionaram a “nova agricultura”. Foi o caso do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva que transformou 150 mil hectares de sequeiro em regadio, permitindo alavancar muito investimento empresarial, replicado posteriormente em outras zonas hidroagrícolas nacionais.

A produção agrícola portuguesa representa cerca de 2% do total da União Europeia

Apesar do valor da produção agrícola portuguesa representar cerca de 2% do total da União Europeia (UE), existe hoje em Portugal uma agricultura rigorosa, competitiva, criadora de emprego, segura, exportadora, sustentável e enquadrada na estratégia europeia “do prado ao prato”. Em algumas áreas voltámos a ser referência, fruto de empresários dinâmicos e das suas equipas, muitas de uma nova geração que têm ajudado neste crescente processo de criação de valor. Da mesma forma, é importante referir que em todo o território nacional existe um conjunto de produtos de enorme qualidade e que pela sua especificidade, autenticidade, diferenciação e riqueza cultural, foram devidamente certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Salienta-se também que a atividade, como um todo, contribui enormemente para a fixação da população no interior, evitando a sua desertificação e apoiando a preservação do ambiente e dos ecossistemas.

A importância de uma estratégia agrícola nacional fez-se especialmente notar no período da COVID-19, posteriormente agravada com a conjuntura inflacionista e o conflito na Ucrânia. As necessidades de abastecimento, a instabilidade dos mercados, as dificuldades logísticas, a subida do

custo das matérias-primas e os desafios climáticos estiveram no centro da discussão pública global e na preocupação dos cidadãos. E foram momentos em que todo o sector agroalimentar não faltou “à chamada”, da produção ao retalho, cumprindo com resiliência a Missão de não faltarem alimentos nas casas dos portugueses.

Foram também, porventura, momentos em que a questão da “autossuficiência” alimentar (ou “autoaprovisionamento”) foi mais abordada. Sabemos que o nível de autossuficiência de um País está estritamente relacionado com estratégia política, área agrícola disponível, tecnologia/ inovação, hábitos de consumo e desenvolvimento económico. A UE tem, no seu conjunto, um nível elevado de autossuficiência. No entanto, Portugal é considerado moderadamente autossuficiente, sendo que em alguns sectores específicos somos extremamente deficitários. Isto merece uma reflexão e definição de uma visão pragmática e de longo prazo, passando pelo apoio a sectores estratégicos, adaptação aos novos hábitos alimentares e redução do desperdício alimentar.

As alterações climáticas são outro ponto a que os agricultores têm vindo a adaptar-se. E o ano agrícola de 2022/2023, que decorreu entre 1 de novembro de 2022 e 31 de outubro de 2023, traduz exatamente isso: em termos meteorológicos foi, na globalidade, extremamente quente e seco (um dos mais adversos de que há registo), com elevados níveis de precipitação e concentrada em alguns meses (dezembro de 2022 foi um dos mais chuvosos das últimas duas décadas).

No nosso País, 75% da água é utilizada neste sector. Sem ela não se faz agricultura competitiva e é por isso que são tão importantes as albufeiras e os perímetros de rega que levam água às explorações agrícolas. Quanto às reservas hídricas do ano em análise, podemos dizer que, de uma forma geral, foi positivo e superior ao registado no ano agrícola anterior (2021/2022). O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva começou com 67% da sua capacidade de armazenamento, tendo terminado com 72%. Já o conjunto dos restantes aproveitamentos hidroagrícolas iniciaram com 38% da sua capacidade e terminaram com 43% de água armazenada, havendo uma recuperação na sua generalidade, mas com algumas exceções identificadas neste documento.

O complexo alimentar é uma área em que a proximidade e a confiança são um imperativo. Desde o Produtor ao Consumidor, passando pelo Governante ao Técnico. Tal como em qualquer empresa ou organização, a comunicação, a agilidade, a eficiência, o conhecimento, o pragmatismo, a rapidez e o trabalho em equipa são prioridades, tanto para o funcionamento como para a definição de uma estratégia e sua implementação.

A Alimental pretende ser um contributo para este caminho.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur

Principais desafios do sector agrícola

LUÍS MIRA (SECRETÁRIO-GERAL DA CAP – CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL)

Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP é a organização de agricultores com maior representatividade em Portugal. Tem 254 associados e 80% dos agricultores portugueses estão integrados em associações ligadas à CAP.

A CAP é parceiro social e entidade de interesse público. Integra a Comissão Permanente da Concertação Social e tem 147 representações em vários ministérios e outros órgãos, desde o conselho da RTP ao Ministério da Saúde.... Tem delegação em Bruxelas, oito escritórios regionais, três centros de formação, uma sede em Lisboa e uma casa em Bruxelas.

Luís Mira, secretário-geral da CAP, é otimista em relação ao futuro da agricultura, apesar de crítico em relação aos políticos. Propõe uma alteração do sistema democrático que permita maior peso político dos territórios rurais e defende que existe mais tecnologia num tomate do que num Ferrari.

O que representa a CAP no panorama agrícola português? A CAP como confederação de cooperativas e não de agricultores tem várias funções e competências. A seguir ao 25 de abril foi determinante na estabilização da situação política pós 25 de novembro. Atualmente tem um conjunto de delegação de competências da União Europeia e do Estado português para prestar apoio aos agricultores. Mais de 50% dos pedidos anualmente realizados pelos agricultores portugueses à Política Agrícola Comum passam por nós, são feitos no âmbito das nossas funções. Ajudamos à promoção dos vinhos em mercados externos; anualmente promovemos ações na Ásia, Europa de Leste, América do Sul; damos apoio aos agricultores no âmbito do crédito. Temos 60% do capital social do CNEMA, o que nos permite organizar a Feira Nacional de Agricultura em Santarém. Temos representação no Comité Económico e Social Europeu e tentamos representar e defender os agricultores na sua vertente económica e social.

Como é que a CAP avalia o sector agrícola nacional? O sector passou um período difícil recentemente, com uma ministra que desmantelou o Ministério - uma parte para o Ambiente e outra para as CCDR, tornando-o ineficaz, e um Governo que não tinha uma visão simpática do sector. Tudo isso se refletiu numa utilização muito deficiente dos apoios europeus e um alheamento total do que foi o PRR, onde a agricultura não teve praticamente nada - o pouco que teve foi para financiar o Ministério e obras nos seus equipamentos e instalações.

Agora estamos numa fase em que os desafios a nível nacional e europeu são grandes. A agricultura está em plena transformação digital. A sustentabilidade ambiental é uma necessidade óbvia e todos os agricultores com formação reconhecem-no. Isso não se colocava há 20 ou 30 anos. Tem de se produzir alimentos e respeitar o ambiente, recorrer a todo o tipo de conhecimento científico para ajudar a fazer esta reviravolta na forma como se faz agricultura. Utilizar a tecnologia só o estritamente necessário

em termos de medicamentos a aplicar às culturas, os adubos, a forma de gerir as próprias culturas utilizando a natureza e todos os seus recursos e não a forçando com os meios que se conheciam há 30 ou 40 anos. O agricultor não fazia errado, a posteriori todos acertam no euromilhões. Mas hoje existe, nos vários domínios da agricultura, desde a pecuária às culturas, a digitalização, as máquinas têm capacidade de decisão com sensores, robótica e digitalização.

Os nossos agricultores e associações estão sensibilizados e preparados para estes desafios?

Os agricultores estão. Talvez quem esteja menos sensibilizado e menos evoluído seja o próprio Estado. Os últimos anos foram terríveis, mas agora estamos numa fase de maior abertura e vontade. Agora é preciso concretizar.

Atualmente ainda não se concretizou a reversão das direções regionais para a tutela do Ministério da Agricultura. Isso é central para que possa existir uma gestão eficiente da Política Agrícola Comum, que tem de ser feita em todo o território nacional e não por regiões. Foi apresentada como um todo a Bruxelas em 2022 e é assim que terá de chegar a 2027.

“**Existe mais tecnologia num tomate do que num Ferrari**”

O Estado não tem sensibilidade, não valoriza o sector, desconsidera o peso que tem na economia?

Não se deve falar do Estado, mas dos políticos. Tem peso na economia e um peso muito grande na gestão do território, mais de 92% do território nacional é ocupado por florestas e agricultura. Toda essa função e peso no sistema democrático português não tem correspondência e, na minha opinião, enquanto a alteração do sistema democrático não for realizada é difícil que esta vertente da gestão do território seja equilibrada, porque as decisões dos políticos dependem dos votos e os votos não estão nas zonas rurais. Essa mudança significa aquilo que existe em muitos países, uma Câmara em que haja a representação do território. Nessa Câmara, o Alentejo teria dois representantes e Lisboa um, por exemplo. Trás-os-Montes teria dois ou três e o Porto meio, se calhar. E era aqui que os equilíbrios se poderiam realizar, porque o sistema democrático permitiria isso. Desde o 25 de abril até agora o sistema democrático estagnou. O método de Hondt leva a que muitos dos votos nas zonas rurais sejam perdidos. Mas não é só aqui que se resolve o problema. Ou há representatividade no território ou então não se conseguirá ter decisões diferentes. O sector agrícola assim voltaria a ter a importância que deve ter numa sociedade normal. Nós não conseguimos viver sem comer. Mas hoje não é só comer. É gerir a água, o

território, é o carbono (não são as empresas que estão na cidade que conseguem resolver a equação do carbono), essa é uma das tarefas do sector agrícola e florestal.

Recentemente disse que um tomate tem mais tecnologia do que um Ferrari? É verdade, disse-o em Santarém. A seleção com que se faz uma semente de tomate que todos os anos dá novas variedades, a tecnologia que tem a máquina que apanha o tomate, a tecnologia usada na terra com sensores no solo ligados a uma estação meteorológica, a seleção usada nos bioprodutos... é mais do que a tecnologia usada num Ferrari.

Quais são os desafios e as oportunidades deste sector? Os desafios... Não temos agricultura muito intensiva. A palavra intensiva não é adequada, devia falar-se de olival em sebe e não super intensivo. Uma agricultura intensiva, talvez a mais sustentável, é em estufa. Não se consegue ter a gestão da água, a gestão dos nutrientes, a gestão do crescimento das plantas como nas estufas. A estufa é um hotel de cinco estrelas para as plantas. Até se injeta CO2. Como todos os parâmetros são controlados, não há necessidade de agroquímicos ou outras coisas que são precisas fora. A isso é que se devia chamar intensivo. O resto são diferentes formas de fazer olival ou outras culturas. No caso do olival, chamar super intensivo é negativo para a cultura. A questão tem a ver com o impacto no solo e água. Sobre isso há muitos equívocos, começando pelo eucalipto e acabando nos olivais. Criaram-se muitos mitos ao longo dos anos, hoje existe conhecimento científico para que as explorações dessas culturas sejam bem feitas. É um mito dizer que o eucalipto destrói a terra. É mentira. Os desafios são poder usar essa tecnologia para atingir a sustentabilidade ambiental. Sem tecnologia eu não consigo chegar aos 100%. Mas estou a melhorar, precisava de 5G para poder dar um passo para outro patamar. Tenho toda a aplicação deste novo conhecimento científico, desde a forma como faço a pastagem dos campos à forma como conduzo as plantas, as alterações climáticas. Uma vinha plantada a nascente para ter sol o dia todo agora posso plantá-la a poente para ter sol só uma parte do dia. Há mudanças e ajustamentos. O próprio consumidor, um dos grandes players, hoje quer uva sem grainha e tenho de tê-las para poder vender. O consumidor exige mais e as coisas vão-se adaptando. As variedades vão evoluir nos próximos anos no sentido de que sejam cada vez mais sustentáveis. É possível ter a sustentabilidade plena com muito tecnologia e dar às plantas estritamente o que elas necessitam, nem mais nem menos. Ter uma fonte energética renovável também é importante, os tratores serem alimentados a biometano, por exemplo. Há um leque de soluções interessantes. A agricultura

tem hoje essa função de produzir energia. Os restos de culturas podem ser fermentados num grande gerador e produzir biometano e energia a partir daí. A agricultura, para além de produzir alimentos, oxigénio, reter carbono e cuidar da paisagem, também produz energia. Não há sector mais completo do que o sector agrícola.

Quais as prioridades? Disponibilidade de água. Energia é muito importante também. O desenvolvimento tecnológico e científico. Posso ter tudo, mas se não tiver água, não produzo.

E a mão de obra (44% é estrangeira, da qual 64% é asiática...), se não houver disponibilidade de mão de obra o sector não conseguirá crescer. Nem este nem outros.

Nos próximos anos espero que haja um ponto de inflexão. Atualmente, sem ser a colheita de frutos, já tudo é mecanizado. A vinha e olival já estão, o tomate também, batata e cenoura também. Couve médio. Faltam as maçãs, peras, kiwis, frutos vermelhos. Mas começam a surgir plataformas com braços robóticos, várias soluções. Esses braços conseguem detetar os frutos e só colher os que estão no mesmo estado de maturação, coisa que é impossível um humano fazer. Colhem, pesam, fazem tudo.

Divido a agricultura em duas, uma agricultura empresarial que produz para o mercado e outra agricultura para consumo próprio e amigos.

A falta de água é um problema? Não considero um problema. A água é um fator que tem de ter um tratamento diferente por parte de quem governa. Nos últimos 50 anos a única coisa que se fez foi o Alqueva. É preciso entender a água como uma questão nacional. Não depende dos espanhóis nem de São Pedro. Depende única e exclusivamente de investimento e trabalho. Não me falem mais em planos. No território nacional temos disponibilidades de água que chegam muito bem para as nossas necessidades, mas temos de fazer o trabalho de casa: investir e fazer aproveitamento do que temos com todas as soluções. Alteamento das paredes das barragens, transvases, novas barragens, pequenas, médias... já não há espaços para grandes, talvez no Tejo ainda haja possibilidade de fazer uma obra de grande envergadura. O Douro e o Guadiana já têm. Há muito para fazer nos afluentes. A área de regadio em Portugal é de 14%. Bastava aumentar até cinco por cento para que Portugal tivesse uma balança alimentar positiva em termos económicos. As exportações têm vindo a aumentar muito, nos últimos dez anos aumentaram mais de 50%. As frutas e hortícolas já ultrapassaram os 2.300 milhões e fizeram-no num curto espaço de tempo. O azeite passou mil milhões no ano passado. O vinho anda ali perto dos mil milhões.

Além desses três exemplos que outros bens alimentares têm peso? O concentrado de tomate também exporta imenso. Frutos secos começaram agora com nova tecnologia e conhecimento científico. Se houvesse uma estratégia em Portugal para o desenvolvimento dos frutos secos seríamos o grande fornecedor na estação de toda a Europa. Temos condições para isso. A agricultura tem nalgumas partes do país características únicas. Dou muitas vezes este exemplo, podíamos ter a onda da Nazaré no sector agrícola, se um dia chegasse cá alguém a dizer que isto é o melhor que há no mundo.

Odemira é um caso desses. A norte também temos vinhos fantásticos, nos kiwis, avelã, frutos secos,

olival. Somos um país pequeno, mas temos muita potencialidade que não está a ser utilizada.

É otimista em relação ao futuro? Sou otimista por natureza. Se os políticos não nos prejudicarem mais. Mesmo a prejudicarem, que é o que têm feito, o sector tem vindo a crescer. O que seria se nos ajudassem. Era importante esta alteração do sistema democrático para que as coisas fossem doutra maneira. Políticos decidem pelos votos. Tive oportunidade de dizer ao secretário-geral do PS (Pedro Nuno Santos) que o PS tinha perdido as eleições por causa da agricultura. Perderam por 50 mil votos e os agricultores valem mais do que 50 mil votos. Ele percebeu bem a mensagem. É um facto.





1.1

Cereais, Oleaginosas e Leguminosas

Cereais, Oleaginosas e Leguminosas

JOSÉ PEREIRA PALHA (PRESIDENTE DA ANPOC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE PROTEAGINOSAS, OLEAGINOSAS E CEREAIS)

José Pereira Palha, presidente da ANPOC, reconhece que a agricultura tem vivido uma revolução tecnológica, mas o sector dos cereais tem sido esquecido. As margens reduzidas dificultam a amortização dos investimentos e, por isso, considera a melhoria da eficiência a única forma de manter a produção de cereais. “Temos de produzir mais com menos e vender ao melhor preço possível”, defende.

O que representa a ANPOC no panorama agrícola português? A ANPOC é a associação nacional de produtores de cereais, oleaginosas e proteaginosas que produzem para vender no mercado. Integra sete organizações de produtores, algumas com muitas centenas de associados, desde o Ribatejo até Beja.

Representa cerca de 80% da produção nacional. Parece imenso, mas na verdade é muito pouco porque Portugal importa mais de 90% dos cereais, especialmente trigo e trigo mole. De cevada dística produzimos cerca de 25%, mas nos outros trigos a situação é preocupante, até numa lógica de independência alimentar. A China tem stocks para quatro anos e Portugal tem stocks para duas semanas. Se houver um problema com um atraso de um barco ou uma greve podemos ter rutura de stock. Na altura da pandemia tivemos muito momentos de quase rutura.

Quais são os cereais de que somos mais dependentes do exterior e quais os seus destinos?

Estamos a falar de trigo duro para massas alimentícias e trigo mole para pão e também alimentação animal, como por exemplo o milho. Estamos totalmente dependentes das importações e sujeitos à volatilidade dos mercados. Quando começou a guerra da Ucrânia os preços subiram brutalmente, e o mercado teve de ajustar-se. No contexto da União Europeia, pior do que Portugal só está Malta e Chipre, países que não são produtores de cereais e não têm terra. Nós temos tradição de produção de cereais.

Só conseguimos proteger o ambiente e tirar partido dos serviços dos ecossistemas se fizermos agricultura bem feita.

Desde quando se deu o desinvestimento? Em Portugal não temos grandes condições para a produção de cereais. Clima mediterrânico cada vez mais impactado pelas alterações climáticas, fenómenos extremos de seca e de temperaturas altíssimas no início da primavera, numa fase fundamental para o enchimento do grão... E depois não temos água na maior parte do país. Na superfície agrícola útil, 4,5 milhões de hectares, temos apenas 16% de regadio. No caso dos cereais, a água tem um impacto multiplicador que não tem em mais cultura nenhuma. Para dar uma ordem de grandeza, um trigo de sequeiro produzido em Portugal com as nossas condições mediterrânicas tem uma expectativa de produção de duas toneladas, duas toneladas e meia por hectare. Com apenas 1.500 m³ de água (com ajuda das chuvas no inverno) podemos triplicar essa produção para seis ou até sete toneladas por hectare. Por isso é tão importante haver

mais reservas de água (até reservas mais pequenas) e incentivos a regadios particulares, como havia na década de 90 do século XX e como houve logo a seguir à entrada na União Europeia. Hoje em dia, acresce um desincentivo ambiental que complica de maneira brutal. Não é só a soberania alimentar que está em causa, mas também a coesão territorial. Explorações que faziam tradicionalmente cereais (pondo de parte as áreas com acesso à água do Alqueva) foram convertidas em culturas permanentes, com maior valor acrescentado e em terras boas. Com disponibilidade de água haverá essa alternativa e obviamente o agricultor irá optar porque é mais vantajosa economicamente. Nas restantes áreas as pessoas abandonam a produção de cereais porque competimos num mercado global com produtividades inferiores ao resto da Europa. Transformou-se as áreas que tipicamente faziam cereais em pastagens. A seguir às pastagens vem o abandono.

Essa reconversão e posterior abandono tem dimensão nacional? Temos risco de abandono de uma superfície enorme do nosso território. Só 30% da população vive no interior. Se não houver condições para quem está no interior ganhar algum dinheiro,

“Temos de produzir mais com menos e vender ao melhor preço possível

qualquer dia temos metade do país sem pessoas. E isso deixa o país à mercê dos fogos florestais e outros inconvenientes de não ter gente no território. Por isso este sector é importante numa lógica estratégica para o país. Em 2018, no primeiro Governo do Dr. António Costa, foi aprovada uma estratégia para a promoção da produção de cereais com 17 medidas: as que dependiam da produção estão praticamente implementadas e as que dependiam da tutela só uma avançou, uma ajuda que em 2018 tinha um valor de incentivo à produção, mas que com a pandemia e a guerra na Ucrânia os valores ficaram desatualizados.

Como avalia o sector nacional das oleaginosas e proteaginosas? É um sector que vale pouco. Nas oleaginosas e proteaginosas ainda menos peso terá. A Europa tem uma dependência grande de proteína vegetal. Importamos grande quantidade de soja de outras partes do mundo, produzidas com condições absolutamente diferentes daqui da Europa. É uma concorrência desleal. Nas oleaginosas produz-se girassol e colza, mas são valores residuais. Temos agora duas multinacionais, de que se destaca a Syngenta, com cerca de mil hectares de multiplicação de girassol.

É previsível um aumento de produção? Não se prevê aumento a não ser que houvesse um grande incentivo político. É fundamental, pelo menos, manter a produção. Na nossa estratégia tínhamos a ambição de sermos autossuficientes em 20%, o que é possível resolvendo a questão da água. Com a criação da marca conseguimos algumas produtividades interessantes, até numa lógica de rotação. A Política Agrícola exigia rotação. Estamos a tentar valorizar a fileira da aveia porque existe procura e temos boas condições para produzir. Importamos aveia a um preço caríssimo do norte da Europa, mas não temos cá indústria de descasque. As fábricas compram e vão descascar a Espanha e volta para cá para ser consumida. Trazer para cá o descasque está a ser equacionado por um consórcio de investidores. Seria mais uma alternativa à falta de água. Como não chove na primavera e verão, são poucas as opções que têm viabilidade económica.

Só conseguimos proteger o ambiente e tirar partido dos serviços dos ecossistemas se fizermos agricultura bem feita.

Que ações pode a ANPOC promover? Em princípio, através de um projeto europeu de preservação de uma espécie de águia caçadeira, vamos fazer uma parceria com duas associações ambientalistas e tentar promover a produção de cereais em Trás-os-Montes, que era uma região altamente produtora e tem imenso potencial de crescimento, especialmente nos cereais que são mais valorizados hoje em dia pelo consumidor, como por exemplo barbeta e centeio. Esta águia está em vias de extinção e faz os ninhos nas searas de cereais para grão em duas regiões, Campo Branco (Castro Verde e Ourique) e Trás-os-Montes. Estamos a tentar também constituir uma Organização de Produtores em Trás-os-Montes. Promover e incentivar a produção de cereais ligado a este projeto europeu. Estes cereais estão a ser valorizados até pelas grandes superfícies e há pouca disponibilidade no mercado.

O que pode valorizar a produção nacional face a de outras geografias? Enquanto associação estamos a tentar promover a valorização da produção nacional. Temos poucas condições para produzir em quantidade. Mas a nossa muito boa qualidade é valorizada pela indústria. A quantidade de milímetros por m2 de chuva aqui em Portugal não é muito diferente de

outras regiões do Reino Unido ou da Alemanha, mas a distribuição da chuva pelo ano é mais concentrada. Isso dá-nos uma vantagem competitiva, porque colhemos os cereais em condições ótimas e secam no campo. Não têm de ser secos com produtos nem secadores e isso evita problemas de micotoxinas. E essa qualidade é valorizada pela indústria.

Constituímos a marca Cereais do Alentejo que tem uma série de produtos, desde a farinha nos grupos Auchan e Sonae, para usos alimentares, temos o pão feito com o nosso trigo nas padarias próprias dos supermercados da Sonae, na Auchan temos duas referências, temos a cerveja Bohemia Sagres 100% feita de cevada e temos três referências de massas da marca Nacional. Isto valoriza a produção e os agricultores. O nosso principal objetivo é evitar expor o agricultor à volatilidade dos preços e não estarmos tão dependentes das subidas e descidas. Por isso fazemos um contrato plurianual com algum intervalo de preços que pode variar em função dos mercados. Assim o agricultor quando semeia já tem uma ideia aproximada do preço a que irá vender a sua produção e isso dá uma segurança maior a quem produz.

Qual o peso do consumo de cereais de nicho, como o trigo barbeta e outros? Os nichos de mercado são uma oportunidade para os agricultores. O centeio produzia-se muito e agora quase nada, estamos a trabalhar com o INIAV nas variedades mais adaptadas às nossas condições. É preciso valorizar a produção e encontrar novas oportunidades. Chegamos ao consumidor final via indústria, que transforma o nosso produto e depois vende às grandes superfícies, especialmente a Sonae. Não temos capacidade financeira para chegar ao consumidor final. Estamos a trabalhar para a constituição de uma organização profissional, como existe em França e Espanha, que una de uma forma integrada todos os elos da cadeia com os quais temos hoje uma ótima relação informal, e que nos permita depois candidatar-mo-nos a fundos comunitários para fazer campanhas de “consuma portugueses”. A ANPOC será um dos grandes impulsionadores desta organização, que é um passo mais à frente do Clube Português dos Cereais de Qualidade, mais informal.

Quais são as principais oportunidades no sector? As principais oportunidades são a qualidade do cereal produzido em Portugal, e conseguirmos ter uma valorização face ao mercado internacional. Temos feito muito trabalho nesse campo da valorização. Além da criação da marca, criámos a lista de variedades recomendadas. Existe há cerca de dez anos, era um problema da indústria: temos capacidade instalada de moagem para todo o consumo e o que acontecia era que quando importávamos um barco de França com quatro mil toneladas, o primeiro grão era exatamente igual ao último grão. Na produção nacional isso não acontecia, havia uma enorme variedade e cada

variedade dá um trigo diferente. Temos uma relação muito próxima com a indústria e a investigação, sobretudo com o INIAV, a Estação de Melhoramento de Plantas em Elvas e o Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária, e todos os anos as empresas que têm variedades no mercado para comercializar na campanha seguinte submetem essas variedades à nossa lista, são feitos dois ensaios (um no INIAV e outro na Escola Agrária de Beja), exatamente com o mesmo protocolo e depois a indústria tem voto de qualidade. O resultado é avaliado tendo em conta as vantagens agrónomicas, produtivas, resistência às pragas e à seca.... As que não tiverem as características que a indústria exige ficam pior classificadas no ranking. Isso faz com o que agricultor, quando vai semear, saiba a probabilidade de dar um trigo moageiro de qualidade e assim valorizar o grão, e a indústria tem a garantia de lotes mais homogêneos. De acordo com a sua organização de produtores e capacidade de armazenagem, o agricultor tem assim mais opções para saber o que melhor se adequa ao seu caso. Temos conseguido na associação valorizar a produção.

E os principais desafios? A Europa tem um problema de envelhecimento da população ativa na agricultura. Em Portugal, a média de idade é a mais alta de Europa - 64 anos.

Neste sector com margens baixas e zonas deprimidas, a situação é dramática. Os agricultores faziam este tipo de culturas com a mesma receita de há 50 anos, independentemente do ano. Estamos na sétima edição de uma formação técnica para agricultores e técnicos das cooperativas para adequar o itinerário técnico ao potencial produtivo de cada ano. Com o INIAV, o Instituto Politécnico de Beja e apoio de um instituto de investigação francês, temos técnicas para medir o potencial produtivo. Também ajuda os agricultores a analisar imagens de satélite, sondas de humidade no solo...

Há muita gente jovem na renovação geracional das explorações que segue este caminho para aumentar a eficiência e utilização de tecnologia. É a única maneira que temos para fazer face aos desafios de alimentar uma população crescente com o menor impacto ambiental possível, isso só se consegue por via da eficiência e da tecnologia. Temos tido no mínimo 30 formandos por ano, tem sido um sucesso.

A Política Agrícola Comum é amiga dos cereais nacionais? Vamos ter uma mudança da Política Agrícola Comum em 2026 e nos últimos tempos a Europa percebeu que estamos a ir num caminho que talvez seja errado.

Este PEPAC em vigor não indica caminho nenhum, foi requestrar a anterior PAC cortando dinheiro, deixando explorações em condições difíceis e sem nenhum benefício. Uma oportunidade perdida de fazer uma

grande revolução na agricultura portuguesa. Houve falta de vontade política.

Acredito pela primeira vez que a pressão que os agricultores fizeram em 16 países europeus na mesma semana vai fazer mudar alguma coisa, também pela pressão da opinião pública. Estamos com muita expectativa para ver como vai ser a Política Agrícola Comum daqui para a frente. Outro grande desafio será a hipotética entrada da Ucrânia na UE. Que impacto irá ter? Como irá ser a componente financeira? Vai cumprir as mesmas regras agrónomicas e sociais? Muitos desafios e incógnitas. Uma coisa é certa, obrigatoriamente é muito importante que se mantenha a produção de cereais em Portugal. Temos de adaptar a estratégia à realidade.

É otimista em relação ao futuro? Por natureza, sim. Desde 1872 que a minha família produz e o meu filho mais velho também está a estudar agronomia porque quer trabalhar na área.

Pela primeira vez sinto que pode mudar alguma coisa e tenho conhecimento da política europeia, fui da direção da CAP durante nove anos e mantenho representação na Comissão Europeia. Estávamos a perder importância e a partir de fevereiro de 2024 houve uma certa mudança. Todos nós precisamos de comer pelo menos três vezes por dia e por isso temos de continuar a produzir alimentos e a preservar o ambiente. Acredito que só conseguimos proteger o ambiente e tirar partido dos serviços dos ecossistemas se fizermos agricultura bem feita. A solução não é o abandono e deixar a natureza trabalhar por ela própria. Na minha exploração fiz um trabalho com a Faculdade de Ciências de Lisboa para provar que se fizermos bem a agricultura o impacto ambiental é melhor do que se abandonarmos os campos.

Fizemos caixas de abrigo para morcegos e aves insectívoras à volta dos pivots de rega para tirar partido dos serviços dos ecossistemas (os morcegos conseguem comer por noite quatro vezes o seu peso em insetos e lagartas) e faixas para os polinizadores com flores e arbustos. Medimos a microbiologia do solo para avaliar impactos e desta forma usamos toda a tecnologia que temos hoje ao nosso dispor. Temos sondas de humidade e os pivots a fazer rega diferenciada de acordo com as características do solo. Este é o caminho. Os parques fotovoltaicos permitem balanço energético zero. Quero passar para as gerações futuras uma situação melhor do que recebi.

Uma falha deste PEPAC é que nem sequer incentiva as medidas de proteção ambiental e de agricultura de precisão. A precisão é o futuro e não existe uma medida no PEPAC para isso. A política tem um papel pedagógica fundamental, deve ser incentivadora das boas práticas e indicar o caminho correto.

Cereais, Oleaginosas e Leguminosas

O cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas tem uma longa tradição em Portugal, marcada por variações ao longo dos tempos. Contudo, a modernização agrícola que levou a uma maior rentabilidade de outras culturas, assim como a integração na União Europeia, trouxeram mudanças significativas que levaram a uma diminuição da produção. Atualmente, as culturas do milho e arroz são as mais expressivas no contexto nacional, havendo uma reflexão estratégica da necessidade de um aumento generalizado de produção de cereais tendo em vista uma menor dependência externa.

A campanha para as culturas de outono/inverno 2022/23 foi marcada pela seca severa, ausência de precipitação na primavera e elevadas temperaturas que prejudicaram o desenvolvimento vegetativo. Já a campanha de primavera/verão decorreu com normalidade e sem factos relevantes a mencionar.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- nos principais cereais para grão, houve uma diminuição da área total em 4%, mas um aumento da produção em 3%. Estas diminuições não se verificaram no milho (aumento de área em 1% e de produção em 7%) e no arroz (aumento de área em 2% e de produção em 15%). Estes dois cereais totalizaram mais de 91% da produção dos principais cereais em 2023. A região do Oeste e Vale do Tejo foi a principal região produtora (34%), seguida do Centro (26%) e do Alentejo (22%);
- nas principais leguminosas para grão, houve um aumento de área em 13%, mas uma diminuição da produção em 17%. O feijão representou 62% da produção e o grão-de-bico 38%. As principais regiões produtoras foram o Alentejo (33%), o Centro (31%) e o Norte (23%);
- a principal oleaginosa produzida em 2023 foi o girassol, tendo diminuído em 38% a sua área e em 27% a sua produção, quando comparado com 2022. O Oeste e Vale do Tejo é a principal região produtora (52%), seguida do Alentejo (43%).



SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Cereais para grão						
Milho	74 469	74 639	75 387	752 492	717 991	767 207
Arroz	29 357	27 258	27 942	175 904	155 573	178 830
Trigo mole	24 318	25 566	21 216	55 239	47 174	27 608
Trigo duro	4 339	5 480	3 526	11 865	12 656	5 896
Centeio	14 027	13 772	13 289	16 019	13 087	11 327
Triticale	13 608	15 354	12 850	19 961	17 676	8 429
Aveia	31 374	22 992	20 394	38 054	21 136	14 132
Cevada	16 564	11 931	13 777	48 044	26 844	25 447
Leguminosas para grão						
Feijão	4 669	6 877	8 924	3 271	3 590	3 586
Grão-de-bico	3 288	4 010	3 332	3 208	3 305	2 164
Principais oleaginosas						
Girassol	5 585	5 585	5 585	5 585	5 585	5 585

Fonte: INE

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023									
	Milho	Arroz	Trigo	Centeio	Triticale	Aveia	Cevada	Feijão	Grão-de-bico	Girassol
Portugal	767 207	178 830	33 503	11 327	8 429	14 132	25 447	3 586	2 164	9 235
Continente	767 070	178 830	33 448	11 327	8 429	14 132	25 447	3 568	2 164	9 235
Norte	100 431	0	3 250	9 241	563	2 154	164	1 258	55	0
Centro	233 409	31 848	746	2 007	276	2 173	121	1 661	125	36
Oeste e Vale do Tejo	277 853	64 242	5 776	0	257	739	5 167	140	489	4 821
Grande Lisboa	6 543	34 450	1 298	0	26	89	349	17	11	444
Península de Setúbal	14 195	3 634	505	0	143	33	161	3	29	0
Alentejo	133 713	43 080	21 519	74	7 129	8 310	19 282	484	1 443	3 934
Algarve	925	1 576	355	6	35	633	202	6	12	0
Região Autónoma dos Açores	98	0	0	0	0	0	0	18	0	0
Região Autónoma da Madeira	39	0	55	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
	Toneladas	Toneladas
Cereais para grão		
Trigo	1 531 104	39 792
Centeio	29 930	
Cevada	514 143	116 530
Aveia	19 266	541
Milho	2 117 184	229 823
Arroz paddy	22 668	3 676
Arroz descascado	137 285	444
Arroz semibranqueado ou branqueado	50 878	63 862
Trincas de arroz	5 866	10 153
Sorgo	6 398	638
Outros cereais	17 899	1 951
Leguminosas para grão		
Total de Legumes de vagem secos	74 800	19 856
Grão-de-bico	4 437	3 620
Feijão (seco)	37 385	12 333
Favas	4 622	1 022
Oleaginosos		
Soja	926 132	7 582
Sementes de girassol	196 648	605
Produtos de moagem		
Farinha de trigo	116 599	52 208
Farinha de milho	3 721	4 119
Outras farinhas (cevada, aveia)	13 950	22 289
Farinha de arroz	847	16 307
Óleos vegetais		
Óleo de soja	12 649	139 043
Óleo de amendoim	50	22
Óleo de palma	47 422	206
Óleo de girassol, cártamo ou algodão	92 302	41 864

Fonte: INE

O grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) mede o grau de dependência de um território relativamente a um produto. Em 2023 este foi de 18% nos cereais, 96% no arroz em casca, 46% no arroz em película, de 119% no arroz branqueado, 206% nas trincas de arroz, de 14% nas leguminosas, de 66% no total de sementes e frutos oleaginosos (considerando a azeitona neste cálculo, mas sendo apenas de 5% no girassol) e 60% do total de gorduras e óleos alimentares (considerando o azeite neste cálculo e 6% se consideramos apenas o óleo de girassol).





1.2

Hortícolas

Hortícolas

LUÍS MESQUITA DIAS (PRESIDENTE DA AHSA – ASSOCIAÇÃO DE HORTICULTORES, FRUTICULTORES E FLORICULTORES DOS CONCELHOS DE ODEMIRA E ALJEZUR)

A AHSA – Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur foi fundada em 2004 por um grupo de empresas a operar no Perímetro de Rega do Mira (PRM).

Luís Mesquita Dias, presidente da AHSA, considera extraordinária a evolução do sector. “Não sendo um País capaz de competir em volume, somos um território ideal para servir nichos de procura com grande exigência de qualidade, aos quais correspondem normalmente preços e margens elevadas”, refere.

O que representa a AHSA no panorama agrícola português? A AHSA, com os cerca de 300 milhões de euros de faturação dos seus associados, representou em 2023 cerca de 13% das exportações nacionais de frutas, legumes e flores. Há cinco anos, a nossa representatividade nas exportações era de apenas 10%.

Estes dados têm um significado duplo. Por um lado, a região que representamos tem vindo a afirmar-se como crescentemente importante no panorama económico nacional. Por outro, as empresas da nossa região cada vez mais se veem representadas pela AHSA, nela confiando a sua capacidade no importante relacionamento com os poderes públicos.

São cerca de 40 os atuais associados produzindo cerca de 20 culturas diferentes, o que também contraria a ideia errada de ser esta uma região onde prevalece a monocultura de frutos vermelhos.

A AHSA tem vindo a desempenhar um papel importante sempre que as condicionantes internas ou externas o justificam e os associados se defrontam com problemas que sozinhos não podem resolver. Foi o caso da pandemia e da decorrente cerca sanitária que necessitou ser coordenada com as autoridades. Foi também o caso na procura de soluções de habitação para trabalhadores eventuais cujo alojamento em instalações adequadas nas quintas a lei em vigor não previa.

Foi e continua a ser toda a pressão exercida sobre as várias entidades tutelares, visando a realização de obras que garantam soluções sustentáveis de fornecimento de água à agricultura do perímetro de rega do Mira.

Como avalia o sector nacional das frutas, legumes e flores? Tem sido extraordinária a evolução deste sector, particularmente quando temos em conta a dimensão do país, o peso que a área florestal nele representa e as limitações de água com que cada vez mais nos deparamos.

Tomando como ponto de partida o ano da criação da Portugal Fresh (2010), organização que visou e visa promover as exportações nacionais, verificamos que o seu valor subiu de 780 milhões de euros para 2.300 milhões.

O País apresenta uma enorme diversidade de microrregiões e microclimas, facilitando uma grande diversidade de oferta. A nossa latitude e o clima ameno permitem normalmente produções precoces em relação ao Norte da Europa, e mais prolongadas no tempo relativamente a Espanha.

A profissionalização das unidades produtivas e seus dirigentes tem permitido atingir níveis de qualidade elevados respeitando os requisitos das mais exigentes certificações europeias e mundiais. A ligação entre o sector e a Academia tem sido crescente e por demais evidente.

Principais desafios e oportunidades deste sector? Como é normal, a grandes desafios sempre correspondem grandes oportunidades.

Os desafios mais difíceis de superar nem sempre são os que mais recursos financeiros exigem. São pelo contrário aqueles que têm a ver com alterações da idiosincrasia e matriz cultural do País.

A procura de novas fontes de água, a simplificação de processos burocráticos e a articulação entre os vários Ministérios e entidades públicas são três dos principais obstáculos a ultrapassar visando um aumento da produção e da produtividade.

Eles requerem, no entanto, uma disciplina, capacidade de planeamento e linearização de processos a que o país não está habituado. Requerem igualmente uma estabilidade de políticas e de sistemas de governança. Sem elas, andaremos ao sabor de ciclos políticos em que as reformas de fundo não se fazem, privilegiando medidas avulsas e muitas vezes demagógicas na busca do voto fácil e imediato em vez da verdadeira solução dos problemas.



A correção destas práticas implica uma difícil mudança de mentalidades e coragem política que, a ser conseguidas, colocarão o país num patamar de desenvolvimento como até agora não teve.

E quais as prioridades?

Como em parte já foi dito, água, mão de obra, habitação, simplificação administrativa e alargamento da cadeia de valor parecem ser os gatilhos que poderão fazer “explodir” o nosso crescimento agrícola.

Quanto à água, é urgente diminuir as perdas, modernizando a rede atual enquanto se estudam sem tabus as várias opções de abastecimento em larga escala que temos ao nosso alcance.

Quanto à mão de obra, é crítico assegurar o equilíbrio entre oferta e procura. Sendo a imigração

“**A nossa latitude e o clima ameno permitem produções precoces em relação ao Norte da Europa e mais prolongadas no tempo relativamente a Espanha**”

incontornável, ela necessita de ser ordenada para bem dos próprios imigrantes e das sociedades de acolhimento, varrendo de uma vez por todas as máfias que pouco ou nada fazem, mas muito exploram e lucram.

Sobre a habitação, é premente a revisão dos Planos de Desenvolvimento Municipais e a legislação e estímulo das unidades de alojamento coletivo temporário.

Já tendo falado da articulação entre tutelas e da facilitação de acesso aos fundos disponíveis, resta mencionar a importância de não sermos apenas um país exportador de produtos indiferenciados, mas de lhes acrescentarmos valor, marca e uma rede de distribuição adequada. É nesta última parte da cadeia que a margem e a verdadeira distinção se fazem sentir.



Hortícolas

A produção de hortícolas em Portugal é uma atividade de grande relevância, tendo um importante peso na sua economia. O país beneficia de condições edafoclimáticas ótimas e que permitem o cultivo de uma ampla variedade de hortícolas ao longo do ano e em praticamente todo o território, com principal destaque na região Centro (Oeste), Alentejo e Área Metropolitana de Lisboa. É importante referir que este sector se tem destacado pelo uso de novas tecnologias e de inovação, tendo em vista um aumento de produtividades devidamente enquadradas em práticas agrícolas sustentáveis. Os produtos hortícolas nacionais são reconhecidos pela sua qualidade e segurança alimentar, estando a fornecer as principais cadeias de supermercados europeias.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- a área das principais culturas hortícolas diminuiu 1%, mas que a produção aumentou, no seu conjunto, 18%;
- quatro das principais culturas representaram mais de 76% da produção sendo elas o tomate para indústria com 57%, a batata com 11%, o tomate fresco com 4% e a cenoura com 4%;
- que os maiores crescimentos de produção, em termos de percentagem, verificaram-se no alho (47%), courgette (37%), tomate para indústria (32%), alface (27%) e cenoura (26%);
- no tomate para indústria e batata, que representaram no seu conjunto 68% das principais culturas, a principal região produtora foi o Oeste e Vale do Tejo com 57%, seguida da Grande Lisboa com 18% e do Alentejo com 13%.



SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Tomate para indústria	15 922	15 193	17 192	1 591 328	1 278 223	1 686 577
Batata	16 804	14 510	14 478	413 323	319 833	325 081
Tomate fresco	1 776	1 392	1 285	149 990	128 059	128 042
Cenoura	2 613	2 057	2 273	140 873	100 057	126 175
Couve-repolho	4 169	4 229	3 603	127 992	128 081	107 216
Abóbora (inclui butternut)	5 194	4 033	3 583	126 550	81 306	97 960
Outras hortícolas	4 517	3 332	3 945	107 181	69 743	88 293
Alface	2 673	2 309	2 672	74 851	56 393	71 600
Cebola	1 979	1 574	1 518	66 148	60 404	60 261
Pimento	1 227	1 062	1 170	54 187	41 277	46 768
Couve-lombardo	2 079	1 978	1 399	56 009	48 411	42 885
Courgette	763	556	774	36 231	28 439	38 861
Couve-brócolo	3 014	3 204	2 988	39 526	32 568	34 093
Couve-flor	1 148	904	771	24 920	20 089	22 554
Couve-tronchuda	1 414	1 091	1 168	36 995	33 101	19 867
Alho-porro	1 419	739	656	33 965	19 260	16 222
Nabo	1 283	1 158	734	21 285	17 368	14 717
Grelos (nabo e couve)	1 580	1 513	1 082	41 926	24 055	11 864
Feijão-verde	834	1 027	686	13 058	13 525	9 623
Alho	964	567	629	14 224	6 200	9 122
Ervilha	2 502	1 941	1 543	15 224	8 033	7 281
Espinafre	870	498	563	15 764	6 296	5 359
Fava	447	616	337	4 440	2 099	1 705

Fonte: INE



PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023	
	Batata	Tomate para a indústria
Portugal	325 081	1 686 577
Continente	295 027	1 686 577
Norte	82 191	0
Centro	80 890	4 177
Oeste e Vale do Tejo	74 267	1 063 287
Grande Lisboa	4 227	354 882
Península de Setúbal	26 447	17 280
Alentejo	19 500	246 951
Algarve	7 506	0
Região Autónoma dos Açores	13 415	0
Região Autónoma da Madeira	16 639	0

Fonte: INE

Portugal tem, em alguns momentos do ano, de importar alguns produtos para satisfazer as suas necessidades. Contudo, este sector é considerado fortemente exportador.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
	Toneladas	Toneladas
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis		
Batatas	536 763	100 331
Batata-semente	35 246	3 955
Tomates (frescos ou refrigerados)	57 901	232 653
Cebolas e alhos	111 817	21 555
Couves, couve-flor, etc.	36 961	39 991
Alface e chicórias	12 103	10 119
Cenouras e nabos	43 990	26 935
Batatas-doces	2 686	19 918
Preparações de produtos hortícolas		
Produtos hortícolas, conservados em vinagre	13 619	796
Tomates, conservados sem vinagre	39 119	254 393
Hortícolas preparados, não congelados	44 709	68 766

Fonte: INE

Não havendo informação atualizada sobre o grau de autoaprovisionamento nacional (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total), estima-se que este seja de cerca de 175% no tomate, 50% na batata e 155% na generalidade dos outros hortícolas.





1.3

Frutos de Casca Rija



Frutos de Casca Rija

ANTÓNIO SARAIVA (DIRETOR EXECUTIVO DA PORTUGAL NUTS)

A Portugal Nuts trabalha para o reconhecimento de Portugal como um dos melhores produtores mundiais de frutos secos, valorizando a origem dos produtos e garantindo a sustentabilidade das fileiras. Os resultados estão à vista. O país tem registado um forte crescimento na produção de frutos secos, com a duplicação da área de cultivo e da produção na última década. A prioridade, confirma António Saraiva, diretor executivo da Portugal Nuts “é chegar a todos os produtores modernos de frutos secos no país e continuar a trabalhar juntos na valorização e no reconhecimento da produção nacional”. E conclui: “Os investimentos nestas culturas devem ser entendidos, por quem tutela a agricultura, como de importância estratégica para a produção nacional e para o seu retorno económico”.

O que representa a Portugal Nuts no panorama agrícola português? Somos uma jovem associação, constituída em 2021, com o intuito de representar os proprietários das novas plantações destas culturas e da nova indústria a elas associada, diferentes das tipologias das plantações tradicionais, mas feitas com a incorporação de muita tecnologia, para a maior eficiência na utilização dos recursos, numa lógica atual de transformação do sector produtivo nacional, com práticas mais equilibradas no que respeita à sustentabilidade.

Pela dinâmica dos produtores das duas culturas maioritárias dos nossos associados, representámos 17.414ha de amendoal e 1.357 de nogueiral em 2023 e em 2024, estaremos já com 19.000ha no total destas culturas.

Isto significou cerca de 25% da área nacional e de 45% da área das plantações mais modernas do país, para cada uma das culturas.

É uma representatividade muito significativa, mas queremos e vamos continuar a crescer, pelo interesse que outros produtores, que ainda não se ligaram à Portugal Nuts, têm mostrado nas nossas atividades e iniciativas. E porque representamos e defendemos os seus interesses junto de entidades oficiais e privadas.

Como avalia o sector nacional de frutos secos?

Se olharmos para 2010 como ano de partida, estas culturas (amêndoa e noz) tiveram um crescimento assinalável, sendo a área de amendoal a que mais cresceu, percentualmente e em valores absolutos. É já a cultura com maior ocupação de área, dentro da categoria que o INE designa como “frutos de casca rija” (castanha, amêndoa, noz e avelã), desde 2020, ano em que superou a área de castanha do país.

A contar do ano de 2010, a área de amendoal cresceu a uma média de 6,9% ao ano, tendo mais do que duplicado neste período (2,4 vezes) e a área de nozes cresceu a uma média de 5,6% ao ano, tendo duplicado.

Com 63.884ha de amendoal em 2022 (dados do INE), a área não chegou ao seu pico máximo, porque continuou em expansão em 2023 e há também novas áreas já plantadas em 2024. Estou certo de que estamos a superar os 70.000ha, embora não se esperem aumentos muito elevados em anos próximos,

devido às incertezas sobre as disponibilidades de água para rega e também ao facto dos preços estarem em baixa, o que motiva menos a que se plantem novos pomares.

No que às nozes diz respeito, os 5.492ha que o INE identifica em 2022 não devem ter crescido de forma tão visível quanto o amendoal, um pouco pelas mesmas razões, e por ser uma cultura de desenvolvimento mais lento.

Estes saltos têm dado relevo à produção nacional destas culturas, fazendo com que tenhamos excedido ou satisfeito as necessidades do país, casos da amêndoa e noz, respetivamente, e exportado, contribuindo para o desempenho do agroalimentar nacional.

É, contudo, na amêndoa, que estamos a aparecer no radar internacional, porque vamos no caminho de entrar e permanecer entre os cinco maiores produtores do mundo. E esse é um feito notável, por ter sido conseguido num tão curto espaço de tempo, com a inegável colaboração das plantações modernas e pela iniciativa dos jovens produtores que a elas se dedicam: o seu interesse por aprender e replicar o que de melhor se faz, o seu gosto pelo risco e a capacidade de empreender e de acreditar no seu êxito.

Quais os principais desafios e oportunidades?

Não me vou focar na questão dos preços. São uma circunstância, mais ou menos duradoura, que nós não controlamos. Como maior produtor mundial (mais de 70% do volume de amêndoas produzido anualmente), os Estados Unidos, ou melhor, o estado da Califórnia, são o principal “regulador”. Uma quebra do consumo interno e nos maiores mercados, no pós-pandemia, e uma oferta crescente, apesar das oscilações na abundância das colheitas, tem mantido os preços em valores baixos.





Quanto a isto, o que nos compete fazer é o de afirmarmos a diferença das nossas variedades mediterrânicas face às variedades americanas, no que respeita à sua aparência e características de sabor, mas também a possibilidade de fornecermos a Europa com amêndoa da nova colheita, mais cedo que a proveniente da Califórnia. E isto permite uma certa diferenciação que deve ser explorada. Pode não ser através de um preço mais alto, mas antes de perceção de uma qualidade diferente pelos consumidores europeus.

Desafio grande é claramente o das alterações climáticas e das implicações que as mesmas têm na disponibilidade de água para rega, já que as produções de sequeiro parecem ser questionáveis, para servir uma agroindústria que necessita de regularidade no fornecimento e na qualidade oferecida.

Na amêndoa estamos a aparecer no radar internacional

É também fundamental que os investimentos dos últimos 14 anos nestas culturas sejam entendidos, por quem tutela a agricultura, como de importância estratégica para a produção nacional e para o seu retorno económico, e sejam apoiados, no que respeita à atribuição de volumes de água de rega ótimos para o crescimento e produtividade destes pomares. A não acontecer assim, será um erro crasso que porá em risco a dinâmica empresarial agrícola do país.

Na zona de Alqueva, só o amendoal já representa um investimento acumulado (desde 2010) de mais de 700 milhões de euros, sem incluir neste valor o custo de aquisição da terra. Entre custos de investimento e de operações culturais anuais, bem como atribuindo uma renda aos 23.859ha de amendoal existente nesta região na campanha de 2023, chegamos facilmente a um valor de 725 milhões de euros. Foi uma cultura que atraiu os produtores pelos resultados da sua exploração, mas também como diversificação do risco, apresentando-se como alternativa ao olival, cultura com a qual apresenta economias de escala (utilização de mão-de obra e maquinaria similar, em períodos não coincidentes).

Um desafio é também o de adquirir maior experiência com estas culturas, aprender com os melhores, partilhar ideias, problemas e soluções e aumentar as competências dos técnicos que cuidam destas culturas. É simultaneamente uma oportunidade, porque acompanhamos os mais recentes avanços da tecnologia associada a estas culturas e podemos incorporar as novas soluções nestas modernas explorações.

Quais as principais prioridades? Sabemos que, quer as plantações de amendoal de Alqueva quer as dos associados da Portugal Nuts (que tem associados noutras regiões do país como o Ribatejo e a Beira Interior) têm uma idade média ponderada à área de pouco mais de 3 anos de idade. Isto significa que os volumes produzidos por estas novas plantações ainda se encontram longe do seu valor máximo. A maturidade produtiva nestas culturas atinge-se a partir do sétimo ano de instalação. O volume de produção do Alentejo (do Ribatejo e da Beira Interior) vai multiplicar-se por 3 ou 4 e chegar a um volume próximo das 35 a 40 mil toneladas de miolo da amêndoa, anualmente. Com este volume, e com a amêndoa produzida noutras regiões, onde existem amendoais tradicionais e reconvertidos, chegaremos ao quarto lugar da produção mundial em aproximadamente 5 anos.

Então, uma prioridade é a de encaminhar toda esta amêndoa para uma indústria e para canais de distribuição que a valorizem. E isso deverá acontecer não só na exportação, mas também em território nacional. Há uma indústria de descasque e processamento que está gradualmente a instalar-se no país, perto das zonas mais produtivas. Transportar amêndoa em casca para o nosso principal destino, que é Espanha, para as zonas onde esta indústria historicamente de instalou e cresceu (sudeste de Espanha), não é a melhor solução económica. Isso tem sido percebido por estes agentes de Espanha, que estão a fazer parcerias com empresários nacionais e a abrir unidades industriais na zona do Alentejo, e que irão crescendo (em número e capacidade) com o aumento da produção nacional.

Outra prioridade será a de fazermos entender à grande distribuição e ao retalho que a baixa de preços à produção deve motivar uma redução de preços na oferta aos consumidores. Os consumidores regulares de frutos secos não estão a sentir a baixa de preços de que falei e que a produção atravessa. Os preços da amêndoa e da noz não se alteraram para os consumidores. Apelamos a que os preços nos lineares dos pontos de venda possam refletir este momento. Isto seria importante para estimular a compra destes alimentos, tão benéficos para as nossas dietas alimentares, e alargar o seu consumo. O aumento do consumo global é um desafio para esta fileiras, internacionalmente.

E, claramente, uma última prioridade é a de chegarmos a todos os produtores modernos de frutos secos no país para que se juntem à Portugal Nuts. Só desta forma é que poderemos continuar a trabalhar juntos na valorização e no reconhecimento da produção nacional, que beneficia este tipo de produtores, mas valoriza também a produção tradicional, pois cria espaço para esta última existir e se diferenciar, caminhando lado a lado para a afirmação da produção e oferta diversificada de frutos secos nacionais.

Frutos de Casca Rija

Os frutos de casca rija, também denominados como frutos secos, têm uma forte tradição em Portugal tanto na produção como na alimentação. Até ao ano de 2020, a castanha era o fruto mais representativo em Portugal (com foco no norte do País), seguida da amêndoa. Contudo, em 2021 a amêndoa tornou-se líder e a partir de 2022 o Alentejo começou a liderar as regiões produtoras nacionais. A fileira dos frutos secos, e em particular a produção de amêndoa, tem vindo a crescer significativamente impulsionada pelas condições edafoclimáticas nacionais, pelas áreas de regadio disponíveis e pela oportunidade de fornecer o mercado europeu, através de uma maior proximidade e eficiência e que está fortemente dependente de importações dos Estados Unidos da América.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da área das principais culturas aumentou 7% e a produção, no seu conjunto, 35%;
- a amêndoa representou em 2023 cerca de 68% da produção, seguida da castanha com 23% e da noz com 9%;
- os maiores crescimentos de produção, em percentagem, verificaram-se na amêndoa (50%) e noz (29%);
- as principais regiões produtoras foram o Alentejo com 47%, o Norte com 35% e o Centro com 11%.

SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Amêndoa	58 404	63 884	71 689	41 452	46 215	69 511
Castanha	50 373	49 944	50 585	37 716	22 671	23 825
Noz	5 606	5 492	5 598	7 542	7 125	9 199
Avelã	408	550	701	240	232	253

Fonte: INE



Portugal é um país fortemente exportador, tendo em alguns momentos do ano de importar algumas quantidades específicas de determinadas características.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações Toneladas	Exportações Toneladas
Frutos casca rija		
Amêndoas com casca	964	27 655
Amêndoas sem casca	4 162	5 475
Avelãs com casca	16	1
Avelãs sem casca	436	15
Nozes com casca	679	876
Nozes sem casca	2 365	275
Castanhas	2 955	12 121
Pinhões	65	15

Fonte: INE

O grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 foi de 103%.



1.4

Pequenos Frutos

Pequenos Frutos

LOÍÇ OLIVEIRA (PRESIDENTE DA LUSOMORANGO)

A Lusomorango exporta 99% da produção. Se houver água, disponibilidade de mão-de-obra e a burocracia não impedir, o sector dos pequenos frutos vermelhos e outros vegetais ainda tem margem para crescer de forma sustentável, defende Loïc Oliveira, presidente do Conselho de Administração da Lusomorango. Reduzir as perdas da distribuição de água tem sido uma das grandes reivindicações dos produtores. Apesar do perímetro de rega do Mira ser o que recebeu menos verbas de reabilitação nas últimas décadas no país é dos que tem dado mais retorno em termos de metro cúbico usado, explica Loïc Oliveira. Criar charcas é uma das lutas da Lusomorango para ajudar a resolver a questão da falta de água.

O que representa a Lusomorango no panorama agrícola português? A Lusomorango – Organização de Produtores representa cerca de quatro dezenas de empresários com produção no sector dos pequenos frutos nas regiões de Odemira e Almeirim e, também, no Algarve que têm contribuído, ao longo dos anos, para o crescimento das exportações nacionais e, de forma muito significativa, para a qualificação do produto, dos pequenos frutos nacionais, nos mercados internacionais. Hoje, os pequenos frutos portugueses são um referencial de qualidade, sabor e frescura e isso deve-se, principalmente, ao trabalho e aos investimentos dos produtores, muitos deles associados da Lusomorango.

Iniciámos 2024 impulsionados por um recorde de vendas verificado em 2023, mas temos a noção de que há um conjunto de adversidades que restringe o nosso potencial de crescimento. O sector dos pequenos frutos exportou 294 Milhões de euros, em 2023, o que representa um crescimento de 15,6% face a 2022, e 5,7% do total

A agricultura é uma oportunidade para Portugal

nacional realizado pela fileira Frutas, Legumes e Flores.

Como avalia o sector nacional dos pequenos frutos? O sector dos pequenos frutos tem sido, como muitas outras culturas em Portugal, um exemplo de como é possível modernizar a agricultura e apresentar ao mercado produtos de excelência que distinguem o país nas mais diversas geografias.

Apesar das várias adversidades enfrentadas nos últimos anos, desde a pandemia até ao impacto das alterações climáticas, onde a disponibilidade de água é um fator crítico, o sector dos pequenos frutos tem sido capaz de manter e melhorar o seu desempenho, produzindo mais e melhor com menos recursos e de forma cada vez mais sustentável.

Prova disto mesmo são os resultados que tem conquistado e que evidenciam um crescimento contínuo quer em quantidade produzida, quer em volume de negócios realizados. É, sem dúvida, um sector referência da produção agrícola nacional onde existe um grande potencial de crescimento, assim estejam reunidas as condições necessárias para que isso aconteça.

Quais os principais desafios e oportunidades? A disponibilidade de água é o principal desafio, não só para os pequenos frutos, mas para toda a produção agrícola. As alterações climáticas são uma realidade inquestionável, da mesma forma que é a necessidade de continuar a produzir alimentos para a população mundial que continuará a aumentar. Sem água não há alimentos, pelo que é fundamental encontrar processos produtivos que façam um uso cada vez mais eficiente deste recurso.

É nisso que, na Lusomorango, temos empenhado os nossos esforços como, aliás, é exemplo o Centro de Investigação para a Sustentabilidade, uma iniciativa que promovemos a par com o INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e com as empresas Driscoll's e Maravilha Farms. Neste centro estudamos, com base em processos científicos, a capacidade produtiva das plantas em cenários exigentes de disponibilidade de água. Este é um conhecimento que servirá, além dos produtores da Lusomorango, todos os produtores, de pequenos frutos e de outras culturas.

Por outro lado, a mão de obra. Apenas na região de Odemira o sector dos pequenos-frutos é responsável por mais de dois mil postos de trabalho que incluem profissionais altamente qualificados e, também, trabalhadores indiferenciados, portugueses e estrangeiros. A verdade é que na agricultura, como noutras atividades económicas, a comunidade estrangeira é cada vez importante para as empresas, já que são quem tem assegurado a atividade do sector, já que é aquela que apresenta maior disponibilidade para trabalhar. Esta realidade representa responsabilidades acrescidas no acolhimento e integração destas pessoas, destas famílias, nas comunidades em que estão inseridas, e exige a definição de regras e processos claros, ágeis e escrutináveis que possam responder às necessidades das empresas e de todos aqueles que procuram o nosso país como destino para construir a sua vida.

Este é um sector com um potencial de desenvolvimento muito grande, potencial ao nível da produção, da afirmação da qualidade dos pequenos frutos nacionais nos mercados internacionais e, também e cada vez mais, nos nacionais, na criação de emprego, na produção de conhecimento. A agricultura é uma oportunidade para Portugal e os pequenos frutos desempenham um papel significativo nesta realidade, assim se reúnam as condições necessárias para que os produtores agrícolas continuem, de forma responsável e como têm feito até aqui, a investir, a produzir e a desenvolver os territórios em que atuam.

Quais as principais prioridades? As nossas prioridades na Lusomorango, como na atividade agrícola em geral, estão centradas no desenvolvimento da capacidade e da competitividade dos nossos produtores, considerando sempre a aposta no conhecimento e na inovação para promover sistemas produtivos mais eficientes e sustentáveis que permitam produzir mais e melhor fruta de excelente qualidade, com menos recursos e com cada vez menor impacto.

Pequenos Frutos

A produção de pequenos frutos, vulgarmente denominados como frutos vermelhos, teve um crescimento expressivo nas últimas décadas, tornando hoje Portugal um player de referência no contexto europeu e mundial. Esta expansão iniciou-se nos anos 2000, impulsionada pela elevada procura europeia deste tipo de frutos fortemente conectados com alimentação saudável, saúde e bem-estar. Pela proximidade ao mar, Portugal tem condições climáticas únicas para a sua produção, permitindo produzir consistentemente durante largos períodos do ano. Nos dias de hoje, as principais multinacionais do sector estão presentes localmente, sendo os produtores portugueses referências globais de conhecimento e competitividade. É também reconhecida a capacidade nacional de fornecer os mercados mais exigentes e de acordo com os mais elevados parâmetros de qualidade.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da área das principais culturas aumentou 4% e a produção, no seu conjunto, 14%;
- a framboesa representou, em 2023, cerca de 45% da produção, seguida do mirtilo com 26%, do morango com 25% e da amora com 4%;
- houve um crescimento generalizado na produção de todos os pequenos frutos, com especial foco na framboesa (22%);
- a principal região produtora foi o Alentejo, com destaque para o concelho de Odemira, seguida da região Centro com especial importância na produção de mirtilos.

SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Framboesa	1 450	1 554	1 677	27 950	29 304	35 663
Mirtilo	2 587	2 620	2 627	17 144	19 051	20 833
Morango	614	523	599	23 012	18 092	19 625
Amora	200	180	182	2 907	2 712	2 817
Groselha	116	110	121	273	231	267

Fonte: INE



PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023				
	Framboesas	Mirtilos	Morango	Amoras	Groselha
Portugal	35 663	20 833	19 625	2 817	267
Continente	35 663	20 833	*	2 817	267
Norte	422	5 210	*	131	166
Centro	971	7 817	*	161	68
Oeste e Vale do Tejo	358	955	*	19	0
Grande Lisboa	29	10	*	14	0
Península de Setúbal	251	283	*	6	0
Alentejo	29 198	6 444	*	2 320	33
Algarve	4 434	113	*	167	0
Região Autónoma dos Açores	0	0	*	0	0
Região Autónoma da Madeira	0	0	*	0	0

Fonte: INE

Com exceção do morango, Portugal é um dos principais exportadores de pequenos frutos da Europa, em particular framboesa e amora, tendo de importar algumas quantidades específicas em alguns momentos do ano.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
	Toneladas	Toneladas
Pequenos frutos		
Morangos frescos	12 895	2 607
Framboesas	904	28 150
Amoras	176	4 922
Mirtilos	1 930	7 317

Fonte: INE

O consumo nacional de *berries* tem aumentado significativamente nos últimos anos, muito conectado com a alimentação saudável e bem-estar. Embora não haja informação disponível, estima-se que o grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 seja bastante elevado.



1.5

Frutos Subtropicais

Frutos Subtropicais

JOÃO BENTO INÁCIO (PRESIDENTE DA GLOBAL AVOCADOS)

A Global Avocados foi fundada por produtores de abacate localizados no sul de Portugal, onde o sol brilha todo o ano e se podem encontrar as melhores condições para a produção de abacate cumprindo os mais altos requisitos de qualidade.

Clima propício e acompanhamento rigoroso da produção, conjugados com a preocupação ambiental, boas práticas agrícolas e elevada tecnologia, conseguem um uso mais eficiente da água e dos nutrientes na cultura do abacate, obtendo um produto com os mais altos padrões de qualidade, textura e sabor.

João Bento Inácio desde cedo se sentiu destinado à vertente agrícola e hoje, à frente da Global Avocados, afirma que o compromisso assumido é o de oferecer ao consumidor os melhores abacates, um fruto que tem vindo a conquistar o mercado mundial devido ao seu sabor, às suas propriedades nutricionais e aos seus enormes benefícios, chegando a ser considerado “ouro verde”.

O que é a Global Avocados? A Global Avocados nasceu da agregação de três produtores que tinham a intenção de fazer algo diferente do que existe no Algarve, que é essencialmente a cultura dos citrinos, introduzindo uma cultura nova dos abacates. E não existia uma estrutura dedicada a este novo produto.

Nós, com alguma dimensão de plantação que já tínhamos, decidimos em conjunto construir a Global Avocados para sermos uma alternativa aos circuitos comerciais dos produtores do Algarve, que era produzir e entregar a produção a vários operadores em Espanha.

Esse produto era vendido como de origem espanhola e estava na hora de reorganizar essa produção e fechar o ciclo, ou seja, desde a produção até à comercialização, criando mais valor. Este foi um dos principais objetivos, sermos uma alternativa aos centros que existiam e que não nos satisfaziam, e sermos também essa alternativa para outros produtores da região, indo além da nossa produção. No conjunto, temos cerca de 800 hectares plantados, que são a base deste projeto.

O outro objetivo foi o de criar a marca Algarve, para nos afirmarmos como uma alternativa comercial. Temos de defender a nossa origem, ter qualidade no nosso produto, pois só assim é que conseguimos diferenciá-los.

É um projeto muito recente, que iniciámos em 2020. E a primeira campanha que fizemos foi a campanha de 2021. Portanto, temos quatro campanhas feitas aqui.

Toda a produção é para exportação? Nós exportamos cerca de 95% do que produzimos, portanto, a exportação é muito importante. Aliás, a agricultura, sem exportação, não é fácil. A exportação acrescenta valor porque vamos a outro tipo de mercados, onde se valoriza o produto e reconhece a qualidade. O que produzimos aqui em Portugal é de boa qualidade, o abacate não foge à regra, e isso é reconhecido já por todos os clientes da Europa. Antes de começar a campanha, todos eles preferem os nossos produtos, então, querem mais quantidades do abacate que é

produzido em Portugal.

Estamos já nas 4.500 toneladas, e pensamos dentro de dois, três anos, chegar perto das 10.000 toneladas. Alguns pomares foram plantados em 2020 e ainda não estão em plena produção, portanto, todos os anos estamos a aumentar os números e as quantidades disponíveis para comercialização.

Quais são os principais países de destino? França, Holanda, Alemanha, Itália, Suíça. Espanha também, alguns são nichos de mercado, principalmente Madrid e Barcelona.

E, depois, também o mercado nacional, que para nós é importante. Estamos agora a aumentar a quantidade para o mercado português, através do estímulo em câmaras e a oferta de produto maturado já pronto a comer. O consumidor nacional está cada vez mais aberto. Era um fruto que não era muito conhecido, nem muito consumido, mas tem vindo a aumentar bastante o consumo, em Portugal e em toda a Europa.

Portanto, a procura nos últimos anos tem sido sempre crescente, o consumo tem aumentado acima da capacidade da oferta. A oferta tem sido feita para a Europa, principalmente na época de produção, que vai desde o final de setembro até o fim de abril, início de maio. A nossa produção de abacate no Algarve coincide mais ou menos com a produção de Espanha e também a de Marrocos. Apesar de se ter verificado um aumento das áreas plantadas nestas geografias, o aumento do consumo tem superado a oferta.

Qual o impacto ambiental deste fruto? A sustentabilidade ambiental é uma vertente que valorizamos muito, é importantíssima. Desde a produção até à comercialização queremos ter práticas que sejam amigas do ambiente, e que deem essa resposta.

Por exemplo, toda a produção que é feita em Portugal chega ao mercado europeu em dois dias de camião frigorífico, ou seja, tem uma pegada ecológica muito mais baixa do que o abacate que é consumido na Europa, mas produzido na América do Sul ou África que demora entre 45 a 60 dias a chegar ao consumidor. Nós, em dois dias, entregamos ao cliente, entre a colheita e termos o produto no consumidor, são dez dias.

Na produção, aplicamos boas práticas de sustentabilidade ambiental, de proteção e promoção de biodiversidade. Por exemplo, através das abelhas, através das práticas de não mobilização de solos, através da proteção das plantas autóctones e da biodiversidade existente. Já aplicamos essas práticas que são valorizadas pelos nossos clientes, que reconhecem que temos uma forma de produção sustentável, de cuidado ambiental e de proteção da biodiversidade.

Fazemos há alguns anos a nutrição, ou seja, uma utilização muito rigorosa de todos os nutrientes aplicados, analisamos ao longo dos vários ciclos de desenvolvimento da planta e vamos percebendo o nível de cada um dos nutrientes dentro dos diversos parâmetros, os que temos de corrigir. Essas proteções

são essenciais para não haver desperdício e não faltar qualquer nutriente.

Portanto, estamos a garantir e a proteger também os nossos solos através dessas boas práticas.

E no que se refere ao uso de água? Como sabemos, há muita gente que associa as plantações de abacates ao uso excessivo de água e que, tendo em conta os anos de seca que nós temos vivido, isso poderá ser um problema. Dizer que o abacate é uma cultura que necessita de água em grandes quantidades é um mito que os agricultores não tiveram a capacidade de desmistificar e clarificar. O abacate não consome mais do que outros tipos de culturas, o consumo é similar ao dos citrinos produzidos na região. Aliás, os indicadores do COTR (Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio) e da DGADR sobre os consumos anuais das várias culturas instaladas na zona do Algarve dizem que, por hectare, são similares ao resto do mundo. Amílcar Duarte, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, investigador e doutorado em ciências agrárias, considera que a premissa do abacate ser a causa de todos os males da agricultura do Algarve, nomeadamente porque é uma cultura que consome uma enorme quantidade de água, é uma falácia.

E o abacate até tem uma característica que o distingue,

“O abacate tem vindo a conquistar o mercado mundial, chegando a ser considerado “ouro verde”.

já que é menos resistente ao excesso de água do que os citrinos, por isso, os pomares de abacateiros apostam em sistemas modernos e com mais rigor na rega.

Como é que avalia a importância do sector dos abacates na agricultura nacional? A nível nacional, os abacates são uma cultura que já está instalada na Algarve há mais de 50 anos. Aliás, nos anos 80 a própria Direção Regional do Algarve fez promoção da cultura do abacate, incentivando os agricultores a terem uma alternativa a outras culturas já instaladas na região.

A oportunidade que se criou foi de uma cultura que tem algumas exigências e características que não pode ser instalada em qualquer solo. Tem que estar instalada em microclimas de temperaturas com menos amplitude, e o Algarve tem essas condições. Aliás, a nível europeu o Algarve é a região que tem as condições mais adaptadas a esta cultura, pelo que o custo de investimento é menor. No mosaico da agricultura algarvia ocupa hoje

pouco mais de dois mil hectares, o que significa que não tem uma grande representatividade. Os citrinos representam cerca de 16 mil hectares e a alfarroba cerca de 13 mil.

Quais são os desafios que enfrentam? A agricultura em geral tem alguns desafios, como o da água, principalmente nesta região, e o da mão de obra. Depois temos outro desafio que é o aumento do custo de produção. Considero que estes são os 3 principais desafios para os quais temos que encontrar soluções, ser criativos para os mitigar.

Para a questão da água estão previstos alguns investimentos através do PRR, como a dessalinizadora, tratamentos para águas residuais, a captação de água no Pomarão... esses investimentos estão aprovados e estão previstos até final de 2026.

A curto prazo está também em estudo a barragem da Foupana e outras alternativas para percebermos o que é que se poderá fazer para sermos mais resilientes e termos maior capacidade de oferta.

Portanto, a prioridade é a questão da água, mas também há a questão da mão de obra, principalmente mão de obra qualificada. No Algarve, a mão de obra estrangeira é cerca de 70%, não é só no caso da agricultura. São principalmente asiáticos, há uns anos eram do Leste europeu.

E depois, a questão dos fatores de produção, primeiro com a Covid e posteriormente com a guerra na Ucrânia, aumentaram bastante os custos e diminuíram as margens, o que acabou por levar à subida do preço no consumidor. O preço que é feito pelo produtor tem sempre em conta a oferta e a procura em cada momento, sempre foi assim e há de continuar a ser. Muitas vezes o preço definido entre a oferta e a procura não é justo, é o indispensável para o custo de produzir. A cultura do abacate é uma cultura com margens superiores neste momento e que tem conseguido acomodar este aumento de custos, nomeadamente dos salários.

Estamos num mercado que está desregulado, onde não há unidade de concorrência porque o mesmo produto é produzido em diferentes geografias, com outras regras e exigências. Por exemplo, noutros continentes é permitida a utilização de matérias ativas (e mais grave ainda, em produção biológica) que nós já não utilizamos há dez ou doze anos na Europa. E depois o consumidor compra um abacate como sendo biológico, mas que utilizou estas matérias na sua produção.

Outro exemplo é o custo da mão de obra e as regras importantíssimas das condições de trabalho e dos trabalhadores que sabemos que noutros origens não são respeitadas. Ora sem essas exigências conseguem produzir a um custo mais baixo. Tudo isto constitui uma concorrência desleal.

Na Global Avocados sempre fizemos questão de cumprir essas regras e de promover o bem-estar das pessoas que, com melhores condições, vão estar muito mais felizes e com maior produtividade. Mas há que ter em conta que o abacate é uma cultura sazonal e principalmente nas colheitas e podas também trabalhamos muito com as empresas de trabalho temporário, escolhendo aquelas que nos dão garantias de cumprimentos de todas as regras.

O Algarve é a melhor região para fazer esta produção, mas não existem terrenos disponíveis. O elevado custo da terra é um problema. Um terreno comprava-se em 2010 por 25 ou 30 mil euros e agora compra-se por 70 ou 80 mil.

Acha que é um sector com boas oportunidades? Eu considero que em concreto os abacates são um sector com várias oportunidades pela frente e ainda com uma margem grande de crescimento. Acho que nos próximos anos vai crescer num ritmo mais lento do que cresceu nos últimos 10 anos. Temos um compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e económica. Não temos dúvidas que a sustentabilidade económica é o que nos permite implementar as regras e conseguir cumprir o compromisso ambiental e social.

Se queremos ter bons resultados, um bom retorno, temos de plantar coisas boas, estar na vanguarda da tecnologia, da organização, mas também sermos socialmente responsáveis, respeitadores. É isto que nos dá mais confiança para o futuro, termos a consciência de estarmos a fazer o melhor que podemos.



Frutos Subtropicais

A produção nacional dos principais frutos subtropicais, como o abacate, o kiwi, a banana e o ananás, tem as suas raízes no Algarve e na Madeira, migrando posteriormente para o centro de Portugal Continental no caso do abacate e para o norte do País no caso do kiwi. No passado, estas culturas tinham uma expressão limitada e focada no consumo local. No entanto, nas últimas décadas, a sua produção cresceu significativamente impulsionada pela crescente procura internacional, proximidade a importantes mercados de consumo e possibilidade de produzir em momentos do ano complementares ao hemisfério sul. O abacate, em particular, destacou-se fortemente na região do Algarve, sendo atualmente uma das principais regiões produtoras europeias. O uso das mais modernas técnicas agrícolas tem permitido o crescimento da atividade, tornando Portugal uma origem de qualidade reconhecida.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da área das principais culturas aumentou 5% e a produção, no seu conjunto, 6%;
- o kiwi representou em 2023 cerca de 43% da produção, seguida do abacate com 30% e da banana com 27%;
- os maiores crescimentos de produção, em percentagem, verificaram-se no abacate (30%) e na banana (9%), tendo o kiwi decrescido a sua produção (-8%);
- as principais regiões produtoras foram o Norte com 35%, o Algarve com 28% e a Madeira com 24%;
- Os Açores produziram 1.203 tons de ananás em 2023, representando 1% do total das principais frutas subtropicais produzidas em Portugal.

SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Kiwi	3 467	3 516	3 528	55 461	52 919	48 690
Abacate	2 568	3 194	3 577	20 174	25 791	33 582
Banana	1 121	1 164	1 170	24 991	28 460	30 977

Fonte: INE



PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023		
	Kiwi	Abacate	Banana
Portugal	48 690	33 582	30 977
Continente	48 561	33 107	153
Norte	39 544	0	0
Centro	8 910	419	0
Oeste e Vale do Tejo	56	0	0
Grande Lisboa	1	0	0
Península de Setúbal	8	369	0
Alentejo	0	525	0
Algarve	42	31 794	153
Região Autónoma dos Açores	0	0	4 353
Região Autónoma da Madeira	129	475	26 471

Fonte: INE

Apesar de alguma produção nacional, Portugal é um país fortemente importador de frutos subtropicais. É de notar que muita da produção nacional, disponível em “contraciclo” relativamente ao hemisfério sul (onde se encontram os principais players mundiais), é exportada para os principais mercados europeus.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
	Toneladas	Toneladas
Frutos subtropicais		
Abacates	9 038	11 146
Bananas	227 727	28 756
Ananases	68 504	21 536
Kiwis	11 913	32 296

Fonte: INE

Também aqui o consumo nacional tem aumentado significativamente nos últimos anos, muito conectado com a alimentação saudável e bem-estar. Embora não haja informação disponível, estima-se que o grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 seja reduzido em bananas e ananases e elevado em abacates e kiwis.



1.6

Outros Frutos

Outros Frutos

FILIFE RIBEIRO (PRESIDENTE DA ANP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE PERA ROCHA)

Filipe Ribeiro é presidente da Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha - ANP. A Associação representa cerca de 90% de uma fileira de Rocha do Oeste que exporta anualmente 90 milhões e internamente tem um volume de negócio de 70 milhões de euros.

A pera rocha do Oeste tem denominação de origem protegida, mas enfrenta desafios, como a quebra na produção provocada por doenças e a diminuição de área cultivada. Filipe Ribeiro assegura que, tal como na natureza, na agricultura procura-se o equilíbrio. “O produtor é o primeiro interessado em ser defensor do ambiente e produzir com o mínimo de impacto no meio ambiente e com padrões de qualidade”, refere.

O que representa a ANP no panorama agrícola português? A ANP tem cerca de 30 anos e foi das primeiras que surgiu no âmbito da pera rocha. A pera rocha tem a vantagem de ser um produto reconhecido, é um fruto de âmbito nacional e diz-nos muito da nossa cultura e região. Está ligada ao início das exportações de frutas e legumes nacionais, que coincidiu com um ano de superprodução de pera rocha. Foi um dos impulsionadores dentro das frutas, pelo volume. Ao mesmo tempo ajudou ao desenvolvimento da região e introduziu uma grande dinâmica.

A Associação congrega 30 empresas produtoras com estruturas diferentes, operadores pequenos, médios e grandes debaixo de um chapéu comum: Rocha do Oeste. A marca coletiva começou há cerca de dez anos.

Qual o papel e importância da marca coletiva? Ajuda a dinâmica da comercialização porque é um fio condutor de comunicação. Uma marca coletiva ajuda a comunicar e congrega os sócios em torno de um benefício comum, conseguir dar projeção, ter reconhecimento traduzido num produto de denominação de origem protegida. Sendo produto nacional e regional beneficiou dessa denominação de origem e representa uma grande mais-valia a nível da economia e estrutura agrícola da região.

A pera é um produto estrela, quanto representa no sector frutícola? Nos últimos dois anos a produção caiu por causa de duas doenças – fogo bacteriano e estenfiliose. Tem a ver com as mudanças climáticas. Fez falta um projeto de melhoramento genético que tivesse ajudado a fazer face a estes problemas e até tendo em conta os constrangimentos a nível europeu da legislação. Não estamos a falar de organismos geneticamente modificados, mas de pequenas alterações que poderiam permitir à pera ser mais preparada para estes novos desafios. Na região Oeste, a pera tem uma predominância em termos de cultura frutícola. A produção de pera representa cerca de 50% nos concelhos do Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Alcobaça (apesar da maçã), Lourinhã, Torres Vedras (a vinha tem ganho importância). Tem um peso muito grande na economia local.

Para exportação vai mais de 50% da produção. Esta tendência deve manter-se.

Quais são os principais mercados exteriores? Brasil, Inglaterra, Marrocos, Espanha, Reino Unido, Alemanha e França.

Ainda há margem de crescimento? A problemática ligada ao clima e às pragas e doenças tem afetado todas as produções de pera ao nível europeu. Na natureza trabalhamos em equilíbrio, tratando pragas e doenças para não se tornarem problemáticas no final da colheita. Assim teremos um produto de qualidade com benefícios para a saúde e sem resíduos. O fundamentalismo a nível europeu e a agenda contra algumas substâncias que chamo de defensores agrícolas tem prejudicado a qualidade da produção. Foram essas soluções que permitiram à Europa ser autossuficiente e ser uma força exportadora de frutas e legumes. O caminho fundamentalista do radical verde leva a menor produção e à necessidade de importar produtos de geografias onde não há a mesma garantia, nem na produção nem a nível social. Tal como na natureza, o que se procura é o equilíbrio.

Como se posiciona o produtor? O produtor é o primeiro interessado em ser defensor do ambiente, e produzir com o mínimo de impacto no meio ambiente e com padrões de qualidade. Ao atacarmos a produção europeia e nacional estamos a favorecer importações de sítios onde não temos garantia em termos de segurança alimentar. Nos últimos anos houve uma grande evolução ao nível laboratorial, de análise de resíduos, ao nível das moléculas na saúde humana. Neste momento temos todas as ferramentas para produzir um produto com garantias. Estamos a trabalhar para produzir um produto economicamente sustentável e garantir um valor aceitável para o consumidor. É importante o produtor ter garantia de que consegue colher a produção todos os anos.

A dinâmica à volta de um pomar de pera implica sempre um investimento grande, plantar, cuidar até colher. Se perdermos a produção perde-se dinheiro. A sustentabilidade da produção é diferente em cada produto. Ao mesmo tempo, é a produção que permite a ocupação dos territórios e o combate à desertificação e abandono. Deve haver a preocupação do consumidor de consumir preferencialmente produtos nacionais, com garantia de que são produzidos de forma vigiada e controlada, bem como o consumo de frutas diferenciadas em termos de marca, como é o caso da pera rocha do Oeste. Esta é a forma mais correta de produtores e sócios da associação vermos o esforço reconhecido, vender o que produzimos com garantia ao consumidor.

Qual a radiografia do sector da pera no Oeste? A área plantada de pera tem diminuído, fruto das doenças e da quebra de rendimento. Nos últimos dois anos perdemos 10%. Temos neste momento 10 mil hectares. Defendemos a reposição do potencial produtivo para fazer face a problemas imprevistos, o que permite nas áreas com falha de plantas haver repovoamento apoiado pela UE ou plantação de raiz majorada. Se optarmos por outras culturas haverá

pressão de mercado maior nas outras culturas e isso não é interessante para a economia nem para os agricultores.

No Oeste, quando de arranca pereira opta-se por vinha ou macieira. Defendemos um período de conversão para depois voltar à pereira. No último ano a quebra na produção foi de 30% a 40%. Foi muito.

Quais os principais desafios do sector? Temos desafios de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, é fazer face às pragas, doenças e alterações climáticas. A falta de frio no inverno tem prejudicado em muito a produção.

Nos últimos tempos temos visto agricultores na rua por toda a Europa, numa união inédita. Se pensarmos no green deal, a agricultura representa apenas um por cento das emissões a nível mundial. Já muito foi feito para reduzir. Fez-se um caminho importante, mas não podemos entrar no fundamentalismo de ter produtos sem impacto. As pragas e doenças podem tomar grandes proporções a nível da saúde humana. Imaginem chegar a uma farmácia e dizer que vamos banir 50% dos medicamentos sem qualquer estudo prévio ou avaliação e sem criar alternativas. Qualquer atividade tem impacto na natureza, temos de trabalhar para o reduzir, mas não vamos lá com fundamentalismos nem com bodes expiatórios.

A médio prazo, promover a dinamização da marca, e aí há responsabilidade dos operadores. Promover a marca, comunicarmos com o consumidor a nível nacional e internacional. A exportação dá-se para mais de dez destinos e temos aí uma oportunidade de comunicar com outros consumidores. A Pereira é originária de Sintra, descoberta em 1833 e Sintra, sendo um dos concelhos mais visitados do país, pode ser uma plataforma interessante para a promover e divulgar. Nós associação queremos divulgar o produto para mitigar as dificuldades de produção a medio e longo prazo.

A longo prazo temos de fazer um verdadeiro programa de melhoramento e estamos empenhados em executá-lo. Já temos um protocolo em vias de evolução para conseguir uma Rocha melhorada e resistente tendo em conta estas problemáticas, mas também a pensar no sabor e noutras características que nos façam orgulhar deste produto português.

Em que consiste esse protocolo? Temos um consócio INIAV e ANP, numa parceria público privada. Queremos envolver os técnicos para perceber se nas plantações existem indivíduos adultos para estudar. O protocolo é para dez anos.

Queremos ter o Centro Operacional e Tecnológico Hortofrutícola (faz a ponte com as universidades), ter os municípios envolvidos, a CIM e a tutela nacional. E envolver os fatores de produção, também eles interessados no melhoramento da pera.

Hoje temos ferramentas muito sofisticadas de melhoria de ADN. A evolução é rápida e acreditamos que podemos acelerar o processo, porque a tecnologia é uma oportunidade. Aparecem novas variedades que podem ajudar.

O protocolo vai permitir recolher o material e clones de pera rocha, enriquecer essa coleção com mais clones e depois analisar os vários caminhos dentro dos melhoramentos.

Foi aprovada recentemente legislação, e a Europa ficou para trás. Não podemos eliminar os defensivos agrícolas e ao mesmo tempo não deixar evoluir a variedade. A melhoria genética permitirá defender a planta. Temos de fazer o caminho e a Europa tem de deixar-se de lirismo. A autonomia alimentar é importante e vimos isso com a pandemia. Somos apologistas do mercado global e a pera é exportada, não defendemos as fronteiras fechadas, mas temos de ensinar os consumidores a preferir produtos nacionais e europeus. Isso também deve ser feito nas escolas. Os manuais escolares devem também dignificar a agricultura. Temos um sector envelhecido e precisamos de jovens a identificarem-se com o sector.

O produtor é o primeiro interessado em ser defensor do ambiente e produzir com o mínimo de impacto no meio ambiente e com padrões de qualidade

Qual a situação da produção de pera na Europa?

A Europa produz agora menos 30% da pera que produzia há dez anos. Uma planta perene é mais suscetível às alterações. Não houve incentivo para o melhoramento genético que demora algumas décadas. A indústria procura soluções rápidas e por isso têm de ser os Estados e os produtores a investirem nesse melhoramento.

Voltando aos desafios, é preciso ir mais devagar na caminhada que eu entendo fundamentalista do green deal – ir mais rápido tem impacto brutal na atividade de produção, mas também na orgânica da própria produção a nível europeu.

É preciso procurar soluções alternativas que deem garantias que funcionam, criar incentivos e programas de certificação de clones para conseguir ter genética



mais resistente às pragas e doenças. Quando há uma dificuldade há uma oportunidade e uma janela de possibilidade de negócio.

Que medidas estão a ser pensadas para aumentar o consumo da pera rocha em Portugal? As adversidades a nível da produção levam a que o valor esteja mais elevado e isso coloca algumas barreiras. Hoje temos sensibilidade em relação às problemáticas da produção. Existe uma fronteira para a insustentabilidade e temos de procurar soluções para que os produtores tenham um rendimento aceitável e o valor permita que seja vendido. Não faz sentido um produto exótico ser vendido mais barato que um produto europeu. A produção nacional tem de ser privilegiada. A nível do mercado interno, comunicamos com os vários operadores e praticamente todos eles trabalham connosco. A negociação não é fácil, e como presidente da associação esse é um dos desafios. O consumidor final e todos nós temos o papel de sermos embaixadores da pera rocha. 90% da produção está organizada e trabalhamos para que todos – sócios, operadores, consumidores – se identifiquem com esta forma de valorização do produto. Podemos pagar um pouco mais para ter um produto diferenciado e de qualidade.

A água e a mão de obra são um problema para o sector? Historicamente, a água é um problema crónico de Portugal, o que custa a perceber porque temos as três maiores bacias hidrográficas da Península Ibérica. Só aproveitamos 6 ou 7% dessas bacias. Há um consórcio interessante aqui na região, a Maçã de Alcobaça, a Pera Rocha do Oeste, entre outras, juntaram-se para fazer alguma coisa para o futuro. Fizemos propostas concretas para a criação de pequenas represas nas linhas de água, por si só é uma ajuda para aumentar as taxas de infiltração no solo e melhorar o nível dos recursos na qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas. No Oeste não temos uma grande bacia hidrográfica. Mas no último ano tivemos níveis de precipitação interessantes. Temos de pensar de forma concertada. A água é o primeiro bem, traz biodiversidade. Aumentamos a biodiversidade se tirarmos partido da chuva, porque chove no inverno

e no verão não temos chuva. É impensável fazermos cultura frutícola sem irrigação.

Relativamente à mão de obra, a colheita da pera faz-se mais ou menos num mês. Precisamos de uma grande disponibilidade de mão de obra num período curto de tempo. Aqui no Oeste os estudantes universitários passaram pela colheita da fruta, mas agora podem perder as bolsas e benefícios se trabalharem naquele pequeno período. Deviam ser isentados. Neste momento, há a mão de obra sazonal, quem tira férias, estrangeiros, trabalhadores que circulam de acordo com as colheitas, primeiro os frutos vermelhos, depois a maçã e a fruta, depois as vindimas. No pico estamos a falar de 5 a 10 mil pessoas na colheita, durante o ano os trabalhadores que estão na central e no frio, nos operadores, são cerca de mil pessoas.

É otimista em relação ao sector da pera rocha?

Tenho um otimismo moderado. Tenho consciência da realidade do sector, a começar pela falta de confiança que o produtor tem na sua produção. Chegar perto da colheita e perder uma parte da produção é dramático. Tem havido uma valorização do produto que não tem compensado as perdas. O clima alterado faz-nos procurar soluções junto da Europa, porque a questão é transversal ao sul do continente europeu. Há uma preocupação comum de toda a fileira da produção à volta da agenda europeia. Temos de ser nós produtores a comunicar de forma responsável com o consumidor e a sociedade porque se nada for feito, não conseguiremos ter produção com rendimento.

A pera tem de seguir o caminho feito na vinha em termos de melhoramento genético das castas.

A extinção das Direções Regionais de Agricultura causou transtorno ao sector. Foi uma grande asneira porque foi feito à revelia de todos sem compreendermos as razões. O Ministério da Agricultura perdeu importância em detrimento do Ambiente. É um sinal político de abandono dos territórios rurais, num país em que o abandono é um problema grave que tem de ser combatido. Enfraqueceu a importância da agricultura na sociedade. Temos a esperança de que o novo governo tenha sensibilidade para o mundo rural.

Outros Frutos

A produção (e consumo) de fruta têm uma forte tradição em Portugal, sendo que a diversidade de microclimas de todo o território permite o cultivo de diferentes fruteiras. O sul do país caracteriza-se por um clima mais quente e seco, predominando naturalmente os cítricos. Migrando para o centro e norte, encontramos aquelas que necessitam de invernos cada vez mais frios para um adequado período de dormência e consequente indução floral. Assim, a região centro tem o principal núcleo de peras e melões e a região Norte, por exemplo, de maçãs e cerejas. É interessante verificar que a seleção de variedades é um fator cada vez mais preponderante no momento da instalação de um pomar, sendo que as características sensoriais são determinantes na escolha por parte dos consumidores. Portugal tem feito um caminho relevante nesta matéria, podendo dar como exemplo alguns produtos nacionais que têm conquistado os diferentes mercados, como a Pera Rocha do Oeste (DOP), a Maçã de Alcobaça (IGP) ou os Citrinos do Algarve (IGP).

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da área das principais culturas aumentou 2% e a produção, no seu conjunto, diminuiu 12%, com quebras relevantes na laranja (-26%), pera (-10%), melão (-13%) e cereja (-52%);
- a maçã representou em 2023 cerca de 32% da produção, seguida da laranja com 31%, pera com 13% e melão com 5%;
- as principais regiões produtoras foram o Algarve com 36%, o Oeste e Vale do Tejo com 25% e o Norte com 22% (não entrando neste cálculo as culturas do melão e melancia, na medida em que não existe informação estatística relativa às suas produções em cada região nacional).

SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Maçã	13 919	13 730	13 942	368 225	291 190	292 225
Laranja	17 252	17 210	17 501	363 918	378 452	278 706
Pera	11 161	10 845	10 825	225 359	132 283	118 348
Melão	2 152	1 730	1 587	60 414	52 681	46 072
Limão	1 666	1 675	1 760	27 189 Rv	30 618	36 213
Tangerina	2 628	2 746	3 458	41 904	41 472	35 545
Pêssego	3 759	3 829	3 785	42 133	32 830	34 577
Melancia	751	870	759	31 120	28 945	27 666
Ameixa	1 750	1 644	1 626	22 348	17 769	18 668
Cereja	6 308	6 279	6 472	23 930	24 678	11 807
Figo	3 765	3 616	3 699	5 003	3 139	3 169
Damasco	531	600	585	3 448	4 010	2 594
Tânger	115	115	115	1 510	1 415	1 107
Toranja	19	19	19	219	217	156

Fonte: INE

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023								
	Maçã	Laranja	Pera	Melão	Limão	Tangerina	Pêssego	Melancia	Outras
Portugal	292 225	278 706	118 348	46 072	36 213	35 545	34 577	27 666	37 501
Continente	289 923	276 164	118 058	*	35 190	34 753	34 558	*	37 001
Norte	153 147	4 570	5 278	*	4 930	555	3 331	*	8 574
Centro	28 269	3 755	3 805	*	1 821	295	14 878	*	6 061
Oeste e Vale do Tejo	98 748	3 374	97 596	*	1 157	146	2 399	*	5 857
Grande Lisboa	3 011	360	6 716	*	4 253	41	378	*	419
Península de Setúbal	2 830	1 511	1 212	*	1 049	2 041	276	*	893
Alentejo	3 592	19 534	3 208	*	260	5 327	10 422	*	10 429
Algarve	324	243 060	242	*	21 720	26 348	2 874	*	4 766
Região Autónoma dos Açores	321	2 385	0	*	0	270	0	*	0
Região Autónoma da Madeira	1 981	157	290	*	1 023	522	19	*	501

Fonte: INE (* sem informação disponível)

Portugal é um importante consumidor de fruta, sendo a importação de algumas frutas relevante no contexto nacional.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
	Toneladas	Toneladas
Outros frutos		
Figos frescos	205	24
Figos secos	1 078	117
Outros citrinos frescos ou secos	104 105	66 288
Laranjas	135 818	126 490
Melões e melancias	101 721	10 753
Maçãs	62 391	68 403
PêrasPeras e marmelos	21 941	70 629
Marmelos	398	25
Cerejas	5 144	1 092
Pêssegos	40 705	6 153
Ameixas e abrunhos	8 504	7 504
Damascos secos	187	*
Ameixas secas	853	22

Fonte: INE (* sem informação disponível)

O grau de autoabastecimento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 foi de 89% no conjunto dos cítricos e de 64% no total dos outros frutos em análise.



1.7

Azeitona e Azeite

Azeitona e Azeite

MARIANA MATOS (SECRETÁRIA-GERAL DA CASA DO AZEITE)

O azeite é um caso de sucesso. De país deficitário, Portugal passou a ter excedente e a produzir azeite de grande qualidade. Mariana Matos, secretária-geral da Casa do Azeite, aponta a falta de reconhecimento na maior parte dos mercados como um dos desafios a ultrapassar pelo sector. “É preciso vingar em condições de preço e de imagem que correspondam à qualidade, isso passa por trabalho de promoção, de uma marca chapéu”, afirma. “Sabemos o que temos de fazer, temos uma estrutura interprofissional há anos e anos à espera de ser operacionalizada”, desabafa.

O que é a casa do Azeite? A Casa do Azeite é uma associação patronal privada que reúne as marcas de azeite. O critério de pertença é ter uma marca comercial no mercado, embalar azeite. Nasceu nos anos 70, depois do 25 de abril e a seguir à extinção dos grémios. Na altura, as associações patronais nasceram por razões eminentemente de trabalho, regulação da atividade. Havia os sindicatos, mas não havia quem representasse os patrões e então foram criadas as associações patronais que reagrupavam as empresas, os donos, o patronato para as discussões dos contratos coletivos de trabalho. Com a evolução da sociedade isso foi perdendo peso e hoje em dia é uma associação empresarial, no seu sentido mais lato. Intervém em tudo o que é relativo à atividade, desde a qualidade até à legislação, comercialização, exportações, mercados. Não é meramente patronal no sentido em que foram criadas.

O grande desafio no Azeite é a expansão do consumo a nível mundial.

O que representa a Casa do Azeite no panorama agrícola português? É a única associação desta área, do elo da cadeia do azeite embalado e representa mais de 80% daquilo que se comercializa em Portugal e do que se exporta. É de âmbito nacional. Representamos empresas de todas as regiões do país, desde o Algarve a Trás-os-Montes, com grande concentração de empresas do Alentejo porque é aí que se concentra a grande produção. Temos empresas de todos os tipos, desde que tenham uma marca no mercado: pequenos produtores, cooperativas, empresas meramente embaladoras. Há uma grande variedade de tipologia de empresas.

Acompanhamos os temas agrícolas com preocupação, mas estão a montante da nossa atuação. O nosso foco são os temas de mercado, as questões da qualidade do azeite e do produto. Os temas que começam na extração do azeite. Até à azeitona não é o nosso campeonato. A partir da extração, tudo o que tem a ver com este produto e que é hiper-regulado: qualidade, higiene e segurança.

Como avalia o sector do azeite em Portugal?

Quando cheguei era outro mundo. Em 1999 a grande preocupação do sector era o plano de dinamização da fileira olivícola com direito à plantação de 30 mil hectares, aprovado em Bruxelas. Não se plantava nada. Era um sector decadente na produção, não na comercialização, pois sempre exportámos. Mas o país era altamente deficitário, tínhamos uma balança comercial negativa em muitos milhões de euros e uma fileira muito envelhecida, com poucas perspectivas. No início dos anos 2000 houve uma conjugação de fatores e, a partir de 2002 e 2003, a conclusão do Alqueva tornou o Alentejo outra realidade, passámos de sequeiro a regadio numa zona de grande propriedade com economias de escala que permitiam investimento e retorno. E depois uma alteração de política comunitária, desligamento de ajudas à produção, o que levou a que as pessoas deixassem de orientar as suas produções para aquilo que era o subsídio mais alto e passassem a orientar para o mercado. Havia deficiência de azeite. A essa conjugação juntou-se o fator terra, muito mais barata cá do que em Espanha. Investidores espanhóis viram que aqui havia terra, grande propriedade, água e 30 mil hectares com direito aos subsídios de ajuda à produção. Vieram para cá. Quando se instalaram os espanhóis, toda a gente olhou e houve uma corrida. Ultrapassou-se rapidamente essa área e só no Alqueva hoje há cerca de 70 mil hectares com condições excecionais, altamente produtivos. A disponibilidade de uma tecnologia superintensiva também contribuiu, assim como variedades adaptadas a um sistema de produção novo. Foi uma alteração estrutural. Não há muitas regiões no mundo que consigam reunir estas condições simultaneamente. Acompanhámos de perto esta revolução porque precisávamos de azeite.

Desde 2013 passámos a ser excedentários e exportamos uma larga percentagem. O consumo interno é uma linha mais ou menos estável, mas as nossas exportações têm crescido muito, ainda importamos para fazer face a algumas exportações para mercados terceiros.

Como é que se compreende este aumento de preço?

Mesmo sendo autossuficientes não estamos num mercado fechado. Não temos capacidade com a nossa produção, que é 5 ou 6% da produção mundial, de influenciar o preço. Espanha produz, em condições normais, mais de 50% da produção mundial e marca o preço. Nos últimos dois anos, Espanha e toda a bacia mediterrânica produziu menos por causa da seca extrema. A Andaluzia é a maior produtora (chegava a produzir 35% de todo o azeite mundial), uma região de olivais tradicionais de sequeiro, pelo que o impacto da seca aqui é brutal. A seca não se sente tanto no Alentejo, mas na altura da floração as alterações climáticas, as temperaturas altas, geadas ou outras questões que afetam a floração, mesmo tendo água, podem provocar quebras. Em Portugal tem sido mais por problemas de floração, em Espanha é a seca.

Como lida o sector com a questão da falsificação?

Não é um problema de agora, há anos que a Casa do Azeite tem levantado a questão. Mas torna-se mais apetecível e intenso porque o crime compensa mais. No caso das falsificações, as pessoas não estão a comprar azeite barato, estão a comprar óleo caro. A ASAE tem tido um papel importante, pois o mercado paralelo de comércio informal é maior do que se imagina, e por isso é importante a ASAE comunicar as suas ações.

Quais são os principais desafios do sector? Tem havido quebra de consumo, por isso o maior desafio vai ser recuperar consumidores. Portugal faz parte dos países tradicionalmente consumidores – Portugal, Espanha, Grécia e toda a bacia mediterrânica. Curiosamente, na pandemia o consumo de azeite aumentou, mesmo com os restaurantes fechados. Depois há os mercados de países como os Estados Unidos e o Brasil, de novos consumidores a descobrir o produto. Nesses mercados há também quebras por

Sabemos o que temos de fazer, temos uma estrutura interprofissional há anos e anos à espera de ser operacionalizada

causa do aumento do preço.

Além disso, as alterações climáticas são uma grande preocupação. Vimos o impacto de uma seca no sector. Se os períodos de seca e fenómenos meteorológicos extremos aumentarem, isso vai ter grande impacto na produção, no preço e no consumo. O sector vive preocupado e estão a ser tomadas medidas para mitigar, com projetos ao nível da sustentabilidade, da identificação de variedades mais resistentes à seca. É um trabalho continuado. Há o Green Olive, Programa de Sustentabilidade do Alentejo, também na circularidade, tornando todos os subprodutos interessantes para mitigar e combater a pegada do sector. O grande desafio é a expansão do consumo a nível mundial.

Pode a inteligência artificial ajudar os produtores de azeite? Sim. Há muita coisa a ser feita. Por exemplo, ao nível de tratamentos fitossanitários, tratar planta a planta, o uso racional de produtos, a rega. Há ferramentas de IA a fazer isso. O sector agrícola tem

muito a ganhar com a IA, que já é uma realidade. No sentido de personalizar a intervenção, a nível da rega ou tratamento, monitorização com satélites, drones, sondas no solo... ferramentas que otimizam a produção e ajudam a racionalizar os recursos. É neste sentido que vai o caminho europeu. A guerra veio mostrar que não somos excedentários em tudo e há questões de geopolítica a ter em conta. O défice proteico da Europa é de 60% do exterior. Somos altamente deficitários em proteína. As políticas europeias também distorcem o mercado, olhando de uma forma mais macro. Em Portugal o desligamento foi importante para orientar as produções para onde há aptidão, adequação do terreno para aquela cultura e orientação para o mercado.

Qual a cotação das marcas de azeite português em termos de qualidade?

Temos azeites excecionais. Portugal é o país que mais produz azeites virgem extra no mundo inteiro. Chegamos a produzir mais de 90% de virgem extra, Espanha 60%. Demos um salto face há uns anos atrás. Tem a ver com este tipo de produção em sebe em que se controla a qualidade do fruto, não esquecer que o azeite é sumo de um fruto. O processo é rápido, a apanha mecanizada, o fruto não toca no chão. Tudo isso potencia a obtenção de azeites de grande qualidade.

Quais os países para onde exportamos? Há uma grande procura dos nossos azeites a granel por parte dos outros países, inclusivamente Espanha. Há lotes grandes de azeite de grande qualidade que são comercializados como azeites europeus. Há regras de origem. Essa procura existe porque há disponibilidade e qualidade. Dentro do sector, os azeites portugueses são muito reconhecidos.

O azeite português é também muito reconhecido no Brasil, principal mercado exportador. É um produto aspiracional e muito taxado, onde temos uma quota de 60% e Espanha 17%. O Brasil é dos poucos países onde Espanha não é líder de mercado. Nos mercados dos PALOP também somos líderes, são mercados com potencial. Exportamos para cerca de 70 mercados, mas com quotas de mercado pequenas. Tem sido um trabalho das marcas, que se têm posicionado.

Há também produtores de vinho que agora têm marcas de azeite. Isso tem relevância no mercado?

Marcas de azeite ligadas a produtores de vinho é uma nova realidade. Os últimos associados a entrar na Casa do Azeite são do sector do vinho. Mas aí as marcas aproveitam os canais de distribuição do vinho, têm as marcas conhecidas no vinho, e seguem uma estratégia de nicho. Diversificam o posicionamento. Quantitativamente têm pouca expressão, são negócios minoritários em relação ao vinho. A casa Carm começou nos azeites e hoje em dia vende mais vinho, mas é um caso à parte.

O futuro do azeite português é risonho? Pergunta

difícil. Acho que sim. Tendo em conta a evolução, que se continuam a plantar novos olivais... julgo que sim, temos um produto de excelência e com maior expansão do consumo a nível mundial. O trabalho que temos de fazer é posicionar a origem Portugal como azeite de qualidade, não para o trade mas sim para o consumidor final, para termos um futuro promissor.

O problema de Portugal é que não tem reconhecimento na maior parte dos mercados e por isso é difícil vingar em condições de preço e de imagem que corresponda à qualidade. Passa por um trabalho de promoção, de uma marca chapéu. Sabemos o que temos de fazer, temos uma estrutura interprofissional feita há anos e anos à espera de ser operacionalizada.

E não é porquê? É um trabalho que, numa primeira fase, tem de ser feito com o Estado. E não conseguimos ainda convencer o Estado a colaborar na organização do sector. Temos legislação de interprofissionalismo

desde 1998 e não há uma única associação interprofissional a funcionar e a ser financiada de acordo com o que está previsto nessa lei. A única interprofissional que funciona é a ViniPortugal, porque existe o IVV. Faz esse trabalho e transfere a taxa para a ViniPortugal, não há outra forma. Tem de ser sempre em colaboração com o Estado. No caso do azeite, é preciso saber onde estão os operadores e quanto produzem para se poder aplicar uma taxa por tonelada. Isso é uma nossa prioridade há 20 anos. Não temos conseguido explicar isto ou não tem havido vontade política para o fazer. Está regulamentado. Não sabemos onde estão os operadores, por exemplo, não há associação que represente os lagares, não há quantificação sistematizada numa plataforma para ser transformado na contribuição privada do sector. O interprofissionalismo financia-se com taxas do sector para ser reinvestido, é assim em todo o lado.



Azeitona e Azeite

A produção de azeitona e azeite está profundamente enraizada, tanto na identidade agrícola do país, como na sua gastronomia. É elemento central na nossa cozinha e contribuímos para a sua história, ajudando a levá-lo aos quatro cantos do mundo. Historicamente os romanos tiveram um papel muito importante no seu desenvolvimento, reforçado pelo cristianismo, e é desde o século XIII um dos principais produtos exportados.

A produção de azeite teve um crescimento francamente positivo até meados do século XX, quando se verificou uma área plantada de cerca de 570.000 hectares, mais de 1.310.000 hectolitros (HL) de azeite produzido numa campanha e 4.370 lagares a funcionar. Já na segunda metade do século XX, entra em decadência. A industrialização, a migração da população para as cidades e a falta da mão-de-obra levou ao abandono dos campos numa primeira fase, agravado posteriormente com a substituição do seu consumo por óleos vegetais e com a entrada na Comunidade Económica Europeia. Nas décadas de 80 e 90 do século passado, a média por campanha foi de cerca de 415.000 HL, havendo anos em que foi inferior a 164.000 HL.

A retoma deu-se no início do século XXI com uma readequação das políticas agrícolas comunitárias que fomentaram a iniciativa empresarial, os investimentos estruturantes em barragens e sistemas de rega, os novos sistemas de plantação, a reconversão e adensamento dos olivais tradicionais, o apoio das associações de agricultores/produtores de azeite e também a inovação tecnológica em máquinas agrícolas e de lagares. No ano de 2005 havia cerca de 603 lagares em laboração, 60% operando com o sistema de extração tradicional, 40% com sistemas modernos de extração contínua e tendo o País produzido cerca de 318.000 HL. Em 2023 laboraram 462 lagares, operando com sistemas contínuos 78% deles e representado uma produção total de 1.755.289 HL, que correspondeu a 5% da produção mundial e ao 6º lugar no ranking dos maiores países produtores.

Com o seu clima mediterrânico, Portugal é das geografias com maior potencial. As suas condições de clima, solos e variedades permitem a obtenção de uma diversidade de azeitonas e azeites de qualidade excepcional, em muitos casos com reconhecimento de Denominações de Origem Protegida.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da área de produção de azeitona aumentou 0,3% e a produção, no seu conjunto, 51%;
- em 2023 cerca de 98% da azeitona foi direcionada para azeite e 2% para azeitona de mesa;
- o Alentejo representou 82% da produção, seguida do Norte com 8% e do Centro com 5%.



Fonte: INE

SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Azeitona para azeite	374 413	372 577	374 334	1 350 238	774 743	1 176 087
Azeitona de mesa	5 999	6 988	6 545	25 515	16 914	18 907

Fonte: INE

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica	2023		
	Azeitona de mesa (Ton)	Azeitona para azeite (Ton)	Azeite produzido (HL)
Portugal	18 907	1 176 087	1 755 289
Continente	18 907	1 176 087	1 755 289
Norte	3 052	94 832	146 691
Centro	1 648	57 291	67 740
Oeste e Vale do Tejo	7	44 618	65 477
Grande Lisboa	1	229	2 270
Península de Setúbal	2	400	55
Alentejo	13 910	972 357	1 466 458
Algarve	289	6 360	6 598
Região Autónoma dos Açores	0	0	0
Região Autónoma da Madeira	0	0	0

Fonte: INE

Portugal é um país fortemente consumidor e exportador de azeite, mas tendo de importar mais 1 milhão de hectolitros para perfazer as suas necessidades. No que diz respeito à azeitona de mesa, é fortemente dependente de importações.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
Azeite (Hectolitros)	1 043 733	1 931 193
Azeitonas (Toneladas)	20 346	23 194
Azeitonas de conserva (Toneladas)	1 198	1 603
Azeitonas em vinagre (Toneladas)	8 010	237

Fonte: INE

O grau de autoaproveitamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 foi de 101% na azeitona e de 199% no azeite.



1.8

Uva e Vinho

Uva e Vinho

BERNARDO GOUVÊA (PRESIDENTE DO IVV - INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO)

Bernardo Gouvêa, presidente do IVV - Instituto da Vinha e do Vinho, considera fundamental que os operadores presentes no sector tenham uma estratégia bem definida para enfrentar um mercado competitivo e global.

Em Portugal, o IVV tem uma missão importante de promover o programa de consumo com moderação, que se destina à educação e informação. “É preciso explicar ao grande público que o consumo de vinho tem vantagens inerentes ao que é a nossa tradição ancestral, mas que tem de ser responsável”, salienta. O IVV faz parte de um grupo interministerial que se destina a acompanhar todas as políticas de saúde relacionadas com as dependências, “temos também esta vertente social”, explica.

O que é o IVV e o que é que ele representa no panorama agrícola nacional? O IVV é um instituto público com autonomia financeira que faz parte do Ministério da Agricultura e tem como principal função a supervisão de todo o sector vitivinícola a nível nacional. Dentro desse grande objetivo, tem um conjunto de objetivos mais operacionais e uma série de funções atribuídas que passam, designadamente, por toda a conceção do quadro legislativo e regulatório, a respetiva articulação com as entidades comunitárias que, na verdade, têm um papel preponderante, dado que o setor é regulado também a nível europeu. Tanto ao nível da própria regulação como também dos fundos comunitários que são colocados à disposição dos operadores e das entidades que os representam.

Para além disso, tem uma função essencial que se destina a articular com cada uma das comissões vitivinícolas regionais de todo o território, que são entidades de carácter privado, representativas dos operadores económicos de cada região. Agem com uma delegação de competências por parte do IVV, mas com autonomia, no sentido de controlar, certificar toda a produção dos vinhos de denominação de origem ou indicação geográfica protegida e de promover.

Desde há dois, três anos, temos vindo a desenvolver várias mudanças no que é o sistema de controlo e de certificação, orientando todas as regiões para requisitos mínimos e semelhantes a todas, no sentido de que Portugal possa garantir uniforme e transversalmente um conjunto de regras que são essenciais para defender a autenticidade dos vinhos de cada região.

Por outro lado, o IVV é o repositório de todas as taxas que os operadores pagam, quer no âmbito da certificação dos vinhos com indicações geográficas ou denominações de origem protegidas, quer no que se refere aos vinhos que não têm menção geográfica protegida, que pagam diretamente uma taxa ao IVV de controlo para a sua colocação no mercado.

O IVV, há 18 anos, tinha enquadrada na sua missão também uma função de fiscalização, mas em 2016 foi transferida para a ASAE.

Portanto, temos a supervisão, o controlo e a fiscalização articulada com as entidades que têm essa função, por um lado, mas depois também temos uma atividade muito importante que é a gestão dos fundos comunitários colocados à disposição do sector e que neste momento, no âmbito do PEPAC, situam-se por exercício financeiro até 2027, em 62,7 milhões de euros, distribuídos por várias intervenções, desde a promoção em países terceiros, reestruturação e reconversão das vinhas, até ao apoio à medida dos seguros vitícolas de colheita e à destilação de subprodutos.

Assim, no âmbito da gestão dos fundos comunitários, articulamos com o organismo pagador que é o IFAP todas as medidas que são anualmente abertas para o sector, das quais a principal é a conservação de vinhas e, imediatamente a seguir, a promoção em países terceiros.

Além disso, temos aqui uma ligação muito próxima com as organizações interprofissionais que representam o sector, das quais destacaria a ViniPortugal, que tem a grande maioria das verbas do seu orçamento transferida pelo IVV, no âmbito dos programas a que se propõe anualmente.

“**Estamos num mercado muito competitivo e global onde uma das prioridades é a identificação mais clara e explícita sobre a origem vinhos.**”

Qual a importância do sector da vinha e do vinho a nível nacional? Há uma importância muito relevante que tem a ver com o facto de a cultura da vinha ser uma cultura agrícola altamente regulada, não pode plantar uma vinha para produção de vinho quem não tem uma licença ou uma autorização. Assim sendo, toda a área da vinha nacional tem que estar cadastrada no sistema de informação da vinha e do vinho, que é residente aqui no IVV. Portanto, a gestão do património dos viticultores passa, também, pela adequação desse registo à realidade. Temos feito aqui um trabalho muito relevante ao nível do que é a interoperabilidade com outros organismos da administração pública, designadamente o IFAP, que tem o parcelário, e também o IVDP, que tem um cadastro específico por ter uma particularidade na sua região, e também, com as regiões autónomas.

Atualmente vivemos um período conturbado por várias razões. Há uma crise que não é só europeia, que não é só mundial, mas que também é nacional e é em

todas as suas vertentes. A própria Comissão Europeia promoveu a criação de um grupo de alto nível para avaliar quais são, de facto, as características desta crise e quais são as medidas que devemos tomar todos em relação a ela.

Houve um ciclo longo de aumento de consumo que teve o seu pico no período do Covid, e houve, por outro lado, fruto dos apoios comunitários, um investimento muito significativo na plantação e na reconversão das vinhas. Assim, todos os países, e Portugal é um excelente exemplo disso, passaram a produzir melhor, com muito mais qualidade e com uma produtividade também muito maior devido não só ao emprego de novas práticas culturais até à introdução de plantas mais adequadas, de tecnologias no plano da gestão vitícola.

Houve uma série de fatores que ajudaram a produzirmos mais e melhor e também uma atratividade que o setor tem tido, sobretudo nas últimas duas décadas, que trouxe mais operadores para o setor, em Portugal em toda a Europa e em todo o mundo.

E o que se passou é que o sector não acompanhou como devia a evolução das tendências do consumo e de mercado: as mudanças que se verificaram foram muito rápidas. Com alguma rapidez, o sector foi impactado com uma quebra, sobretudo, do consumo de determinadas categorias de vinhos. Isto deve-se a várias razões, e a primeira, de fundo e mais estrutural, é que o consumo do vinho atualmente não é um consumo muito apetecível para as gerações mais novas, que preferem outro tipo de bebidas, em resposta à capacidade de marketing que as grandes empresas espirituosas têm conseguindo.

Por outro lado, há uma mudança global e internacional ao nível de hábitos dos consumidores que tem a ver com a preocupação com a saúde e o consumo do álcool. E além disso, também se mudaram muitos hábitos de consumo, como, por exemplo, a apetência por refeições mais ligeiras.

Após o Covid, ao nível da restauração, registámos um aumento de preços dos vinhos que foi muito além do que seria uma evolução razoável, e depois ainda tivemos a particularidade da crise inflacionista ter provocado a subida do preço da energia, combustível, logística, fitossanitários... houve produtos fitossanitários para a aplicação na vinha que aumentaram 30%, 40%!

Há ainda que ter em conta que o país está, infelizmente, concentrado ao nível da distribuição moderna da cadeia de retalho, em muito poucos operadores que têm um poder negocial muito forte perante os produtores. Num contexto de perda de rendimento da parte dos consumidores e da necessidade de aumento dos preços por parte dos

produtores, por causa do aumento das matérias-primas na cadeia, quem tem o poder negocial mais forte são as cadeias de retalho. Houve um deslocamento da procura dos vinhos da faixa média, a maior parte deles de denominação de origem e indicação geográfica, faixa muito significativa e muito importante para os operadores de pequeno e média dimensão, a maioria em Portugal. Cerca de 75% da nossa área de vinha está abaixo dos 5 hectares. O que se passou foi que os consumidores deixaram de comprar vinhos da faixa média porque têm menos rendimento disponível e o vinho não é um bem de primeira necessidade.

É preciso explicar ao grande público que o consumo de vinho tem vantagens inerentes ao que é a nossa tradição ancestral, mas que tem de ser responsável

As cadeias de retalho passaram a oferecer vinhos no formato bag-in-box, que já representam cerca de 60% das vendas nessas cadeias. A maior parte deles são vinhos sem proveniência de origem controlada e aí entra a importação dos vinhos a granel, para esse segmento dos bag-in-box.

Temos de olhar para essa situação com alguma seriedade. A primeira questão que temos de compreender é que nós estamos ao lado do líder mundial de exportação de vinhos a granel que é a Espanha, estamos pertíssimo da região Castilla La Mancha que só por si só tem 450 mil hectares de vinha, quando Portugal inteiro não chega aos 190 mil. Na colheita de 2023 venderam a 26 cêntimos o quilo e conseguiram produzir granéis a 30 cêntimos. Os vinhos espanhóis são vendidos para todo o mundo, os franceses queixam-se exatamente da mesma situação. Vivemos num contexto de mercado único europeu, com as regras de livre concorrência, pelo que os vinhos espanhóis podem circular com toda a legalidade, mas desde que estejam identificados como tal.

O que acontece, se formos hoje a uma grande cadeia de supermercados, é que no espaço dos bag-in-box dois terços dos vinhos são importados, porque de facto são mais baratos, e são vinhos bem feitos. As cadeias de retalho promovem esse negócio porque têm aí uma oferta que tem um grande mercado e conseguem ter uma margem muito significativa.



Para além disso, existe outra parte do problema, é que os consumidores atualmente ainda não diferenciam muito significativamente o que é a qualidade de um vinho de origem ou indicação geográfica. Se disser que é vinho de Portugal, se não tiver mais nenhuma designação de origem quer dizer que é um vinho que pode ter vindo de várias regiões ou de uma só, mas que não está certificado como vinho regional ou vinho de denominação de origem. Ou pode ter inscrito vinho da UE, e o consumidor, com esta designação, não identifica o que é o produto.

Neste momento já temos uma proposta de alteração da portaria que tornará mais explícita para os consumidores se o vinho é espanhol, se é uma mistura de vinhos portugueses ou espanhóis, ou uma mistura de diferentes países, de vinho francês, português, italiano, espanhol, vinho de qualquer parte da UE.

Até aqui nós estávamos a cumprir o regulamento comunitário, mas num momento em que, devido a uma situação de excesso de stocks de vinhos tintos, o mercado que estes vinhos ganharam no

território nacional passou a ser muito danoso para os produtores portugueses. Nós não podemos impedir qualquer vinho da UE de ser vendido em Portugal, mas podemos é criar uma maior diferenciação dentro do que são os parâmetros legais. Estamos a fazer esse caminho, o projeto já foi ao Conselho Consultivo do IVV e está neste momento a ser trabalhado para ser proposto ao gabinete do Secretário de Estado para a sua homologação.

Quanto aos vinhos ultra premium, são sempre produtos de nicho e estes, nas alturas de crise, muitas vezes até aumentam a sua performance.

É um sector que se depara com muitas fraudes? Infelizmente os esquemas de fraude acontecem com menor ou maior grau em todos os sectores. Aqui há a possibilidade de se ir buscar vinho a Espanha e de ser fraudulentamente incorporado em vinho nacional.

Isto é combatido pelo organismo de fiscalização, em articulação com o IVV. O IVV articula-se com a ASAE e com a GNR para os controlos dentro dos operadores.



Esta questão acontece quando há falta de vinho, porque quando há excesso de vinho em Portugal obviamente os operadores nacionais não o vão comprar para fazer esta fraude.

Mas também é preciso ter em linha de conta que há o sentido inverso. Com base nas estatísticas que nós publicamos no IVV, do INE, no primeiro semestre de 2024 o segundo maior mercado das exportações portuguesas é a Espanha. E que vinhos são esses? São vinhos exatamente da mesma índole daqueles que entram em Portugal, de muito volume e de baixo preço e que transitam de Espanha para Portugal e de Portugal para Espanha.

Como é que isto se combate? Por um lado, com aquilo que estamos a fazer, a identificação mais clara e explícita para o consumidor sobre a origem de um determinado vinho que vem do estrangeiro, e esta medida está praticamente concluída.

E a segunda questão é a promoção. As comissões vitivinícolas, no âmbito das suas campanhas financiadas pelo IVV, têm que chegar ao consumidor e explicar por que é um bag-in-box do Alentejo é melhor e mais controlado do que um bag-in-box que tem lá escrito vinho de Portugal ou vinho de UE.

Estamos a trilhar o caminho da alteração à portaria das embalagens e o aumento da fiscalização, mas só isso não vai chegar, porque na verdade 90% dos vinhos que encontramos à venda no mercado português são bons.

Há uns que são mais baratos e há pessoas que só podem comprar os vinhos mais baratos, portanto as regiões têm de responder, oferecendo a esse segmento de mercado produtos que vão ao encontro do pretendido, e sobretudo promover essa qualidade e essa diferenciação.

Quais são os principais desafios do sector? O principal desafio do sector é apostar totalmente no que é a produção dos vinhos de denominação de origem e indicação geográfica. Há regiões que produzem uma quantidade determinada de uvas e de vinho e que só certificam cerca de 40% da sua produção, porque os outros mostos vão ser vendidos sem terem denominação. Porque pagam menos taxas, têm um tratamento mais corrente e fácil e, portanto, não têm os requisitos de qualidade que os vinhos regionais têm.

O que nós temos que fazer é apostar nos nossos vinhos de denominação de origem e indicação geográfica, e nesse sentido é um esforço conjunto de todos os organismos de certificação e de regulação, mas também dos operadores, que têm massas e mostos que podem certificar como regional. E isto é a estratégia que está adequada ao que também é a grande linha de ação e de investimento na política de qualidade alimentar de toda a UE. É cada vez ser mais assertivo ao nível dos que são os requisitos que defendem a autenticidade e a qualidade dos nossos

produtos. Neste caso estamos a falar de vinho, mas podia estar a falar de queijo, de batatas, de tomate ou de azeite.

Toda a estratégia da UE vai no sentido de apostar no que é a nossa produção regional, extremamente importante para todo o território e defender o consumidor relativamente aos bens de consumo que ele adquire. Se não tiver a consciência da diferença que existe entre um produto regional e nacional que tem um controlo, de outro produto que vem de um país terceiro, por exemplo, um vinho do Chile ou da Argentina, o consumidor escolhe o mais barato.

Portanto, este é um trabalho que tem que ser feito, mas demora. E tem a ver com a criação, não só de modelos operacionais, de investimento por parte das CVRs no controlo - e o IVV reforçou as verbas para o controle de todas as CVRs, como por outro lado também tem a ver com a premência do momento, porque Portugal, no seu todo, não produz a quantidade necessária para suprir as suas necessidades em termos de mercado doméstico e das exportações.

Por mais produtivas que sejam as nossas colheitas, Portugal tem sempre necessidade de importar vinhos. A partir do momento em que os vinhos nacionais começaram a aumentar a preço, as importações começaram a ganhar mercado. O que os operadores têm de entender, sobretudo os que estão nesse mercado de segmento de preço, neste momento de quebra de consumo, de crise, de inflação, e que esta situação das guerras com o fecho de alguns mercados também veio agravar, é que o mercado se tornou muito mais competitivo e, portanto, as regras com que operavam há dois anos não são as mesmas. Os operadores têm de se ajustar. Não é fácil, numa indústria extremamente fragmentada e competitiva, com milhares de marcas que aparecem todos os dias.

Mas se o resultado das campanhas nacionais não é suficiente para suprir as necessidades do mercado, como é que surgem notícias de que há excesso de stocks?

Porque existiam determinados paradigmas e de repente houve duas situações que vieram em paralelo. Primeiro, uma quebra acentuada no consumo, sobretudo dos vinhos tintos, que é a categoria que neste momento está em causa. Por outro lado, a necessidade de todos os operadores nacionais aumentarem preços, quando estamos ao lado do maior operador de granéis do mundo, que por ter mantido preços baixos ganhou muito mercado.

Podemos melhorar. Podemos fazer com que os vinhos que vêm de fora do território tenham uma designação mais explícita. Mas será que isso vai resolver? Eu penso que não. Porque muitos dos consumidores procura em primeiro lugar o preço, e depois torna -se fiel a uma marca que tem produtos de muita qualidade.

Esse problema não se coloca quando falamos de vinhos premium? Não. Aí temos um outro tipo de situação, que é o problema da restauração. Sobre tudo nos grandes centros urbanos, a restauração pós-Covid, aumentou os preços, mesmo antes da crise inflacionista. A seguir à pandemia houve uma recuperação do turismo rapidíssima. E uma das razões que traz o turista a Portugal é que nós temos uma gastronomia e uma oferta enológica de muita qualidade e muito barata para eles. Beber um vinho de alta qualidade aqui num restaurante do centro de Lisboa, ou fazer o mesmo no centro de Londres, não tem comparação possível. E, portanto, os vinhos premium foram penalizados, porque eles têm no mercado da restauração um segmento muito importante, é lá que as marcas muitas vezes são experimentadas pela primeira vez. Mas esses vinhos viram os seus preços ainda mais inflacionados, porque esta oferta da restauração é cada vez mais orientada para o turista, que continua a achar barato. Mas para o público português é incomportável, e sobretudo para as gerações mais novas.

Quais são as oportunidades para este sector? Uma oportunidade que alguns operadores nacionais já estão a fazer, mas a maioria ainda não, é diversificar a oferta. Houve uma altura em que havia uma procura muito grande para, por exemplo, vinhos tintos com muita complexidade e graus alcoólicos altos.

Hoje em dia, a tendência inverteu-se completamente, as pessoas procuram cada vez mais vinhos mais elegantes e com grau alcoólico mais baixo. E até já há um segmento de mercado muito significativo, sobretudo, nos mercados estrangeiros, para vinhos parcial ou até totalmente desalcooolizados.

Depois, há um crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos anos, ao nível do consumo e da oferta dos vinhos espumantes. Portugal ainda tem aqui um enorme trabalho para fazer. Nós temos uma produção de grande nível de espumantes, mas ao nível do marketing, há um mundo por fazer.

E depois, a categoria dos vinhos brancos mantém-se com algum crescimento e não está a sofrer esta crise.

Os operadores têm que olhar para estas tendências com alguma antecedência, porque no sector do vinho e na área da viticultura, as decisões são de longo e médio prazo.

Outra vertente que também é muito procurada hoje por uma parte dos consumidores é a sustentabilidade. Há mercados que já nem querem vinhos se não tiverem essa diferenciação. Os produtores têm que demonstrar que são sustentáveis, que têm políticas de preservação do meio ambiente, que são socialmente responsáveis, que têm uma preocupação em termos de manutenção dos ecossistemas. Felizmente já há, mas ainda não chegou às três dezenas de operadores

certificados. Na Nova Zelândia, 90% dos operadores estão certificados com sustentabilidade.

A oferta dos biológicos também é uma tendência que está a crescer, mais lentamente, sobretudo porque as produções obviamente são mais reduzidas e os produtos são mais caros, mas a oferta dos vinhos nacionais biológicos ainda é muito diminuta.

Portanto, há muitos desafios que os produtores têm

“O IVV faz parte de um grupo interministerial que se destina a acompanhar todas as políticas de saúde relacionadas com as dependências, “temos também esta vertente social”

pela frente, são desafios muito interessantes e nós temos um potencial enorme porque temos uma diversidade extraordinária que é rara na Europa. Sendo um país pequeno, temos uma quantidade de variedades de castas autóctones que é imensa. Temos uma arte enorme de fazer vinhos de lote, mais difíceis de comercializar e promover, mas que na verdade que são muito interessantes, são uma mais-valia e são reconhecidos como tal.

Temos que apostar cada vez mais na qualidade e, sobretudo, no marketing, algo que o sector ainda não trabalha bem, e este é um produto de marketing. É preciso ter consciência que este mundo do vinho, nos últimos três anos, tornou-se muito mais competitivo.

Temos neste momento um universo de um mercado mais pequeno e os operadores não desapareceram. Portanto, temos que ser mais sagazes, mais rápidos e mais profissionais perante esta situação, que é muito complexa e não se resolve com uma ou duas soluções.

Por fim, quais são as grandes prioridades para este sector? O que nós estamos concentrados em fazer no imediato é criar maior transparência no mercado dos vinhos de maior penetração, tornar mais explícito para os consumidores qual é o produto que está a comprar.

A segunda prioridade, que está a ser desenvolvida em paralelo, é a fiscalização, para que seja mais eficiente.

Agora, a vertente essencial é que as comissões vitivinícolas e os operadores, em conjunto, orientem

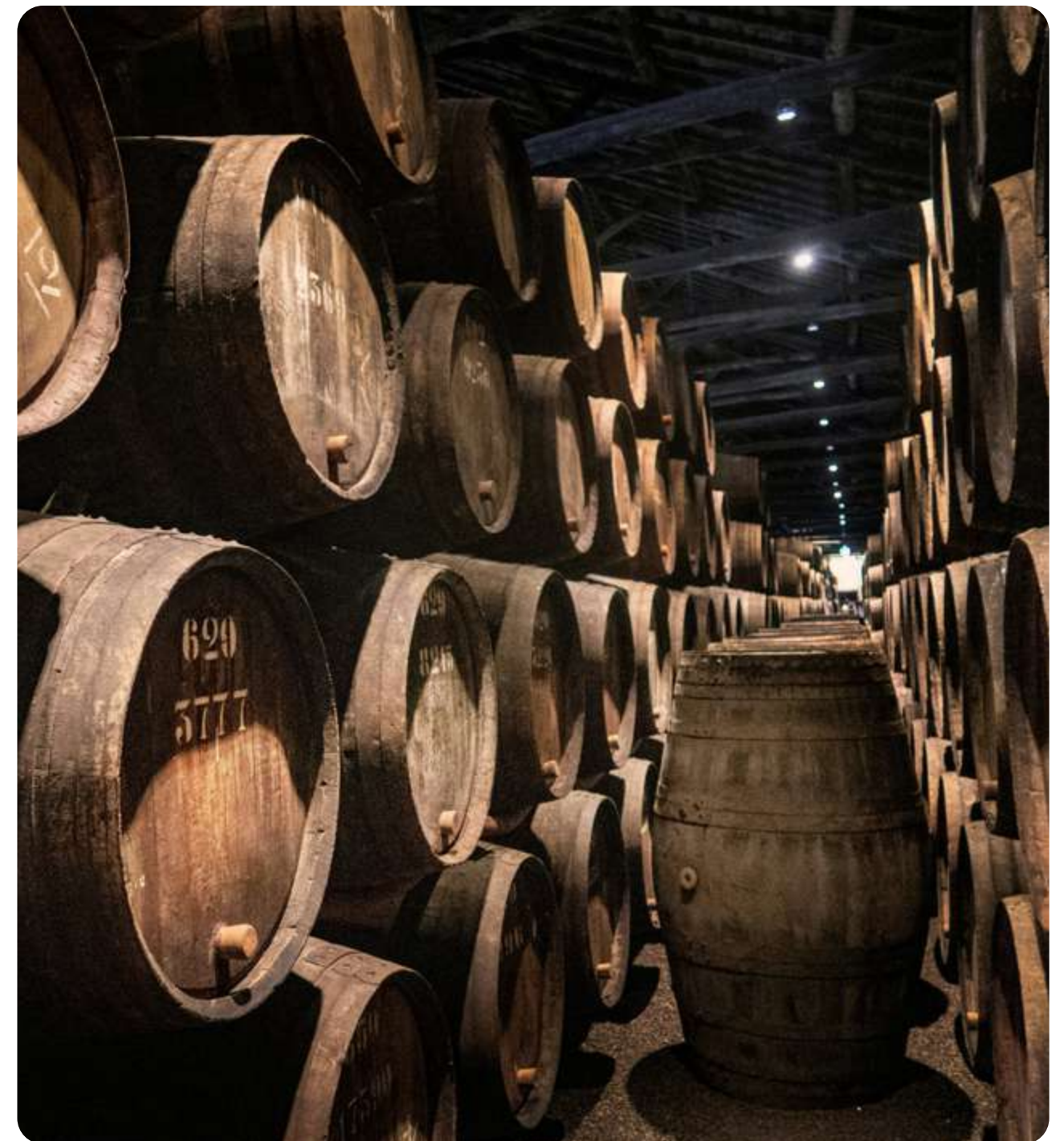
a sua estratégia para trabalhar na sua diferenciação, explicarem ao consumidor em que é que um vinho do Alentejo é diferente do vinho do Douro ou do vinho do Algarve, quais as características de um e que o outro não tem. Comunicar quais são esses vinhos que estão no mercado à disposição do consumidor. Quando vamos a um supermercado ficamos desorientados com a quantidade de marcas que estão lá.

A comunicação tem de ser mais bem direcionada. Hoje em dia, os consumidores têm que ser abordados de uma forma diferente, as gerações mais novas não veem televisão, não vale a pena fazer campanhas de publicidade depois da meia-noite. Temos que fazer um trabalho nas redes sociais, nos eventos. O vinho tem muitas mais valias diferenciadoras face a muitas outras

bebidas, mas no imediatismo dos media e no ruído da informação, não estamos a conseguir transmitir.

Isto tem de ser um trabalho conjunto dos operadores e das Comissões Vitivinícolas, que todos os anos concorrem a um programa de promoção no mercado interno aberto em concurso pelo IVV e que distribui a todas, e também à ViniPortugal, uma verba específica para o mercado interno europeu, Portugal incluído. E depois têm outro programa que é comunitário para os países terceiros.

Todos os anos concorrem para esse programa, mas quando vemos políticas de promoção que são as mesmas há 30 anos, pensamos: porque é que um jovem das novas gerações vai achar o vinho atrativo?



Uva e Vinho

A cultura da vinha em Portugal remonta a mais de 2000 anos, sendo das mais antigas do país.

Os vinhos portugueses são o resultado de uma sucessão de influências introduzidas por diversas civilizações ao longo da história. Atualmente, o País é reconhecido mundialmente pela diversidade e qualidade dos seus vinhos, com destaque para o Vinho do Porto, um dos mais famosos embaixadores de Portugal no mundo.

Os diferentes microclimas nacionais permitem a produção de vinhos singulares e distribuídos pelas regiões vitivinícolas do Vinho Verde, Trás-os-Montes, Porto e Douro, Távora e Varosa, Dão e Lafões, Bairrada, Beira Interior, Lisboa, Tejo, Península de Setúbal, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores.

É de realçar que a vinha e o vinho estão estritamente conectados com a paisagem e cultura, tendo Portugal duas regiões consideradas “Património Mundial” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo elas a Região Vinhateira do Alto Douro e a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

A qualidade e especificidade dos vinhos nacionais fazem de Portugal uma referência entre os principais países produtores, correspondendo na campanha de 2023 a 3% da produção mundial e ao 10º lugar dos maiores países produtores.

Também a uva de mesa tem forte tradição no nosso País. A enorme variedade de castas de uvas tintas, brancas e mais recentemente “sem grainha”, têm vindo a conquistar o mercado europeu pela sua elevada qualidade.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o total da superfície de vinha para uva de mesa diminuiu 1% tendo a sua produção aumentado 8%. Já o total de superfície de vinha para produção de vinho manteve-se estável, sendo que a produção de vinho aumentou 11%;
- em termos de produção de uva e de vinho, o Norte foi a principal região produtora com 33% da produção, seguida da região do Oeste e Vale do Tejo com 28%, do Alentejo com 18%, da região Centro com 10%, da Península de Setúbal com 8% e da região de Lisboa com 2%.



SUPERFÍCIE E PRODUÇÃO NAS PRINCIPAIS CULTURAS

Cultura	Superfície (Hectares)			Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Uva de mesa	2 199	2 273	2 255	19 601	15 491	16 732
Vinho	173 425	173 518	173 554	7 185 000	6 660 134	7 372 569

Fonte: INE

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica	2023		
	Uva de mesa (Ton)	Uva para vinho (Ton)	Vinho (HL)
Portugal	16 732	983 009	7 372 569
Continente	16 641	977 507	7 331 304
Norte	301	327 248	2 454 360
Centro	348	100 214	751 604
Oeste e Vale do Tejo	3 597	278 929	2 091 967
Grande Lisboa	1 050	24 016	180 123
Península de Setúbal	48	76 645	574 838
Alentejo	8 378	168 240	1 261 800
Algarve	2 920	2 215	16 613
Região Autónoma dos Açores	48	1 063	7 975
Região Autónoma da Madeira	43	4 439	33 290

Fonte: INE

Portugal é um país fortemente consumidor e exportador de vinho, necessitando de realizar importações para perfazer as suas necessidades. No que diz respeito à uva de mesa, é fortemente dependente de importações.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações	Exportações
Vinhos de uvas frescas e mosto (Hectolitros)	2 940 222	3 187 971
Uvas frescas (Toneladas)	34 864	4 869
Uvas secas (Toneladas)	1 768	64

Fonte: INE

O grau de autoaproveitamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) em 2023 foi de 109% no vinho e de 34% na uva de mesa.



2

Sector da Água

Introdução	96
O Regadio em Portugal	110

Introdução

A água tem estado no centro da discussão pública nos últimos anos. A ONU - Organização das Nações Unidas considera-a um dos seus “objetivos do desenvolvimento sustentável” (ODS), prevendo que em 2050 a sua escassez afetará dois terços da população mundial.

A *European Environment Agency* estima que o *stress* hídrico afete cerca de 100 milhões de pessoas e um terço da área da Europa. Apesar dos efeitos serem mais relevantes nos países do Sul (como a Grécia, Portugal e Espanha), também já se sente nas regiões setentrionais (como a Alemanha).

A Europa utiliza anualmente cerca de 243.000 hectómetros cúbicos (hm³) de água (1 hm³ equivale a 1.000.000.000 litros), sendo cerca de 60% restituída ao meio ambiente. A agricultura é responsável por 40% da sua utilização, seguida da produção de energia com 28%, das indústrias com 18% e do uso doméstico com 12%.

Utilizamos apenas 8% dos recursos disponíveis, podendo atingir 15% se Espanha condicionasse totalmente os volumes acordados.

A necessidade de produção de alimentos, a contínua migração das populações para as zonas urbanas e o aumento expectável do turismo, ampliarão inevitavelmente o *stress* hídrico existente. A tudo isto, juntamos as alterações climáticas, sendo a Península Ibérica altamente sensível para o efeito de secas, inundações, cheias, ondas de calor, incêndios, entre outras.

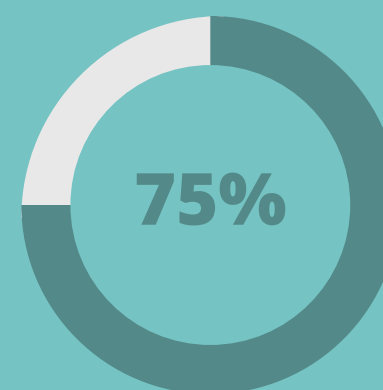
Portugal é dos países europeus com maior vulnerabilidade climática. O *Intergovernmental Panel on Climate Change* refere que a temperatura pode subir 5°C até ao ano 2100 e que a redução da precipitação média anual pode atingir os 40%. Atualmente, o impacto já tem enorme relevância a Sul do Tejo e particularmente no Sudoeste Alentejano e Algarve.

No nosso País, 75% da água é utilizada na agricultura, 5% na indústria e 20% no abastecimento urbano, representando um total de 4.500 hm³/ano. De acordo com o “Plano Nacional da Água” (2015), Portugal dispõe anualmente de 48.000 hm³ de águas superficiais (33% com origem em Espanha) e 8.000 hm³ de águas subterrâneas, totalizando 56.000 hm³/ano. Concluimos então, que utilizamos apenas 8% dos recursos disponíveis, podendo atingir 15% se Espanha condicionasse totalmente (e utopicamente) os volumes acordados.

Podemos então referir que não é um recurso em falta em Portugal, mas sim um problema de dispersão (mais disponível no Norte do que no Sul) e gestão.



ÁGUA UTILIZADA NA
AGRICULTURA



PORTUGAL DISPÕE
ANUALMENTE DE

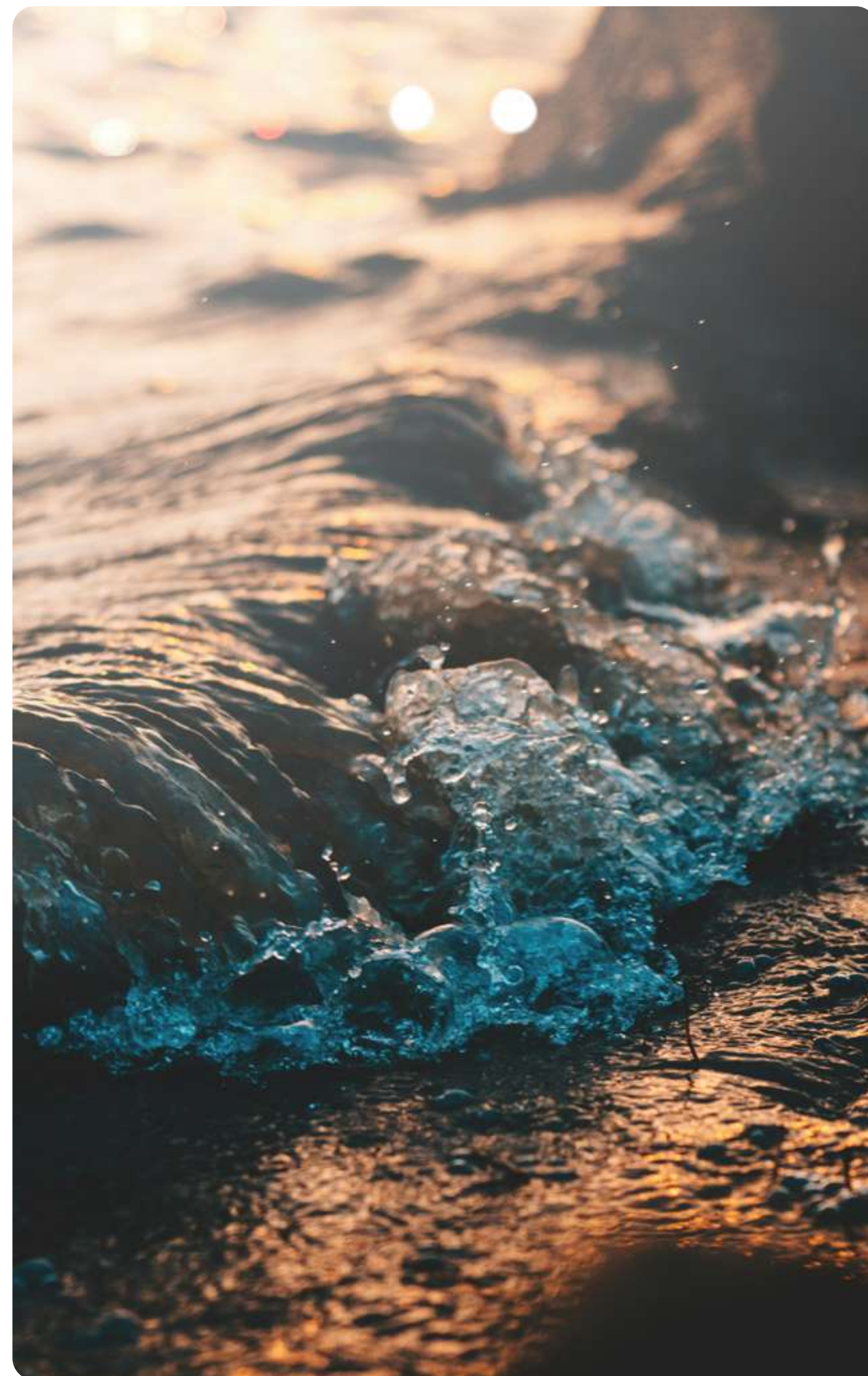
56.000
hm³

Muitos especialistas nacionais e internacionais acreditam que a problemática da água deve ser encarada de uma forma global, transversal e que muitas das soluções deverão passar por uma combinação dos seguintes vetores de atuação:

1. **Comportamental:** sensibilização que é um bem escasso, que tem de ser medido, faturado, preservado e poupado;
2. **Eficiência:** reduzindo as perdas de processo de 37,5% nos perímetros de rega agrícolas e de 25% no abastecimento urbano e industrial (modernizando e controlando as infraestruturas);
3. **Reutilização:** promovendo o reaproveitamento de águas. Portugal reutiliza cerca de 1,5% (a média europeia é de 2,4%). Anualmente descarregam-se para os rios e mares mais de 500 hm³ depois de tratadas;
4. **Armazenamento:** aumentando a captação em períodos de elevada pluviosidade para utilizá-la em períodos mais secos;
5. **Ordenamento do território e monitorização de aquíferos subterrâneos:** proibindo a construção em zonas consideradas de risco e supervisão dos níveis freáticos;
6. **Dessalinização:** avaliando zonas adequadas para estes investimentos. A tecnologia é conhecida, mas tem um custo elevado e o “sal” como subproduto (com elevado impacto ambiental);
7. **Transvases:** criação de um sistema de circulação de água de Norte a Sul, através de estações elevatórias e aproveitando as barragens existentes para regular os caudais;
8. **Tecnologia:** continuando o esforço que os sectores têm realizado na gestão eficiente da água (a agricultura reduziu, em 20 anos, 50% da água utilizada por hectare);
9. **Qualidade:** direcionando diferentes origens para diferentes utilizações, como por exemplo campos de golfe regados com água tratada;
10. **Custo de água:** que deverá ser atualizado tanto na agricultura, como no abastecimento urbano.

Sem água não se faz agricultura competitiva e é por isso que são tão importantes os perímetros de rega que levam água às explorações agrícolas. Existem atualmente casos dum surpreendente subaproveitamento em termos de utilização, não estando por isso estas obras públicas devidamente rentabilizadas. Portugal tem “regadios” de norte a sul, mas muitos deles são do tempo do Estado Novo e a necessitar de modernização urgente que evite o desperdício de água, bem evidentes no estudo “Regadio 2030”.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur



Principais desafios da distribuição geográfica da água

FIRMINO CORDEIRO (DIRETOR-GERAL DA AJAP – ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL)

José Firmino Cordeiro é diretor geral da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), organização privada sem fins lucrativos, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Com o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e membro do Conselho

Económico e Social (CES), a AJAP nasceu em 1983 com o objetivo de consciencializar os empresários agrícolas para a importância do movimento associativo e representar os Jovens Agricultores Portugueses a nível nacional e internacional. A associação tem 13 mil associados e presta serviços a 23 mil agricultores no país.

Atualmente, José Firmino Cordeiro é uma das vozes mais ouvidas na problemática da utilização da água na agricultura. “Sem água não há agricultura”, afirma. “Os agricultores não gastam água, transformam-na em alimentos”, por isso defende a necessidade de a agricultura ser cada vez mais eficiente no uso deste recurso. “Estamos a sê-lo”, exclama.

Amendoal tradicional, alguma cortiça, vinha para consumo são as culturas que faz na sua horta de Vilar Chão (Alfandega da Fé), terra fronteira da barragem do Baixo Sabor, “uma obra enorme, linda, uma das maiores do país e que não dá um litro de água para a agricultura”, constata.

A correta gestão da água e a criação da figura do jovem empresário rural são neste momento as suas principais lutas.

Como avalia a gestão e distribuição da água no país? As alterações climáticas estão aí e nas últimas duas décadas temos tido a prova disso. O meu pai já dizia que os verões estavam a ser cada vez mais tensos e com menos chuva. Qualquer agricultor tem essa perceção. No Minho, por exemplo, não se regava o milho, era agricultura de primavera/verão, agora começam a regar quando está “joelheiro”, precisa de rega em todo o ciclo. Os estudos dizem que há um problema, mas os políticos têm assobiado para o ar.

Temos falta de água porque não sabemos armazenar a água da chuva. Espanha tem uma capacidade de captação acima dos 60 por cento e tem dificuldades em ter água. Não chove o suficiente. Nós estamos a 20 por cento da capacidade de captação. Deixamos a água ir para o mar.

A nossa rede de barragens tem muitas décadas, o Alqueva foi a única obra de infraestrutura de grande monta para o regadio e demorou 50 anos. Se começarmos agora a projetar um novo Alqueva e demorar tantos anos, quando estiver pronta já não haverá pessoas.

O que seria possível fazer num futuro próximo?

Há estudos de captação de água e barragens que solucionavam o problema. Admito que no Algarve seja a única situação no país em que seja necessário uma dessalinizadora. É uma tecnologia muito cara.

Agora o Governo deu um sinal muito importante ao juntar a Agricultura e o Ambiente na mesma tutela e as comissões de coordenação. Temos de nos juntar e bater à porta de Bruxelas e dizer que precisamos de fazer mais captação de água superficial. A chuva alimenta os lençóis freáticos, mas como é cada vez em menor quantidade, os lençóis não são repostos. Na minha ótica precisamos de barragens coletivas, estruturais. Sou defensor de mais dois ou três Alquevas no país.

Os transvases também podem ser uma solução se contribuírem para o objetivo e se for tecnicamente possível. Já há transvases para consumo humano. Temos água suficiente, temos é de geri-la e distribuí-la pelo território de forma racional.

A seca é um problema universal. Muitas populações tiveram de mudar de territórios em busca de água. Acorre tudo para as cidades que também precisam de água de qualidade.

Nos territórios rurais as pessoas têm de ter condições atrativas para viver com qualidade, mas no interior não se investe. Estamos a desertificar uma parte grande do país. E quanto mais desertificado estiverem os territórios, mais incêndios e abandono. É preciso valorizar a pequena e média agricultura resiliente.

A AJAP consegue agir? Com muita dificuldade. A mecanização e a indústria química deram algum impulso e introduziram fatores de produtividade, mas Portugal ficou para trás em relação ao centro e norte da Europa, o que nos permitiu não danificar tanto os nossos ecossistemas ao nível do solo e qualidade da água. Mas as alterações climáticas alteraram isso, o aumento de temperaturas e falta de água aumentam as pragas e a degradação dos solos. Isto com a desertificação é um problema.

O papel da AJAP é fazer ruído, sensibilizar. Criámos uma nova figura, o jovem empresário rural, que tem como objetivo propor medidas para que os jovens de qualquer área possam ter a possibilidade de se instalar no interior a partir da iniciativa privada, criando condições de vida para fixar populações.

O que é preciso fazer? Precisamos de políticas estáveis e duradouras, para haver previsibilidade. As medidas têm de passar os ciclos eleitorais, é necessário um pacto de regime que ultrapasse os tempos dos governos. É preciso apostar nos territórios. Em Portugal a renovação de agricultores é baixa, somos o país mais envelhecido da Europa em termos agrícolas. A nossa média está em 64 anos. Até aos 35 anos somos 2,8% do total dos agricultores. Até aos 40 não chegamos aos 4%.

Precisamos de valorizar as variedades tradicionais e ter diferenciação. Melhorar as práticas agrícolas, mostrar que produzimos com rigor técnico e respeito pelo ambiente.

Por outro lado, a Europa tem de lutar pela harmonização de regras com outras regiões do mundo e manter-se autossustentável. É preciso atuar nas fronteiras e ter em conta as condições de produção nos países terceiros, para cumprirem as regras que temos na Europa.

A agricultura é uma atividade estruturante dos territórios, mas tem de conjugar-se com outros recursos e infraestruturas. A valorização dos territórios tem de ser musculada a um nível governamental, mas numa lógica multinministerial. É preciso ferramentas para que a iniciativa privada invista. A banca é preponderante na vida da agricultura.

Por outro lado, temos de ser cada vez mais eficientes no consumo, e estamos a sê-lo. Muitos agricultores fazem agricultura de precisão, que permite o máximo com a menor quantidade de fatores.

A importância das Comunidades de Regantes

JOSÉ NÚNCIO (PRESIDENTE DA FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL)

A FENAREG - Federação Nacional de Regantes é uma associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de utilidade pública, fundada em 2005, que agrupa as entidades dedicadas à gestão da água para rega, com o objetivo do desenvolvimento sustentável e competitivo do regadio. Atualmente, reúne 33 associados, num total de 28 mil agricultores, representando 98% do regadio organizado nacional.

José Núncio, presidente da Federação, tem lutado pelo desenvolvimento do regadio, garantindo o uso eficiente da água e a modernização das infraestruturas de rega. A FENAREG desenvolve a sua atividade em estreita colaboração com entidades públicas e privadas através da definição de políticas e estratégias que contribuam para melhorar a gestão da água na agricultura.

Engenheiro agrónomo com pós-graduação em "Água, Ambiente e Desenvolvimento", José Núncio assume que, apesar de todas as dificuldades, "trabalhar no campo é a coisa mais bonita que há".

O que é a FENAREG, qual a sua missão e como funciona? A FENAREG é a Federação Nacional de Regantes que agrega as organizações do regadio em Portugal. Temos de todas as regiões do país - Trás-os-Montes, Minho, Centro, Alentejo e Algarve. Reúne organizações e associados privados. De um total de 620 mil hectares, 50 % é regadio privado e dos outros 50%, 10% são regadios coletivos privados de pequenos grupos que se associam para gerir recursos e depois temos os grandes regadios coletivos, as associações de regantes. A maior parte do regadio coletivo em Portugal é promovido pelo Estado, a exceção é o Alqueva, em que se optou por criar a EDIA, uma empresa pública. Fora o Alqueva, representamos 98%, 28 mil agricultores regantes do país todo. O regadio representa cerca de 16% da superfície agrícola utilizável (SAU) que ocupa apenas 5% do território nacional. Estes 5% do território garantem 60% da produção agroalimentar nacional.

Trabalhar no campo é a coisa mais bonita que há

A FENAREG tem como missão promover o desenvolvimento do regadio através da representação dos regantes junto das autoridades, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, da defesa do regadio sustentável através de um modelo de gestão que concilie a produtividade agrícola e a preservação ambiental, da modernização do regadio de forma a torná-lo mais eficiente. Contribui para a gestão sustentável dos recursos hídricos e para o estímulo da coesão social e territorial.

Num clima mediterrânico como o nosso o regadio é cada mais fundamental. Só isso é que nos dá alguma resiliência às questões das alterações climáticas e daí falarmos tanto da importância da construção de barragens e dos recursos hídricos superficiais que são renováveis de forma rápida. Há que ter capacidade de retenção para fazer face aos próximos verões. E há que ter regadios com dimensão, com capacidade de resiliência e de regularização interanual, para podermos compensar e reter água quando chove para alturas em que há seca.

Qual a radiografia da situação da água para a agricultura? Em termos nacionais, felizmente não temos as situações extremas de Espanha ou por exemplo de Israel. O nosso problema é que não aproveitamos os recursos. A nível nacional a capacidade de armazenamento total das albufeiras existentes em Portugal permite apenas armazenar 20% do total de afluências anuais, o que significa que os restantes 80% correspondem a água que se "perde".

Esses 20% são praticamente todos em Castelo de Bode, que está reservado para consumo humano. Para a agricultura não há. Os agricultores do Tejo têm de ter furos e captar dos lençóis freáticos porque não há uma barragem no Tejo com capacidade. Temos Belver e Fratel, mais açudes do que barragens, que não têm capacidade. Dependemos exclusivamente do que Espanha resolver largar em Alcantara. Há uma convenção que regulariza os caudais, mas é limitado e se houver um caso de seca em Espanha ficamos sem água. Isso tem de ser modificado.

Faz falta um plano de construção de barragens?

Esse plano existe. O Alqueva foi estudado nos anos 30. Os primeiros estudos do Sorraia são do tempo do Rei D. Luiz... O plano de rega do Alentejo dos anos 30 já tinha lá o Alqueva. A obra mais antiga do país é a obra de Magos, de Salvaterra. Depois Cela, Alcobaça, a seguir Chaves. As obras eram fundamentais para o desenvolvimento agrícola e fixação de populações. O plano hidrológico foi feito sobretudo até ao 25 de abril. Alqueva era mais complexo e em boa hora foi feito. Tudo está estudado e os planos foram feitos. Falta executar algumas coisas. A norte do Tejo chove mais do que a sul. É preciso recuperar alguns estudos e atualizar as ideias que havia. Para se aproveitar as águas que existem em cada bacia e não são usadas.

No Alentejo está tudo mais ou menos feito. Falta construir no Tejo, onde há água. Trás-os-Montes também tem alguns problemas. Precisamos de duas ou três grandes barragens. Estamos à espera do Crato. E do Alvito. Os especialistas não dizem que vai chover menos, dizem que vai haver picos de chuva e maiores intervalos de seca. Temos de armazenar quando existe para termos quando não chove, fazer como a formiguinha, trabalhar no inverno para usar no verão. Há outras possibilidades, como subir a capacidade de retenção de algumas barragens. O Maranhão ou Montargil se tivessem um metro a mais de nível de água aumentavam a capacidade de retenção em 30%.

Como tem evoluído a necessidade de água para a agricultura? Nos anos 60 a média por hectare na agricultura era de 15 mil metros cúbicos. Hoje não chega aos 4 mil. Há uma evolução enorme, uma grande redução do consumo, mas com maior produção e a produtividade disparou.

O mérito é do investimento dos agricultores nos sistemas de rega. Há 20 anos cerca de 78% da área era regada por gravidade ou alagamento, mas atualmente 82% da área nacional de regadio utiliza rega sob pressão, dos quais 54% utiliza rega de precisão (gota-a-gota), colocando Portugal entre os líderes do regadio eficiente. Os sistemas de rega de precisão, apesar do “menor uso de água”, dependem do consumo de energia, pelo que este caminho para a eficiência hídrica, em contrapartida, aumentou 9 vezes o consumo de energia por hectare. Este é um dos fatores que mais encarece o regadio em Portugal, com custos em energia que chegam a representar 2/3 do custo total da rega.

Na **FENAREG** fizemos um levantamento das intenções e elaborámos uma estratégia para a água para a qual são necessários, até 2050, 2.500 milhões de euros para conseguirmos ter uma gestão da água correta aproveitando os fundos europeus. Foi muito bem recebida pelo Governo. O PEPAC tem apenas 100 milhões de euros para um designio nacional, menos 74% que o anterior PDR2020. No PRR apenas aproveitámos o Crato e o plano de eficiência hídrica do Alentejo, mas existem 13 mil milhões que podem ser aproveitados. Falta-nos um plano nacional. É preciso alertar, é tempo de deixar a política das ideias avulsas e apostar numa estratégia nacional que possa ser executada em tempo útil.

Que balanço faz da campanha de 2023? A agricultura é muito influenciada pelas políticas agrícolas. Passámos por fases em que os agricultores cultivavam para cumprir os mínimos e receber o subsídio. Esse tempo já passou, felizmente. Nos últimos anos tem havido um crescimento. Nas crises financeiras e na pandemia, a agricultura manteve-se e as populações perceberam a importância do sector.

A campanha de rega de 2023 foi marcada por um período de seca severo que colocou à prova a resiliência do sector agrícola e a capacidade de gestão dos recursos hídricos. Além dos desafios climáticos, foi igualmente marcado pela implementação de medidas para garantir o fornecimento de água nas zonas mais afetadas pela seca, nomeadamente no Algarve, Campilhas e Alto Sado e Mira. Apesar dos cortes implementados, a maioria dos perímetros hidroagrícolas conseguiu garantir o abastecimento de água às culturas.

A campanha de rega foi caracterizada por temperaturas acima da média e precipitações abaixo do normal em algumas regiões, o que levou ao início precoce da campanha de rega e a uma maior pressão na gestão dos recursos hídricos.

Desafios para o futuro? A agricultura está a dar uma volta enorme. A falta de mão de obra é um desafio. As pessoas não querem trabalhar no campo, apesar de ser a coisa mais bonita que há. Há um estigma, mas aos poucos estamos a valorizar. Porque o agricultor não é dono da terra, a terra é que é dona do agricultor. A tecnologia pode resolver uma parte dessa falta de mão de obra.

Preocupa-me muito a questão dos fundos, com capacidade de investimento e disponibilidade que põem em causa a agricultura familiar ou de pequena dimensão. Os fundos à partida trazem investimento e condições, ativam a terra, mas são frios a olhar para o sector. Com os mercados financeiros em baixa, descobriram um bem que não se desvaloriza, a terra. Mas se houver outro negócio, podem sair e ir procurar outras oportunidades.

A modernização dos sistemas de rega é outro desafio, mas tem custos elevados, e levanta a questão da falta de acesso a financiamento.

E a falta de armazenamento de água a nível nacional.

Mas eu acho que a agricultura portuguesa tem futuro porque é um campo de oportunidades, e o caso do olival é a prova disso. Aparecem novas culturas e investidores, há gente nova, agricultores com mais formação.

Quais as principais prioridades? Para o sector é premente o tema da água, com ênfase na necessidade de aumentar a capacidade de armazenamento e na definição de uma política agrícola orientada para o regadio, geradora de condições para um desenvolvimento sustentável do território rural, da competitividade agrícola e da sustentabilidade ambiental.

Precisamos de uma estratégia concertada de longo prazo e transversal para o regadio, com aumento das práticas agrícolas sustentáveis, inovação tecnológica, valorização dos produtos agrícolas, aumento da produção agrícola e aumento da produtividade da água, maior coesão social e territorial, cooperação entre regantes e capacitação dos regantes.

Esperamos deste Governo que dê o impulso necessário, através do anunciado Plano Estratégico para a Água e Regadio, iniciativa sob o lema “Água que Une”, com revisão do Plano Nacional da Água (novo PNA 2025), e articulação com um plano de armazenamento e de distribuição eficiente da água para a agricultura (REGA).



O Alqueva como projeto estratégico nacional

JOSÉ PEDRO SALEMA (PRESIDENTE DA EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA)

José Pedro Salema é Presidente do Conselho de Administração da EDIA, S.A - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, desde dezembro de 2013.

Alqueva, como é conhecido, é o maior investimento hidroagrícola feito em Portugal e criou a maior mancha de regadio do país. A água - um bem escasso - "é um milagre na região", afirma José Pedro Salema. Os resultados estão à vista. O Alentejo regado por Alqueva está a tornar-se um exemplo mundial de tecnologia, mas tem o desafio da sustentabilidade como uma prova de fogo a superar nas próximas décadas.

O que representa o investimento do Alqueva no panorama agrícola português? O projeto Alqueva vai neste momento com cerca de 2.400 milhões de euros de investimento público concretizado.

A barragem tem 22 anos, mas a área de regadio começou a explodir na última década e tem vindo a crescer sistematicamente. Ultrapassámos os 130 mil hectares regados e com isso Alqueva foi responsável por algumas revoluções, como no azeite, por exemplo, em que passámos de importadores a exportadores. Na amêndoa claramente vai acontecer uma coisa parecida, estamos a equilibrar consumos e vamos ter recordes de produção nos próximos anos. Depois há outras culturas com menos visibilidade e imediatismo, mas nas quais Alqueva tem um peso importante: o melão de Almeirim é produzido em Alqueva, mais de metade do melão nacional é feito em Alqueva; o mesmo se passa com a cebola, alho, a abóbora.

Perspetiva-se que a área de regadio continue a aumentar? Alqueva tem capacidade para aumentar mais ainda a área? Estamos na fase de estabilização. Vai crescer ainda mais, mas não ao ritmo da última década. Temos um plano de expansão que é chegar a 150 mil hectares, essa é a capacidade do sistema, tendo em conta a tecnologia e as culturas de hoje, como o olival em gota a gota, uma rega muito eficiente. Mas se amanhã for descoberta uma tecnologia que permita poupar 30% de água se calhar podemos crescer 30%.

Qual é o balanço da campanha de 2023? Campanha muito exigente porque foi um ano muito seco. O que faz diferença em Alqueva é a chuva na primavera. Calor em julho e agosto há sempre e o consumo nesses meses é no máximo. A grande diferença é em março, abril e maio. Em 2023, em março estava tudo a regar ao máximo. Este ano em março não gastámos água nenhuma. Só em maio. Isso permitiu não gastar as reservas. As chuvadas e escoamentos aumentam as reservas.

Como vê a questão da autoestrada da água e da possibilidade de transvases do norte para o sul? Nada contra os transvases. A EDIA gere o maior transvase de Portugal, do Guadiana para o Sado. É possível tecnicamente e reduzir os riscos a níveis toleráveis do ponto de vista ambiental. Se houve transvases noutras partes do mundo que secaram rios e causaram desastres ambientais, hoje temos conhecimento que nos permite evitar essas situações. Mas tudo tem de ser feito com imensa cautela e precaução. Dizendo em linguagem simples, é preciso tirar uma percentagem pequena do fluxo. Se tirar 5% do fluxo do Douro o impacto vai existir, mas não vai ser grave. Se tirar trinta...

Essa pequena percentagem teria um impacto positivo na distribuição da água? Na minha perspetiva, em Portugal há investimentos que se deviam fazer antes da autoestrada da água: grandes reservatórios. Para termos uma autoestrada de água a funcionar não podemos ter só a estrada, temos de ter as rotundas, digamos assim, os sítios onde a água se guarda quando não há fluxo. Os rios correm

quando correm, não correm quando nós queremos. Não podemos projetar, fazer as contas e pensar trazer x metros cúbicos de norte para sul, dividir pelos segundos do ano e ter um fluxo de tanto, não pode ser assim. O fluxo do Douro ou Tejo não é aquele que precisamos nem nas épocas em que queremos. Quando há muita água nos rios normalmente não a queremos.

Falou do Douro e Tejo, mas não do Mondego?

O Mondego também. Claramente. Quando falo de reservatórios, falo de barragens. Portugal tem cerca de 250 barragens. Precisamos de fazer meia dúzia. No Douro, do lado de cá, se é para vir para baixo a água tem de estar a sul. O ideal era haver no Côa, já está estudada. No Mondego também estão estudadas essas grandes barragens. A Endesa desistiu de fazer a de Girabolhos porque não era viável do ponto de vista da energia, mas para guardar água pode ser. E depois, no Tejo há uma grande barragem por fazer que é a do Ocreza. Abaixo do Alqueva também há algumas barragens por fazer para ajudar a regularizar o Algarve, a Foupiana, Carreiras, Oeiras e o Tejo Cobre. No máximo dez. Quando estivessem concretizadas podiam ser as origens das ligações. Então podíamos pensar em fazer a ligação do Côa com o Mondego e do Mondego com o Tejo e do Tejo com o Guadiana...

A água é um milagre na região do Alqueva

Uma solução dessas leva décadas a concretizar. O que preconiza que possa ser uma solução para colmatar a falta de água agora? No imediato devíamos estar a pensar estas barragens nesta perspetiva. Todas estas localizações já foram estudadas num cenário que não é o atual, era apenas para a produção de hidroeletricidade. Hoje interessa turbinar e bombear porque as barragens são as baterias do sistema elétrico. Temos de ter sistemas reversíveis com duas barragens, turbina guarda o volume que foi usado para turbinar e depois bomba quando a energia é excedentária e barata, quando há muito sol e vento. Nesses momentos as barragens bombam para que quando toda a gente está em casa a consumir possam produzir energia. É uma bateria, guardar quando há para usar quando não há.

Isso é assim tão imediato? Sim. Esta barragem arranca em doze minutos. Se houver um pico de consumo pode entrar em funcionamento rapidamente.

Qual a posição da EDIA em relação a Espanha? A nossa opinião é moderada pelos interesses nacionais. O que temos dito é que o sistema de Alqueva está a atingir a pressão máxima, principalmente tendo em conta o crescimento ainda em curso. Temos de pensar que em 2026 vamos ter mais área de regadio. Se retirarmos água do sistema (agora estamos a 92%) temos menos garantia interanual de aguentarmos três anos seguidos de seca, como aconteceu recentemente.

Essa é a nossa bitola. De 2020 a 2023 estivemos sempre a descer e aguentámos. A nossa cota mínima foi 143, treze metros acima da quota mínima. Temos de pensar no consumo futuro. Como estamos a subir não podemos fazer a média dos últimos dez anos, temos de olhar para os últimos dois. Há cinco anos tínhamos menos 40 mil hectares, por isso gastávamos menos água.

Quais os desafios e oportunidades que se colocam ao Alqueva? O desafio maior é o da disponibilidade da água face às pressões que estão sob o sistema, internas, Algarve e Pomarão, mas também externas, Espanha. A oportunidade é a de criar uma região aqui que seja um exemplo mundial, já é do ponto de vista tecnológico, no olival e amêndoa é uma mostra mundial de tecnologia, mas gostava que fosse também uma mostra de sustentabilidade. Tecnologias de ponta para um uso ultra-eficiente da água, mas com todas as práticas de respeito pelo ambiente para uma agricultura sustentável certificada. Tem todas as condições para isso, estamos a caminhar nesse sentido, mas essa mensagem ainda não passou para o grande público.

A barragem e o regadio trouxeram uma mudança grande na propriedade também. Não há o risco de deixar de haver uma agricultura local, nacional? É inequívoco que há uma mudança na propriedade. Mas não há um domínio dos agricultores estrangeiros, estes controlam cerca de um terço da área. Dois terços estão nas mãos de portugueses. Mas houve uma mudança. Agricultores mais velhos e com propriedades mais pequenas não quiseram aceitar o desafio da transformação. Passar de sequeiro para regadio é difícil, exige investimento. É um risco, mas é um negócio que pode ter resultados muito favoráveis.

Como funciona o modelo de fornecimento de água da EDIA ao conjunto de associados? A EDIA é uma empresa pública 100% do Estado e que gere 25 aproveitamentos – perímetros – hidroagrícolas. Além destes 25 há outros vizinhos geridos por entidades anteriores a Alqueva – o Roxo, a Vigia, Odivelas, o Vale do Gaio.... Nos que gerimos somos nós que faturamos, cobramos, mantemos, exploramos. Temos uma abertura grande aos nossos beneficiários, fazemos inquéritos de satisfação.

Trata-se de um modelo de exceção, único no nosso país, porque se entendeu que era um empreendimento de fins múltiplos (energia, agricultura, indústria, turismo, desenvolvimento regional). Temos preocupações em questões de arqueologia, ambiente, património que uma associação de regantes dificilmente terá. Por exemplo, temos no nosso quadro

três arqueólogos, muitos biólogos, muitos engenheiros do ambiente em dois departamentos de engenharia do ambiente, um departamento de cartografia, um departamento de sistemas de informação... Estruturas que foram necessárias na construção, hoje são necessárias para a operação e para responder às obrigações principalmente ambientais. Fizemos coisas únicas para minimização ambiental, como transportar árvores de helicóptero, mudar o Cromeleque de Xerez, o Castelo da Lousa foi conservado dentro de água a 35 metros de profundidade, a operação de recolha de animais presos em ilhas ... comprámos uma propriedade de mil hectares em Barrancos para compensar parte da área destruída pela inundaçã. A nova Aldeia da Luz – imaginem mudar um cemitério! A operação de desmatação....

Aqui houve muitas coisas que foram novidade. Foi a primeira vez que foi feito no século XXI. A maior parte das grandes barragens foi anterior. A primeira obra que a EDIA adjudicou foi uma galeria de morcegos: havia um buraco com meia dúzia de morcegos que iam morrer. Fizemos uma galeria nova com 100 metros de profundidade onde pusemos 25 morcegos. A última vez que fizemos contagem já eram seis mil. Um projeto muito giro que será reproduzido no Centro de Interpretação em fase de conclusão, que servirá para explicar o projeto e contar algumas destas histórias.

Qual é a grande prioridade de Alqueva? A produção de eletricidade. Alqueva exige à sociedade a quantidade de eletricidade que precisa para distribuir a água. A água chega cá porque o ciclo funciona. O impacto que causámos ao planeta foi a construção, mas esse já está e pode ser diluída no tempo. Mas a pegada anual é a eletricidade. A nossa visão é a de que devemos produzir a nossa energia e ser parte da solução. Como temos estações elevatórias que gastam muita eletricidade, acreditamos que temos de produzi-la junto ao ponto de consumo. Será feito essencialmente com estruturas flutuantes de painéis solares junto das estações elevatórias. Estamos com concurso abertos para ter 20 conjuntos destes. É possível produzir ao longo do ano a mesma eletricidade que gastamos. Em 2026 vamos estar nos 60%, em 2024 estamos nos 15%.

A água é um bem demasiado barato? Sim. A água tem de refletir todos os custos e vai chegar um momento em que vai ter de refletir a procura. É um bem escasso. Em anos de seca ouvimos agricultores a pedir uma descida do preço da água. Vai ter de ser ao contrário. Essa não tem sido a política e nós não queremos subir o preço da água. A mensagem para o decisor político é a de que o preço deve refletir todos os custos. No futuro a carência vai obrigar a isso.



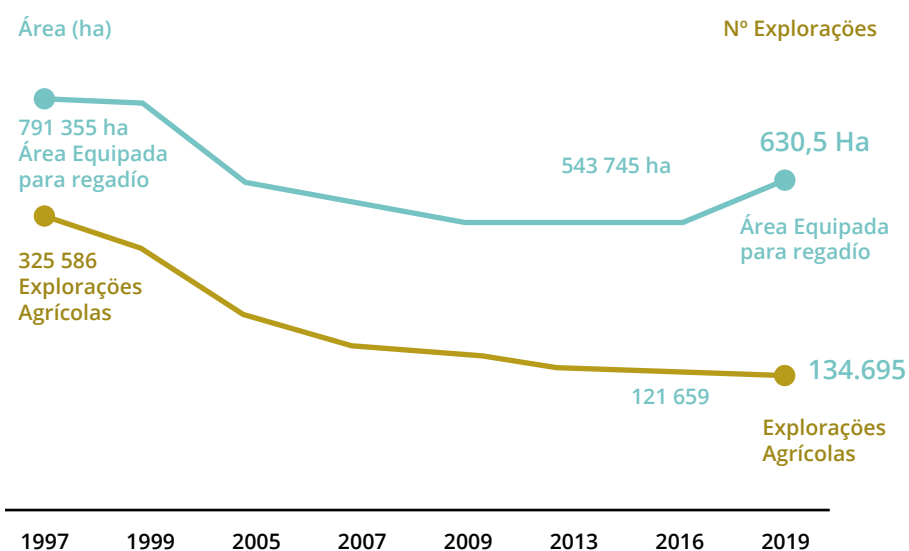
O Regadio em Portugal

O último recenseamento agrícola disponível (2019) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) refere que a superfície agrícola utilizada (SAU) naquele período era de 3.964 mil Hectares (Ha) e que correspondia a 290 mil explorações agrícolas. Do total destes Ha, cerca de 630 mil Ha estavam preparados com algum tipo de equipamento/instalação de rega, sendo que 566 mil Ha eram efetivamente regados de alguma forma e equivalendo a 135 mil explorações. Contudo, apenas 427 mil Ha, em 70 mil explorações, eram fundamentalmente de regadio. Da superfície regada, 38% localizava-se no Alentejo, 21% no Ribatejo e Oeste, 14% entre Douro e Minho, 8% na Beira Litoral, 7% em Trás-os-Montes, 7% na Beira Interior, 4% no Algarve, 1% na Madeira e 0,1% nos Açores.

É possível ainda concluir que, apesar de 46% das explorações apresentarem algum sistema de rega, estas apenas correspondem a 16% da SAU nacional e a 5% do território português.

Realçamos que dentro da área regada, cerca de 50% está integrada nos regadios denominados “coletivos” (ex.: associações de regantes) e 50% é referente ao regadio considerado “individual” (ex.: furos e poços).

EVOLUÇÃO DA ÁREA EQUIPADA PARA REGADIO



Fonte: INE e FENAREG

Outro dado relevante presente no relatório refere que a utilização de informação de apoio à gestão da rega (sondas de medição de humidade no solo, dados meteorológicos, deteção remota e aconselhamento técnico) é uma prática presente em apenas 3% das explorações, mas que permite gerir quase 30% do total da área regada.

Bacias Hidrográficas, Área Regada e Principais Culturas (Regadio Coletivo)

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) disponibilizou o resumo da campanha de 2023 relativo aos Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH), permitindo-nos concluir que em Portugal Continental foram regados nesse ano 239 mil Ha, sendo a bacia do Guadiana a líder com 42%, seguida da bacia do Sado com 30% e do Tejo com 18%.

ÁREA REGADA POR BACIA HIDROGRÁFICA

Bacia Hidrográfica	Total Regado (Ha)	%
Douro	3 972,8	1,66%
Vouga	105,3	0,04%
Mondego	9 509,0	3,98%
Lis	1 819,0	0,76%
Ribeiras do Oeste	1 324,7	0,55%
Tejo	43 410,4	18,16%
Sado	70 829,8	29,62%
Mira	5 350,2	2,24%
Guadiana	100 642,2	42,09%
Ribeiras do Algarve	2 141,6	0,90%
Continente	239 105,0	100,00%

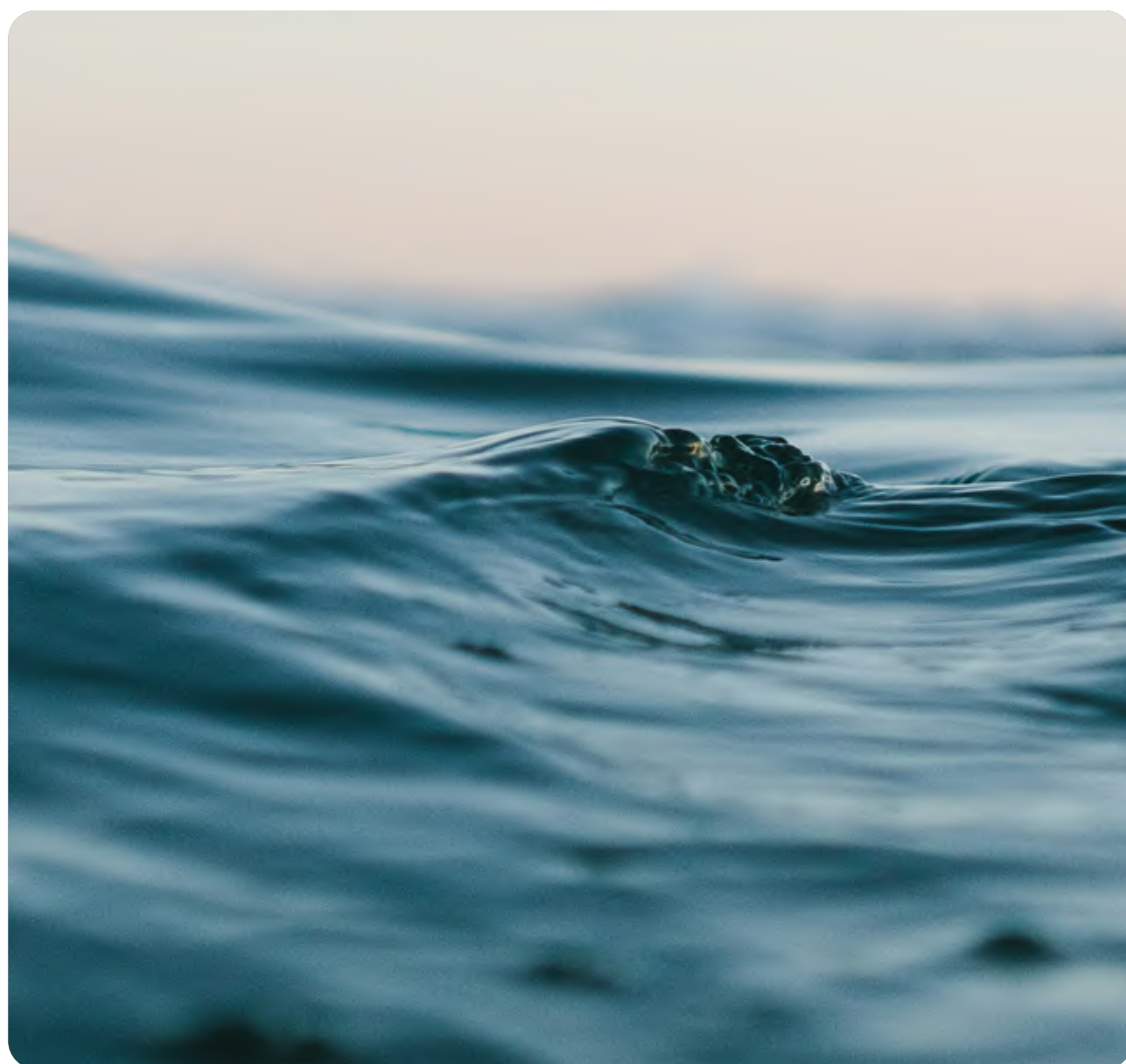
Fonte: DGADR

A área regada em 2023 verificou uma subida de 12% quando comparada com 2022 e de 80% quando comparada com 2013. Este aumento deveu-se fundamentalmente ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), responsável por cerca de 54% deste incremento. Contudo, é de salientar que existiram AH que apresentaram restrições na sua campanha de rega e por indisponibilidade hídrica nas suas albufeiras, como os casos de Alfândega da Fé, Campilhas/Alto Sado, Mira e Alvor. Já os de Silves, Lagoa e Portimão também ativaram o “Plano de Contingência para Situações de Seca”, mas que não tiveram impacto nos consumos de água.

Dos 239 mil Ha de área regada, 75% corresponderam a área beneficiada e 25% a área regada a título precário, estando por isso fora do perímetro beneficiado, mas que utilizam as infraestruturas e a água dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.

A área beneficiada voltou a aumentar em 2023 quando comparada com 2022, sendo interessante verificar a evolução nos últimos anos: 103 mil Ha em 2013, 104 mil Ha em 2014, 116 mil Ha em 2015, 130 mil Ha em 2016, 138 mil Ha em 2017, 145 mil Ha em 2018, 150 mil Ha em 2019, 154 mil Ha em 2020, 159 mil Ha em 2021, 171 mil Ha em 2022 e 181 mil Ha em 2023.

Já a área regada a título precário, que vinha a aumentar desde 2016, sofreu em 2022 um decréscimo bastante significativo e aumentando novamente em 2023: 29 mil Ha em 2013, 27 mil Ha em 2014, 34 mil Ha em 2015, 27 mil Ha em 2026, 35 mil Ha em 2017, 45 mil Ha em 2018, 58 mil Ha em 2019, 61 mil Ha em 2020, 63 mil Ha em 2021, 57 mil Ha em 2022 e 58 mil Ha em 2023.



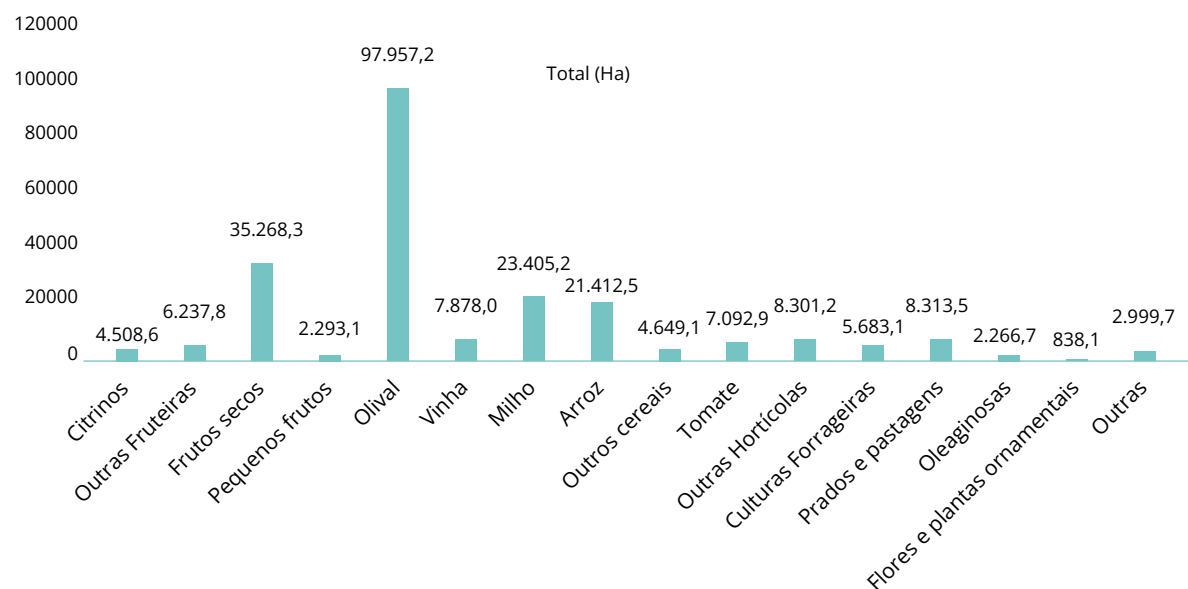
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA REGADA EM REGADIOS COLETIVOS

Bacia Hidrográfica	Aproveitamento Hidroagrícola	Área beneficiada (Ha)	Área precária (Ha)	Total (Ha)
Douro	Macedo de Cavaleiros	653,00	95,90	748,90
	Vale da Vilarça	1.403,90	625,90	2.029,80
	Veiga de Chaves	714,00	86,70	800,70
	Alfândega da Fé	234,00	106,00	340,00
	Cova da Beira (B. do Sabugal)	40,00	13,40	53,40
	TOTAL	3.044,90	927,90	3.972,80
Vouga	Burgães	85,30	20,00	105,30
	TOTAL	85,30	20,00	105,30
Mondego	Baixo Mondego	6.298,00	3.211,00	9.509,00
	TOTAL	6.298,00	3.211,00	9.509,00
Lis	Vale do Lis	1.819,00	0,00	1.819,00
	TOTAL	1.819,00	0,00	1.819,00
Ribeiras e Oeste	Cela	411,00	11,10	422,10
	Baixas de Óbidos	902,60	0,00	902,60
	TOTAL	1.313,60	11,10	1.324,70
Tejo	Idanha-a-Nova	3.450,00	1.149,20	4.599,20
	Vale do Sorraia	11.402,30	6.920,80	18.323,10
	Cova da Beira (excepto B. do Sabugal)	5.370,10	2.446,90	7.817,00
	Minutos	1.162,00	242,00	1.404,00
	Divor	407,00	50,00	457,00
	Alvega	150,80	1,00	151,80
	Loures	391,00	10,00	401,00
	Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	9.541,70	0,00	9.541,70
	Veiros	715,60	0,00	715,60
	TOTAL	32.590,50	10.819,90	43.410,40
Mira	Mira	4.612,80	737,40	5.350,20
	TOTAL	4.612,80	737,40	5.350,20
Sado	EFMA	36.819,20	7.595,00	44.414,20
	Campilhas e Alto Sado	1.529,40	1.540,00	3.069,40
	Vale do Sado	5.347,10	78,50	5.425,60
	Odivelas	9.288,80	1.311,40	10.600,20
	Roxo	4.415,10	2.905,30	7.320,40
	TOTAL	57.399,60	13.430,20	70.829,80
Guadiana	EFMA	58.644,90	22.629,70	81.274,60
	Freguesia da Luz	427,20	383,00	810,20
	Caia	5.292,10	3.861,10	9.153,20
	Luçefecit	705,70	250,60	956,30
	Vigia	1.156,90	1.365,40	2.522,30
	Sotavento Algarvio	5.362,40	563,20	5.925,60
	TOTAL	71.589,20	29.053,00	100.642,20
Ribeiras do Algarve	Alvor	129,00	50,00	179,00
	Silves, Lagoa e Portimão	1.444,10	245,90	1.690,00
	Várzea de Benaciate	247,60	25,00	272,60
	TOTAL	1.820,70	320,90	2.141,60
TOTAL REGADO A NÍVEL NACIONAL (HA)		180.573,60	58.531,40	239.105,00
TOTAL REGADO A NÍVEL NACIONAL (%)		75,5%	24,5%	100,0%

Fonte: DGADR

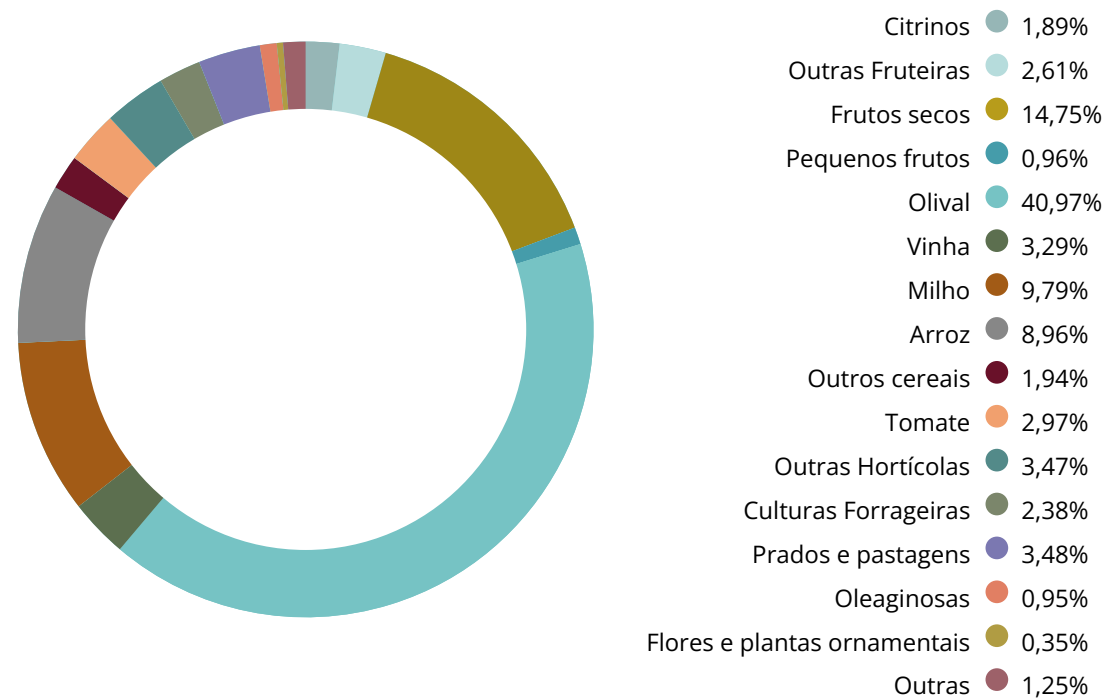
Relativamente às ocupações culturais, não se verificaram grandes diferenças quando comparadas com 2022: o olival continua a ser a cultura que apresenta maior área regada, com 98 mil Ha (41%), seguida dos citrinos/outras fruteiras/frutos secos com 46 mil Ha (19%), do milho com 23 mil Ha (10%), do arroz com 21 mil Ha (9%) e das hortícolas, incluindo o Tomate, com 15 mil Ha (6%).

OCUPAÇÃO CULTURAL DA ÁREA REGADA (HA)



Fonte: DGADR

OCUPAÇÃO CULTURAL DA ÁREA REGADA (%)



Fonte: DGADR

Índice de Intensificação do Regadio Coletivo

O relatório da DAGDR menciona um indicador interessante, denominado “Índice de intensificação do regadio coletivo” e que é determinado pela razão entre a área total regada e a área beneficiada ajustada, ou seja, que verdadeiramente pode ser utilizada (excluindo superfícies que por diversas razões não podem ser regadas por razões ambientais, qualidade dos solos, entre outras).

Em 2023 o “Índice de Intensificação do Regadio” a nível nacional foi de 96%, significando um aumento de 4% em relação a 2022. Embora este parâmetro seja francamente elevado, existem resultados insatisfatórios em alguns AH, como nos casos de Macedo de Cavaleiros (26%), Alvega (46%) e Veiga de Chaves (48%).



ÍNDICES DE INTENSIFICAÇÃO DO REGADIO (%)

Região	Aproveitamento Hidroagrícola	Área Beneficiada Ajustada (Ha)	Área Regada Total (Ha)	Índice de Intensificação de Regadio (%)
Norte	Alfândega da Fé	270	340	125,93
	Burgães	106	105,3	99,34
	Macedo de Cavaleiros	2.928,00	748,9	25,58
	Vale da Vilarça	2.402,30	2.029,80	84,49
	Veiga de Chaves	1.658,00	800,7	48,29
	TOTAL	7.364,30	4.024,70	54,65
Centro	Baixo Mondego	6.798,00	9.509,00	139,88
	Cova da Beira	12.500,00	7.870,40	62,96
	Idanha-a-Nova	6.584,00	4.599,20	69,85
	Vale do Lis	2.145,00	1.819,00	84,80
	TOTAL	28.027,00	23.797,60	84,91
Lisboa e Vale do Tejo	Alvega	333	151,8	45,59
	Baixas de Óbidos	1.296,00	902,6	69,65
	Cela	454	422,1	92,97
	Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	6.506,70	9.541,70	146,64
	Loures	0	401	
	Vale do Sorraia	15.892,00	18.323,10	115,30
	TOTAL	24.481,70	29.742,30	121,49
Alentejo	Caia	7.237,00	9.153,20	126,48
	Campilhas e Alto Sado	6.098,00	3.069,40	50,33
	Divor	488	457	93,65
	Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA)	119.536,00	125.688,80	105,15
	Freguesia da Luz	540	810,2	150,04
	Lucefecit	1.179,00	956,3	81,11
	Minutos	1.532,00	1.404,00	91,64
	Mira	12.000,00	5.350,20	44,59
	Odivelas	12.665,00	10.600,20	83,70
	Roxo	6.224,00	7.320,40	117,62
	Vale do Sado	6.171,00	5.425,60	87,92
	Veiros	1.153,50	715,6	62,04
	Vigia	1.500,00	2.522,30	168,15
	TOTAL	176.323,50	173.473,20	98,38
Algarve	Alvor	1.332,00	179	13,44
	Silves, Lagoa, Portimão e Várzea de Benaciate	2.710,00	1.962,60	72,42
	Sotavento Algarvio	8.331,00	5.925,60	71,13
	TOTAL	12.373,00	8.067,20	65,20
TOTAL NACIONAL (Ha)	248.569,50	239.105,00	96,19	

Fonte: DGADR

Situação das Albufeiras e Águas Subterrâneas

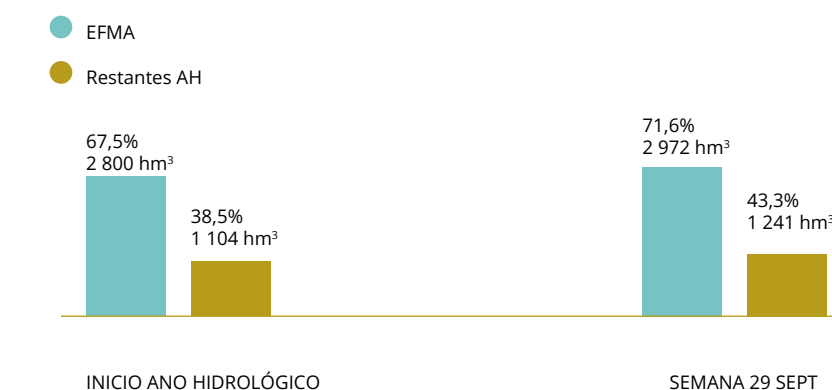
Para a determinação da situação das albufeiras nacionais é necessário esclarecer o conceito de “ano hidrológico”. Este tem início a 1 de outubro e termina a 30 de setembro do ano seguinte, correspondendo teoricamente a um período entre duas estações de chuva consecutivas. Considera-se assim que a 1 de outubro as reservas hídricas atingem o seu mínimo e onde começa o período chuvoso do ano.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), com uma capacidade total de 4.150 hm³, começou o ano hidrológico de 2022/2023 com 67% da sua capacidade de armazenamento, tendo terminado com 72%. Já os restantes aproveitamentos HA, que totalizam 2.864 hm³, começaram o ano hidrológico com 38% da sua capacidade e terminaram com 43% de água armazenada.

DISPONIBILIDADES HÍDRICAS NAS ALBUFEIRAS HIDROGRÁFICAS PORTUGUESAS

Capacidade Máxima de Armazenamento

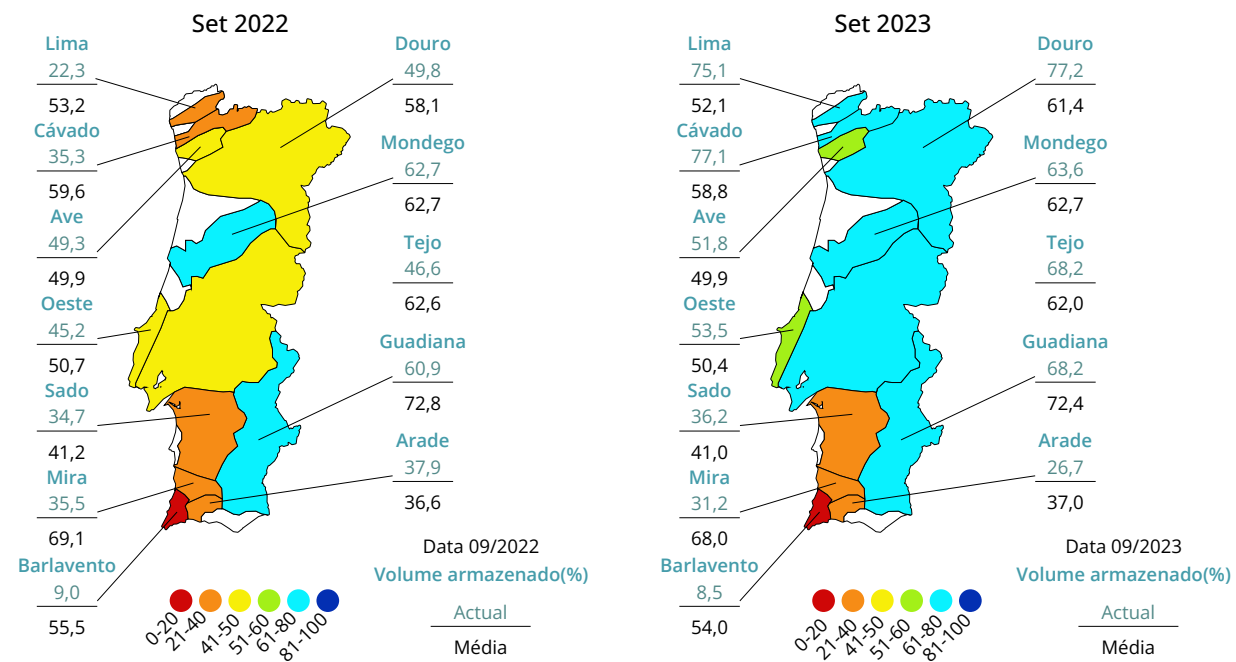
EFMA	4 150 hm ³
Restantes Aproveitamentos	2 864 hm ³



Fonte: DGADR

Através do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNIRH) pode analisar-se com mais detalhe cada albufeira e concluir que durante o ano hidrológico em análise houve uma recuperação em praticamente todas as geografias, com exceção do Mira, Barlavento e Arade.

SITUAÇÃO DAS ALBUFEIRAS NACIONAIS

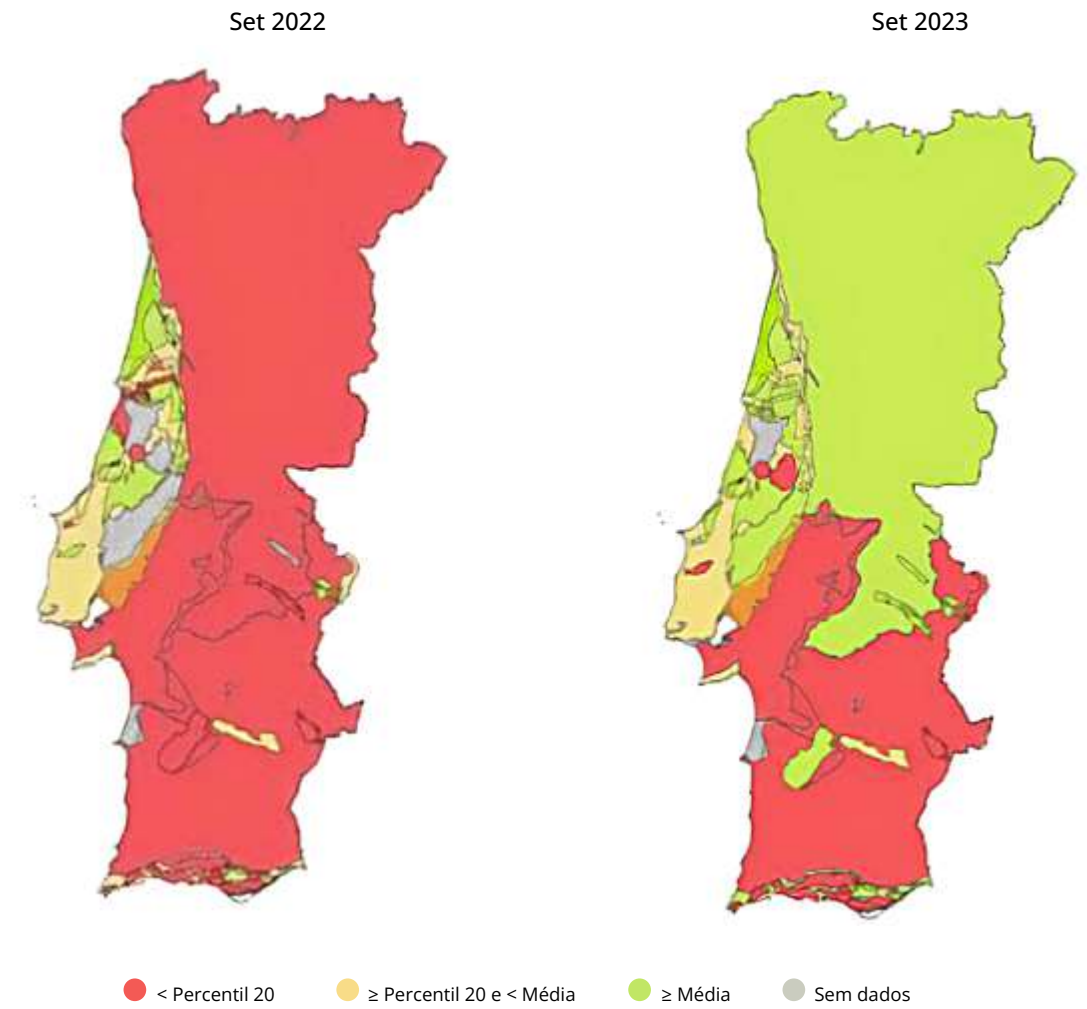


Fonte: SNIRH

O mesmo SNIRH elabora o boletim de quantidade das águas subterrâneas e que é calculado tendo como base os valores mensais da rede piezométrica. Assim, recorrendo-se ao historial de cada zona, consegue-se determinar a média e o percentil 20. Posteriormente compara-se o valor medido no mês em análise com os parâmetros estatísticos mencionados (média e percentil 20), sendo a massa de água classificada de acordo com a classe de maior frequência.

Desta forma, é possível concluir que em setembro de 2022 grande parte do território estava abaixo do percentil 20, tendo recuperado em parte durante o ano hidrológico de 2022/2023.

SITUAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS



Fonte: SNIRH



3

Sector Pecuário

Introdução	122
Carne	130
Leite e Derivados	140
Ovos	148
Mel	156

Introdução

O sector pecuário, no seu conjunto, é de extrema importância para a alimentação global. Este abrange uma vasta gama de produtos que vão desde a carne, ao leite (e seus derivados), aos ovos e ao mel. Existe ainda um conjunto de subprodutos, como por exemplo a lã (na produção ovina), o soro de leite (na produção de leite) ou a geleia real (na produção de mel), relevantes em diversas outras indústrias, como por exemplo, das rações, cosmética, têxtil ou farmacêutica.

Segundo um estudo publicado na revista científica *Nature Food*, a indústria alimentar global é responsável por um terço dos gases de efeito estufa e com a produção animal a destacar-se com 60% destas emissões. Evidentemente que estes impactos ambientais têm gerado uma preocupação generalizada, contrapondo que sem este sector não seria possível alimentar a população mundial e em particular os países subdesenvolvidos.

O sector pecuário tem enormes desafios pela frente, e que vão desde a sustentabilidade ambiental, ao bem-estar animal ou às alterações dos padrões de consumo

Segundo o *World Food and Agriculture – Statistical Yearbook 2023* (elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO), a produção mundial de carne foi de 357 milhões de toneladas em 2021, sendo que 34% correspondeu a animais de capoeira, 34% a carne suína, 20% a carne bovina e 12% a outros tipos de carne. A China foi o principal produtor mundial com 26% de quota, seguida dos Estados Unidos da América (EUA) com 14% e do Brasil com 8%. A União Europeia (UE), no seu conjunto, representou 12% da produção mundial (Portugal cerca de 0,3%) e a produção de carne aumentou 16% desde o ano 2000 (53% globalmente).

O mesmo trabalho refere que a produção global de leite de vaca (96% do total do leite) foi de 884 milhões de toneladas no mesmo ano. A Índia liderou com 23% de quota, seguida dos EUA com 12% e do Paquistão com 7%. A UE representou 17% (Portugal 0,2%), tendo crescido 32% desde o ano 2000 (e 58% mundialmente).

A PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE FOI DE

357

milhões de toneladas em 2021

A PRODUÇÃO GLOBAL DE LEITE DE VACA FOI DE

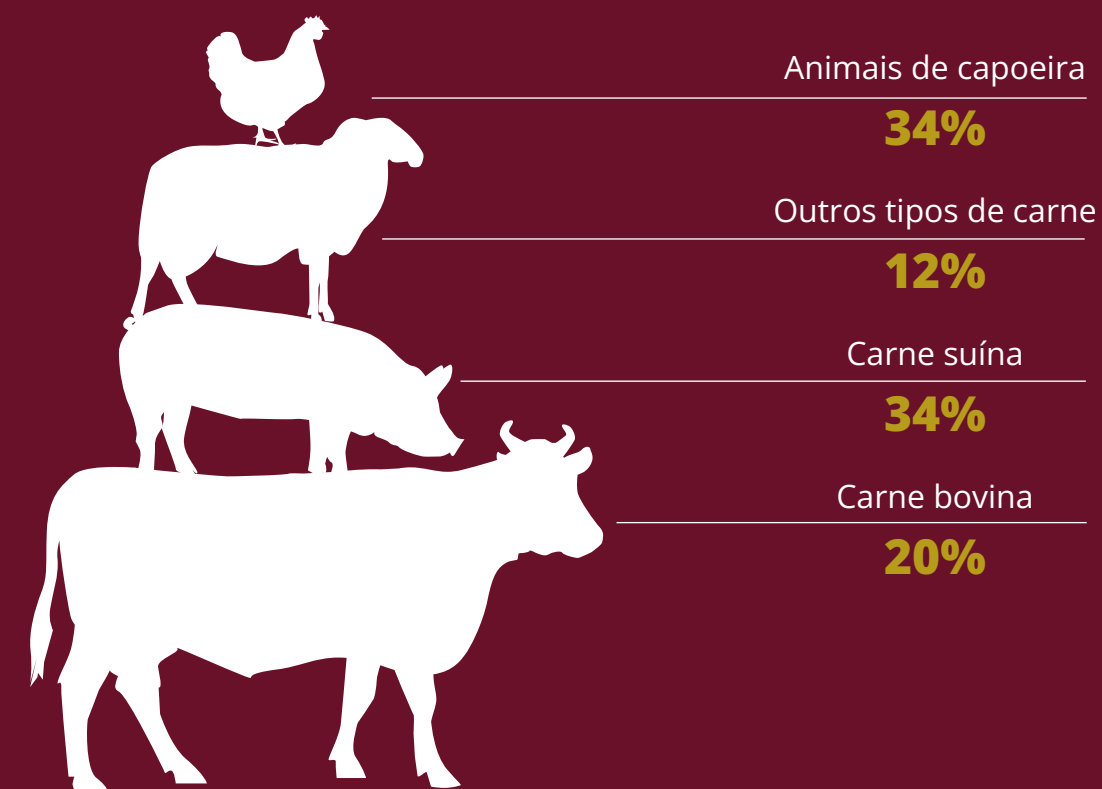
884

milhões de toneladas em 2023

A INDÚSTRIA ALIMENTAR GLOBAL É RESPONSÁVEL POR UM TERÇO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA

33%

PERCENTAGEM DOS DIFERENTES TIPOS DE CARNE CONSUMIDOS NO MUNDO



Também no mesmo ano, a produção de ovos foi de 86 milhões de toneladas, sendo que a China voltou a liderar com 35% de quota, seguida da Índia e dos EUA com 8% cada. A UE representou 8% da produção mundial (Portugal 0,2%) e tendo esta crescido 15% desde o início deste século (69% globalmente).

Finalmente, a produção de mel foi de 1,8 milhões de toneladas, voltando a China a liderar com 27% de quota, seguida da Turquia com 5% e do Irão com 4%. A UE representou 13% (Portugal 0,5%) e tendo crescido 25% desde o início de 2000 (43% mundialmente).

Todos os alimentos referidos anteriormente têm uma vasta componente (e riqueza) nutritiva. Contudo, é importante realçar que a carne, o leite e os ovos são as principais fontes de proteína disponíveis e que, através dos aminoácidos que a constituem, são essenciais nos processos de regulação e proteção do organismo. Já o mel é uma importante fonte de carboidratos.

Em termos de consumo, a carne convencional é amplamente apreciada pelo seu sabor e textura únicos, os quais são difíceis de replicar por alternativas de base vegetal ou artificial. De facto, e nos países mais desenvolvidos, estas opções têm sido valoradas e exploradas fundamentalmente por razões de sustentabilidade ambiental. São exemplo a carne vegetal à base de plantas, vegetais e leguminosas (integrada na categoria dos alimentos plant-based) e a carne cultivada em laboratório.

Existe, porém, uma grande diferença entre a proteína animal e a proteína vegetal e que está relacionada com a composição de aminoácidos presentes em cada uma. Os produtos de origem animal são ricos em proteínas completas, que contêm todos os aminoácidos que o organismo não consegue produzir e essenciais para a saúde humana. Já as fontes de proteína vegetal, tais como o grão-de-bico ou o feijão, são geralmente consideradas fontes incompletas, pois podem carecer de um ou mais aminoácidos essenciais e tendo de combinar diferentes tipos de alimentos para gerar o equilíbrio.

Tomando em consideração valores indicativos e aproximados, também a quantidade de proteína por 100 gramas de alimentos é algo que merece reflexão: 100 gramas (g) de um bife podem conter 23 g de proteínas, 100 g de ovos 13 g e 100 g de leite 7 g de proteína. Se nos focarmos nos alimentos à base de plantas, a proporção pode variar bastante: 100 g de grão-de-bico podem conter 19 g de proteína, 100 g de lentilhas 9 g, 100 g de feijão preto cerca de 8 g e 100 g quinoa cerca de 4 g de proteína.

Relativamente à carne cultivada, esta pode ajudar na diversificação, mas apesar dos avanços nesta área, ainda não iguala a convencional em termos de sabor, preço e conveniência. Apesar dos argumentos relativos à sustentabilidade, esta apresenta importantes constrangimentos como o elevado custo de produção, as exigências regulamentares e a produção em escala não comprovada.

Não podemos terminar sem falar de abelhas. Em complemento com a produção de mel, elas são as principais polinizadoras da natureza e determinantes na quantidade e qualidade de muitas colheitas. Entre os alimentos que dependem deste processo encontram-se frutas, legumes e sementes, essenciais não só para a alimentação humana, mas também para a criação de gado. Alguma bibliografia refere que elas polinizam 70 das 100 espécies de cultivos que alimentam 90% da população mundial.

O sector pecuário tem enormes desafios pela frente, e que vão desde a sustentabilidade ambiental, ao bem-estar animal ou às alterações dos padrões de consumo. Contudo, é indiscutível que o seu papel continuará a ser absolutamente fundamental no objetivo global de alimentar uma população de 10 mil milhões de pessoas em 2050.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur



Principais desafios do sector pecuário

NUNO SERRA (SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL)

A CONFAGRI é a confederação das cooperativas agrícolas e caixas de crédito agrícolas. Agrega nove federações e espelha todos os sectores de atividade da área agrícola em Portugal. Nuno Serra, secretário-geral da CONFAGRI, assume a importância da Confederação pela dispersão territorial e também a nível social. “Somos transversais, desde o pequeno agricultor de subsistência até ao grande agricultor, competitivo que faz a cadeia comercial”, refere.

Encara o futuro com otimismo se for ultrapassado o défice de associativismo. “Estamos focados em produzir alimentos porque temos um papel vasto para preparar o mundo agrícola para os desafios que aí vêm”, conclui.

O que representa a CONFAGRI no panorama agrícola e agropecuário do país? Representamos cerca de 44% de pedido único, à volta de 73 mil. Temos uma grande influência na bovinicultura, intensiva e extensiva, ao longo do país. Temos predominância em produtores de milho, de vinho, adegas cooperativas e lagares de azeite ligados à FENAZEITE. O impacto em números é grande, estamos a falar de 400 associados, 400 cooperativas e associações e 250 mil pessoas envolvidas que trabalham diretamente connosco.

Hoje a CONFAGRI, dentro de toda a sua abrangência, impacta muito no PIB e tecido económico nacional.

A população em geral terá essa noção?

Provavelmente não tem. Mas a CONFAGRI tem como papel representar as federações, empresas, cooperativas e associações. O nosso trabalho deve ser feito dentro dessa linha de ponderação e recato. Preferimos continuar a ter esta atuação mais discreta, mas na realidade todos os nossos associados se sentem representados. Gostamos de fazer acontecer, mais do que fazer aparecer. Acima de tudo a nossa prioridade é satisfazer as necessidades dos nossos associados, trazer mais ferramentas e veículos para que possam ter melhores rendimentos e realizar-se na sua vida económica e social.

Quais são os desafios que o sector enfrenta?

O primeiro tem a ver com aquilo que são as políticas europeias. A agricultura está muito dependente do que se faz lá fora. Temos causas conjunturais (eleições para o Parlamento Europeu, Covid, guerras, secas...) ultrapassáveis, com mais medida pública aqui ou ali.

Mas para nós o grande desafio são as causas estruturais. Políticas públicas lançadas no espaço europeu que obrigam a mudanças estruturais complexas no sector e que podem ter efeitos negativos. As grandes linhas são o PEPAC, aí estão as reprogramações que vamos tentando alterar de acordo com as necessidades nacionais, e depois temos outras onde temos tido pouca influência, como os desafios do green deal. Aí temos duas linhas que mexem muito com a nossa economia agroalimentar que é o Farm to Fork e o Fit for 55.

Temos medidas como a Lei do Restauro da Natureza que nos parece extremamente nefasta para o que é a produtividade nacional e não houve em momento

algum reflexão pública, o que nos deixa preocupados com o futuro. Os nossos eurodeputados votaram favoravelmente essa lei, o Governo, através da Ministra do Ambiente votou favoravelmente a lei e não há um único estudo do impacto na economia agroalimentar. Vou dar um exemplo: estudaram o impacto que essa lei vai ter na coesão nacional? Os terrenos da Rede Natura são a maior parte do interior do país onde a agricultura que se fazia lá tinha um papel fundamental na fixação das pessoas no território. Havendo interdição, alguém estudou o impacto na coesão territorial? Não se estudou nada. Isso preocupa-me muito. Há também a lei dos fitofármacos, emissão de gases industriais...

Há alguma hipótese de haver retorno? Está na mão dos Estados-membros fazer as leis dos restauros da natureza. Nós já solicitámos ao senhor Ministro da Agricultura que a agricultura tivesse uma posição determinante nessa criação de leis dos restauros. O senhor ministros transmitiu-nos que vai criar um grupo de trabalho onde estarão incluídos os agricultores para que possam ser salvaguardados os interesses da agricultura nacional. Há quem diga que estamos salvaguardados pelos mecanismos travão, que têm dois chavões: segurança alimentar e produtividade nacional. Mas não há métricas definidas e além disso temos de trabalhar para a soberania alimentar europeia. Temos de garantir que as pessoas que trabalhem hoje na agricultura em Portugal não vão ficar vedadas da sua subsistência e rendimento por causa de uma lei que foi mal vista, mal trabalhada e mal calculada pelos nossos representantes na Europa. Está nas mãos deles olharem e trabalharem para salvaguardar a agricultura nacional.

Gostamos de fazer acontecer

A regeneração também é um desafio?

Completamente. Outro dos grandes desígnios, e que está dentro do PEPAC, é a parte do investimento. Nós não conseguimos olhar para um sector que quer ser atrativo, competitivo e inovador sem haver uma aposta clara. Consideram que todos os mecanismos que o Estado tem ao seu dispor, seja no perímetro europeu PEPAC quer dentro dos mecanismos financeiros nacionais, devem ser usados. Um jovem agricultor quer ter ajuda financeira para investir, inovar e isso tem de ser acautelado. É preciso acautelar o rendimento, aumentar o rendimento dos agricultores. Esse rendimento aumentará se o investimento for maior, com práticas agrícolas mais eficientes. Os custos de produção estão a subir e temos de investir em técnicas inteligentes com digitalização para sermos mais eficientes e ter melhor rendimento. É preciso ter mecanismos de investimento ao dispor dos agricultores. Por isso é essencial para nós que o

investimento seja uma das prioridades.

Esse investimento está a acontecer? Com muita pena minha e da CONFAGRI percebemos que não está na medida do que seria necessário. Tivemos duas fases. Entre 2011 e 2015 os números mostram que houve realmente uma grande execução de investimento a nível nacional. A partir de 2015, por um conjunto de razões, inclusivamente uma maior retração por parte do Governo, mas acima de tudo a partir de 2018 com o Covid, guerras, quebra na cadeia de investimento, uma inflação altíssima, houve uma retração enorme.

Neste momento existe uma oportunidade única de aumentar o investimento, de promover a vinda de novos agricultores para o sector. Desperdiçar isso faz-nos correr o risco de abdicar do sector agroalimentar e perdermos a possibilidade de estar ao nível dos nossos competidores do lado de lá da fronteira.

Isso leva-me a outro grande desafio que temos tido aqui na CONFAGRI que é criar estímulos para que exista mais organização da produção. Somos a organização das cooperativas. Vemo-las como o órgão da organização, por excelência, mas há outros, as OP, as associações...

Portugal tem um défice estrutural em termos de organização da produção e da prossecução das políticas públicas. Só conseguiremos ultrapassar isso criando estímulos públicos e políticas públicas que o permitam. Dentro do PEPAC, na majoração para os investimentos e rendimentos de quem está dentro de uma OP ou cooperativa, mas também dentro do perímetro nacional no acesso a mecanismos de financiamento. Deviam ser privilegiados os que estão dentro de associações. Isto promove mais competitividade na comercialização de produtos, na compra de fatores de produção em escala, na partilha das práticas agrícolas.

Basta olhar para Espanha e ver o valor do que é o produto rural comercializado, 69% passa por cooperativas. Nos países nórdicos o nível de associativismo é na ordem dos 80%. Em Portugal anda à volta dos 20% em todos os sectores. Na agricultura não deve ser diferente. Há um caminho para percorrer e precisamos de resolver esse défice de associativismo.

No sector agropecuário a situação é semelhante?

A área animal tem uns desafios acrescidos. Na parte da organização de produção está melhor, veja-se a questão do leite, a carne. Temos o exemplo da raça garvonesa que se conseguiu organizar e criar recentemente um projeto em que a CONFAGRI também participa. Percebeu-se que só constituindo uma cooperativa com todos os produtores, poupando nos custos e unindo forças para comercializar se conseguiria trazer mais rendimento para os produtores dessa raça. É um exemplo claro de que a organização de produção trouxe bons resultados. O modelo de negócio tem sido um sucesso.

A dificuldade acrescida neste sector é a pressão que existe das políticas públicas sobre o consumo da carne de vaca. O desafio que aqui temos num contexto de diminuição de consumo de proteína animal é mostrar ao consumidor que há falta de informação correta. Há notícias distorcidas e erradas a circular. Durante muito tempo criticou-se o glifosato sem argumentos científicos válidos e no ano passado apareceu um estudo que concluiu que afinal nas quantidades que era usado não tinha qualquer perigo. Hoje já ninguém fala do glifosato. O consumo das carnes vermelhas também não tem estudos concretos que demostrem que é nociva ou desaconselhada.

Não podemos deixar que as medidas das políticas europeias condicionem a opinião pública por espartilhos ideológicos que alterem tendências de consumo sem qualquer rigor factual e científico. O Estado tem de apoiar a desmistificação disto. O Estado gera mais economia a produzir bois, vacas, porcos e carneiros para consumo interno ou para exportação do que ceder a campanhas enviesadas e esverdeadas que têm como grande lema comer tofu que vem do Brasil.

A CONFAGRI tem lutado pela defesa da dieta mediterrânica como pilar da nossa alimentação, apoiada por nutricionistas, composta por alimentos endógenos.

Está em causa a viabilidade das explorações de carne? Cada vez vai ser mais difícil. O rendimento de políticas públicas europeias tem criado obstáculos (custos acrescidos) à produção. E vamos continuar. Por exemplo, a desflorestação vai fazer com que tudo o que sejam sojas, milho vindo da América do Sul para rações aumente exponencialmente os preços e isso vai causar um impacto significativo na alimentação animal nos próximos anos.

Preocupa-me muito termos uma legislação do bem-estar animal que obriga a custos acrescidos aos produtores, o que faz com que a carne seja mais cara, mas depois abrimos as portas a mercados terceiros que não cumprem essas exigências e que põem cá a carne mais barata.

A carne vai continuar a comer-se e é uma pena que não seja de produtores portugueses e europeus que poderiam aumentar os rendimentos cá. Temos um património genético de raças autóctones com carne fabulosa. Outro dos desígnios da CONFAGRI é a proteção a estas raças. A maior parte dessas raças tem uma qualidade incomparável, mas os custos que temos são muito elevados e chega aos supermercados a preços mais caros do que mandar vir uma peça da Argentina. Tem de ser também o Estado português a lutar e não apenas o sector. O Estado tem de impor-se perante os outros países. Por exemplo, está em cima de mesa uma alteração de lei no transporte animal por via rodoviária, diminuir para nove horas o transporte. Um produtor no centro da Europa em nove horas percorre um conjunto de países. De Portugal, em camião nem chegamos a Madrid. Isto é uma visão enviesada do que

é o projeto europeu. Isto não permite que os produtores portugueses tenham as mesmas condições que os seus congéneres do centro da Europa.

Temos capacidade para bater o pé? Temos de ter primeiro vontade. É preciso pensar no país. Temos de levar a nossa agenda para Bruxelas e tentar conciliar interesses. No meio dos rendilhados das normas europeias temos de ter voz e defender os nossos interesses. Não podemos ter eurodeputados a ter bandeiras diferentes em Bruxelas e no país por falta de conhecimento ou por plasticidade. É preciso maior transparência dos políticos para sabermos o que defendem e o que têm feito e o impacto que as medidas têm para o país.

A melhor maneira de olharmos para as questões é através de números. A emissão de gases carbónicos do sector agrícola europeu e português tem diminuído ao longo dos últimos anos, ao contrário do sector do transporte. O peso das emissões do sector bovino no espectro das emissões carbónicas totais é uma percentagem mínima. A pecuária é um bode expiatório. Os produtores de carne europeus têm a sede em Roma e quando receberam um grupo de eurodeputados lá disseram-lhes que uma viagem entre Roma e Bruxelas emite tanto CO₂ como o consumo de carne de vaca todos os dias de uma família num ano inteiro. Era bom fazer-se um estudo para que os consumidores europeus percebessem que a hipocrisia política é grande e andar de avião de reunião em reunião tem um custo ambiental enorme. Não faz sentido serem os agricultores a terem de abater animais.

Não competiria à CONFAGRI ter um papel ativo na formação da opinião pública? Temos com muito orgulho. Levamos essa mensagem a todas as associações agrícolas europeias, mas é difícil passá-la. As manifestações recentes dos agricultores foram um aviso.

Mas as preocupações da CONFAGRI são muito mais vastas do que a mera comunicação. Tenho a preocupação de preparar digitalmente o sector, com inovação, competitividade, negociar com o Governo mais investimentos. Tenho de preparar os meus agricultores para terem mais rendimento e subsistirem. A transição energética é importante e tem de ser feita. Passamos os dias a formar agricultores, a procurar novas formas de investimento, projetos para investir, falar com os governos para acautelar as políticas públicas. Falta-nos tempo para comunicar, embora estejamos melhor.

As manifestações recentes obrigaram a opinião pública e os políticos a repensar as suas opiniões. O sector é insubstituível porque dá alimento à população. Estamos a trabalhar pela positiva e criámos um novo departamento de sustentabilidade e inovação e qualidade. Queremos preparar os agricultores para esse desafio de olhar para a agricultura como um projeto de futuro. Hoje a agricultura é muito diferente, tem novas práticas. Evoluímos muito na descarbonização

face a outros sectores, basta olhar para os números. Se fizermos um rácio entre o produto interno bruto e a pegada de carbono entre os vários sectores veremos que a agricultura é o que tem o rácio menor. Um campo verde faz sequestro de carbono, a agricultura faz sequestro de carbono na sua prática diária.

Se tivermos transparência e na rotulagem dos produtos incluímos a pegada carbónica as pessoas percebem que é importante consumir nas cadeias locais, o que é sazonal. Isso sim traz movimento à economia do país. Essas políticas têm de ser estimuladas pelo Estado. Cada Estado tem de promover a sua alimentação. Na Irlanda têm uma agência para promover os produtos da costa. Dentro do Ministério da Agricultura fazia sentido criar essa promoção. As pessoas de Bragança podem comer pescado português. Temos de associar o Ministério da Saúde e o da Educação. Por exemplo, nas cantinas das escolas ter uma ementa com produtos nacionais, o que leva a que as crianças peçam para os consumir também em casa. É preciso que quem governa perceba que esse impulso é decisivo para o consumo dos nossos produtos endógenos e seguir a dieta mediterrânica. Estimular o consumo do que é nosso dá emprego a muita gente, ocupa território e cria economia.

É otimista em relação ao futuro? Sou otimista em relação ao futuro. Sinto que o sector agrícola estava desejoso de um novo impulso e estamos a tê-lo. Precisamos que nos deixem trabalhar. Vimos recentemente uma forma de estar que nos leva a crer que vamos ter menos obstáculos. A mudança da mentalidade está a fazer-se. Estamos no caminho certo porque as pessoas começam a exigir mais de quem está a governar. A sociedade, os agricultores e





3.1

Carne

A carne em Portugal

CARLOS RUIVO (PRESIDENTE DA APIC - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INDUSTRIAIS DE CARNE)

A APIC - Associação Portuguesa dos Industriais de Carnes foi criada em 2008. Resultou da junção de duas associações com o objetivo de garantir a união e representatividade do sector das carnes e produtos cárneos perante os seus parceiros sociais e políticos. Conta com 114 empresas associadas.

Carlos Ruivo, presidente da APIC, defende uma maior concentração do sector para fazer face às exigências do negócio e do mercado. A par do combate à fragmentação, a baixa do IVA é outra das bandeiras da Associação. “Fiambre ter a mesma taxa de IVA do caviar é disparate”, afirma Carlos Ruivo.

Como vê o sector enquanto presidente da APIC?

Temos um sector muito fragmentado. Movimentamos muito dinheiro, em termos de vendas e serviços prestados são 2.5 mil milhões de euros por ano. Tem muito peso. Existem operadores de norte a sul. O sector tem mega empresas que faturam mais de 100 milhões de euros, em abate e transformação e alguns desses grupos são verticalizados. Há um grupo verticalizado que fatura à volta de mil milhões de euros e que tem feito concentração ao nível da produção. Um dos problemas do sector é a fragmentação e o grande número de operadores. Os clientes querem ter um produto competitivo o que pode levar à deterioração da qualidade para baixar o preço. O mercado para acompanhar entra no mesmo processo e há o risco de matar uma categoria porque baixamos a qualidade. Ora isso acontece porque há muitos operadores e o negócio é muito exigente. O sector vai ter de concentrar, o que ultimamente tem acontecido.

A concentração não pode pôr em causa a concorrência e a autenticidade de alguns produtos regionais?

Não. Os pequenos podem sempre estar no mercado. O mal às vezes está naqueles que estão no meio, fazem venda de grande quantidade de produtos. Lá fora as fábricas fazem dois ou três produtos. As empresas deviam estar mais focadas no que estão a fazer, era melhor para todos.

A APIC representa que percentagem do sector? À volta de 60%. Depois existem pequenos produtores que não se associam, mas estão incluídos no valor total do sector de 2.5 mil milhões.

Quais são os principais problemas do sector, para além da fragmentação?

Como associação temos tentado resolver a questão do IVA. O fiambre e o queijo para uma sanduiche mista têm IVA diferentes. Não faz sentido um produto de massa ter IVA alto. Uma lata de salsichas, por exemplo, paga 23%, não faz sentido pagar o mesmo IVA do caviar. No caso das salsichas não estamos a falar de um produto de luxo, por isso o IVA devia ser reduzido. Fiscalmente estamos a tentar trabalhar isso. Queremos trazer mais consumo consciente, alimentação variada. Se esta categoria tivesse menor IVA, havia mais pessoas que poderiam ter acesso, porque em geral o poder de compra nacional é baixo.

Temos em cima da mesa tentar resolver este tema. A

APIC pertence à FIPA, que leva este assunto a quem de direito. É preciso ter peso político. As alheiras já conseguiram reduzir o imposto, mas o presunto ainda não. Estamos a tentar que tudo o que são produtos alimentares possam ter taxa reduzida, excluindo os produtos considerados de luxo. Esses podem até ter sobretaxa. Fiambre ter a mesma taxa do caviar é um disparate.

Qual o impacto do aumento dos custos de produção?

É difícil praticar o preço justo no mercado. Há uma parte da cadeia de valor que ganha mais do que as outras partes. Muitos produtores não conseguem sobreviver com a subida de muitos fatores de produção, como por exemplo os custos de eletricidade. Mas sem comida não há alimentos. E há pouco poder de compra. Os consumidores não têm poder de compra, por isso os produtos não podem ser caros, isto é um problema.

Quais são as principais oportunidades para este sector?

A exportação é a principal oportunidade para estas empresas para não terem tanta pressão do mercado interno. A exportação ainda não é um valor significativo da faturação. Somos um país com um mercado pequeno. Espanha é quatro vezes maior e é forte neste sector. Para entrarmos em alguns mercados precisamos de empresas maiores ou fazer um consórcio de empresas, mas é difícil porque somos individualistas e não percebemos que se estivermos juntos ganhamos todos porque conseguimos entrar nos mercados.

Como APIC estamos a tentar abrir alguns mercados, mas demora tempo. Por exemplo, para os EUA é difícil porque não tem a ver com a qualidade, mas é visto como uma guerra comercial de produtos agrícolas que são altamente controlados.

Quais são os mercados mais apetecíveis para a exportação?

A Ásia e a Europa. Na Europa funciona, apesar de as receitas terem de ser adaptadas. O fiambre, por exemplo, é diferente em todos os países. Ou então produtos com grande diferenciação podem conseguir entrar. A Ásia, para a indústria de toda a Europa, é uma grande oportunidade.

O contrário acontece? Importamos produtos deste sector?

Algumas categorias pontualmente, mas é residual.

Em termos de mão-de-obra, há dificuldade?

Muita. Toda a gente tem falta de trabalhadores. As empresas aqui funcionam muito com equipas de empresas de prestação de serviços de terceiros, equipas normalmente de estrangeiros. Os meses mais fortes de produção são os meses de verão, o consumo aumenta neste período. O número de trabalhadores no sector (em 2023) ronda os 14 500.

E quais as prioridades do sector?

O IVA e a concentração. Se tiver muitas empresas a fazer o mesmo produto, a tendência é competir pelo preço e não pela qualidade. Isso é uma ameaça à categoria. Posso queimar uma categoria assim. O produto tem de

ter uma relação justa de qualidade/preço.

As variedades regionais têm importância na categoria? Alguns desses produtores não são nossos associados, mas produzem para um consumidor com maior poder de compra. O produto regional vende em nichos.

Sentem que existe uma campanha contra o consumo de carne? O homem é o que é e desenvolveu o cérebro porque comeu proteína animal. Devemos ter uma alimentação variada. Ainda não sabemos quais as consequências de uma alimentação vegan. As alternativas para o consumidor são todas válidas, é uma questão de opção individual. Para não induzir o consumidor em erro, agora fala-se de bebidas vegetais e não leite disto ou daquilo. Neste sector da carne, os produtos ainda não estão arrumados em termos de categoria e rotulagem. As dietas

6 Fiambre ter a mesma taxa de IVA do caviar é disparate

fundamentalistas têm os seus riscos.

Tem havido também alguma contestação à produção animal, há decréscimo de consumo?

Não. Fizemos um movimento, o MAPA (movimento, ambiente, produção, alimentar) para quebrar os mitos que existem. Junta cerca de cinquenta entidades. Há muita gente que não tem a noção de como surgem os alimentos e acham que tudo o que vem do campo é mau. Se não houvesse gado bovino, as terras estariam abandonadas e haveria mais incêndios. Tem de haver equilíbrio. As notas de dinheiro, por exemplo, têm uma componente do bovino. As pessoas que tratam dos animais têm todo o interesse em cuidar bem deles. As minorias mobilizam-se mais e tentam espalhar e impor a sua agenda. Nas escolas dizem que a carne é má e os miúdos assimilam. Cada um tem as suas opções, mas é preciso desmitificar. Isto é uma maratona e o MAPA pretende fazer essa maratona.

É otimista em relação ao futuro do sector? Claro que sim. Para estar neste sector é preciso ser otimista. Há muitos desafios. Nas aves o sector está concentrado em duas empresas.



A Carne em Portugal

A produção de carne em Portugal remonta à era romana e à Idade Média. Historicamente, a pecuária sempre foi uma atividade crucial para a subsistência e integrada em sistemas agrícolas denominados “mistos”. A transição para uma produção mais comercial iniciou-se no século XX, com a modernização das técnicas de criação e uma maior especialização das regiões produtoras. A entrada na União Europeia em 1986 trouxe novos regulamentos e incentivos, impulsionando a qualidade e a exportação de carne. Hoje, a produção continua a evoluir, com um foco crescente em sustentabilidade, bem-estar animal e acesso a novos mercados, aproveitando em muitos casos a reconhecida qualidade de alguns produtos nacionais certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP).

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- a produção de carne nacional foi de 904 mil toneladas, menos 1% quando comparado com 2022. Os animais de capoeira representaram 47% da produção, seguida dos suínos com 39% e dos bovinos com 11%;
- analisando mais detalhadamente, podemos verificar que houve um aumento de produção nos animais de capoeira em 3% e uma diminuição nos suínos em 4%, nos bovinos em 5% e nos ovinos/caprinos em 17%;
- a região Centro foi a principal região nacional e com 54% da carne produzida, seguida do Alentejo com 27% e do Norte com 8%. Contudo, o Alentejo foi a região líder na produção de carne bovina (40%), ovina (74%) e caprina (43%), sendo a região Centro líder na produção de animais de capoeira (79%).

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produto	Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023
Animais de capoeira	398 435	409 821	420 979
Suínos	377 310	369 712	356 455
Bovinos	102 951	103 760	98 423
Outras carnes	14 844	14 165	14 476
Ovinos	15 923	14 800	12 373
Caprinos	1 252	1 313	1 098
Equídeos	87	19	21

Fonte: INE

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023							
	Total	Carne de bovinos	Carne de ovinos	Carne de caprinos	Carne de suínos	Carne de equídeos	Carne de animais de capoeira	Outras carnes
Portugal	903 825	98 423	12 373	1 098	356 455	21	420 979	14 476
Continente	869 589	79 941	12 334	1 066	349 475	21	412 528	14 224
Norte	72 699	25 440	907	234	10 218	5	28 955	6 940
Centro	491 275	11 684	1 935	329	141 088	1	331 032	5 206
Área Metropolitana de Lisboa	57 691	2 949	161	38	41 177	4	12 908	454
Alentejo	243 165	39 390	9 106	408	153 534	4	39 445	1 278
Algarve	4 759	478	225	57	3 458	7	188	346
Região Autónoma dos Açores	29 490	17 584	36	30	6 920	0	4 782	138
Região Autónoma da Madeira	4 746	898	3	2	60	0	3 669	114

Fonte: INE

Desde 2003 que o consumo de carne tem sido superior à produção, tendo Portugal de realizar importações para satisfazer as suas necessidades.

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações Toneladas	Exportações Toneladas
Animais vivos		
Gado cavalari	18	55
Gado bovino	1 076	33 219
Gado suíno	98 723	42 194
Ovinos e caprinos	2 429	18 224
Aves de capoeira	4 567	8 521
Carne e miudezas, comestíveis		
Carne de bovino (fresca ou refrigerada)	110 003	15 386
Carne de bovino (congelada)	22 851	2 044
Carne de suíno	92 109	30 209
Carne de ovino e caprino	9 661	1 383
Miudezas comestíveis diversas	4 135	12 613
Carne e miudezas - aves	84 875	36 661
Outras carnes e miudezas	3 501	887
Toucinho e outras gorduras	2 596	2 511
Carne e miudezas em conserva	16 732	2 801
Produtos de origem animal		
Tripas, bexigas e buchos	20 952	13 968
Preparações de carne, peixe, etc.		
Enchidos e produtos semelhantes	12 763	10 533

Fonte: INE

O grau de autoaproveitamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) mede o grau de dependência de um território relativamente a um produto. Em 2023 este foi de 75% no conjunto das carnes, sendo de 51% nos bovinos, 71% nos suínos, 95% nos ovinos/caprinos e 86% nos animais de capoeira.





3.2

Leite e Derivados

Marisa Costa, vice-presidente da APROLEP - Associação dos Produtores de Leite de Portugal, defende que a estabilidade no preço do leite é fundamental para a sobrevivência de um sector envelhecido. Por isso, estratégias para atrair jovens são precisas. A correta gestão da água e políticas ajustadas às necessidades dos agricultores completam as prioridades da Associação.

Apesar das dificuldades, Marisa Costa está otimista. "O sector do leite será aquilo que nós quisermos que ele seja", argumenta. "As políticas e decisões de agora irão determinar se teremos leite português no futuro", alerta.

O que é a APROLEP e qual o seu papel? A APROLEP é uma associação de produtores de leite em Portugal. Surgiu em 2010 da necessidade de lutar por um preço justo à produção. No último ano houve estabilidade no preço. De 2016 a final de 2021 os produtores de leite portugueses tinham o pior preço pago na UE. O mercado, entretanto, mexeu, o preço subiu ligeiramente e no último ano estagnou. Somos cerca de 400 associados a nível nacional. Os produtores são os que têm vacarias e entregam o leite às várias empresas que o recolhem.

Na APROLEP ouvimos as preocupações dos associados, somos um canal de comunicação que fala com o Governo e outras entidades. O nosso objetivo é ouvir as problemáticas dos produtores e sermos um agente ativo a lutar pelos seus direitos e por um preço justo à produção nacional.

Numa determinada altura havia muito leite importado e isso estava a prejudicar a valorização do nosso produto. Manifestámo-nos e entrevistamos.

Temos também trabalhado muito na comunicação do leite e sua produção. Em 2016 foi o ponto alto de questionar a qualidade do leite e os métodos de produção agrícolas. Temos, por exemplo, o projeto "Leite é Vida" que vai às escolas ou traz as escolas às nossas vacarias para dar a conhecer este alimento.

Organizamos eventos, como o Encontro Nacional de Produtores de Leite, este ano em Vila do Conde, que contou com a presença de mais de 600 produtores e 40 empresas do sector agrícola.

Pode fazer uma radiografia do sector do leite? O sector do leite em Portugal é muito envelhecido. Temos pequenas explorações que tendem a diminuir porque cada vez mais as de grande dimensão dominam. Menos de 3% dos agricultores têm 35 anos. A atividade não é atrativa, quer ao nível da rentabilidade quer em termos de exigência na tarefa. Honestamente não acredito que consigamos captar jovens de fora para o sector. Exige grande investimento. Ou as gerações anteriores deixam legado (campos e instalações) e há continuidade ou então é impossível. É nesses jovens filhos de agricultores que temos de apostar e criar condições para que participem ativamente. Ouvi-os e chamá-los. Depois, ter muita atenção aos projetos de jovens agricultores. É preciso trabalhar no sentido do rejuvenescimento.

Vivemos um momento de transição. De passagem de testemunho, está a chegar gente dinâmica com respeito pela produção, coisa que faltou lá atrás.

O conjunto de exigências e a burocracia com regras difíceis de aplicar são também um fator para fomentar a mudança geracional. É muito difícil encontrar mão de obra especializada, pelo que a única forma de fazer evoluir o sector é o recurso à tecnologia, que é o nosso grande aliado. É preciso ter pessoas que dominem a tecnologia, e por isso precisamos de formação e de apostar na inteligência artificial.

Neste momento temos um preço justo? O preço atual não é justo, mas é um preço estável. A estabilidade é importante para o sector. Por outro lado, as alterações climáticas e o envelhecimento levaram a quebras de produção na Europa, mas isso acabou por não ter grande efeito em Portugal. O preço de leite em Portugal está diretamente relacionado com o preço em Espanha. O aumento nos países do centro da Europa não interfere. A seca em Espanha é que mexeu nos preços cá.

O sector do leite será aquilo que nós quisermos que ele seja

Como se caracteriza a produção de leite? Em termos de leite somos autossuficientes, mas a nossa indústria está muito virada para o pacote de leite UHT, que é o menos valorizado. Importamos derivados, queijo e iogurte.

No leite UHT houve quebra de consumo. Hoje em dia ser intolerante à lactose virou moda. Ninguém tem de beber leite, temos é de ser bem informados. A luta pelo corpo perfeito, os influencers, o incentivo ao excesso de consumo, somos bombardeados todos os dias, mas onde está a sustentabilidade? A desinformação deixou que o radicalismo verde proliferasse. Há pessoas que não comem carne porque acham que estão a prejudicar o ambiente. A agricultura biológica não alimenta a população.

O leite português é de boa qualidade? Existem regras europeias para a qualidade do leite, em termos de proteína, de gordura, microbiana. As empresas portuguesas cumprem até porque senão o preço é penalizado e o impacto é enorme. O leite em geral tem normas, padrões e requisitos muito específicos. Podemos estar descansados porque na prateleira do supermercado não há leite com antibiótico. Sempre que o leite é recolhido é retirada uma amostra.

É seguro beber leite. Ao produtor é-lhe pedido que produza com qualidade, e isso acontece.

Quais são os desafios do sector? Em primeiro lugar, a estabilidade no preço. Dependemos muito das condições climáticas e essas não controlamos. Conseguimos controlar os fatores de produção, mas

É preciso trabalhar no rejuvenescimento do sector

MARISA COSTA (VICE-PRESIDENTE DA APROLEP - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE PORTUGAL)

não o preço a que vendemos o leite. Precisamos de estabilidade para nos dar garantias. Ou recebemos subsídios ou o preço tem de triplicar no consumidor. Esses apoios são a forma de aumentarmos a nossa competitividade e não subir o preço ao consumidor.

Por outro lado, o rejuvenescimento. Rejuvenescer o sector requer um conjunto de condições para que os jovens cujas famílias estão ligadas à área se mantenham no sector.

Outro desafio: melhorar a comunicação para criar proximidade entre todos os intervenientes, do produtor ao distribuidor, ao consumidor. Comunicamos muito para dentro, precisamos mostrar o que fazemos. Quando recebemos alunos e professores nas vacarias constatamos que o desconhecimento é de tal ordem que ficamos perplexos.

Temos sido vítimas do radicalismo verde. Fruto do afastamento das pessoas da produção, há terreno fértil para muita desinformação. Criou-se a ideia de que os agricultores são uns vândalos e destroem o ambiente. O ambiente é a nossa casa, o solo é onde produz alimento para as minhas vacas. Não há ninguém mais preocupado em ter bons solos e bom ambiente para depois produzir alimento de qualidade do que os agricultores. Cada vez há uma maior preocupação com o bem-estar animal. As explorações agrícolas portuguesas são submetidas a um programa de certificação de bem-estar animal com regras ao nível de água, luminosidade, camas, espaço. Isso é uma garantia para o produtor e uma segurança para o consumidor.

A Europa tem exigências que o resto do mundo não está a acompanhar o que nos tira competitividade. As exigências são brutais e impedem-nos de competir de forma justa com os países terceiros.

Há risco do sector se tornar irrelevante? Tudo tem a ver com as políticas e os Governos. Ou definimos uma estratégia para captar jovens para o sector ou então ele vai envelhecer. Nos próximos dez anos podemos passar a ter metade dos produtores nacionais. Perdemos peso político também. Grosso modo, agora há dois mil produtores no continente e dois mil nas ilhas. Chegar ao Governo e dizermos que somos quatro mil é diferente de dizermos que somos metade.

O futuro será aquilo que nós quisermos. Podemos ter um cenário otimista se criarmos sinergias entre todos os intervenientes.

É otimista em relação ao futuro? Acredito que estamos numa fase de transição. Este momento é crucial. As políticas e decisões de agora irão determinar se teremos leite português nas prateleiras dos supermercados no futuro. Todos já percebemos (Governo e indústria) que teremos de ter um preço justo à produção.

Apesar dos dados mostrarem que há quebra de consumo de leite, não há um produto barato tão completo nutricionalmente como o leite. As pessoas têm de fazer escolhas.

Sabemos que os agricultores têm de ter em conta a sustentabilidade económica, social e ambiental. Muitas vezes descaramos a económica e a social... Os líderes do sector têm de escolher as melhores estratégias, somos todos partes integrantes deste ecossistema. O sucesso de uns determina o sucesso de outros. Ao consumidor temos de o informar e sensibilizar para a compra de produtos locais, regionais e nacionais. Ao comprarmos produtos nossos estamos a fazer com que a nossa economia seja promovida e a impedir que exista uma pegada carbónica maior.



Leite e Derivados

A produção de leite, queijo e manteiga têm profundas raízes na economia agrícola nacional desde a Idade Média, quando a criação de gado leiteiro começou a desenvolver-se em mosteiros e pequenas quintas, tornando-se parte da dieta das populações rurais. Desde a Revolução Industrial que tem havido uma constante modernização sectorial e consequentemente o aumento de consumo.

No passado mais recente, o sector tem conseguido responder aos constantes desafios que lhe têm sido colocados e que vão desde a necessidade de uma constante inovação tecnológica, garantia do bem-estar animal, preservação dos ecossistemas, segurança alimentar, entre outros. Portugal é hoje reconhecido pela alta qualidade do seu leite e dos seus produtos lácteos. Na indústria de queijos, em particular, existe uma vasta gama de queijos regionais de renome, como o Queijo da Serra, de Azeitão e de São Jorge, com enorme reconhecimento e devidamente certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). A manteiga também é uma parte importante do processamento do leite, com empresas nacionais a responder às necessidades dos consumidores.

O leite e os produtos lácteos são parte determinante na “Roda dos Alimentos” e a sua riqueza nutricional devidamente reconhecido na alimentação de crianças, adolescentes, adultos e idosos.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- a produção de leite nacional foi de 1.996 milhões de litros, mais 1% quando comparado com 2022. O leite de vaca correspondeu a 95% da produção, seguida do leite de ovelha com 4% e do leite de cabra com 1%;
- a produção de queijo foi de 86,5 mil toneladas, menos 5% quando comparado com 2022. O queijo de vaca correspondeu a 74% da produção, seguida do de ovelha com 13%, do de mistura com 8% e do queijo de cabra com 5%;
- o Norte foi a principal região produtora de leite e com 39% do total nacional, seguida dos Açores com 30% e do Alentejo com 16%. Contudo, é importante referir a importância do Alentejo na produção de leite de Ovelha (58%) e da região Centro no leite de cabra (35%).



PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produto	Produção		
	2021	2022	2023
Leite (1.000 Litros):	2 036 441	1 969 285	1 996 212
De vaca	1 935 544	1 870 875	1 901 001
De ovelha	71 221	69 537	67 743
De cabra	29 676	28 874	27 468
Queijo (Toneladas):	89 000	90 834	86 466
De vaca	66 644	67 997	63 946
De ovelha	11 870	11 589	11 290
De cabra	4 221	4 107	3 908
De mistura	6 265	7 141	7 321
Manteiga de vaca (Toneladas):	31 493	27 483	31 583

Fonte: INE

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (1.000 Litros)	2023			
	Total de leite	Leite de vaca	Leite de ovelha	Leite de cabra
Portugal	1 996 212	1 901 002	67 742	27 468
Continente	1 385 731	1 291 587	67 356	26 788
Norte	783 841	766 746	9 751	7 344
Centro	209 187	183 336	16 113	9 738
Área Metropolitana de Lisboa	76 949	73 757	1 347	1 845
Alentejo	313 250	267 370	39 069	6 811
Algarve	2 504	378	1 076	1 050
Região Autónoma dos Açores	608 445	607 807	187	451
Região Autónoma da Madeira	2 036	1 608	199	229

Fonte: INE

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações Toneladas	Exportações Toneladas
Leite e lacticínios		
Leite e natas	76 816	166 028
Leitelho, leites acidificados, etc.	137 988	34 286
Soro de leite	14 069	20 704
Manteiga	8 040	11 440
Queijo e requeijão	79 416	12 907

Fonte: INE

O grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) mede o grau de dependência de um território relativamente a um produto. Em 2023 este foi de 115% no leite, 59% no queijo e 133% na manteiga.



3.3

Ovos

O bem-estar animal é o grande desafio do sector

PAULO MOTA (PRESIDENTE DA ANAPO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AVICULTORES PRODUTORES DE OVOS)

“O ovo pode ser uma excelente resposta para alimentar o crescimento constante da população mundial”, sustenta Paulo Mota, presidente da ANAPO - Associação Nacional de Produtores de Ovos. Em termos produtivos, o sector tem crescido nos últimos anos. As exportações diminuíram, mas o consumo interno em crescimento absorve 95% da produção nacional, num mercado ainda caracterizado por uma procura sazonal.

O que é a ANAPO? A ANAPO é a Associação Nacional de Produtores de Ovos. Criada em 1975, é uma das associações sectoriais mais antigas do país. Este sector tem uma imagem de organização porque teve a capacidade de se juntar e resolver a questão do excesso de ovos. Do seio da ANAPO, por exemplo, saiu a DEROVO, uma agregadora de vários produtores de ovos durante muitos anos, e que desde o ano passado pertence a um grupo, que tem quatro centros de classificação. Os detentores do grupo (várias empresas) continuam associados.

A participação de cada produtor era proporcional à sua capacidade produtiva. Neste momento há menos produtores porque houve concentração. Na ANAPO temos cerca de 40 associados. Em termos de representatividade, cerca de 90% da produção de ovos continua nos nossos associados. No total há cerca de 90 produtores.

Os grandes produtores estão praticamente todos dentro do associativismo.

Como caracteriza o sector do ovo? É um sector onde há crises cíclicas, caracterizado pela grande sazonalidade do comércio de ovos. O Natal é a época mais alta, com maior consumo, e depois a Páscoa. Assim sendo, o ciclo da procura cai. Nos últimos anos, o COVID e o turismo alteraram esta dinâmica. O turismo e a dinâmica internacional mexem com esta lógica de procura.

O sector da avicultura em geral representa 2 milhões e pouco de euros, 20% ovo e 80% carne.

Chegámos a exportar 15% da produção, mas neste momento as exportações representam menos de 5%. O consumo interno absorve quase tudo. Exportamos maioritariamente para a Europa e países como Israel e do Médio Oriente, pontualmente para África.

Quais são as vantagens competitivas do ovo face a outras proteínas animais? A qualidade nutritiva e a versatilidade do ovo são reconhecidas. Se compararmos preço da unidade proteica, o ovo ganha em comparação com outros alimentos de origem animal. A perceção do consumidor da qualidade do ovo é grande, acrescido do benefício do preço. A comunidade científica abandonou o discurso de que o ovo faz mal ao colesterol. Mexicanos e japoneses, por exemplo, comem mais de um ovo por dia em média.

Em países pobres, o ovo é um alimento importante e muito consumido, pelas qualidades nutritivas e baixo custo. Nos países com maior poder de compra estamos a conseguir aumentar o consumo. É um fenómeno interessante, o sector vai ter um futuro promissor.

Que oportunidades tem o sector? A versatilidade e qualidade nutritiva do produto, o ovo pode ser uma proteína de referência. As questões ambientais também são de referir, já que a pegada de carbono por unidade proteica é inferior a qualquer outra proteína animal. Isso é uma oportunidade para o ovo, uma mensagem que nos favorece. Na verdade, o ovo pode ser uma excelente resposta para alimentar o crescimento constante da população mundial.

E quanto aos desafios que o sector enfrenta? O principal é o bem-estar animal, o fim das gaiolas na Europa e noutros continentes, apesar de cá sermos mais rigorosos. O fim das gaiolas pode vir por via legal ou por imposição do comércio. É uma questão de tempo. A tendência é passar aos sistemas alternativos, trazer os animais para o ar livre, mas a gripe aviária em crescimento pode causar alguns problemas.

O ovo pode ser uma excelente resposta para alimentar o crescimento constante da população mundial

A vacinação dos animais já é uma realidade e pode passar a obrigatória. França faz nalgumas regiões, México e China também. Isto levanta questões a nível do comércio mundial porque pode ser uma barreira à circulação e importação, já que alguns países argumentam que se trata de uma vacina viva que pode transmitir a doença.

Outro grande desafio é manter as necessidades de consumo da população que tende a aumentar.

Sintetizando, os grandes desafios são o bem-estar animal, a redução de antibióticos e aumento do consumo.

Que problemas ou dificuldades advêm do facto de pôr os animais ao ar livre? Trazer os animais para o exterior, com a evolução crescente da gripe das aves, que inclusivamente já passou para bovinos de leite nos Estados Unidos, parece uma contradição, mas na verdade representa mais um desafio num contexto de redução de antibióticos. Expomos animais a doenças, mas não os podemos vacinar, quando os riscos aumentam. Acresce que as aves selvagens também propagam a doença.

Quais são as prioridades para tornar o sector mais forte? Temos de resolver os principais problemas do sector. O ar livre encarece o ovo porque diminui taxa de postura, a galinha de ar livre tem de ter plano vacinal mais robusto, com menos animais, há predadores, necessita de mais mão-de-obra.

A questão resolve-se com acréscimo da capacidade produtiva na Europa. O problema é que há grandes impedimentos ao nível do investimento e licenciamento de novas instalações. Na Europa reduzimos a percentagem de gaiolas e temos conseguido suprir as necessidades, mas já importamos ovos. Entretanto surgiu o conceito de “exportação poluição”. Por cada euro a mais que damos a um país em desenvolvimento aumentamos a poluição e emissões de carbono.

A produção de ovos concentra-se na região centro do país e litoral norte.

Em termos geográficos, como se distribui a produção a nível nacional? A produção de ovos concentra-se na região centro do país e litoral norte. O trazer para o ar livre leva a que se procurem propriedades no interior do país. A questão dos efluentes pecuários e seu uso como estrume tem planos de gestão e pode também influenciar a escolha da localização da produção. Propriedades de maior dimensão para albergar animais em pastoreio e fazer espalhamento de estrumes ou estar mais próximo de produções agrícolas para os escoar leva a que o interior possa ser uma boa escolha. A gripe das aves aparece mais em zonas húmidas, no litoral, também por essa razão há empresas a procurar o interior. Pode ser uma oportunidade de valorizar o interior.

É otimista em relação ao sector? Do ponto de vista do potencial do ovo enquanto alimento sou. Enquanto produtor na Europa, não sou tão otimista. Dou um exemplo relacionado com o queijo. Até agora o “sorelho” (resultante do fabrico de queijo) podia ser usado em alimentação animal. A nova legislação levanta questões complicadas para os pequenos produtores. Quem está em Bruxelas não faz ideia do que se passa no terreno. É preciso salvaguardar as pequenas produções. Temos de salvaguardar as denominações de origem, defender a sustentabilidade dos territórios. O mesmo se passa com o ovo.



Ovos

Os ovos sempre desempenharam um papel central na alimentação portuguesa, sendo que a sua produção remonta à época romana. Na Idade Média, as quintas e os mosteiros eram os principais centros produtivos, tornando-os um ingrediente crucial na confeção dos tão tradicionais “doces conventuais” e que fazem parte da herança gastronómica do país.

No início do século XX, a avicultura ainda era predominantemente de pequena escala, focada no autoabastecimento familiar. A criação de galinhas estava dispersa, e a comercialização de ovos era feita a nível local. Foi no período pós-Segunda Guerra Mundial que esta evoluiu significativamente, não só com a introdução de tecnologia, mas também com o aumento da dimensão das explorações. Já com a entrada na União Europeia (1986), o sector avícola teve enormes desafios que passaram por uma adaptação às novas regulamentações relativas à segurança alimentar, à sustentabilidade e ao bem-estar animal.

Mais recentemente, e tendo em vista ganhos de eficiência, o sector tem-se movimentado tanto para uma integração vertical como para uma consolidação empresarial, conjugando a produção, as fábricas de alimentos compostos e o embalamento.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- a produção de ovos de galinha equivaleu a 99,5% da produção nacional e a mais de 152 mil toneladas, correspondendo a mais 2% quando comparado com 2022;
- cerca de 86% foram direcionados para consumo e 14% para incubação;
- a região Centro foi a principal região produtora com 91% da produção nacional, seguida da região Norte com 3% e do Alentejo com 2%.



PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produto	Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023
Ovos de galinha	141 948	149 720	152 425
Para consumo	121 540	128 685	130 713
Para incubação	20 408	21 035	21 713

Fonte: INE

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023 Total de ovos de galinha
Portugal	152 425
Continente	147 566
Norte	5 277
Centro	138 213
Área Metropolitana de Lisboa	74
Alentejo	3 634
Algarve	368
Região Autónoma dos Açores	2 636
Região Autónoma da Madeira	2 223

Fonte: INE

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações Toneladas	Exportações Toneladas
Ovos		
Ovos e gemas	22 959	28 892

Fonte: INE

O grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) mede o grau de dependência de um território relativamente a um produto em 2023 este foi de 96% nos ovos, sendo que nos anos anteriores foi superior a 100%.



3.4

Mel



Há mel para todos os gostos

JOÃO CASACA (SECRETÁRIO-GERAL DA FNAP – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS APICULTORES DE PORTUGAL)

A FNAP - Federação Nacional dos Apicultores de Portugal foi fundada em 1996 e integra, atualmente, 46 organizações de apicultores de norte a sul do país, incluindo Açores e Madeira. Surgiu da necessidade do sector falar a uma só voz.

João Diogo Casaca, secretário geral da FNAP, considera que há margem para o mel ser mais valorizado, sobretudo junto do consumidor português.

“O mel é produto natural e não tem impactos ambientais negativos se for feito através de uma apicultura consciente”, refere. Aumentar o rendimento dos apicultores e melhorar a literacia junto do público são o caminho a seguir. “As abelhas são um grupo importante e há cada vez mais a consciência da importância dos insetos para a viabilidade dos ecossistemas”, conclui.

O que representa a FNAP no panorama agrícola nacional? Nós representamos os apicultores. E queremos ser a sua voz, que as suas necessidades sejam conhecidas e abordadas e que se procurem soluções junto de quem tem essa responsabilidade, seja o Governo ou entidades públicas. Fazemos a ponte junto dos outros atores do sector agroalimentar, produtores animais, florestais e agrícolas. A apicultura convive com estes três grupos do sector produtivo agrícola nacional. Há apicultores a produzir na floresta, a produzir e a prestar serviços aos agricultores nas suas culturas e há zonas de pastagens naturais e produção extensiva de gado que são boas para a prática da apicultura. A apicultura existe em todo o território, inclusivamente na zona litoral mais urbana, mas a predominância é no interior rural do país, onde é mais fácil produzir com o que valorizamos mais, os méis dos matos.

Qual o retrato do sector em Portugal? De acordo com os dados fornecidos pelas associações, temos 11.400 apicultores registados oficialmente em Portugal, 65% dos quais são nossos associados e representam 80% das colmeias. O sector é simultaneamente profissional – pessoas que vivem exclusivamente da apicultura, com explorações de grande dimensão – e uma vertente de hobby. São todos registados como apicultores, porque esta é uma atividade pecuária, e todos os animais de produção têm de estar registados no (SNIRA) Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal, por causa de questões epidemiológicas. Como as ajudas chegam via organização, temos uma predominância de profissionais nestes 65% que representam os tais 80% das colmeias.

Como avalia o sector? Estamos organizados, o que é bom, mas temos de reforçar as organizações de apicultores quando falamos do seu papel na comercialização e no mercado do mel. Isso ainda está embrionário. Especialmente se compararmos com dois ou três sectores agrícolas, mais organizados. A organização passa muito pela mentalidade das pessoas, em Portugal valorizamos pouco o trabalhar em conjunto nas associações e nas cooperativas com vista à comercialização e colocação dos nossos produtos. O mercado do mel é global e estamos a

competir com produtores europeus e de outras partes do mundo, da China e da América do Sul. Temos alguma dificuldade em ter preço para eles e é muito mais difícil se não o fizermos de forma conjunta. Ter capacidade de oferta permite ter preços mais competitivos. Esse é um passo que temos de dar. O sector precisa que o Governo olhe para nós de outra maneira. A própria União Europeia tem de equivaler o sector apícola a outros agricultores. Hoje em dia os agricultores que se dedicam à apicultura têm de ter acesso às ferramentas de apoio que têm os outros agricultores. Isso está agora a começar. Para isso foi preciso a PAC evoluir e valorizar questões ligadas ao ambiente, proteção dos ecossistemas e a forma como o agricultor está integrado nesses ecossistemas. Hoje há apoios agroambientais para os apicultores em Portugal e no sul da Europa.

Como é que a produção nacional de mel se compara com outros países? O sul e o norte da Europa têm diferenças óbvias. A apicultura depende dos ecossistemas e é uma atividade extensiva porque não controlamos o meio ambiente em que as abelhas trabalham. Noventa por cento dos apiários em Portugal estão em terrenos que não são dos próprios.

No centro da Europa, os recursos explorados pelas abelhas são basicamente obtidos a partir de culturas agrícolas, a colza, o girassol, a alfazema no sul de França. O agricultor tem a garantia de que naquele terreno com alguns hectares existem milhões de flores. Há uma garantia de produção.

Em Portugal não temos isso, os apicultores trabalham no ecossistema, a maior parte da floração explorada é silvestre, o rosmaninho, a urze, o alecrim. Tudo 100% dependente do ano climático. Este ano foi normal porque choveu e vamos ter uma produção normal, mas nos dois anos anteriores a seca extrema teve impacto direto, com menos disponibilidade de flores e de néctar.

Quais os principais desafios e oportunidades? O principal desafio tem a ver com a produção e comercialização do mel e a diversificação dos produtos da apicultura.

Outro desafio, complicado, é o das alterações climáticas. A probabilidade da seca dos últimos dois anos se repetir é grande e isso tem um impacto grande, já que implica a necessidade de alimentar as colmeias durante uma parte maior do ano.

Gestão do espaço, atenção dos responsáveis sobre a lei do ordenamento da apicultura, as distâncias de acordo com a dimensão, tudo isso poderá de ser revisto. Regras e leis como a limpeza dos matos também terá de ser revista. O ano passado os matos terem sido limpos até 15 de abril fez com que não houvesse mais nenhuma floração devido à seca até ao outono seguinte, por isso as abelhas ficaram seis meses sem recursos disponíveis, sobretudo nas zonas florestais. Os apicultores dessas regiões sofrem com esta regra. A questão da limpeza dos matos tem de ser abordada de outra maneira, através da gestão anual de diferentes áreas.

Outro dos desafios que os apicultores portugueses têm de encarar de frente é reduzir a dependência do mel no rendimento da exploração. Hoje é de 100% porque eles só produzem mel, mas há outras fontes de rendimento de outros produtos apícolas como o pólen, a própolis, ou serviços como a polinização, que podem trazer rendimento e reduzir a dependência da produção de mel. As abelhas evoluíram nos últimos 100 milhões de anos para produzirem e armazenarem mel e o apicultor explora isso.

Difícil vai ser mudar e este desafio está do nosso lado, perceber o que é mais vantajoso para os apicultores portugueses e dar-lhes as ferramentas necessárias para encararem a produção de pólen como um rendimento ou prestarem melhores e mais variados serviços de polinização, por exemplo.

As abelhas são um grupo importante e há cada vez mais a consciência da importância dos insetos para a viabilidade dos ecossistemas

A vespa asiática também é um problema. Qual a situação neste momento? Qual o impacto da vespa asiática? A vespa Velutina é insectívora e, à semelhança da abelha, está completamente organizada em função da colónia. As abelhas são fonte de proteína para as larvas assim como o pólen é fonte de proteína para a abelha. As vespas comem insetos e por isso também estão nas cidades.

A vespa Velutina é uma espécie invasora, vem de um clima de monção, mas adaptou-se. Já está no país inteiro. Todos os apicultores têm de conviver com a vespa. Implica mudar, investir em meios de protecção das colmeias que custam dinheiro e produzir menos. A predação enfraquece as colmeias. No verão e princípio do outono é o período crítico. As perdas neste momento são de 20 a 30% em número de colmeias que não passam do inverno por causa da vespa.

Todas as câmaras do país estão equipadas e capacitadas para lidar com esta situação. Isso foi um investimento financiado por fundos públicos e a destruição dos ninhos continua a ser financiada. A prioridade é dada aos ninhos que têm impacto nas

populações. Em Portugal está muito presente no espaço urbano. Precisamos que haja preocupação em ajudar os apicultores que têm prejuízos. Há impacto ambiental e sobre a segurança das pessoas porque causa alarme. Estou esperançado que o Governo atual encontre soluções de como abordar este assunto no futuro. Desde 2015 há uma comissão de acompanhamento que já conseguiu encontrar algumas soluções.

Quais os valores do mercado e da exportação?

A balança comercial é caricata. Em relação ao mel sempre foi equilibrada. Exportávamos para a UE mel a granel que depois era transformado e disponibilizado com uma marca deles. Sempre foi a forma de venda assumida pelo produtor, mel como matéria-prima.

Portugal foi o país que mais cresceu tanto em termos de importações como de exportações. O consumo interno manteve-se. Produzimos 15 mil toneladas, importamos 8 mil toneladas e exportamos 9 mil toneladas.

Entra na UE um grande fluxo de mel produzido noutras partes do mundo através de portos portugueses, que tem como destino principal Espanha, e que aí passa a ser trabalhado como português. Ninguém quer consumir produtos produzidos na China, porque além de ter má fama tem pouca qualidade, pelo que temos de estar atentos. Todos os operadores têm de garantir a rastreabilidade. Já alertámos a Direção Geral de Veterinária. E a UE também devia olhar para isto de maneira diferente. Nós produzimos bons produtos e vendemos barato, o produtor devia ganhar mais. Mas nas prateleiras dos supermercados há produtos baratos e de baixa qualidade.

Como podemos ter garantia de que o mel que compramos é de qualidade? Desde 2022 Portugal mudou a lei da rotulagem do mel, passou a ser obrigatório indicar sempre o país de origem. Hoje, se for embalado em Portugal e for mistura tem de dizer quais os países de origem dos lotes. Mais de metade das importações da UE é mel chinês, o que tem mais problemas de fraude e menor preço. Aconselho a consumir mel que diz no rótulo origem Portugal. Os consumidores idealmente deviam estar atentos aos rótulos para fazerem as melhores escolhas. Há também muita venda direta, se formos ao apicultor temos a garantia que foi ele que produziu. No caso do mel, a compra direta não acarreta riscos, não é manipulado, consumimos o que a abelha produziu.

A literacia do mel é um trabalho por fazer junto dos consumidores. O que pode ser feito? O consumidor pode procurar informar-se mais, mas é preciso que a informação esteja disponível. O sector tem de encontrar forma de dar a conhecer e informar. Teremos de o fazer, explicar às pessoas que

o mel é bastante interessante em termos nutritivos e de funcionalidade quando comparado com outros produtos. Outra mensagem importante a passar ao consumidor é de que o mel não é todo igual e há para todos os gostos. Temos feito apresentações em escolas. Mel é produto natural e não tem impactos ambientais se for feito através de uma apicultura consciente. Produzimos com zero impacto ambiental. Há consciência da importância dos insetos para a viabilidade dos ecossistemas e que as abelhas são um grupo importante. Esta mensagem tem de ser valorizada.

Nos países do centro da Europa a produção de mel é sobretudo de culturas. E cá? Nem todas as plantas têm flores que produzem néctar. A amendoeira e algumas fruteiras atraem as abelhas. As amendoeiras atraem mais do que a pereira e a macieira. A laranjeira atrai muito, a sua floração é de tal modo exuberante que se consegue produzir mel de laranjeira. Há mel de laranjeira, não há mel de amendoeira. Mas há mel de alfazema e girassol e colza, aqui essas culturas não têm expressão. A amendoeira é interessante para a apicultura porque é um serviço que os apicultores prestam aos agricultores. Podia ser muito interessante, porque a amendoeira é a primeira fruteira a dar flor em pleno inverno, e as primeiras flores são importantes para as abelhas porque antecipa. Mas tem de se deslocar as colmeias para os pomares onde vão prestar o serviço. Depois as variedades são sincronizadas, a floração dura pouco tempo e a forma como a agricultura intensiva está organizada pressupõe fitofármacos que mesmo que não tenham impacto

direto nos insetos, interferem. Muitas substâncias ativas foram abandonadas por causa do impacto nas abelhas.

É otimista em relação ao sector do mel em Portugal? Portugal tem capacidade para produzir méis diferenciados e de boa qualidade organolética, valorizados nos principais mercados da Europa, como a Alemanha. Eles gostam de comprar mel em Portugal para vender em misturas que fazem para o consumidor alemão. O mel português tem muito aroma, muito pólen, é muito natural, porque tem floração silvestre. O mel de urze e rosmaninho, por exemplo, é reconhecido e tem mercado. É preciso organizarmo-nos melhor para o apicultor receber a justa mais valia deste mercado que está dispersa por outros elementos da cadeia. E há margem de crescimento.

Outra coisa que precisamos de fazer é valorizar o produto junto do consumidor português. Os portugueses consomem a média europeia, cerca de 1kg por ano por habitante. Nos países em que se consome mais falamos de 5 kg/6 por habitante. Há aqui uma grande margem, precisamos de dizer ao consumidor o que o produto vale enquanto alimento. É um alimento que tem funcionalidade, mais rico do que aqueles que se lhe comparam. O mel tem vitaminas, sais minerais, enzimas e uma gama de utilizações muito grande. Não é só para as dores de garganta, o que o torna sazonal. É fundamental dar a conhecer o produto, a diversidade que tem, mel para todos os gostos produzido em Portugal, doce, amargo, escuro, claro, monofloral, multifloral...



Mel

A produção de mel em Portugal tem raízes ancestrais, com registos desde a época romana, sendo o mel utilizado tanto na alimentação como na medicina tradicional. No passado, as colmeias eram mantidas em pequenas explorações familiares e a apicultura desempenhava um papel importante na subsistência rural. Hoje, Portugal é reconhecido pela qualidade do seu mel, como o mel de rosmaninho ou de urze, certificados com Denominação de Origem Protegida (DOP).

As abelhas são pequenos insetos com enorme importância no planeta. Sendo frequentemente associadas à produção de mel, são também grandes responsáveis por um processo vital para os ecossistemas alimentares denominado polinização: ao visitarem as flores em busca de néctar ou pólen como alimento, elas transportam este último das partes masculinas para as partes femininas de uma flor, permitindo a sua fecundação e posterior frutificação. Sendo as principais polinizadoras da natureza, são determinantes na quantidade e qualidade de muitas colheitas. Entre os alimentos que dependem deste processo encontram-se frutas, legumes e sementes, essenciais não só para a alimentação humana, mas também para a criação de gado.

O sector enfrenta enormes desafios no que diz respeito à diminuição das populações de abelhas, consequência do uso excessivo de pesticidas, doenças, pragas (onde a vespa asiática tem papel relevante), alterações climáticas e perda de habitats, como se tem verificado em Portugal com a questão dos incêndios. Mas também importantes oportunidades, como a crescente procura pelo mel e seus subprodutos (pólen, geleia real, cera e própolis) e a profissionalização da atividade.

De 2022 para 2023, em termos estatísticos, é relevante mencionar que:

- o número de apicultores passou de 11.625 para 11.471, correspondendo a um decréscimo de 1% e o número de colmeias diminuiu de 703.080 para 667.685, representando um decréscimo de 5%;
- já a produção de mel diminuiu, no mesmo período, 22%;
- a região Norte foi a principal região produtora com 35% da produção nacional, seguida da região Centro com 28%, o Alentejo com 20% e o Algarve com 12%.



PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produto	Produção (Toneladas)		
	2021	2022	2023
Mel	10 441	11 456	8 915

Fonte: INE

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (Toneladas)	2023 Total de Mel
Portugal	8 915
Continente	8 686
Norte	3 090
Centro	2 472
Área Metropolitana de Lisboa	150
Alentejo	1 831
Algarve	1 143
Região Autónoma dos Açores	129
Região Autónoma da Madeira	100

Fonte: INE

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Produtos	Importações Toneladas	Exportações Toneladas
Mel		
Mel natural	10 425	8 763

Fonte: INE

O grau de autoaprovisionamento (coeficiente entre a produção interna e a utilização interna total) mede o grau de dependência de um território relativamente a um produto em 2023 este foi de 79%.



4

Sector Florestal

Introdução	164
Superfície Florestal	174
Produção de Cortiça	177
Produção de Resina, Madeira e Biomassa	179
Caça	181
Incêndios	182

Introdução

O *Global Forest Resources Assessments* da Organização das Nações Unidas (ONU) estima que a área mundial de floresta represente 4 mil milhões de Hectares (Ha), correspondendo a 31% do solo e estando mais de metade concentrada na Rússia, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e China.

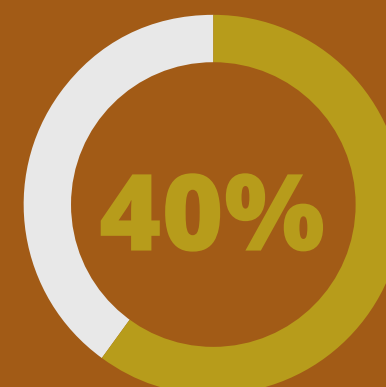
A floresta da União Europeia (UE) ocupa 160 milhões de Ha, o equivalente a 39% da sua área e a 4% da superfície florestal mundial. É considerada estratégica para o bem-estar (produzindo oxigénio, removendo dióxido de carbono e fixando carbono), na preservação da biodiversidade (é o habitat para 70% dos anfíbios, aves e mamíferos), na manutenção das fontes de água doce (concentram 75% da disponível), na economia, no turismo, na saúde e no emprego.

A natureza da propriedade tem sido um desafio na gestão florestal, na medida em que 91% dos terrenos florestais nacionais são detidos por entidades privadas

Apesar do seu “reduzido” peso na superfície mundial, o sector florestal europeu equivale a 40% das exportações globais florestais. Os Estados-Membros com maiores áreas são a Suécia com 28 milhões de Ha (MHa), Finlândia com 22 MHa, Espanha com 19 MHa, França com 17 MHa, Alemanha com 11 MHa e Itália com 10 MHa. Já os com menor superfície são a Dinamarca e Bélgica com 700 mil Ha (mHa) cada, Países Baixos com 400 mHa, Chipre com 200 mHa, Luxemburgo com 89 mHa e Malta com uma área residual. Portugal encontra-se na 13ª posição com 3,3 milhões de Ha.

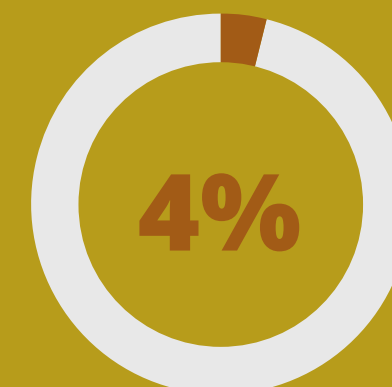
Continuando na Europa, é relevante referir que apenas 2,4% da floresta não foi alterada pelo Homem (0,7% em Portugal). Já 4,4% são referentes a plantações (21% em Portugal) e a restante área corresponde a florestas “seminaturais”, isto é, que tiveram algum impacto humano (78,3% em Portugal). Segundo o *European Forest Institute*, nos últimos 30 anos a área europeia cresceu 14 milhões de Ha (uma vez e meia a área de Portugal), ao contrário de África e América do Sul onde decresceu 191 milhões de Ha (20 vezes o território português).

O SECTOR FLORESTAL EUROPEU EQUIVALE A



DAS EXPORTAÇÕES GLOBAIS FLORESTAIS

A FLORESTA DA UNIÃO EUROPEIA OCUPA



DA SUPERFÍCIE FLORESTAL MUNDIAL



A SUPERFÍCIE FLORESTAL PORTUGUESA EQUIVALE A

3,3
milhões de Ha

NOS ÚLTIMOS 13 ANOS ARDERAM UMA MÉDIA DE

100.000
Ha/ano

Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a floresta portuguesa ocupa 3,3 milhões de Ha, correspondendo a 36% do território, tendo duplicado nos últimos 120 anos e estando relativamente estável nos últimos 30 anos, mas tendo-se verificado um decréscimo da área de pinheiro-bravo, sobreiro e azinheira, acompanhado de um crescimento da área de eucalipto e pinheiro-manso.

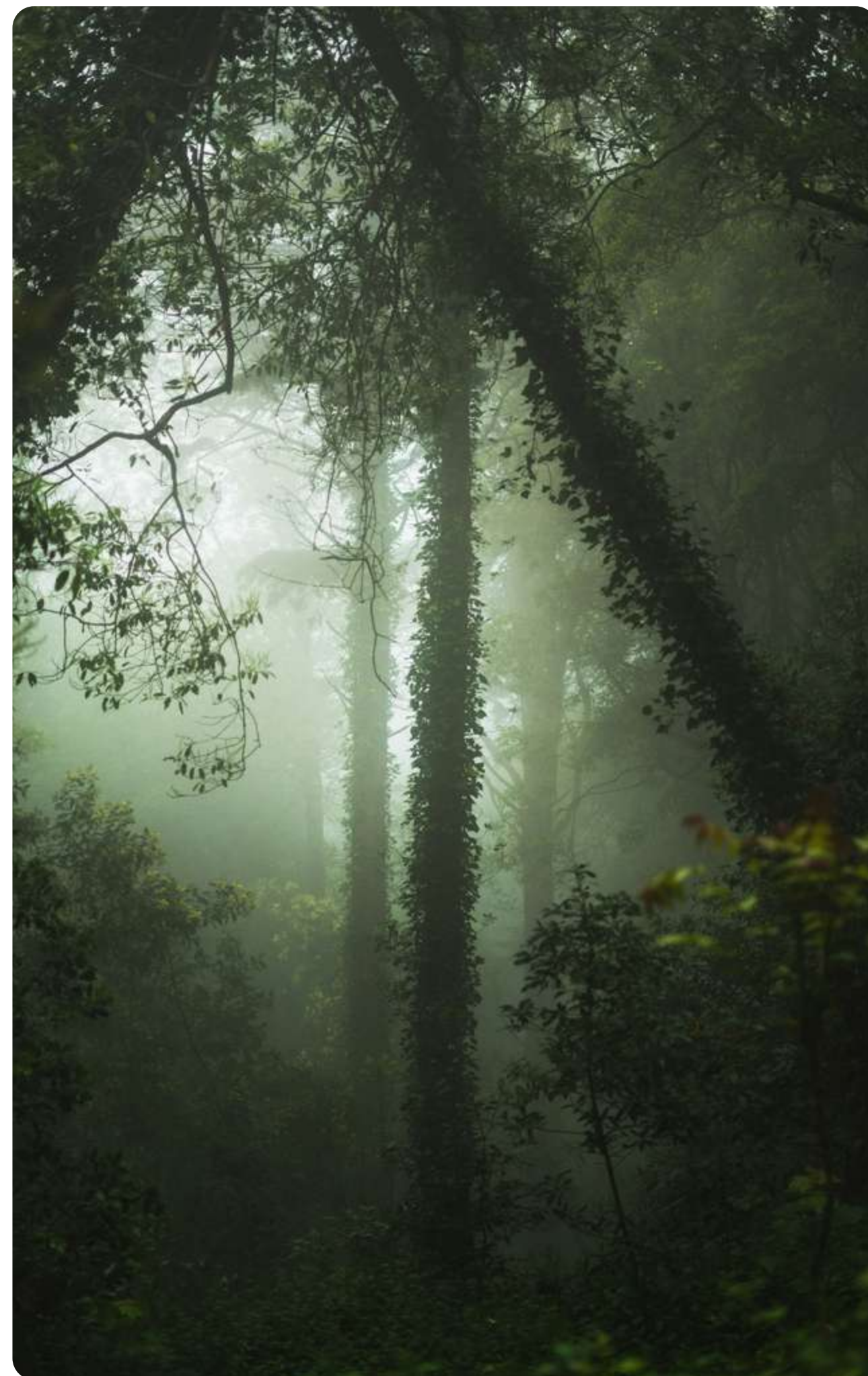
A natureza da propriedade tem sido um desafio na gestão florestal, na medida em que 91% dos terrenos florestais nacionais são detidos por entidades privadas (60% na EU), correspondendo a 11,7 milhões os prédios rústicos inscritos, sendo que apenas 46% possuem cadastro predial e estimando-se que mais de 20% do território não tenha proprietário conhecido.

Não podemos falar em floresta sem falar em incêndios. A ONU estima que nos últimos 16 anos tenham ardido no planeta mais de 7,2 mil milhões de Ha, sendo que dois terços se encontravam em África, Oceânia e América do Sul. Segundo a revista *Nature Ecology & Evolution*, Portugal está entre os mais sensíveis e afetados assim como a Amazónia, Austrália, Canadá, Chile, Indonésia, Sibéria e EUA. No nosso País, e nos últimos 40 anos, arderam cerca de 4,9 milhões de Ha, o equivalente a metade da sua área. Já nos últimos 13 anos arderam uma média de 100.000 Ha/ano, sendo 2023 um dos melhores anos de sempre com “apenas” 39,6 mil Ha ardidos. Já 2017 foi um dos piores e com 541,5 mil Ha ardidos, demonstrando as fragilidades científicas, técnicas, operativas, preventivas, educativas e de ordenamento do território. Assim, em 2018 foi criada a “Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais” que, envolvendo instituições e Sociedade, trabalha com a Missão de “Proteger Portugal dos incêndios rurais graves” e tendo conseguido resultados e melhorias relevantes.

As emissões mundiais de Gases de Efeito de Estufa (GEE) representam 57.400 milhões de toneladas, estimando-se que 30% sejam removidas pela floresta. A Europa emite 4.450 milhões de toneladas de GEE, removendo a floresta 9%. Já Portugal emite 56,5 milhões de toneladas, absorvendo 18%. Segundo a ONU, e em termos de metas, “será necessário cortar 42% das emissões para atingir o limite dos 1,5° C sendo impossível sem a ajuda fundamental das Florestas”.

É aceite que uma estratégia para a floresta necessita de um pensamento holístico de médio-longo prazos, com o objetivo de fortalecer a sua resiliência e adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Também é prioritário o fomento do associativismo, sabendo da importância dos pequenos proprietários para o sucesso de uma política florestal. A educação e sensibilização ambiental são igualmente fundamentais na defesa deste património único.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur



A floresta é um motor da economia nacional

GONÇALO ALMEIDA SIMÕES (DIRETOR-GERAL DA BIOND – ASSOCIAÇÃO DAS BIOINDÚSTRIAS DE BASE FLORESTAL)

Gonçalo Almeida Simões, especialista em políticas públicas, assuntos europeus, sustentabilidade, sector agroalimentar e florestal é o Diretor Geral da Biond.

A Biond é uma associação sem fins lucrativos que tem como finalidade assegurar junto de entidades e organismos, nacionais e internacionais, públicos e privados, a representação da atividade industrial e florestal da pasta, papel e cartão e atividades afins.

A Biond trabalha para promover o desenvolvimento sustentável das bioindústrias de base florestal e o crescimento e gestão responsável da floresta portuguesa.

O que representa a Biond no panorama florestal português? A Biond e as empresas associadas são responsáveis pela gestão de mais de 194 mil Hectares (Ha) de floresta, com várias espécies, que representam mais de 5% da floresta nacional, pertencente na esmagadora maioria a pequenos proprietários privados.

A Biond sabe bem como fazer e gerir floresta de forma sustentável e, por isso, entendeu, a dada altura, que deveria demonstrar no terreno como é que se consegue, simultaneamente reduzir o risco de incêndio e aumentar a produtividade e rendimento dos pequenos produtores privados, ajudando à coesão do nosso território. Foi com esse espírito que nasceram os vários Programas Operacionais que a Biond tem em curso, do Minho ao Algarve. Projetos com carácter demonstrativo, de adesão voluntária e financiados pela Biond, em benefício de todos.

Em seis anos e até final de 2024 estarão intervencionados 90 mil Ha e apoiados cerca de 10 mil pequenos proprietários em minifúndio, comprovando que é possível concretizar programas simples com resultados notáveis: a incidência dos incêndios nas áreas intervencionadas pela Biond é 3,6 vezes menor que nas áreas não beneficiadas e a produtividade aumentou 23%.

É pois necessário financiamento público que permita replicar o bom exemplo dos Programas Operacionais levados a cabo pela Biond.

Qual a grande dificuldade que o sector florestal enfrenta? Verifica-se, em Portugal, um problema transversal às diversas fileiras florestais (pinheiro, eucalipto e sobre), um crescente défice de matéria-prima.

A fileira que a Biond representa - as bioindústrias de base florestal, desenvolve a sua atividade, maioritariamente, com recurso ao eucalipto.

Portugal dispõe de condições edafoclimáticas únicas no mundo para produzir eucalyptus globulus, reconhecidamente a melhor espécie em termos de qualidade e produtividade, mas não está a saber tirar partido dessa feliz oportunidade. Vê-se obrigado a importar uma parte da matéria-prima que poderia perfeitamente ser produzida em Portugal. O défice de matéria-prima existe por múltiplas razões que

passam pela excessiva burocracia e limitações legais em matéria de arborizações e rearborizações de uma espécie em concreto, passando pela ausência de gestão ativa e abandono de terras, elevada fragmentação e ausência de cadastro, e até as alterações climáticas, com o aumento de incêndios, pragas e doenças. Está demonstrado que o valor económico da floresta é o maior incentivo para uma boa gestão da floresta de produção, por parte dos pequenos proprietários florestais, e para além disso potencia a plantação das demais espécies.

A Biond trabalha para promover o desenvolvimento sustentável das bioindústrias de base florestal e o crescimento e gestão responsável da floresta portuguesa.

Quais os principais desafios e oportunidades? A fibra de celulose já é hoje um dos supermateriais do futuro e está a reforçar um caminho de transição para uma bioeconomia circular.

Aos produtos já conhecidos (papel de uso doméstico, papel para escrita e impressão e embalagens de papel e cartão) juntam-se agora cosméticos, suplementos e aditivos alimentares, artigos para nutracêutica e farmacêutica, têxteis, componentes para indústria automóvel e aeronáutica, biocombustíveis, biocompósitos, fabricados a partir da madeira proveniente das florestas plantadas.

A procura desta matéria-prima irá aumentar em todo o mundo, e Portugal já está a agarrar esta oportunidade, assegurando as condições para o aumento da produtividade da floresta nacional.

Alguns exemplos do que consideramos prioritário são estimular a gestão agregada e em escala de áreas florestais; promover a gestão ativa com recurso às melhores práticas; garantir menor risco e maior atratividade do investimento na floresta; remunerar as externalidades positivas da floresta; capacitar os agentes para executarem a transformação em escala que a floresta necessita.

Consiga Portugal avançar com algumas destas ideias e a floresta continuará, seguramente, a ser um dos grandes motores da economia nacional.

A cortiça é um desígnio nacional

PAULO OLIVEIRA (PRESIDENTE DA APCOR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CORTIÇA)

Paulo Américo de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR), é otimista em relação ao futuro do sector. Os resultados já atingidos, mas também a perspetiva do que se pode vir a alcançar, dão confiança para as próximas décadas.

Em 2023, melhor ano de sempre, os associados da APCOR bateram recordes de volume de negócio. A Associação tem peso na economia nacional e representatividade no sector, além de um papel ativo no que é a floresta em Portugal.

O que é a APCOR? A APCOR é a associação que representa a indústria do sector da cortiça. Foi fundada em 1956 e tem cerca de 230 associados, mais ou menos metade do total de empresas que trabalham nesta área, e que empregam 8 mil pessoas. As nossas associadas representam 85% das exportações do sector.

A APCOR tenta representar de uma maneira coletiva os interesses da indústria. Além disso, presta um grande número de serviços aos seus associados, sobretudo aos de menor dimensão.

O tecido empresarial do sector é composto maioritariamente por pequenas e médias empresas, sendo 76% das empresas PMEs, e se englobarmos as médias, são 93%, o que significa que a maior parte dos nossos associados não tem uma estrutura organizativa que lhes permita ter todos os serviços internalizados. Nós prestamos alguns desses serviços.

A associação tem ainda uma missão incorporada desde a sua génese que é ser um criador de contexto que garanta a sustentabilidade do negócio numa visão de médio e longo prazo. Ou seja, a APCOR não pode estar desligada de uma visão de fileira. Podemos catalogá-la em três grandes grupos: produção florestal, a indústria e os mercados. Olhar para a sustentabilidade do negócio implica ter ação e intervenção nesses três eixos da cadeia de valor.

O que representa no panorama florestal português a APCOR? A APCOR, integrada na fileira, representa um dos elos da cadeia da produção de montado de sobro. Temos depois a produção florestal e os mercados consumidores, sobretudo exportação. Exportamos 95%. O mercado interno representa apenas 5%.

Cerca de 75% do valor total de exportação é de rolhas, direcionado para os mercados vitivinícolas e 25% de novas aplicações de cortiça. Estas novas aplicações utilizam matérias-primas resultantes dos processos industriais, onde a dimensão de valor é completamente diferente, pequenas aplicações onde o potencial de crescimento é enorme.

Esperamos que a quota de mercado da rolha não diminua. Se em tese isso viesse a acontecer, a causa da diminuição não seriam as outras aplicações. Não há uma relação causa efeito. As outras aplicações têm vida própria e as tipologias de matérias-primas que utilizam não são passíveis de usar na produção de rolhas.

Há inovação e investigação? Sim, há todo um mundo por descobrir naquilo que é a visão do negócio fora rolha. As novas aplicações transportam a imagem da

cortiça enquanto material com níveis de performance exigentes e potencial de crescimento para outro patamar além da rolha. A rolha deve, no entanto, merecer o nosso foco, atenção e investimento.

Em termos de volume de negócio, qual o valor anual? Os associados da APCOR bateram todos os recordes em 2023. No ano passado, números gerais da fileira, atingimos 1.232 milhões de euros, o valor mais alto de sempre. Temos crescido todos os anos, nos últimos quatro crescemos 16%, o que dá uma média linear de 4% ao ano. São 2.5% das exportações portuguesas, o que nos dá algum peso. Além do impacto indireto que toda a fileira provoca na economia portuguesa, não só com parceiros de outros sectores com os quais interagimos como a montante na produção florestal, na consolidação territorial de populações associadas à extração de cortiça, há toda uma dinâmica florestal que vai além da área de intervenção restrita da APCOR, que podemos extrapolar para a floresta. Sempre na lógica de fileira e em parceria com os nossos principais players, a montante, que são os produtores florestais. Temos a única interprofissional florestal de montado de sobro, funciona e é institucionalizada. Apesar de sermos uma associação meramente industrial, a visão de fileira obriga-nos a ter contacto formal e informal de partilha de desafios e de problemas numa lógica integrada. Temos um papel ativo no que é a floresta.

Como avalia o sector nacional da cortiça? Com muita esperança e positivismo. Por várias razões. Desde logo o passado recente dá-nos boas pistas do que possa ser o futuro. Sistemáticamente temos batido recordes de valores de exportações, e não há razão para não continuarmos a fazê-lo.

Nas rolhas há dois caminhos paradoxais, crescimento/valor ou crescimento/quantidade. Eu diria que o principal desafio que o segmento rolha tem é crescer em valor. E aqui sustentado na imagem premium que a cortiça cada vez mais tem nos mercados internacionais. A APCOR tem vindo a fazer muito trabalho na promoção da imagem premium da cortiça, mas associada a uma segunda característica, que é a performance funcional na aplicação. E depois uma terceira dimensão que é a da sustentabilidade. Estas três dimensões combinadas configuram uma proposta de valor que o mundo atualmente reconhece.

Todos os atores e particularmente a indústria têm de fazer esse caminho de construir valor em cima das exportações e as várias subaplicações.

Na rolha existe ainda campo para crescer em valor. A cortiça hoje veda 55 a 60% das garrafas de vinho. Não estamos sozinhos no mercado e a concorrência é saudável, obriga-nos a desenvolver mais, a procurar soluções, eficiência operacional. Além disso, temos 45% de volume para crescer em quantidade. No mundo vedam-se grosso modo 19 bilhões de garrafas por ano. Os vedantes de plástico representam à data 1.5 BI, mas o plástico não é um material bem visto hoje em dia. Tendencialmente este valor vai baixar, o que representa uma oportunidade para a rolha

de cortiça agarrar esta quota de mercado enquanto material funcional premium, de performance e de sustentabilidade. Vemos, assim, com expectativa e potencial a possibilidade de crescer as exportações em volume.

E nas novas aplicações? Nas novas aplicações temos todo um mundo para crescer. A cortiça entra nestas novas aplicações num posicionamento de valor elevado. É um produto de nicho e de valor. Eu destacaria o potencial de crescimento em volume destas novas aplicações, somos tão pequenos ainda que só podemos crescer.

Estamos a falar de novos materiais para a construção, pisos em cortiça, indústria aeroespacial, produtos para controlo de vibração em infraestruturas rodoviárias, juntas de expansão para construção de grandes aeroportos e autoestradas que fazem a absorção dos movimentos de compressão e expansão das placas de cimento ou do alcatrão, artigos de design, superfícies de desporto e relva sintética, decks para iates... Uma infinidade de coisas. A cortiça entra normalmente pelas suas características físico-mecânicas. Leveza, isolamento térmico e acústico, proposta de sustentabilidade verde, performance técnica na aplicação. Aplicações business to business onde a cortiça é escolhida por performance técnica e com um posicionamento de preço elevado. É todo um mundo a ser desenvolvido, e essa é a função das empresas.

6 A APCOR tenta representar de uma maneira coletiva os interesses da indústria.

Temos de olhar para o que podemos conquistar e não apenas para o que temos.

Qual o papel da APCOR na divulgação nos mercados internacionais? A APCOR, desde 2009, faz campanhas internacionais de divulgação da cortiça. O investimento é dimensionado à representatividade que estes dois macro sectores têm, rolhas três quartos das exportações, novas aplicações um quarto. Já fizemos quatro campanhas de promoção, estamos a falar de um valor de investimento de cerca de 38 milhões de euros, com participação de políticas públicas. Há um suporte do Estado português que deve ser realçado: a aposta numa fileira que é também marca do país, há um desígnio nacional. Neste momento estamos a preparar a quinta campanha internacional, direcionada para os principais mercados existentes e/ou com potencial de crescimento nas várias áreas, seja rolhas ou novas aplicações. Seleccionamos um conjunto de mercados, recorremos a parceiros locais e desenvolvemos campanhas de promoção da

cortiça específicas para cada mercado. Acreditamos que há relação de causa efeito entre as campanhas e a evolução do volume de exportações, pelo que devemos continuar a fazer este tipo de campanhas, que promovem também o país, uma vez que a cortiça faz parte dos seus símbolos. É o único sector económico em que Portugal pode hasteiar a bandeira de ser líder mundial. Por isso é tão importante o diálogo transparente com os poderes públicos, que desta forma estão a apoiar a indústria, a produção e a política florestal, um fator diferenciador do país para a competitividade e imagem do país.

Quais são os principais mercados para onde exportam? Estados Unidos, Itália, França, Espanha, Reino Unido, Brasil, China e recentemente achámos que os mercados nórdicos também tinham potencial, Dinamarca, Suécia e Finlândia. Em números, França 20%, EUA 17%, Espanha 16%, Itália 10%, Alemanha 6%.

Pensando que 75% do mercado é rolhas e 25% novas aplicações, os principais mercados da cortiça são países produtores de vinho. O Reino Unido não produz vinho, mas é mercado prescritor, de consumo, influenciador das tendências, por isso surge nas campanhas de promoção. O Oriente, não sendo geografia produtora de vinho, é um mercado com potencial porque pode ser grande consumidor de vinho, pelo que promover na China para alavancar o consumo de vinho que indiretamente arrasta as exportações de quem produz para mercado forte, vale a pena.

Quais os desafios do sector? A nossa visão para o futuro da fileira parte da tríade mercado, indústria e a produção florestal.

No mercado promovemos enquanto instituição que representa a indústria e não ator económico de per si, estamos convictos de que temos de continuar a fazer as campanhas internacionais.

Na indústria temos um tema de elevação tecnológica, dos nossos associados e de todas as empresas.

Depois no terceiro eixo, na produção florestal, estamos a ver uma fileira tendencialmente a continuar a crescer nas exportações tanto por valor como por volume (temos metas e ambições). Mas por outro lado temos a produção florestal que não sendo escassa é limitada, porque é um recurso natural cujos ciclos de crescimento são longos, de dezenas de anos, diferentes dos ciclos de mercado. Temos um potencial problema, que pode ser um desafio. O mercado crescente à frente e uma produção decrescente atrás, que advém de vários fatores, um dos quais as taxas de mortalidade e de fitossanidade. Há uma quebra de produção a cada ciclo de nove anos em 4 ou 5%. Não é um tema para os próximos 25 anos, mas poderá ser a trinta ou mais anos, pelo que temos de atuar já. E porque é uma questão da fileira e não da indústria, a APCOR, em perfeita articulação na interprofissional que reúne sete associações de produtores florestais, apresentou recentemente ao Governo português a nossa visão para os próximos sete a dez anos de políticas florestais.

Qual é essa visão e como se pode materializar

em concreto? Essa visão está contida num programa nacional de sobreiro estruturado, trabalhado em equipa entre a produção e a indústria, a concretizar nos próximos meses. Esse plano pressupõe cinco eixos e onze medidas que têm um valor de 570 milhões num quadro financeiro já existente, Não implica aumento de despesa pública, mas sim realocar verbas já existentes. As três principais em termos de valores são cuidar do montado existente (dos 2.1 milhões de Hectares mundiais, 1.2 está em Portugal e Sul de Espanha) para inverter a tendência de menor quantidade de produção. Isso passa por melhores práticas de gestão florestal. Para isso são necessários apoios públicos porque a maior parte são pequenos produtores.

Segunda medida: remunerar o serviço público que o montado presta à sociedade, os serviços de ecossistema, que começam a ter monitorização nos direitos de carbono. O montado presta esse serviço à sociedade, no controlo de incêndios, combate à desertificação, preservação de biodiversidade, um conjunto de serviços que tendem a ser remunerados e que hoje ainda não. Isto é a APCOR, representante da indústria, a pedir fundos para a produção florestal, para aumentar a produção de cortiça a médio/longo prazo.

A terceira é promover novas plantações de sobreiros, cerca de 50 mil Hectares, ou seja 7% de área adicional, com modelos de silvicultura com inovação, com rega de instalação nos primeiros dez anos para acelerar o crescimento da primeira extração e depois passar a sequeiro, densificar, aumentar o número de árvores por hectare. O montado é sobretudo de regeneração, com 50 árvores por hectare. É possível densificar para 400 árvores por hectare sem alterar a lógica do montado como ecossistema e com cortiça de boa qualidade. Com rega de instalação faz-se a primeira extração ao final de oito anos, em vez de 25 anos, economizamos 15 anos. Retirar a água após primeira extração permite ter cortiça com melhor qualidade para vedar, logo, de melhor qualidade para as rolhas.

Com mais densificação podemos ter mais 30% de quantidade de cortiça, o que é ótimo para os níveis de crescimento expectáveis. Esse é o equilíbrio a trinta

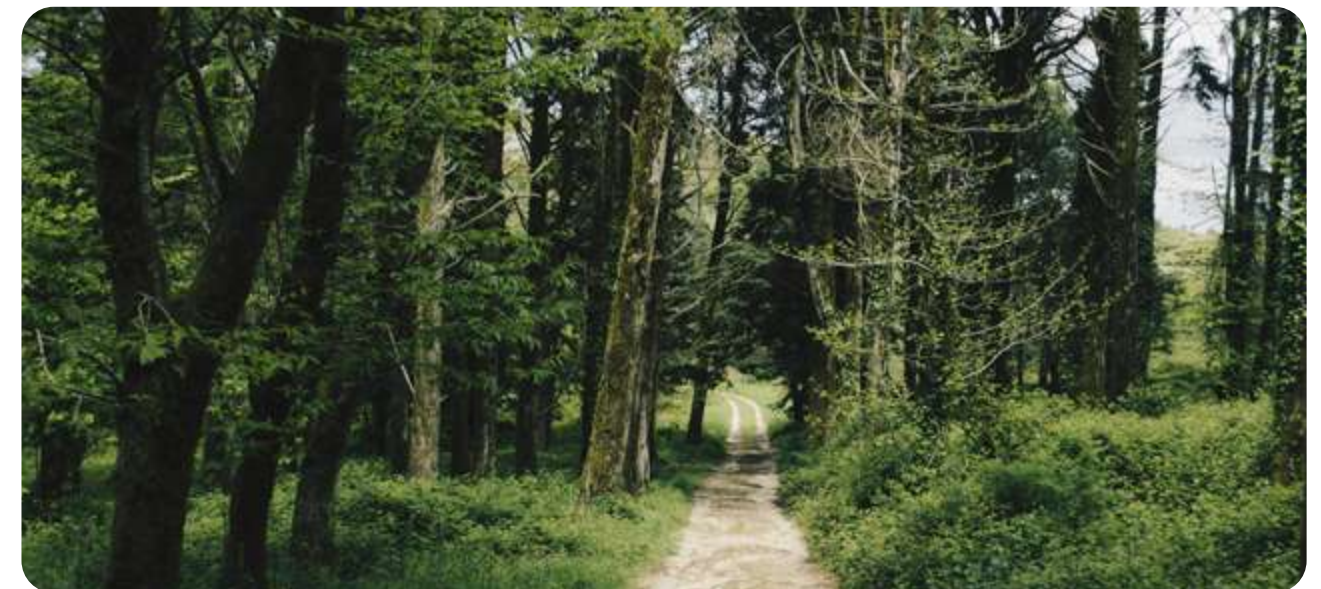
anos, mas temos de atuar já.

É otimista em relação à implementação deste plano? Sim, por três razões. A primeira porque a equação de valor do modelo de silvicultura baseado em rega durante 10 anos e depois retirada e densificação transforma o montado num bom negócio para o produtor florestal.

Depois, tem de haver políticas públicas a apoiar, o tema com o programa nacional do sobreiro.

A terceira dimensão associada a estas duas é conseguir alterar a equação de valor do produtor florestal adicionando fontes complementares de receita. A mais óbvia é a remuneração dos direitos de carbono. Estes têm um princípio basilar porque remuneram a adicionalidade de biomassa resultante de plantações novas, ou seja, são um perfeito incentivo para promover plantações, porque além do negócio tradicional da cortiça que decorre do crescimento das próprias árvores, a plantação nova adiciona biomassa, retenção de carbono e remuneração para o produtor florestal. Por essa via alteramos também a equação de valor do montado e do produtor. Além disso, está alinhado com os compromissos que o país tem para o roteiro da neutralidade carbónica. Temos compromissos para sermos neutros em 2040... Isto não pode ser feito só com redução de emissões, tem de se fazer plantação de árvores para compensar. Este alinhamento com a estratégia e agenda do país faz sentido. Isto é válido para o montado de sobreiro e a cortiça, bem como para outras espécies florestais.

É possível e desejável expandir as plantações de montado de sobreiro para outras regiões do país, para além do Alentejo. Existe produção no Norte, até Montalegre. Há uma oportunidade imensa de trazer o sobreiro para o centro/norte onde a espécie se dá bem, indo ao encontro das alterações climáticas. Existem áreas disponíveis seja sob gestão pública, como os baldios (temos cerca de 400 mil Hectares de baldios). Não é fácil, mas é um caminho de rentabilização de áreas improdutivas. Área existe, ajustamento ao clima existe, solo existe enquanto elemento fundamental e de qualidade. Não devemos ficar cingidos ao Alentejo.



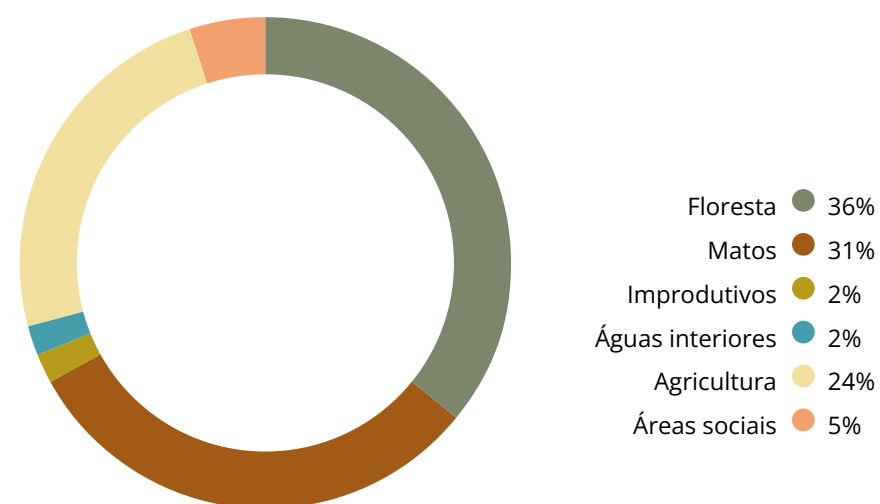
Superfície Florestal

É possível realizar uma caracterização da floresta portuguesa através do “Inventário Florestal Nacional” elaborado pelo Instituto Nacional da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Ali conclui-se que existem em Portugal mais de 3,3 milhões de hectares (Ha) de floresta, correspondendo a 36% do território nacional e sendo o principal “uso do solo” tanto no Continente (36%) como na Madeira (40%) e o segundo nos Açores (21%).

REPARTIÇÃO DO USO DO SOLO EM PORTUGAL

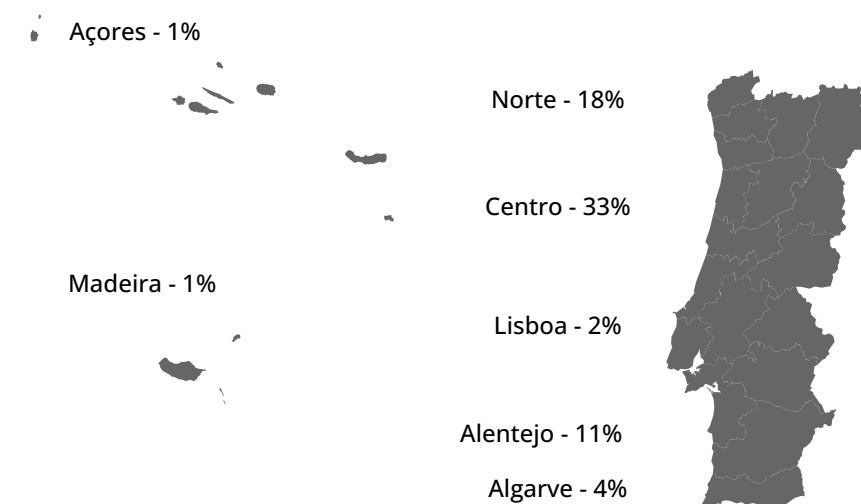
Uso do solo (Hectares)	Continente	Madeira	Açores	Portugal
Florestas	3 224 200	32 300	48 500	3 305 000
Matos	2 766 200	28 900	23 000	2 818 100
Improdutivos	191 700	3 500	3 200	198 400
Águas interiores	192 800	200	1 100	194 100
Agricultura	2 092 900	9 400	138 600	2 240 900
Áreas sociais	442 400	5 800	17 900	466 100
TOTAIS (Ha)	8 910 200	80 100	232 300	9 222 600

Fontes: ICNF



No nosso País, 18% da encontra-se na região Norte, 33% na região Centro, 2% na zona de Lisboa, 41% no Alentejo, 4% no Algarve e 1% tanto nas regiões dos Açores como da Madeira.

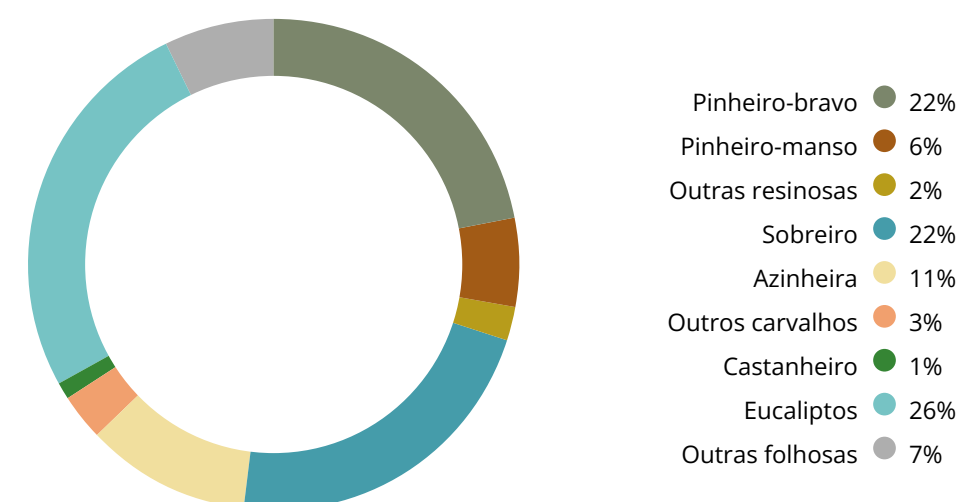
DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA POR REGIÃO PORTUGUESA



Fonte: INE

É também interessante verificar as espécies que a dominam, sendo o eucalipto a principal (26% da área), seguida do sobreiro (22%), do pinheiro-bravo (22%), da azinheira (11%), do pinheiro-manso (6%), de outras folhosas (7%), de outros carvalhos (3%), de outras resinosas (2%) e do castanheiro (1%).

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA FLORESTAL POR ESPÉCIE



Fontes: ICNF

As espécies predominantes em cada região são as seguintes:

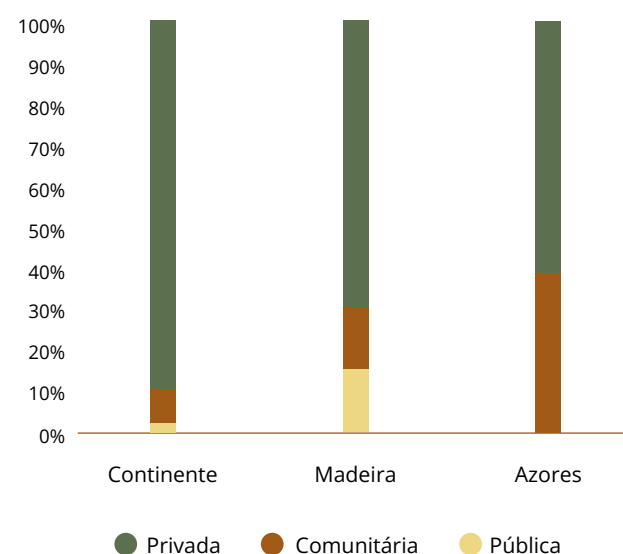
- **Região Norte:** pinheiro-bravo (30%);
- **Região Centro:** pinheiro-bravo (42%);
- **Região de Lisboa e Vale do Tejo:** sobreiro (27%);
- **Região do Alentejo:** sobreiro (45%);
- **Região do Algarve:** pinheiro-manso (27,5%);
- **Região Autónoma dos Açores:** incenso (43%) e criptoméria (22,5%);
- **Região Autónoma da Madeira:** floresta natural de Laurissilva incenso (45%).

Em termos de natureza de propriedade, é de salientar a elevada percentagem em regime de propriedade privada, com elevada fragmentação em algumas zonas do País e que pode resumir-se da seguinte forma:

- **Portugal Continental:** 91% de área privada, 6% comunitária (baldios) e 3% pública;
- **Madeira:** 70% de área privada, 12% comunitária e 18% pública;
- **Açores:** 61% de área privada e 39 % comunitária.

Estima-se também que 4% da superfície nacional é gerida por empresas industriais.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA POR REGIME DE PROPRIEDADE



Fontes: ICNF

Produção de Cortiça

A área mundial de montado é estimada em 2,1 milhões de Ha estabelecida na sua grande maioria na bacia do Mediterrâneo Ocidental. Portugal é o principal produtor, com uma área de 720 mil Ha (34%) e produzindo anualmente cerca de 85 mil toneladas (Ton) de cortiça (46%).

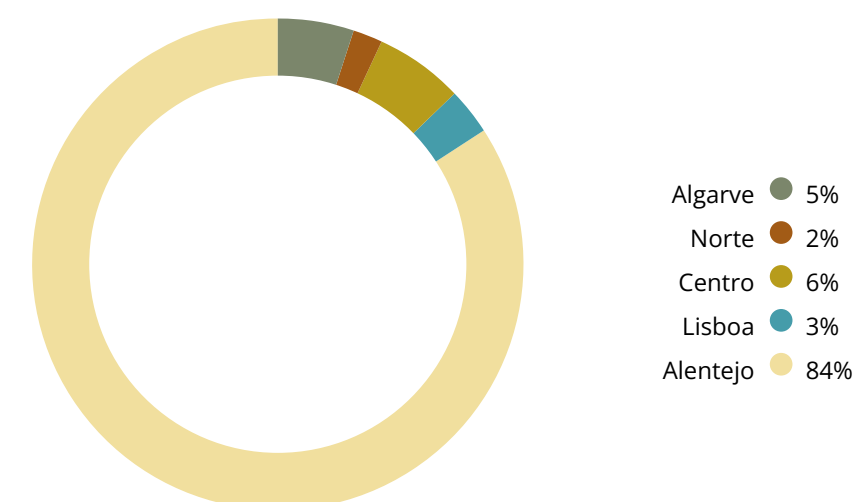
ÁREA E PRODUÇÃO DE CORTIÇA MUNDIAL

País	Área		Produção	
	Hectares	%	Toneladas	%
Portugal	719 900	34	85 145	46
Espanha	574 248	27	61 504	33
Marrocos	383 120	18	11 686	6
Argélia	230 000	11	9 915	5
Tunísia	85 771	4	6 962	4
França	65 228	3	5 200	3
Itália	64 800	3	6 161	3
TOTAL	2 123 067	100	186 573	100

Fonte: APCOR, INE, FAO, AGROGES

A economia do montado é de enorme importância no contexto nacional. Como referido anteriormente, o sobreiro representa mais de 22% da floresta, sendo a segunda espécie florestal mais representativa. Em termos de distribuição geográfica, 84% dos povoamentos estão localizados no Alentejo, 6% na região Centro, 5% no Algarve, 3% na zona de Lisboa e 2% no Norte do País.

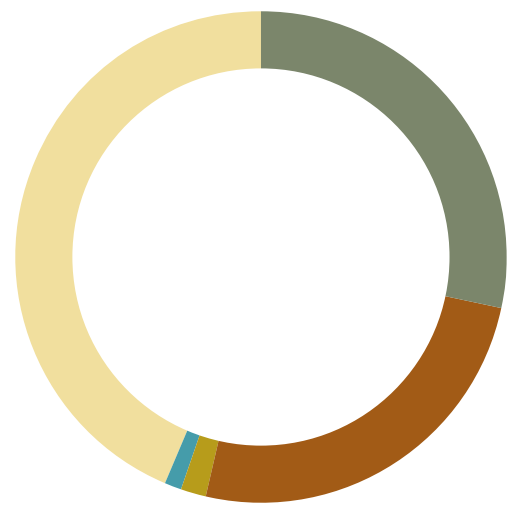
DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE MONTADO POR REGIÃO



Fonte: APCOR, INE

O sector da cortiça tem sentido uma inovação muito significativa nas últimas décadas, conseguindo através de uma organização eficiente de “fileira” (associações, centros tecnológicos e de formação) encontrar novas soluções e utilizações para este produto. Assim, a par da tradicional “rolha”, a cortiça é utilizada frequentemente, entre outras, nas indústrias do mobiliário, pavimentos, isolamentos e conseguindo que atualmente represente cerca de 2,5% das exportações de bens nacionais.

DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS DE CORTIÇA POR TIPO DE PRODUTO



Fonte: APCOR, INE

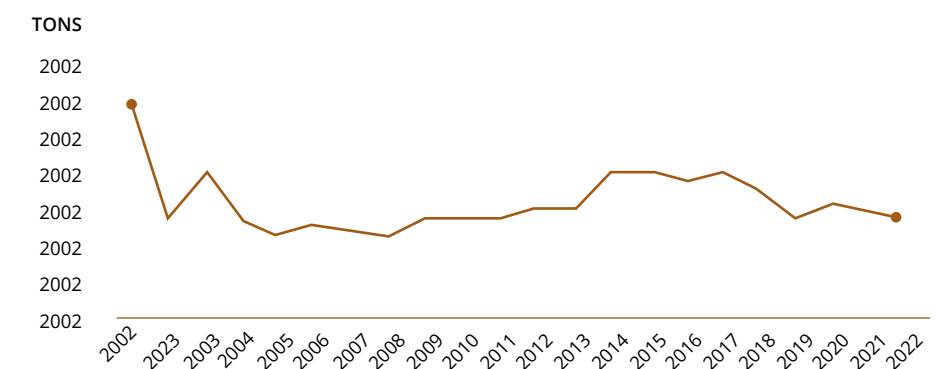
Produção de Resina, Madeira e Biomassa

A resinagem consiste na abertura de incisões no tronco de árvores, de onde escorre a resina, que é depois recolhida. Esta é produzida por algumas espécies vegetais – especialmente resinosas, como os pinheiros – como forma de proteção e cicatrização quando sofrem um dano ou ferida no tronco ou nos ramos. É composta, na sua maioria, por ácidos, álcoois e óleos, sendo muito inflamável e de cheiro característico.

A produção de resina encontra-se na sua maioria nas regiões de climas temperados e verões quentes, concentrando-se em Portugal nos distritos de Leiria, Coimbra, Viseu e Vila Real.

Devido à vasta floresta nacional e incentivos ao sector, a resinagem teve um aumento significativo a partir dos anos 50 do século passado. Na campanha de 1974/75, Portugal foi o segundo produtor mundial e com 140 mil Ton produzidas. Contudo, a entrada no mercado de novos países produtores (com conseqüente descida de preços), assim como a diminuição da área de pinho nacional devido aos incêndios, levou ao abandono progressivo desta atividade. Em 2023, Portugal produziu 5.374 Ton de resina natural.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESINA



Fonte: INE

O sector de produção de madeira tem uma enorme importância em Portugal, não conseguindo o País produzir a totalidade da madeira que necessita e tendo de importar mais de 2,3 milhões de Ton/ano. Contudo, as exportações de materiais e produtos transformados pelas diferentes indústrias de base florestal têm permitido manter a balança comercial do sector francamente positiva.

As duas madeiras com mais expressão em termos industriais provêm do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e do eucalipto (*Eucalyptus globulus*). O primeiro tem aplicações variadas, como o mobiliário, estruturas de construção civil, papel, pellets, entre outras. Já o segundo é fundamental na produção de pasta para papel. Há ainda várias outras madeiras nas florestas portuguesas com interesse comercial, como os diferentes carvalhos, castanheiro e cerejeira.

Em 2011 a produção de madeira em bruto rondava os 10 milhões de metros cúbicos (m³), crescendo para 12,7 milhões de m³ em 2020 e 14,5 milhões de m³ em 2023. Neste ano, 28% correspondeu ao grupo das coníferas (ex.: pinheiro-bravo) e 72% ao grupo das folhosas (ex.: eucalipto). Também no ano transato, 16% foi direcionada para lenha e 84% para as diferentes indústrias.

PRODUÇÃO DE MADEIRA

Madeira removida (1 000 m3 sem casca)	2020	2021	2022 Po
Total madeira removida	12 748	14 498	14 619
Coníferas	3 143	4 195	4 041
Folhosas	9 605	10 303	10 578
Total madeira para Lenha	1 716	2 297	2 383
Coníferas	426	979	996
Folhosas	1 290	1 318	1 387
Total madeira redonda industrial	11 032	12 201	12 235
Coníferas	2 717	3 216	3 045
Folhosas	8 315	8 985	9 190

Fonte: INE e ICNF

A biomassa florestal constitui uma das principais fontes de energia utilizadas em Portugal e é, dentro das renováveis, aquela mais facilmente utilizável em qualquer período do ano. Segundo a Redes Energéticas Nacionais (REN), no ano de 2023 a produção renovável abasteceu 61% do consumo de energia elétrica em Portugal, tendo a energia eólica representado 25%, a hidroelétrica 23%, a fotovoltaica 7% e a da biomassa 6%.

É difícil saber com precisão a quantidade de biomassa florestal produzida e disponível para produção de energia em Portugal. Uma estimativa de 2020 e avançada pelo "Observatório Técnico Independente" no documento "Redução do risco de incêndio através da utilização de biomassa lenhosa para energia", apontou para pelo menos 8 milhões de Ton/ano e repartida da seguinte forma:

- 2 milhões de Ton/ano de biomassa florestal residual;
- 5,3 milhões de Ton/ano de sobrantes da indústria de base florestal (subprodutos ou resíduos);
- 1 milhão de Ton/ano de material lenhoso pós-consumo (madeira, pasta e papel recuperados).

Caça

A caça é uma atividade de enorme tradição em Portugal e em particular no Continente. No ano 2023 a sua área distribuiu-se por 6,9 milhões de Ha e 5.300 zonas de atuação, correspondendo a menos 0,4% quando comparado com 2022. Do total da área referenciada em 2023, e em termos de gestão, 44% foi de natureza "associativa", 36% "municipal", 19% "turística" e 1% "nacional".

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS ZONAS DE CAÇA

Tipo de Zona de caça	2020		2021		2022		2023	
	N.º	Hectares	N.º	Hectares	N.º	Hectares	N.º	Hectares
Total	5 110	7 025 275	5 149	6 989 029	5 248	6 996 913	5 300	6 973 189
Associativa	2 733	3 108 175	2 752	3 094 141	2 800	3 109 881	2 804	3 080 402
Municipal	913	2 582 787	905	2 561 174	904	2 546 342	908	2 542 124
Nacional	5	43 671	5	43 671	4	38 127	4	38 127
Turística	1 459	1 290 642	1 487	1 290 042	1 540	1 302 564	1 584	1 312 536

Fonte: INE

O número de caçadores registados em 2023 foi de 219.459, menos 2,6% quando comparado com 2022 e menos 10% quando comparados com 2019. Realçamos que, no ano transato, 74% apresentavam uma idade superior a 51 anos e 50% superior a 61 anos.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAÇADORES

Classes de idade	2019	2020	2021	2022	2023
Total	243 653	235 269	230 172	225 397	219 459
Menos de 20 anos	844	803	785	865	999
Entre 21 a 30 anos	6 356	6 012	5 915	6 025	6 242
Entre 31 a 40 anos	19 821	18 039	16 629	15 343	14 308
Entre 41 a 50 anos	40 408	39 225	38 036	36 866	35 435
Entre 51 a 60 anos	62 680	59 873	57 019	54 432	52 079
Entre 61 a 70 anos	64 784	63 114	62 629	61 650	59 958
Entre 71 a 80 anos	34 593	34 316	34 912	35 802	36 033
Mais de 80 anos	14 167	13 887	14 247	14 414	14 405

Fonte: INE

Incêndios

Em 2023 a superfície total ardida em Portugal foi de 39,7 mil Ha, correspondendo a 34,5 mil Ha no Continente e 5,2 mil Ha na Região Autónoma da Madeira, comparando com um total de 110,2 mil Ha de área ardida em 2022. O ano transato representou o terceiro ano menos severo da última década (2014-2023), tendo-se registado 7.562 incêndios rurais, comparando com 10.439 em 2022 (menos 27,6 %). O Norte apresentou 52,8% dos sinistros, seguido da região Centro com 27%, o Alentejo com 10,4%, a Zona Metropolitana de Lisboa com 5,7%, o Algarve com 3,6% e a Madeira com 0,5%.

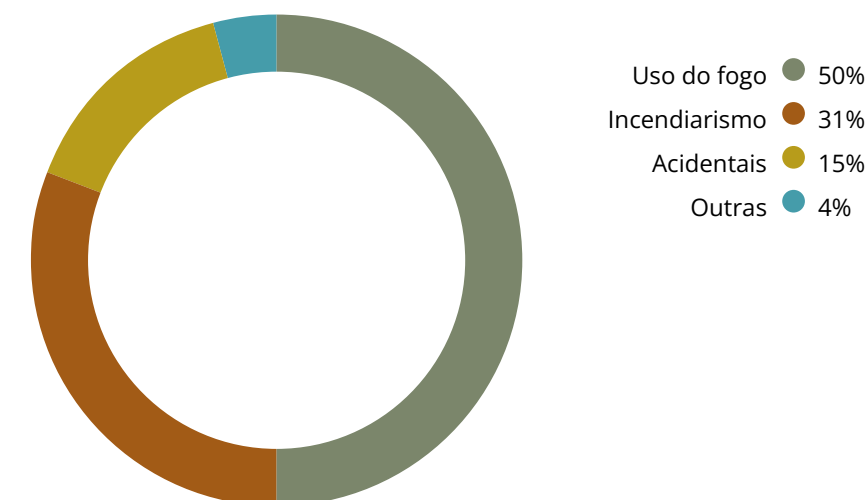
SUPERFÍCIE ARDIDA (HA) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	23 237	67 668	174 078	541 491	44 756	42 171	68 562	28 434	110 183	39 664
Continente	22 820	67 200	167 807	539 921	44 578	42 084	67 170	28 362	110 096	34 510
Norte	7 357	34 366	116 741	93 309	9 937	15 014	27 076	11 958	50 020	12 409
Centro	8 386	26 805	39 992	435 829	3 168	20 129	31 990	3 123	54 769	12 433
Área Metropolitana de Lisboa	489	706	431	1 334	788	498	286	262	1 004	524
Alentejo	5 740	4 846	4 843	9 149	3 596	5 877	4 881	3 741	2 234	6 374
Algarve	848	478	5 800	300	27 089	565	2 936	9 277	2 069	2 770
Região Autónoma dos Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Autónoma da Madeira	417	468	6 270	1 570	179	87	1 392	72	87	5 154

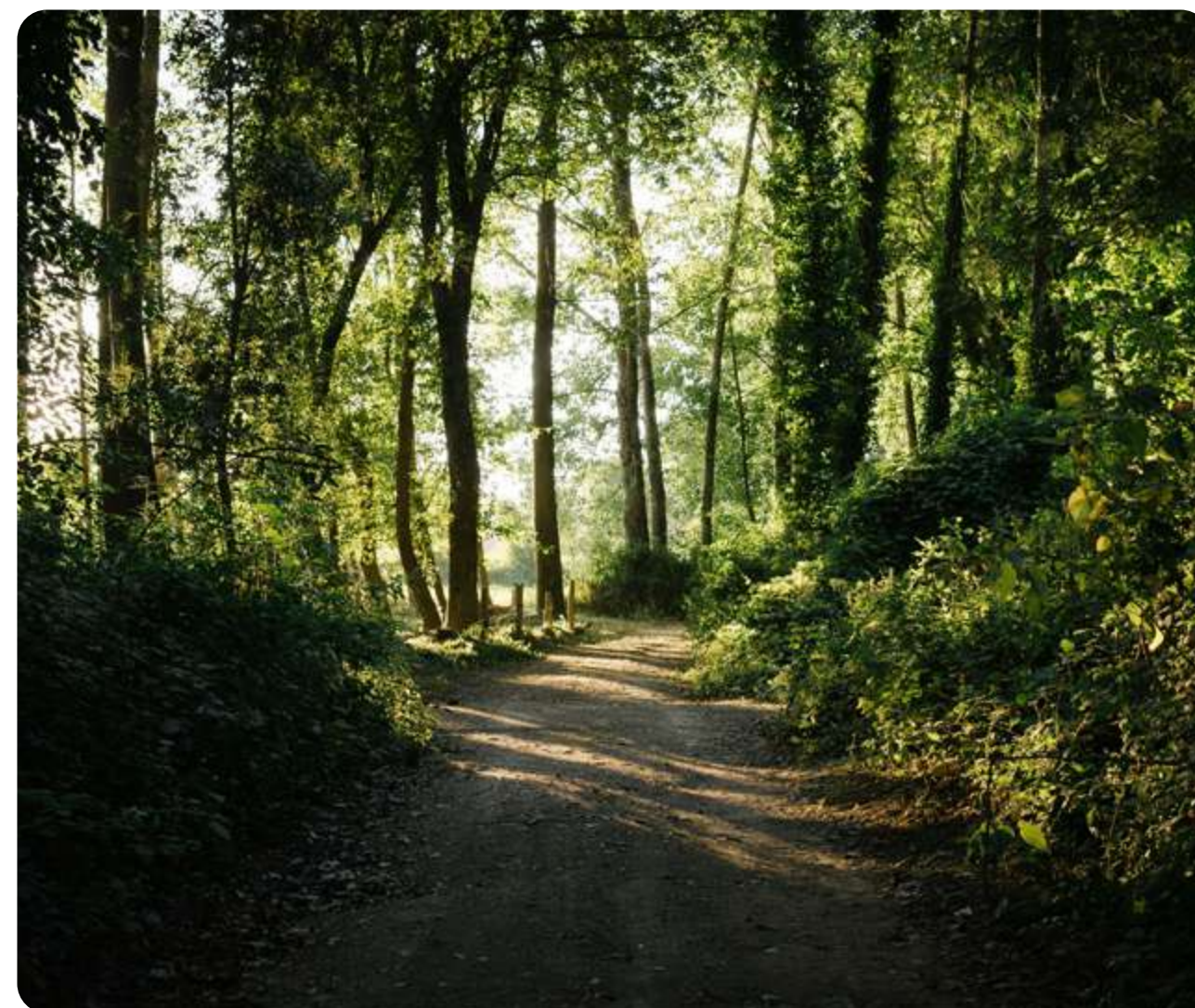
Fonte: INE

Relativamente às causas de incêndio em 2023, o uso indevido do fogo foi a que teve maior representatividade (50%), seguida do incêndiarismo (31%) e das causas acidentais (15%).

PRINCIPAIS CAUSAS DE INCÊNDIOS EM 2023



Fonte: Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)





5

Sector Pesqueiro

Introdução	186
Pesca	196
Aquicultura e Salicultura	200
Indústria Transformadora e Comércio Internacional	202

Introdução

O peixe desempenha um papel importante na alimentação. Fazendo parte da “roda dos alimentos”, é sinónimo de nutrição, sendo fonte de proteína, ácidos gordos omega-3, vitaminas e minerais. O seu consumo global tem aumentado nas últimas décadas, tendo passado de 9 kg per capita em 1961 para 21 kg em 2022. A par do valor nutritivo, as Nações Unidas (NU) reconhecem a sua importância e contributo na diminuição da pobreza e na preservação dos ecossistemas, destacando a “proteção da vida marinha” como o seu 14º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

A pesca e a aquicultura são também atividades cruciais para a economia mundial. Segundo o “The State of World Fisheries and Aquaculture 2024” publicado pelas NU, a produção em 2022 atingiu um record de 223,2 milhões de toneladas (MTons), onde 185,4 MTons corresponderam à captura/produção de peixe e 37,8 MTons à produção de algas. O mesmo relatório refere ainda dois dados relevantes: em termos de produção de peixe, a aquicultura ultrapassou pela primeira vez a pesca por captura (representando agora 51% do total animal) e que 38% dos stocks de peixe não estão a ser explorados de forma sustentável.

Portugal é o maior consumidor da União Europeia com 58 kg e o 3º maior do mundo

Em termos continentais, a Ásia lidera com 74% do total do peixe capturado/produzido, seguida da América com 11%, Europa com 8%, África com 6% e Oceânia com 1%. Se compararmos países/territórios, a União Europeia (UE) encontra-se na 8ª posição (com 2% de quota) e atrás da China (39%), Indonésia (10%), Índia (7%), Vietname (4%), Perú (3%), Federação Russa (3%) e Estados Unidos da América (2%). Estima-se que 5 milhões de embarcações estão no ativo, que 62 milhões de pessoas trabalham neste sector e que o comércio mundial equivale a 452 mil milhões de dólares (35% ligado à captura e 65% à aquicultura).

A UE desempenha um papel relevante no domínio das pescas e em três pilares fundamentais: através da sua Política Comum das Pescas (fomentando a colaboração entre Estados-Membros e a gestão sustentável da pesca), estabelecendo acordos com Países Terceiros (permitindo que as frotas europeias operem nas águas desses países com contrapartidas) e cooperando com organizações internacionais (promovendo práticas sustentáveis de gestão de recursos pesqueiros e de combate à pesca ilegal).

Em termos de aprovisionamento, a UE é também um importante player. Como grandes números, salienta-se que a sua frota corresponda a 70 mil embarcações, que 200.000 pessoas trabalhem no sector e que este representa mais de 10 mil milhões de euros em peixe capturado/produzido. A última informação disponível do “Observatório do Mercado Europeu dos Produtos da Pesca e da Aquicultura” refere que, em 2021, a produção de peixe foi de 4 MTons (27% em aquicultura), que as importações corresponderam a 8,8 MTons e que as exportações ultrapassaram as 2,2 MTons. Desta forma, podemos determinar um consumo europeu de 10,6 MTons (2% superior ao de 2020), equivalendo a um autoaprovisionamento de 38%.

A par do Mediterrâneo, as zonas de pesca onde atuam as frotas europeias são as águas do Atlântico Centro e Norte, Mar do Norte, Mar Báltico, África Ocidental, podendo também estender-se em alguns casos ao Índico, Pacífico e Antártida. Em termos de captura, os principais players são a Espanha (com 800 mil toneladas - mTons), a Dinamarca (600 mTons), a França (500 mTons), os Países Baixos (400 mTons) e Portugal (171 mTons). Já na aquicultura, temos a Espanha (270 mTons), a França (180 mTons), a Grécia (140 mTons) e a Itália (103 mTons), encontrando-se Portugal “a meio da tabela” com 18,8 mTons produzidas.

O consumo médio europeu situa-se nos 24 kg per capita, esperando que possa crescer 7% em 5 anos. É de realçar que este é muito dispar: temos Portugal, o maior consumidor com 56 kg (e 3º mundial), comparado com a Hungria com apenas 6 kg. Também é interessante verificar que a despesa anual per capita ronda os 140 euros (um quarto da despendida em carne), sendo os peixes mais consumidos o atum, salmão, bacalhau, escamudo-do-Alasca, camarão, lagostim, mexilhão, pescada e arenque.

Como sabemos, a história de Portugal está intrinsecamente ligada ao mar tendo uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que equivale a 19 vezes a sua área, sendo a 3ª maior da UE e a 20ª do mundo. Segundo dados de 2023 disponibilizados pelo Governo, o mar representa 5% do produto interno bruto e das exportações, considerando a pesca, aquicultura, turismo costeiro, transporte marítimo e energias renováveis offshore.

Naturalmente, temos uma longa tradição pesqueira e de indústrias transformadores que empregam milhares de pessoas. Portugal captura/produz anualmente mais de 170 mTons de peixe e transforma mais de 254 mTons de produtos “congelados”, “secos e salgados” e “conservas”. Em 2023, importaram-se aproximadamente 468 mTons e exportaram-se 256 mTons.

O peixe faz parte do nosso património cultural, estando associado à “mesa”, família, férias, tradição e memórias. Qualquer turista que nos visita, rapidamente associa o nosso país ao fantástico seafood, reconhecendo não só a qualidade, mas também a forma como se cozinha. Por todas as razões, é sem dúvida um sector estratégico para o desenvolvimento nacional.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur



Pescas

PEDRO JORGE (PRESIDENTE DA ADAMI – ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DAS PESCAS INDUSTRIAIS)

Estabilidade e previsibilidade é o que o sector das pescas necessita. Quem o defende é Pedro Jorge, presidente da ADAMI - Associação dos Armadores das Pescas Industriais. Portugal é o país da Europa com maior consumo de peixe per capita, mas “no atual quadro nunca conseguiremos suprir as necessidades de pescado com a nossa frota”, afirma. Definir estratégias e renovar a frota é “imperioso”, explica, para pescar sem ameaçar a sustentabilidade e os recursos. “A indústria tem de ter investimento permanente”, conclui.

O que representa a ADAMI no panorama piscatório português? A ADAMI é uma das muitas associações de pesca em Portugal. A nossa representa as pescas industrial, de arte e de arrasto. Temos 60 embarcações registadas na nossa associação, quatro das quais pescam no largo, ou seja, nas áreas internacionais do Atlântico Norte e Noruega. E também na pesca de bacalhau, o que nos deixam, porque gostaríamos de ter mais quotas: temos mais capacidade, mas temos de negociar em águas que não são nossas, fora das 200 milhas. Essas águas são geridas por organizações regionais de pesca por forma a haver sustentabilidade de recursos.

Relativamente à propriedade das embarcações, 50% das associadas da ADAMI são de capital espanhol. Temos embarcações assim a operar no cantábrico e no Algarve.

Em termos de desembarques de capturas nacionais representamos cerca de 15%. No caso da pesca longínqua, o pescado vem congelado. Portugal produz 170 mil toneladas ano.

Não é pouco face à costa que o país tem? Sim, isso tem a ver com a Política Comum das Pescas. Quando aderimos à UE tínhamos 150 embarcações a operar em águas internacionais. Fruto do crescimento excessivo e anárquico da frota foi preciso regularizar e limar os interesses regionais. Em 1991 tivemos a reunião da Curia em que foi traçado um ajustamento da frota aos recursos disponíveis. O alargamento das 200 milhas levou a que muitas zonas anteriormente livres deixassem de o ser. O ajustamento doeu e custou muito, mas fez todo o sentido. A UE tem ferramentas de apoio e o abate foi compensado, muitas vezes com reinvestimento, por exemplo com a substituição de duas embarcações por uma nova, ou fazendo indústria de transformação. Privilegiou-se quem quis deixar o dinheiro no sector. Isso correu bem.

Como é a situação atual? No momento presente encontramos um equilíbrio. Temos uma frota ajustada. Agora foram traçados em termos internacionais grandes objetivos de gestão de recursos marinhos e de ambiente. Criou-se um novo grande desígnio, o rendimento máximo sustentável (RMS), importante para que a pesca se faça em termos que a espécie se renove e não esgote. Esse desígnio assumido mundialmente só é cumprido pela UE.

Qual o ponto de situação em relação à Política Comum das Pescas? A política europeia tem exigências duras nas frotas comunitárias e metas excessivamente ambiciosas. Hoje na UE pescamos de acordo com o conceito RMS. Um determinado stock é definido num esforço de pesca que é partilhado pelos diferentes Estados-membros de acordo com o histórico de cada país, aquilo que se chama chave histórica, fixadas e que dificilmente mudam. As oportunidades de pesca são repartidas tendo em conta essa chave histórica.

A Política Comum das Pescas precisa de ser revista. Tem associados regulamentos de controlo, um quadro sancionatório e outras questões para gerir os incumprimentos. Essa legislação devia ter em conta as especificidades nas diferentes regiões: a pesca na Europa do Sul não tem nada a ver com a Europa do Norte. É preciso conhecer a realidade das pescas. As regras são idênticas para realidades diferentes, mas tudo é suscetível de ser melhorado, é preciso é que os Estados-membros deem murros na mesa em Bruxelas.

Estabilidade e previsibilidade é o que o sector das pescas necessita.

Qual a importância do sector primário no nosso país? O sector primário é diabólico e incompreendido. Quando foi do COVID as pessoas perceberam a importância da alimentação e nessa altura fomos extraordinariamente bem tratados. Não parámos e correu muito bem. Chegámos a cumprir confinamentos a bordo, os navios continuaram a trabalhar e a trazer o peixe. A logística não parou e conseguiu-se viver. Agora caiu no esquecimento.

O que é possível fazer para alterar a situação?

Na agricultura e pesca não somos autossuficientes. É preciso deixar de dizer que são sectores estratégicos e passar a ter estratégia. Os governantes conhecem mal o sector e as medidas de fundo não podem ter nada a ver com os ciclos eleitorais. É um desígnio nacional e não partidário. É difícil ter essa visão estratégica de consenso nacional e celebrar acordos de regime nas áreas fundamentais. Na pesca os investimentos são caríssimos. As embarcações que temos na costa portuguesa de trinta metros custam 4 a 5 milhões de euros. Tem de haver estratégia de médio longo prazo, já que outras questões como o clima não controlamos. Precisamos de ser acarinhados porque senão um dia não vamos ter quem queira estar no sector.

Qual a situação das pescas em Portugal? Em Portugal pescamos cerca de 30% do que consumimos, temos um défice crónico da balança comercial de 1.2 mil milhões de défice de produtos da pesca. Importamos 2,5 mil milhões. Precisamos de 600 mil toneladas/ano, somos o terceiro país do mundo com maior consumo de peixe, e o primeiro da UE, com 58 Kg ano.

Neste momento deixamos ficar muito peixe por capturar. Se houver muita abundância os preços ressentem-se. O mercado tem especificidades: há espécies em abundância que o mercado não paga bem e outras que não temos, mas que têm grande consumo, como é o caso da pescada. É preciso fazer alguma gestão. No bacalhau temos capacidade para pescar mais, mas não temos quotas, pescamos o que nos é atribuído.

O que é preciso fazer, então? Precisamos de uma visão e estratégia, uma definição governamental sobre que pesca queremos e que artes devemos ter: arrasto, cerco, linha, redes de emalhar, etc. A partir do momento em que definimos o que queremos então vamos trabalhar para que esta frota seja apoiada. O principal problema neste momento é o envelhecimento colossal da frota de pesca. Os quadros comunitários deixaram de ter apoio para a renovação. São 21 anos sem se investir numa frota que já não era nova. Não se constrói um navio que não seja por substituição. Não é possível introduzir mais navios na frota e tem de ser respeitar a capacidade, dimensão e potencia instalada. A necessidade de ajustar o esforço de pesca aos recursos disponíveis destruiu muita frota. Recuperámos stocks e temos mais quotas do que tínhamos há quinze anos, inverteu-se, e isso é bom.

A renovação da frota tem de ser sempre feita com apoios? Se o sector fosse altamente rentável a questão não se colocava. Se toda a indústria tem apoios porque é que nós somos discriminados negativamente?

O equilíbrio e ajustamento está feito com êxito. Falta a fase seguinte. Não pedimos aumento de esforço de pesca. Nós pedimos para acabar com embarcações velhas e renovar a frota para ser mais amiga do ambiente.

E preciso amadurecer as soluções e ter respostas viáveis da tecnologia no terreno.

Há que definir se queremos ser um país com pesca. Não há pesca sem recursos, sem tripulações e sem navios. E hoje em dia, avarias e paragens na frota são um problema porque a remuneração das tripulações é constituída pelo produto da pesca.

Existe falta de mão-de-obra no sector? Sim. No caso da nossa associação temos contratos coletivos de trabalho celebrados. Seremos caso raro nas pescas e

por isso temos garantia de salários mínimos nacionais. Mas há segmentos na pesca em que as pessoas não têm essa garantia. É necessário introduzir na pesca o salário mínimo nacional, quem vai para o mar precisa de ter essa garantia. Se um barco ficar parado por causa do mau tempo ou por uma avaria, a mão de obra tem de estar salvaguardada. Na pesca há embarcações com 80 % de estrangeiros (indonésios e nepaleses).

Quais são as principais oportunidades para o sector das pescas? O mercado está cá, e só abastecemos 30% do mercado. Não temos recursos para ter a pretensão de que o mercado vai ser todo nosso. Vamos estar sempre dependentes de importações de outras latitudes. De qualquer forma temos mercado, temos um sector estratégico, até por causa da segurança alimentar. Tudo o que seja reforçar essa segurança alimentar parece-nos importante. Para isso precisamos de ajuda, nomeadamente na alteração das políticas comunitárias na renovação da frota. Os navios são fábricas flutuantes que têm ciclos de vida limitados, confrontados com condições hostis.

E a aquacultura? É um complemento que em termos mundiais já produz mais do que a pesca selvagem. Tem um papel importantíssimo. Aqui em Portugal temos condições pouco propícias ao offshore, as inshore não se têm desenvolvido como se esperava. E temos uma concorrência fortíssima dos países asiáticos. Tem muito espaço para crescer, mas precisa de condições.

É otimista em relação ao futuro do sector? Os sinais são positivos. Mas é preciso haver estabilidade governativa, ter força para dar murros na mesa em Bruxelas. As realidades distintas não são tidas em conta, por exemplo, no norte da europa têm monopesca e nós aqui num dia podemos fazer pesca de trinta espécies. A gestão é completamente diferente. Os Estados-membros têm de olhar para a pesca como um sector vital.

Definir estratégias e renovar a frota é “imperativo” para pescar sem pôr em causa a sustentabilidade e os recursos.



Aquacultura

ISIDRO BLANQUET (SECRETÁRIO-GERAL DA APA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AQUACULTORES)

A APA - Associação Portuguesa de Aquacultores tem por objeto o estudo, promoção e desenvolvimento da aquacultura, nos domínios técnico, científico, comercial e associativo.

Isidro Blanquet, secretário-geral da APA assume como principal foco da associação a sustentabilidade, o bem-estar animal e a qualidade do pescado. “A nossa preocupação é a soberania alimentar”, resume.

A APA, voz de referência da Aquacultura em Portugal, representa 90% de um sector que ainda tem grande margem de crescimento no nosso país.

O que é a APA? A APA - Associação Portuguesa de Aquacultores agrega 50 empresas de produtores de peixe, bivalves, macroalgas, do norte do país até Vila real de Santo António. No Norte temos produção de trutas, em Montalegre e Paredes de Coura. Na costa litoral, Figueira da Foz, Mira e Póvoa, produtores de peixes planos, como o pregado e o linguado, em sistemas de recirculação mais intensivos. Nos estuários, a produção de ostras, em Aveiro, Setúbal, Ria Formosa, Alvor. Ainda a produção em tanques de dourada e robalo, na Figueira da Foz, Setúbal e Alvor. Finalmente temos offshore onde produzimos peixe em jangadas, dourada, robalo e também mexilhões e ameijoas. No total chegamos às 8 mil toneladas.

Qual a produção total da aquacultura em Portugal?

A aquacultura produz apenas 4% do que consumimos de pescado. Importamos 900 milhões de euros de pescado anualmente. Somos os maiores consumidores de pescado da Europa. Precisamos de produzir mais.

Como caracteriza o sector e as condições de produção em Portugal? Temos boas condições naturais, mas acima de tudo temos muito know how. O que produzimos, embora seja pouco, é de reconhecida qualidade. Nos bivalves, por exemplo, os nossos estuários são muito ricos em alimento, em fito plâncton. A nível de offshore temos temperaturas do mar que permitem o crescimento do robalo e dourada de forma equilibrada, ao contrário do Mediterrâneo, que está com temperaturas muito altas. Depois temos a produção no chamado semi-intensivo, em tanques em terra em que há uma produção quase natural complementada com alimento. Produzimos dourada e robalo de muita qualidade, os restaurantes e hotéis pagam muito bem esse peixe.

Quais são as principais dificuldades do sector?

Temos uma oportunidade grande, mas há falta de informação sobre o que é a nossa atividade. A nível político não temos muito peso, no PIB 168 milhões de euros por ano é pouco, comparado com a agricultura. O que produzimos é quase tudo para exportação. O consumo interno de produtos de aquacultura é sobretudo do que vem da Turquia, porque é mais barato. Exportamos muito para Espanha, Europa do Norte... os peixes planos vão para a Europa e até para os Estados Unidos.

A aquacultura é uma atividade recente, sendo ainda desconhecida e pouco comunicada, não há muito conhecimento ao nível dos decisores políticos e da opinião pública. As empresas foram batalhando, foram evoluindo no know how e gastaram tempo e forças na produção e não na comunicação.

Preocupa-nos esta falta de conhecimento e de interesse por parte das instituições e dos políticos. Tentamos dar a conhecer o sector, falar dos problemas, sensibilizar para terem vontade de trabalhar connosco.

A aquacultura é a atividade mais sustentável de produção animal

E quais são os argumentos fortes a favor da atividade?

A aquacultura por si é a atividade mais sustentável de produção animal. Para produzir um peixe gastamos um quilo e pouco de ração. Para um quilo de bife gastamos mais de 30 quilos de alimento. No que se refere ao consumo de água doce é a mesma coisa. Os peixes não usam quase água doce nenhuma. Ao nível de libertação de CO2, a mesma coisa. É a atividade de produção animal mais sustentável e com menor impacto no ambiente.

Se produzirmos mais em Portugal libertamo-nos da pegada carbónica da importação das 600 mil toneladas de pescado. Vendemos tudo o que produzimos. A nossa preocupação é a soberania alimentar.

A APA encara o presente com otimismo? Quais as oportunidades para o sector da aquacultura?

Portugal não tem as condições naturais da Noruega com os fiordes, mas estamos a produzir 8 mil toneladas e achamos que podemos chegar às 100 mil toneladas produzindo um produto de qualidade superior. Temos muito know how no sistema de recirculação, no pregado e linguado, peixes com alta cotação de mercado.

Montar pisciculturas em sistema de recirculação é como ter uma fábrica. Precisamos de um pavilhão junto ao mar para captar um bocadinho de água, depois ela é toda reciclada. Ambientalmente é uma produção que não impacta o ambiente. Em Portugal temos margem de crescimento nos peixes planos e nas ostras. A nível europeu, as nossas ostras têm uma qualidade superior e ainda temos espaço para expandir. O mesmo acontece no offshore, a produzir dourada e robalo adaptados às temperaturas do Atlântico. As produções no Mediterrâneo, com o aumento da temperatura da água, estão a ter algumas dificuldades.

Quais são os principais desafios do sector? O plano de aquacultura de águas de transição, o mapa de Portugal onde se pode fazer aquacultura, existe, mas não funciona. Apesar de ter sido acordado com todas as entidades administrativas, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza, DGRM, toda a gente ligada ao sector... De cada vez que há um pedido de instalação e de licenciamento levantam-se problemas e os pareceres são negativos. O problema da Europa e de Portugal é que dá demasiada importância à conservação da natureza e desvaloriza a soberania alimentar. Estamos preocupados em ter uma selva à nossa volta e não temos o que comer. O grande desafio é que a Europa dê a mesma importância à conservação da natureza que dá à soberania alimentar. E que haja diálogo para que possamos mostrar os nossos argumentos e até chegar à conclusão de que em certos casos a aquacultura pode ser benéfica para o ambiente. É preciso haver diálogo e que haja disponibilidade para ouvir.

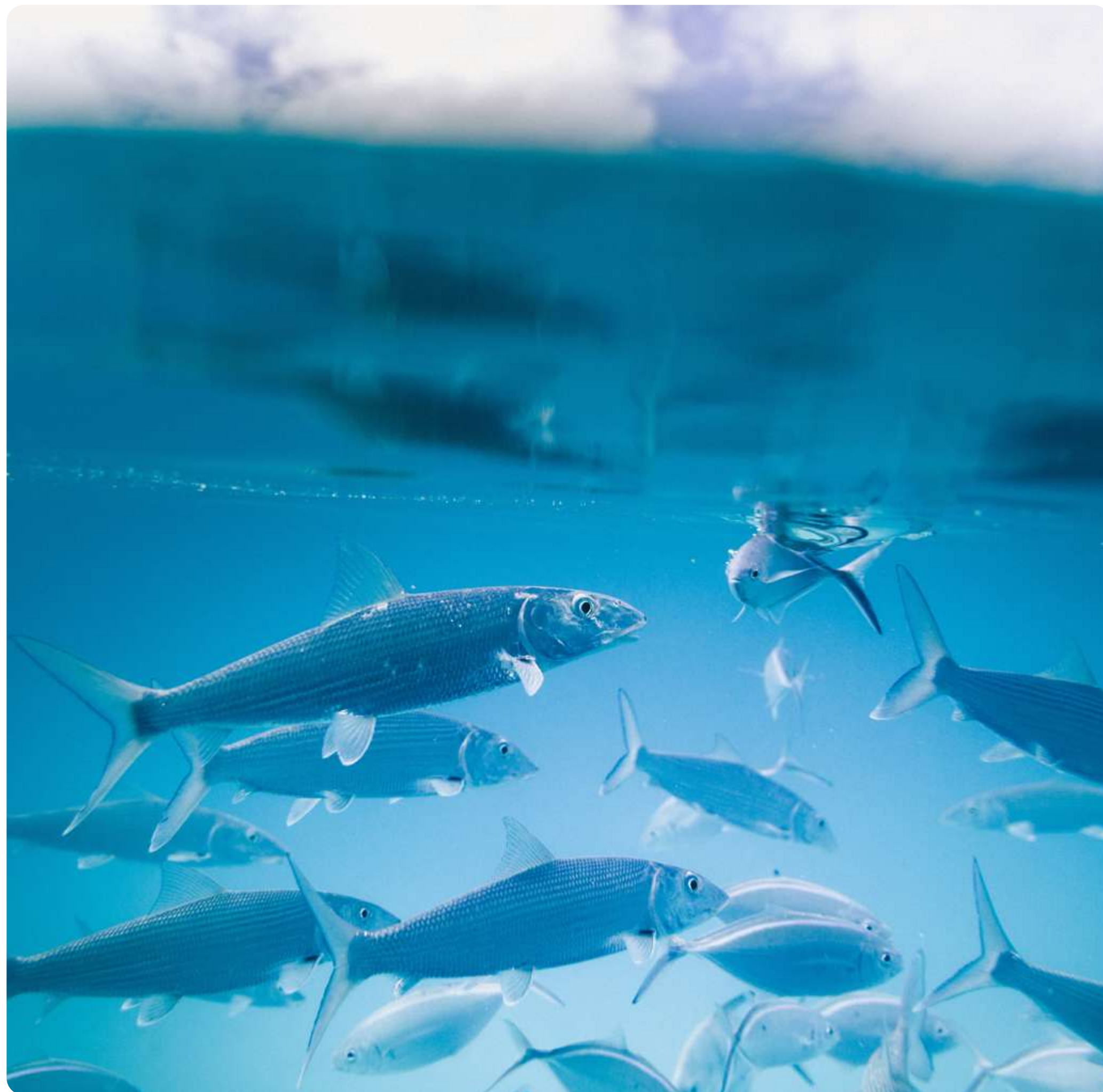
A nossa preocupação é a soberania alimentar

O que pode ser feito, então? Tem de haver reunião e acordo entre o Ministério do Ambiente e o da Agricultura e Pescas para criar as áreas só da aquacultura e trabalhar para reduzir a balança de importação. O mesmo que se fez para os painéis solares. E assim dedicarmo-nos a produzir e não a esgrimir argumentos. Relativamente ao consumidor final, queremos esclarecê-lo. Vamos replicar cá um projeto da Irlanda, uma sala de aula móvel para explicar às crianças do 5 e 6º anos o que é a aquacultura e a necessidade de preservar os oceanos. Mostrar que há uma opção sustentável para continuar a comer peixe, protegendo as espécies que estão no mar.

Que mecanismos e apoios existem para o sector?

Existe um fundo europeu das pescas e aquacultura. A Europa já nos reconhece. Em Portugal temos o Programa Operacional Mar 20/30 com apoios para o sector.

Mas continuamos com dificuldades em conseguir licenciamentos, o que tem como consequência a perda de investidores que, apesar de quererem apostar em Portugal acabam por optar por outras geografias devido à morosidade dos processos. Aconteceu recentemente com um associado que desistiu da Nazaré e já está a produzir três mil toneladas nas Astúrias. Em Portugal temos um preciosismo enorme, cada m2 do país está minado de diretivas e regras que empancam tudo.



Pesca

Através das “Estatísticas da Pesca 2023” do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da informação disponibilizada pela Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) é possível concluir que em 2023 estavam registados em Portugal 14.125 pescadores, menos 34 quando comparado com 2022 (-0,2%). É de salientar que o número tem vindo a decrescer ao longo dos últimos 20 anos: em 2003 estavam matriculados 20.457, tendo diminuído para 16.797 em 2013. Atualmente, 55% encontram-se na classe etária dos “35 aos 54 anos”, 24% na de “55 ou mais anos” e 21% entre os “16 a 34 anos”.

A região Norte apresentou o maior número de pescadores matriculados (30%), seguida do Algarve (18%), Oeste e Vale do Tejo (14%), Açores (13%), Centro (9%), Madeira (5%), Península de Setúbal (5%), Grande Lisboa (4%) e, por fim, o Alentejo (1%).

DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E EMPREGADA NA PESCA

	Total Geral			
	Total Geral	Entre 16 e 34 anos	Entre 35 e 54 anos	Com 55 e mais anos
Portugal 2022	14 159	3 245	7 946	2 968
Portugal 2023	14 125	3 439	7 739	2 947
Continente	11 501	2 601	6 297	2 603
Norte	4 275	920	2 687	668
Centro	1 293	344	689	260
Oeste e Vale do Tejo	1 974	763	1 003	208
Grande Lisboa	526	96	236	194
Península de Setúbal	666	67	257	342
Alentejo	208	22	95	91
Algarve	2 559	389	1 330	840
Açores	1 897	668	892	337
Madeira	727	170	550	7

Fonte: INE

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registadas na frota de pesca nacional 6.856 embarcações, menos 752 quando comparado com 2022 (-10%). É de salientar que, também aqui, o número tem vindo a decrescer ao longo dos últimos 20 anos: em 2003 havia 10.262 embarcações matriculadas, tendo diminuído para 8.232 em 2013. No último ano, cerca de 84% das embarcações operaram no Continente, 10% nos Açores e 6% na Madeira.

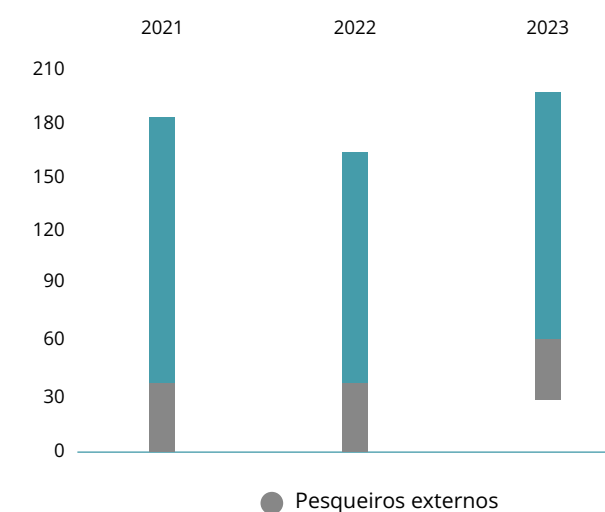
DISTRIBUIÇÃO DAS EMBARCAÇÕES REGISTADAS

	Nº
Portugal 2022	7 608
Portugal 2023	6 856
Continente	5 768
Açores	687
Madeira	401

Fonte: DGRM e INE

No ano de 2023 foram capturadas pela frota portuguesa 171 mil toneladas (mTon) de pescado, equivalendo a um aumento de 3% quando comparado com 2022. Desta quantidade, 81% foi realizada em águas nacionais e 19% nos denominados “pesqueiros externos” (zonas de pesca localizadas fora das águas territoriais portuguesas). Este acréscimo global resultou exclusivamente do maior volume de capturas em águas nacionais e que foi de 9%, uma vez que as capturas em “pesqueiros externos” diminuíram 14%.

CAPTURAS TOTAIS DE PESCADO



Fonte: DGRM e INE

Do total capturado, 131 mTon corresponderam a “pescado fresco ou refrigerado” transacionado em lota, equivalendo a mais 8% quando comparado com 2022 e menos 7% quando comparado com 2021. Cerca de 89% foram descarregados em portos do Continente, 7% nos Açores e 4% na Madeira. No seu conjunto, 85% foram referentes a “peixes marinhos”, 14% a “moluscos” e 1% a “crustáceos”.

CAPTURAS DE PESCADO EM PORTOS NACIONAIS (TRANSACIONADO EM LOTA)

	2021				
	Total	Peixes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Espécies aquáticas diversas
Portugal	140.562	117.323	1.710	20.963	566
Continente	123.520	100.801	1.697	20.456	566
Açores	11.851	11.422	13	416	
Madeira	5.190	5.100		91	0

	2022				
	Total	Peixes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Espécies aquáticas diversas
Portugal	121.069	100.857	1777	17.895	539
Continente	106.158	86.725	1.767	17.127	539
Açores	10.200	9515	11	674	0
Madeira	4.711	4.617		94	0

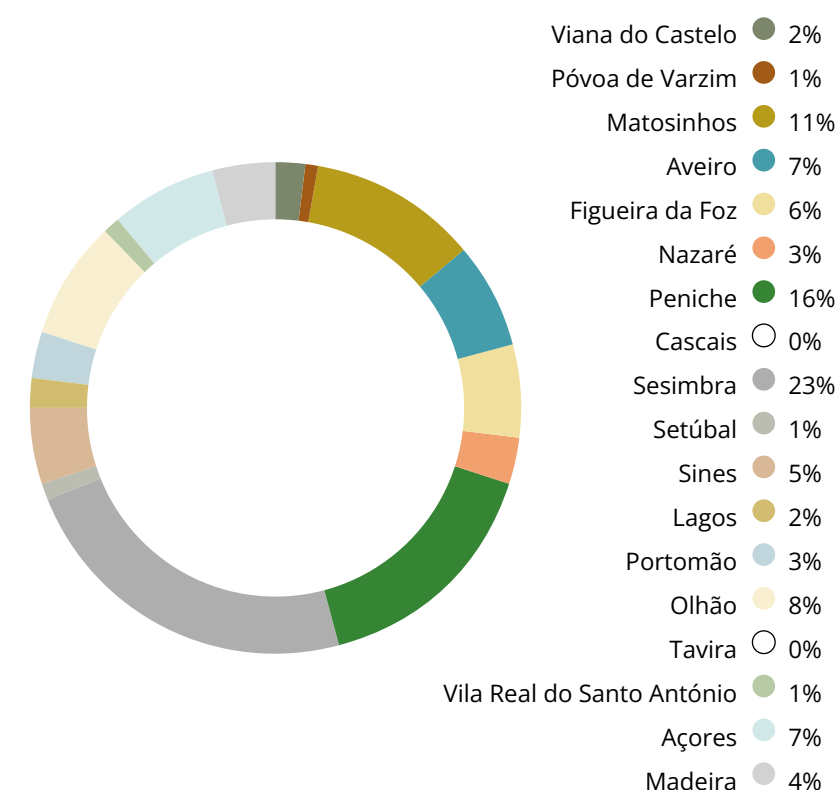
	2023				
	Total	Peixes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Espécies aquáticas diversas
Portugal	131.295	111.174	1.855	17.758	508
Continente	117.089	97.661	1.845	17.077	508
Açores	9.504	8.893	11	600	0
Madeira	4.702	4.620		82	0

FONTE: DGRM e INE

Os portos mais importantes em receção/transação foram os de Sesimbra (23%), Peniche (16%), Matosinhos (11%), Olhão (8%) e Figueira da Foz (6%).



DETALHE DE DESCARGAS POR PORTO NACIONAL



FONTE: DGRM e INE

Em termos de espécies capturadas na classificação de “peixes marinhos”, a cavala representou 29%, a sardinha 23%, o carapau 14% e o atum 8%. Já nos “crustáceos”, a gamba correspondeu a 41%, seguida do caranguejo com 24%, do camarão com 10% e da santola com 6%. Nos “moluscos”, o polvo liderou com 35%, seguido do berbigão com 16%, da amêijoia com 12% e do choco com 9%.

DETALHE DAS CAPTURAS POR ESPÉCIE EM 2023

Peixes marinhos	Ton	%	Crustáceos	Ton	%	Moluscos	Ton	%
Cavala	32 222	29%	Gambas	755	41%	Polvos	6 257	35%
Sardinha	25 092	23%	Caranguejos	443	24%	Berbigão	2 803	16%
Carapau	15 958	14%	Camarões	185	10%	Ameijoas	2 192	12%
Atum e similares	9 306	8%	Santola	117	6%	Choco	1 550	9%
Biqueirão	4 566	4%	Lagostim	98	5%	Potas	1 052	6%
Peixe espada preto	4 259	4%	Lagostas e lavagantes	41	2%	Lulas	1 029	6%
Diversos	19 771	18%	Diversos	216	12%	Diversos	2 876	16%

FONTE: DGRM e INE

Aquicultura

Em 2022 (última informação disponível) existiam em Portugal 1.290 unidades de aquicultura licenciadas (mais 3% que em 2021) correspondendo a 3.278 Hectares (mais 9% que em 2021). Do total das explorações, 93% estavam consideradas “ativas”, 99% operavam em “águas de transição e marinhas”, 92% estavam referenciadas como “unidade de engorda” (na sua grande maioria classificadas como “viveiros”) e 88% operavam em regime de exploração extensiva.

Também nesse ano, a produção total aquícola nacional ascendeu às 18,8 mil toneladas, significando um aumento de 4,8%, face a 2021. É importante referir que os “peixes, bivalves e algas” produzidos em aquicultura correspondem a menos de 10% do total nacional. Ainda relativamente à produção portuguesa, 45% foi referente a “peixes” (liderada pela dourada, pregado e robalo) e 55% a “moluscos e crustáceos” (liderada pela amêijoia, mexilhão e ostra).

ESTRUTURA DO VOLUME DE PRODUÇÃO EM AQUICULTURA POR ESPÉCIE

Peixes	Ton	%
Dourada	3 352	41%
Pregado	3 074	37%
Robalos	1 481	18%
Linguados	213	3%
Atum-rabilho	134	2%
Diversos	3	0%

Moluscos e Crustáceos	Ton	%
Amêijoas	4 346	43%
Mexilhão	3 189	31%
Ostras	2 465	24%
Berbigão vulgar	126	1%
Camarinha	16	0%
Diversos	8	0%

FORTE: DGRM e INE

Salicultura

Em 2023 o número total de salinas com produção foi de 57, aumentando em 10% quando comparado com 2022. A área total continental de produção foi de 1.393 hectares, inferior em 1% relativamente a 2022 e equivalendo a uma área média de 24,4 hectares por salina.

A produção total de 2023 de sal marinho foi de 134 mil toneladas, aumentando em 14% comparativamente a 2022. A produção média por salina foi de 2,3 mil toneladas correspondendo a um rendimento de 96,4 toneladas por hectare. O Algarve é a região líder com 68% das unidades e 96% da produção.

No que diz respeito aos tipos de sal produzidos, cerca de 85% correspondeu a “outro sal marinho” (designação para o extraído de salinas sem “traçado tradicional” e por processos mecânicos), 14,8% ao “sal marinho tradicional” e 0,2% à “flor de sal”.

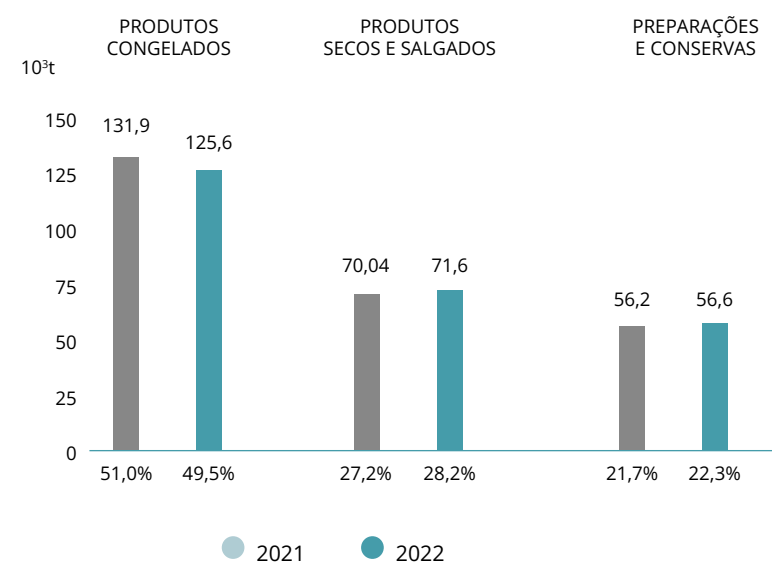


Indústria Transformadora

Em 2022, a “indústria transformadora da pesca e aquicultura” (subsectores de “congelados”, “secos e salgados” e “preparações e conservas”), atingiu uma produção de 254 mil toneladas, menos 1,8% quando comparada com 2021. Esta diminuição verificou-se principalmente nos produtos “congelados” (-4,8%), uma vez que os “secos e salgados” e as “preparações e conservas” registaram aumentos de 1,8% e 0,8%, respetivamente.

Em relação à estrutura da produção, os “congelados” mantiveram-se como o grupo mais representativo, com 49,5% da produção total (51,0% em 2021), seguindo-se os “secos e salgados” com 28,2% (27,2% em 2021) e por último as “preparações e conservas” com 22,3% (face aos 21,7% do ano anterior). É de notar que o bacalhau é o produto mais representativo tanto nos “congelados” (26,2%) como nos “secos e salgados” (51,3%), sendo a sardinha o mais relevante nas “preparações e conservas”.

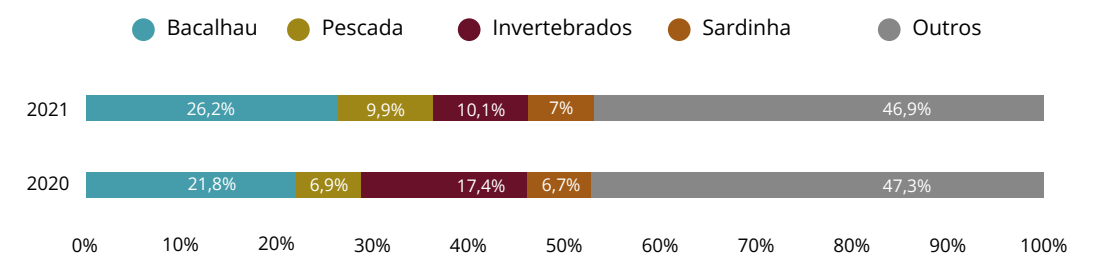
QUANTIDADES PRODUZIDAS PELA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DA PESCA



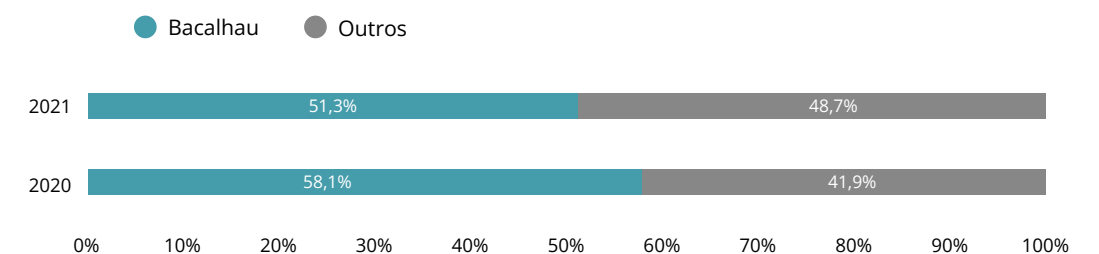
Fonte: INE

QUANTIDADES PRODUZIDAS PELA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DA PESCA POR PRODUTO

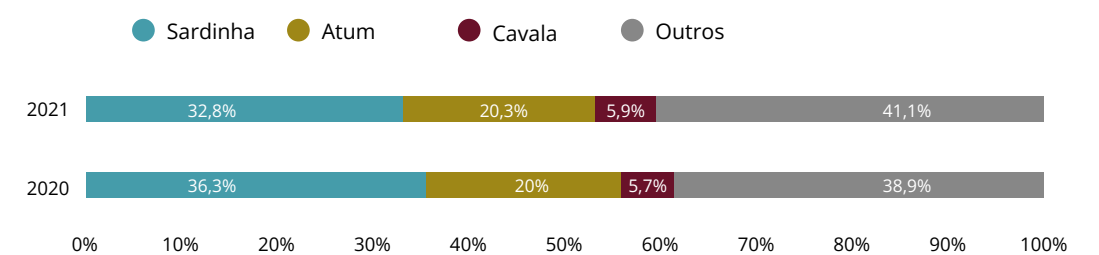
Produtos congelados



Produtos secos e salgados



Preparações e conservas



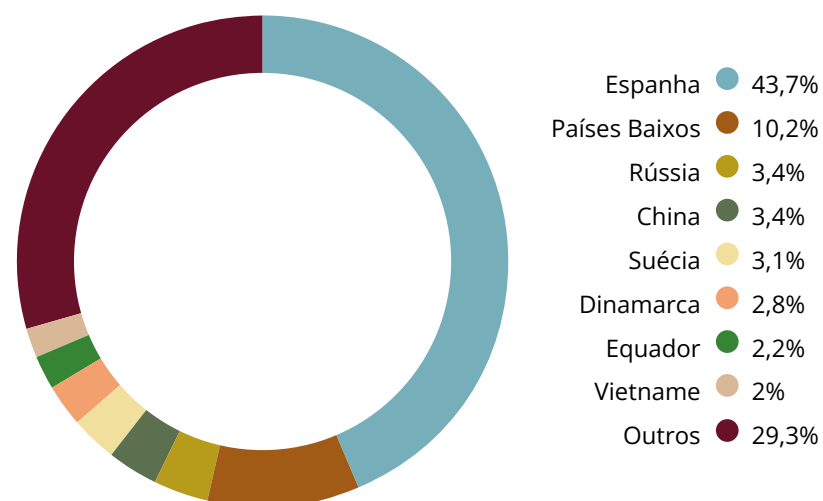
Fonte: INE

Comércio Internacional

Portugal é o 3º maior consumidor mundial de peixe e o 1º europeu. O índice de autoaproveitamento nacional varia de ano para ano, sendo historicamente baixo e estando o País fortemente dependente de importações. Nos últimos anos, este índice tem-se situado entre os 30%-40%, significando sumariamente que o país apenas produz um terço do que consome.

As importações em 2023 de “produtos da pesca ou relacionados com esta atividade” foram de 468 mil toneladas, tendo diminuído 1% quando comparado com 2022 (472 mil toneladas). É importante referir que 68% das importações foram intracomunitárias e 32% extracomunitárias. Como principais origens de importação temos a Espanha (43,7%), Países Baixos (10,2%), Rússia (3,4%), China (3,4%), Suécia (3,1%) e Dinamarca (2,8%).

PRINCIPAIS ORIGENS DAS IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS



Fonte: INE

Os “peixes congelados, frescos, refrigerados, secos, salgados e fumados” foram os produtos mais importados e superando 58% das importações nacionais.

IMPORTAÇÃO DOS PRODUTOS DE PESCA

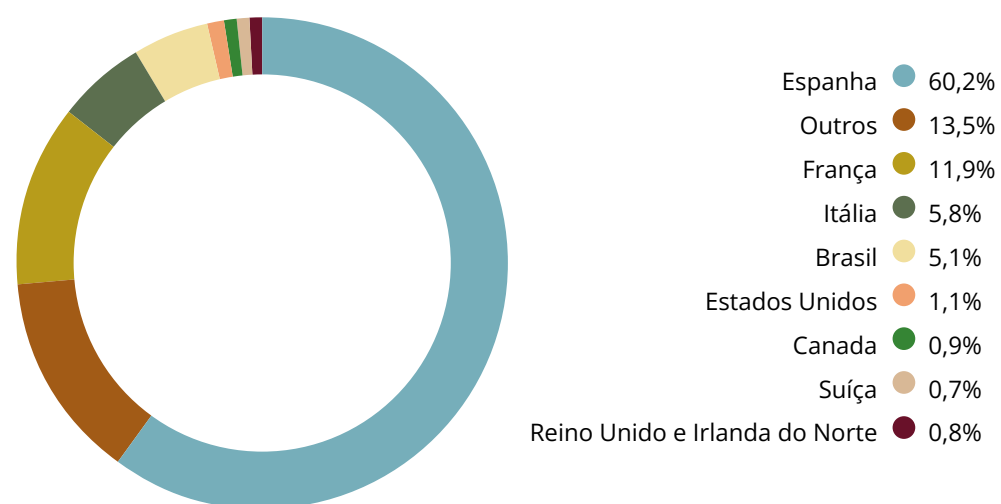
Produto	2023	
	Ton	%
Peixes congelados exceto filetes	143 224	30,6%
Peixes frescos ou refrigerados	71 016	15,2%
Peixes secos, salgados e fumados	58 867	12,6%
Moluscos e invert. aquáticos, vivos, frescos, refrigerados e congelados	58 174	12,4%
Preparações, conservas de peixe e preparação de ovas de peixe	49 588	10,6%
Crustáceos, vivos, frescos, refrigerados e congelados	37 124	7,9%
Filetes de peixes e outras carnes de peixe	32 683	7,0%
Crustáceos, moluscos e outros em conserva	17 121	3,7%
TOTAL	467 796	100,0%

Fonte: INE

Já as exportações em 2023 foram de 255 mil toneladas, aumentando em 6% quando comparadas com as de 2022 (240 mil toneladas). Cerca de 84% das exportações realizaram-se no espaço intracomunitário e 16% noutras geografias. Como principais destinos, podemos referir a Espanha com (60,2%), França (11,9%), Itália (5,8%), Brasil (5,1%), Estados Unidos da América (1,1%) e Canadá (0,9%).



PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS



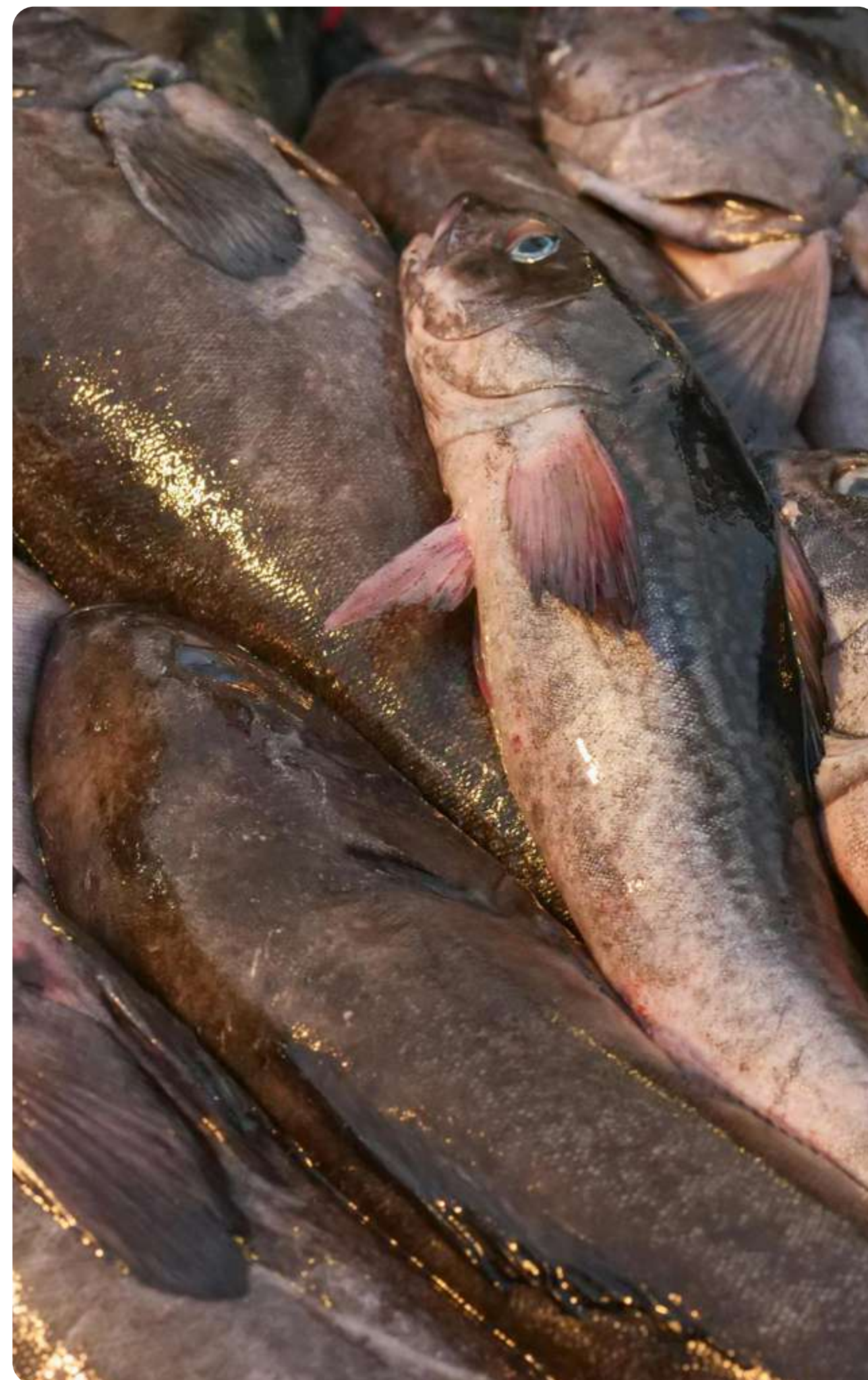
Fonte: INE

Os “peixes congelados, frescos e refrigerados”, as “preparações, conservas e preparação de ovas de peixe” e os “moluscos e invertebrados aquáticos, vivos, frescos, refrigerados e congelados” foram os produtos mais exportados e registando mais de 83% das exportações nacionais.

EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS DE PESCA

Produto	2023	
	Ton	%
Peixes congelados exceto filetes	89 837	35,1%
Preparações, conservas de peixe e preparação de ovas de peixe	54 434	21,3%
Moluscos e invert. aquáticos, vivos, frescos, refrigerados e congelados	35 332	13,8%
Peixes frescos ou refrigerados	33 674	13,2%
Filetes de peixes e outras carnes de peixe	19 857	7,8%
Crustáceos, vivos, frescos, refrigerados e congelados	10 746	4,2%
Peixes secos, salgados e fumados	8 365	3,3%
Crustáceos, moluscos e outros em conserva	3 370	1,3%
TOTAL	255 614	100,0%

Fonte: INE





6

Indústrias Agroalimentares e Impacto Económico dos Sectores

Introdução	212
Indústrias Agroalimentares	218
Impacto Económico dos Sectores	223

Introdução

O complexo agroflorestal e piscatório português tem evoluído de forma significativa ao longo das últimas décadas. Tendo enfrentando desafios consideráveis, soube adaptar-se e aproveitar as oportunidades proporcionadas com a entrada na Comunidade Económica Europeia (1986), os consequentes apoios provenientes da Política Comunitária e o contexto da Globalização para competir em diferentes mercados.

A evolução tecnológica tem sido verdadeiramente espetacular, tendo levado a aumentos de produtividade em todas as suas vertentes, de uma melhor valorização da atividade em termos de captação de talento e de um contínuo aumento do interesse de investidores de diferentes perfis. Em números gerais, representa cerca de 5% do PIB e 12% das exportações nacionais.

Em 1986 cerca de 25% da população trabalhava no sector agroflorestal encontrando-se agora em cerca de 8%

É importante referir que em momentos de crise e recuperação económica é um sector francamente resiliente, tal como foi verificado nos períodos da troika e covid 19. Em todos os momentos “respondeu à chamada” não permitindo a falta de alimentos nas prateleiras dos portugueses.

É (re)conhecido que os recursos humanos têm sido um dos principais desafios. Para se ter uma ideia da evolução, e como exemplo, em 1986 cerca de 25% da população trabalhava no sector agroflorestal encontrando-se agora em cerca de 8%. Sendo uma atividade ainda maioritariamente exercida por homens, as mulheres têm vindo a ganhar cada vez mais preponderância, assim como os jovens que trazem preparação e um espírito crítico e inovador. É também certo a elevada dependência de mão-de-obra sazonal e estrangeira, estimando-se que sejam necessários anualmente mais de 50.000 colaboradores para satisfazer as necessidades atuais.

Existe hoje em Portugal um complexo agroflorestal e piscatório rigoroso, competitivo, criador de emprego, exportador, sustentável e onde em algumas áreas somos referência. Acrescento que parte é tradicional, mas que contribui enormemente na fixação de população no território, evitando a sua desertificação e ajudando na prevenção de incêndios e preservação dos ecossistemas e biodiversidade.

É, pois, interessante perceber as causas que levaram a este caminho de sucesso:

1. Empresários dinâmicos que viram oportunidades para competir em diferentes sectores, alguns destes atualmente com elevado grau de autossuficiência alimentar;
2. Consultores jurídicos e técnicos que apoiaram, respetivamente, o estabelecimento dos investidores e a utilização adequada dos apoios comunitários;
3. Empresas de fornecimento de equipamentos e fatores de produção que acompanharam os empresários neste desenvolvimento;
4. Empresas de instalação de rega e gestão de água que, através dos seus equipamentos e tecnologia, proporcionaram um uso eficiente e sustentável da água, com consequentes aumentos de produtividade;
5. Seguradoras que se têm adaptado à realidade do negócio e ao risco da atividade;
6. Cooperativas, associações e organizações de produtores que criaram ganhos de escala e eficiência;
7. Grupos de retalho alimentar que promoveram este desenvolvimento, muitas vezes por sua iniciativa e dando a conhecer a produção nacional aos consumidores;
8. Universidades (e ensino técnico) que proporcionam as bases do mundo sectorial e escolas de negócios que têm modelado programas específicos e skills de gestão para os empresários. Saliento que o espírito internacional, os intercâmbios dentro de algumas organizações e evidentemente a internet, têm permitido uma cada vez melhor transmissão do conhecimento;
9. Entidades financeiras, como a Caja Rural del Sur, que apoiam os projetos, acreditando que um plano de negócios deve ser visto com relativa maturidade temporal e percebendo que alguns eventos extraordinários poderão ocorrer durante este período;
10. Profissionalismo e dedicação de Quadros do ministério da agricultura e pescas e uma política que, com alguns percalços, sustentou este desenvolvimento.

Certamente que algumas coisas poderiam ter corrido melhor e há muito ainda a fazer. Mas não deixa de ser notável o caminho feito até aqui, podendo mesmo dizer-se que é um case study que deve ser reconhecido e que pode orgulhosamente servir de referência para outros sectores económicos.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES
Assessor da Caja Rural del Sur



A indústria transforma o que vem da terra

PEDRO QUEIROZ (DIRETOR-GERAL DA FIPA - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS AGRO-ALIMENTARES)

A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, instituição privada sem fins lucrativos, reúne um vasto conjunto de associações e empresas da indústria agroalimentar que operam em Portugal. Desde 1987, a Federação tem trabalhado na representação, defesa e dinamização do sector agroalimentar a nível nacional e europeu, junto de decisores políticos, parceiros e sociedade civil.

“Enquanto federação queremos uma indústria mais competitiva, por isso defendemos políticas amigáveis do crescimento da indústria, que a envolvam no eixo da sustentabilidade”, afirma Pedro Queirós, Diretor Geral da FIPA.

O que é a FIPA? A FIPA é uma associação que representa a indústria transformadora ancorada, hoje em dia, nas associações sectoriais. Os nossos associados - associações sectoriais - representam 85% do sector, no que respeita ao volume de negócios. Praticamente todos os sectores estão dentro da FIPA. Temos ainda um universo de grandes empresas, quer multinacionais quer nacionais de maior dimensão que se enquadram dentro dos associados empresariais, e que são contribuintes. Os nossos sócios-empresas ajudam-nos a ter uma Federação mais forte e robusta.

Qual a missão da FIPA? A Federação tem como missão a defesa dos interesses do sector. Procura fazê-lo sempre assente em processos transparentes, com base no conhecimento técnico e científico. Abordamos decisores e parceiros com argumentos sólidos e construídos com verdade e consequência das medidas. Pretendemos uma indústria portuguesa agroalimentar mais competitiva a todos os níveis. Queremos um sector entendido pela sociedade em geral e pelo poder político.

A indústria transforma o que vem da terra. O nosso grande desafio é pôr na mesa dos consumidores aquilo que eles gostam, mantendo o sabor e a tradição, a nossa cultura. Promovemos a apetência pelos nossos produtos.

Como olha a sociedade em geral para o sector agroalimentar? As pessoas em geral afastaram-se do campo, da terra e do alimento. Chegam ao supermercado e não fazem ideia de onde vem o leite, um sumo de fruta ou o azeite. Perderam a noção da produção alimentar. Esta indústria pega no que vem da terra e transforma-o, acrescentando valor, levando-o ao consumidor final através de um gatekeeper que é a distribuição, quem gere o mercado. Queremos que se fale de políticas agroalimentares e não agrícolas como aconteceu, e bem, durante muito anos. A indústria transformadora é um parceiro fundamental no que é o acrescentar de valor aos produtos agrícolas.

Por seu lado, o sector tem surpreendido pela positiva pela sua enorme capacidade de adaptação, pela permanente procura de resposta aos desafios colocados pelo consumidor, que está atento à sua alimentação, mas bastante confuso em relação aos alimentos.

Como caracteriza o consumidor? O consumidor hoje procura preço, mas também alimentos que tenham outras funções que não sejam só matar a fome. O consumidor percebe mal o alimento e a forma como é produzido, vai muito atrás de modas. Há muita diversidade de produtos e isso é positivo, mas o consumidor deve escolher de forma consciente e informada. Vivemos numa época de muita desinformação e de iliteracia alimentar. A desinformação penaliza as empresas, diaboliza alimentos processados, criam-se mitos e desconfianças. Isso leva a uma confusão e à dificuldade de fazer escolhas informadas.

A indústria transforma o que vem da terra. Promovemos a apetência pelos nossos produtos.

Como evoluiu a percepção do consumidor português ao longo das últimas décadas? O consumidor hoje em dia tem mais confiança na inocuidade dos alimentos. A ideia da comida de plástico já passou, a preocupação dos aditivos também melhorou. Agora existe uma percepção de que as indústrias poluem, gastam água, que a pecuária é poluidora. As percepções vão evoluindo com o tempo. O trabalho da FIPA é defender o sector e melhorar a literacia do consumidor.

Nessa linha, transmitimos nos *media* com serenidade e transparência o trabalho da indústria. Informar as pessoas implica trazer-lhes segurança relativamente à indústria alimentar, por isso procuramos combater a desinformação, como aconteceu no caso dos aditivos (aproveitados para diabolizar a indústria), todos validados a nível europeu por entidades científicas independentes e na legislação comunitária.

Qual o papel da FIPA no esclarecimento dos consumidores? Acima de tudo, o esclarecimento dos consumidores não pode vir de forma unilateral da parte da indústria. O papel da FIPA é fazer um trabalho de grande proximidade com os órgãos políticos e de soberania, procurando integrar um debate aberto envolvendo a sociedade. Reunir evidências do que pode ser o caminho mais correto e em espírito de diálogo. Foi no seio da FIPA e com a dinâmica dos nossos associados que nasceu o primeiro esquema de informação ao consumidor, na altura com a designação de valores diários de referência (VDR).

Algumas evidências podem melhorar as escolhas. Por exemplo, os esquemas que facilitam a vertente nutricional e induzam uma alimentação mais equilibrada. O pior é não haver uniformização desses esquemas.

Foi também através da FIPA que se assinou com o Governo, em 2018, um acordo de reformulação nutricional de vários produtos alimentares cujos relatórios são hoje públicos. Falamos de redução de sal, açúcar e gorduras trans, que demonstram como a indústria cumpre e está a fazer o seu papel, a bem da saúde pública. Também a distribuição, que tem marcas próprias, aderiu.

Como tem evoluído a indústria agroalimentar?

Por um caminho rodeado de contradições. O ativo basilar é a segurança dos alimentos. Primeiro, a indústria preocupou-se em garantir a alimentação de forma massificada, depois em garantir segurança. A seguir saltámos para o patamar da nutrição. Agora vivemos num patamar mais exigente, relacionamos o que compramos para comer com a sustentabilidade e o impacto no planeta. Aqui entramos num mundo de contradições: queremos inocuidade, produtos protegidos e seguros, mas diabolizamos a embalagem que o conquistou; queremos portabilidade e diminuir o desperdício, mas é a embalagem o permite. As embalagens têm um papel fundamental na preservação do produto e no combate ao desperdício alimentar.

A indústria inova e dá resposta ao desafio da sustentabilidade ambiental, económica e social. Gosto de falar da sustentabilidade muito focado nos processos da indústria. É uma indústria que passou por períodos complicados, mas tem sabido adaptar-se aos altos e baixos do consumo, como na época do subprime ou da Covid. Manter as fábricas a produzir alimentos foi um desafio e não parámos. Nos momentos maus fomos acarinados. A inflação recente foi outro grande desafio.

A indústria portuguesa é reconhecida a nível internacional pela capacidade de adaptação, flexibilidade e agilidade produtiva que nos permite dar respostas rápidas a necessidades externas. Temos constrangimentos pela dimensão, mas isso pode ser uma vantagem. Temos aumentado ano após ano as exportações do alimentar. Isso significa que trabalhamos bem e lá fora valorizam-nos.

Quais são os grandes desafios do agroalimentar português? A marca. Não somos fortes a construir marcas. Temos aí um desafio na construção e afirmação de marcas nacionais.

A inovação, rentabilizar o conhecimento que existe em Portugal. Temos margem para reforçar a inovação na ligação com as instituições de ensino, numa dinâmica mais coletiva. A indústria e a investigação em geral ainda estão de costas voltadas. Os politécnicos têm tido um papel no terreno importante, mas as universidades têm de agilizar processos e deve haver mais predisposição por parte da indústria.

A sustentabilidade é também um desafio a ter em conta.

E por fim, o acelerar da transição digital, que está ligada à renovação geracional, muito importante neste sector, e também à sustentabilidade.

Enquanto federação queremos uma indústria mais competitiva, por isso defendemos políticas amigáveis do crescimento da indústria, que a envolvam no eixo da sustentabilidade

É otimista em relação ao futuro da indústria agroalimentar portuguesa? Sou, apesar das dificuldades. Vejo com entusiasmo a renovação geracional nas nossas empresas, sem tirar mérito a quem as construiu. Temos um tecido empresarial muito familiar, mas está a ser renovado.

Portugal, apesar da burocracia, tem conseguido atrair investimento para o sector alimentar. Não há quebra no número de empresas nas últimas duas décadas e tem crescido o emprego e o volume de negócios. Os valores macroeconómicos da empresa cresceram. Vamos ter de nos virar cada vez mais para o exterior e isso é uma oportunidade enorme, vender com mais valor acrescentado e com marca. Temos um país com boas matérias primas e boas tradições, as pessoas gostam de comer os produtos da nossa indústria.

Por outro lado, a inovação é uma inevitabilidade, tem de estar presente no dia-a-dia e no ADN das empresas. Inovação de produto, de processos, de marketing, de comunicação, nas embalagens. Uma empresa que não inove está condenada. Não tenho dúvidas de que a indústria agroalimentar portuguesa está ao melhor nível do que se faz no mundo.

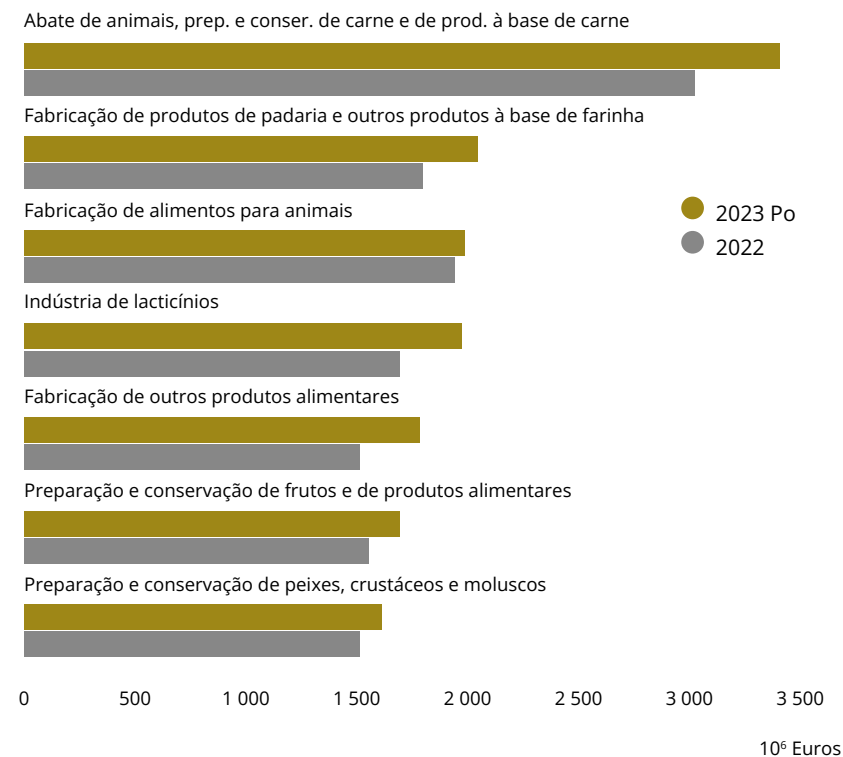
70% dos produtos que consumimos vêm da indústria transformadora. E a verdade é que hoje vivemos mais anos e com melhor qualidade de vida.



Indústrias Agroalimentares

Os resultados provisórios do “Inquérito Anual à Produção Industrial” realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) permitem concluir que o valor de vendas das indústrias alimentares em 2023 superou os 17 mil milhões de euros, correspondendo a mais 8,5% quando comparado com 2022. A mesma fonte refere que, relativamente ao total da indústria transformadora nacional, esta mantém a liderança com 16,5% do total das vendas.

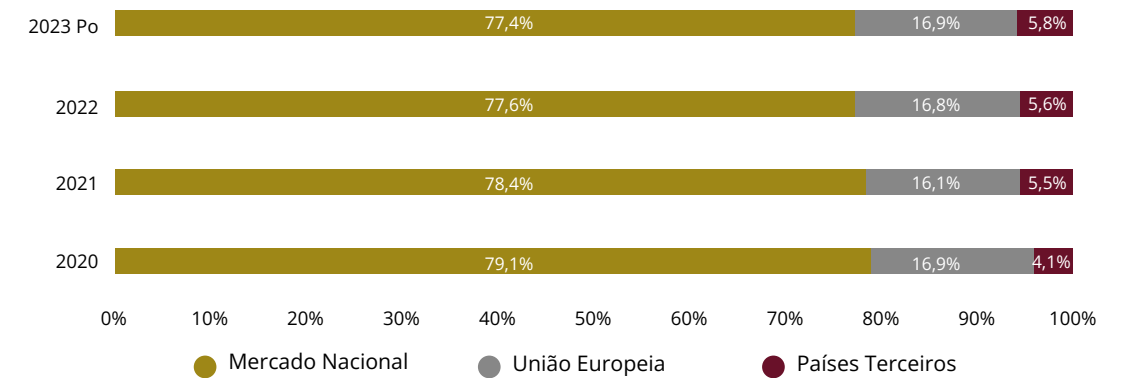
VALOR DE VENDAS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES



Fonte: INE

O mercado nacional continua a ser o principal destino das vendas das indústrias alimentares, contribuindo com 77,4% em 2023. Já a União Europeia representa 16,9% e os Países Terceiros 5,8%.

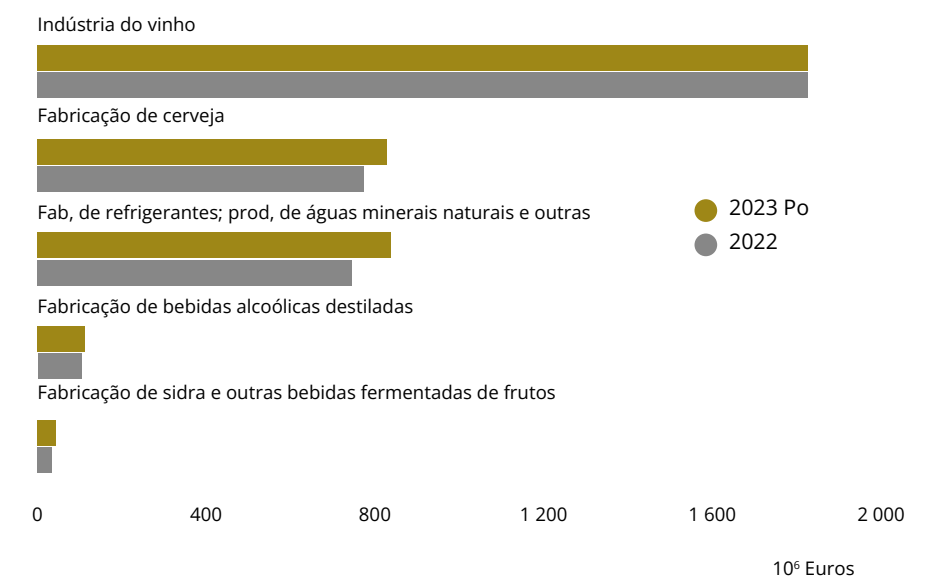
VALOR DE VENDAS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES POR MERCADOS



Fonte: INE

A mesma fonte refere que a indústria das bebidas faturou 3,7 mil milhões de euros em 2023, representando um crescimento de 4,7% face a 2022. A indústria do vinho lidera este sector com 49,5% sobre o total das vendas.

VALOR DE VENDAS DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DAS BEBIDAS

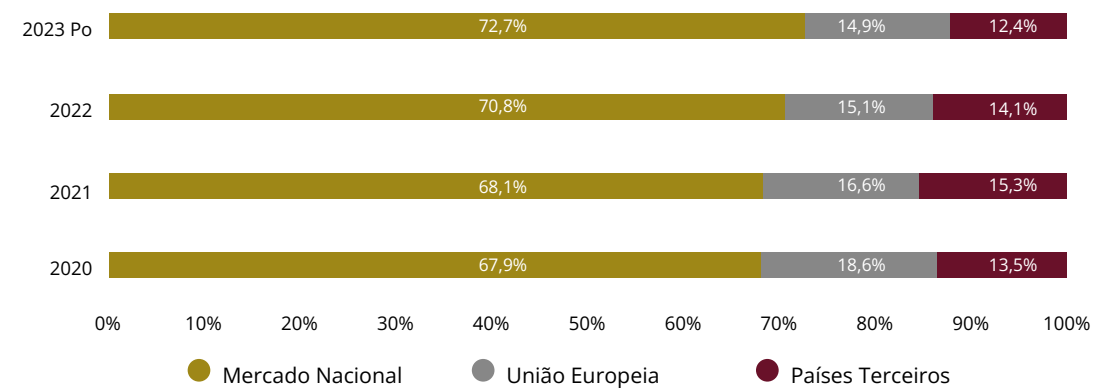


Fonte: INE

Emprego

A indústria das bebidas teve como principal destino das suas vendas o mercado nacional e com 72,7%, seguida da União Europeia com 14,9% e Países Terceiros com 12,4%.

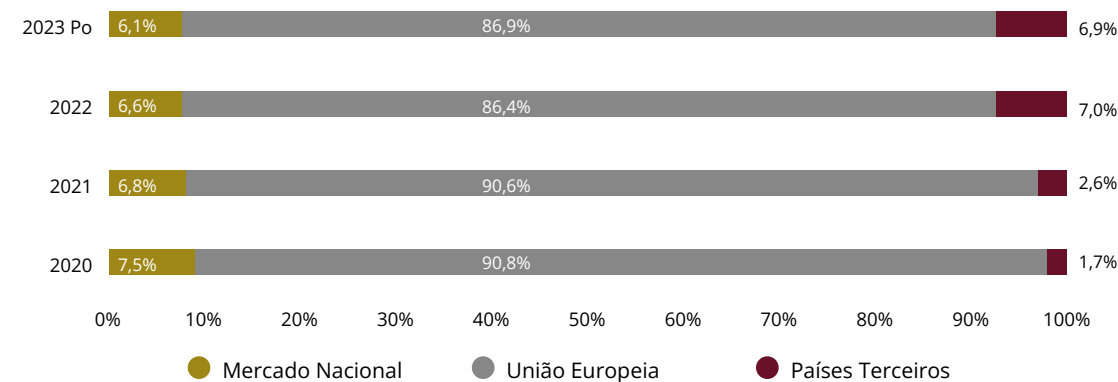
VALOR DE VENDAS DA INDÚSTRIA DAS BEBIDAS POR MERCADOS



Fonte: INE

A indústria do tabaco continua a ser relevante na economia nacional e representando 707,4 milhões de euros de vendas em 2023, mais 1% quando comparado com 2022. Aqui, é de realçar que apenas 6,1% do valor de vendas foi realizada no mercado nacional. Já 86,9% realizaram-se na União Europeia e 6,9% para os Países Terceiros.

VALOR DE VENDAS DA INDÚSTRIA DO TABACO POR MERCADOS



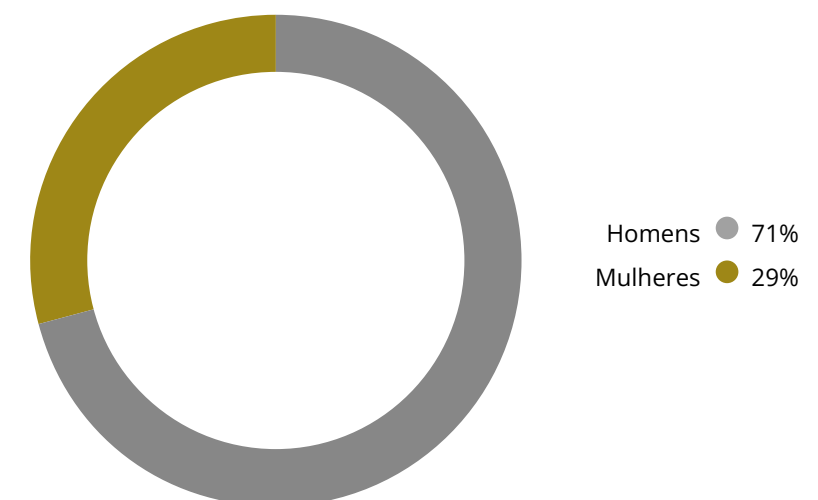
Fonte: INE

Para melhor compreensão dos dados relativos ao emprego/economia, é oportuno esclarecer algumas nomenclaturas:

- “Complexo agroalimentar e pescas”: inclui a agricultura, as pescas e as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco;
- “Complexo alimentar”: inclui a agricultura, as pescas e as indústrias alimentares e das bebidas;
- “Complexo florestal”: corresponde à silvicultura e indústrias florestais;
- “Complexo agroflorestal e pescas”: corresponde ao somatório do “complexo agroalimentar e pescas” e do “complexo florestal”.

Relativamente ao emprego, os dados mais detalhados do complexo agroflorestal e pescas são ainda referentes a 2021. Considerando esta informação, e analisando a evolução desde 2010 relativa ao “emprego equivalente a tempo completo - ETC”, podemos concluir que o total nacional cresceu 3,6% neste período, o complexo agroalimentar e pescas decresceu 25,1% e o complexo florestal decresceu 6,4%. Já o total do complexo agroflorestal e pescas decresceu 22,2%, representando cerca de 8% do emprego nacional em 2021 e sendo ainda maioritariamente exercido por homens. É de realçar que a evolução tecnológica teve um impacto significativo na variável em análise.

EMPREGO NA AGRICULTURA, FLORESTA E PESCA



Fonte: GPP

Peso na Economia Portuguesa

EVOLUÇÃO DO EMPREGO (MIL ETC - EQUIVALENTE A TEMPO COMPLETO)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Economia	4.645	4.528	4.286	4.179	4.247	4.328
Complexo Agroalimentar e Pescas	431	418	412	394	379	374
Complexo Alimentar	430	418	411	393	378	374
Agricultura	307	296	294	278	262	255
Pescas	14	14	14	14	14	14
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	110	108	104	101	103	105
Complexo Florestal	78	75	70	68	70	71
Silvicultura	11	11	11	11	12	13
Indústrias florestais	68	64	60	57	58	59
Complexo agroflorestal e pescas	509	493	482	462	448	446

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Economia	4.427	4.579	4.720	4.807	4.701	4.813
Complexo Agroalimentar e Pescas	369	361	363	353	331	323
Complexo Alimentar	368	360	362	352	331	322
Agricultura	248	237	235	224	208	201
Pescas	13	14	14	14	13	14
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	108	111	113	115	111	108
Complexo Florestal	71	72	74	73	72	73
Silvicultura	13	14	14	14	14	14
Indústrias florestais	57	58	59	59	58	59
Complexo agroflorestal e pescas	440	433	436	427	403	396

Fonte: GPP

Para melhor análise desta variável é adequado esclarecer o conceito de “valor acrescentado bruto - VAB” que, sumariamente, se pode definir como o resultado final da atividade produtiva no decurso de um determinado período e que resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio. Este dado permite-nos perceber a sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Analisando os dados de 2010 a 2023 (provisórios), é possível concluir que o PIB nacional cresceu 51% neste período, o complexo agroalimentar e pescas cresceu 69,3% e o complexo florestal cresceu 17,3%. Já o total do complexo agroflorestal e pescas cresceu 51,9%, contribuindo no ano de 2023 em 5,3% para o PIB nacional e correspondendo a mais de 14 mil milhões de euros.



EVOLUÇÃO DO PIB E DO VAB A PREÇOS CONSTANTES (MILHÕES DE EUROS)

	2010	2011	2012	2013	2014
PIB	179.611	176.096	168.296	170.492	173.054
VAB Complexo Agroalimentar e Pescas	6.355	5.821	5.759	6.274	6.445
VAB Complexo Alimentar	6.059	5.524	5.459	5.914	6.006
VAB Agricultura	2.506	2.116	2.114	2.480	2.426
VAB Pescas	281	287	291	284	275
VAB Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	3.568	3.418	3.354	3.509	3.744
VAB Complexo Florestal	3.158	3.044	2.894	2.968	2.942
VAB Silvicultura	700	771	792	861	867
VAB Indústrias Florestais	2.458	2.273	2.102	2.107	2.075
VAB Complexo Agroflorestal e Pescas	9.512	8.865	8.653	9.242	9.387

	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	179.713	186.490	195.947	205.184	214.375
VAB Complexo Agroalimentar e Pescas	6.820	6.884	7.296	7.445	7.828
VAB Complexo Alimentar	6.341	6.388	6.871	7.010	7.388
VAB Agricultura	2.696	2.495	2.823	2.840	3.143
VAB Pescas	270	305	334	342	376
VAB Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	3.854	4.083	4.138	4.263	4.310
VAB Complexo Florestal	3.187	3.161	3.218	3.513	3.468
VAB Silvicultura	914	907	896	912	882
VAB Indústrias Florestais	2.273	2.254	2.322	2.600	2.586
VAB Complexo Agroflorestal e Pescas	10.008	10.045	10.513	10.957	11.296

	2020	2021	2022P	2023P
PIB	200.519	216.053	242.341	265.503
VAB Complexo Agroalimentar e Pescas	7.615	8.105	8.619	10.346
VAB Complexo Alimentar	7.141	7.613	8.150	9.868
VAB Agricultura	3.113	3.434	3.152	4.243
VAB Pescas	333	422	377	377
VAB Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	4.169	4.249	5.090	5.726
VAB Complexo Florestal	3.213	3.552	3.762	3.659
VAB Silvicultura	858	894	1.031	962
VAB Indústrias Florestais	2.356	2.658	2.731	2.698
VAB Complexo Agroflorestal e Pescas	10.828	11.657	12.381	14.006

Fonte: GPP (P = Valores provisórios)

Importações

Analisando os dados de 2010 a 2023 (provisórios), é possível concluir que as importações nacionais cresceram 87% neste período, o complexo agroalimentar e pescas cresceu 87,2% e o complexo florestal cresceu 70,9%. Já o total do complexo agroflorestal e pescas cresceu 84,5%, contribuindo no ano de 2023 em 15,6% das importações nacionais e correspondendo a mais de 19 mil milhões de euros.

Comparando os anos de 2022 e 2023, o complexo agroalimentar e pescas cresceu 5,1% e o complexo florestal 3,9%, combinando um crescimento conjunto de 2,8%.

Focando nas importações de “produtos agrícolas e agroalimentares”, verificou-se que as “carnes e miudezas comestíveis” continuaram a ser o principal grupo importado, seguido dos “cereais” e das “gorduras e óleos animais ou vegetais”.



EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES (MILHÕES DE EUROS)

	2010	2011	2012	2013	2014
Economia (bens e serviços)	67.738	68.052	64.411	65.653	69.336
Complexo Agroalimentar e Pescas	8.395	9.111	8.842	9.153	8.977
Complexo Alimentar	8.276	8.973	8.712	9.022	8.829
Agricultura	2.507	2.752	2.686	2.740	2.568
Pescas	277	281	274	282	310
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	5.611	6.078	5.881	6.131	6.099
Complexo Florestal	1.932	1.953	1.761	1.849	1.970
Silvicultura	188	216	208	264	267
Indústrias florestais	1.744	1.737	1.553	1.585	1.704
Complexo agroflorestal e pescas	10.326	11.064	10.602	11.002	10.947

	2015	2016	2017	2018	2019
Economia (bens e serviços)	71.662	72.849	81.739	88.194	92.302
Complexo Agroalimentar e Pescas	9.421	9.756	10.313	10.784	11.013
Complexo Alimentar	9.251	9.558	10.113	10.570	10.774
Agricultura	2.731	2.828	2.967	3.149	3.110
Pescas	364	369	388	395	396
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	6.327	6.558	6.958	7.239	7.506
Complexo Florestal	2.029	2.110	2.243	2.413	2.443
Silvicultura	253	267	272	284	282
Indústrias Florestais	1.776	1.843	1.971	2.129	2.161
Complexo Agroflorestal e Pescas	11.451	11.867	12.555	13.197	13.456

	2020	2021	2022P	2023P
Economia (bens e serviços)	78.585	95.548	126.032	123.748
Complexo Agroalimentar e Pescas	10.629	11.913	15.181	16.108
Complexo Alimentar	10.357	11.592	14.765	15.681
Agricultura	3.183	3.605	4.613	4.553
Pescas	387	419	532	520
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	7.059	7.890	10.036	11.035
Complexo Florestal	2.150	2.677	3.579	3.180
Silvicultura	280	363	536	511
Indústrias Florestais	1.869	2.314	3.042	2.669
Complexo Agroflorestal e Pescas	12.778	14.590	18.759	19.288

Fonte: GPP (P = Valores provisórios)

Espanha continua a ser a principal origem das nossas importações de produtos agrícolas e agroalimentares (com 49,2%), seguida da França (7,9%), Países Baixos (6,2%) e Alemanha (5,8%).

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES POR PRINCIPAIS PAÍSES EM 2023

País	Peso
Espanha	49%
França	8%
Países Baixos (Reino dos)	6%
Alemanha	6%
Brasil	6%
Itália	3%
Bélgica	2%
Ucrânia	2%

Fonte: INE

Relativamente ao “peixe ou produtos relacionados com a atividade”, Espanha é também a principal origem de importação (43%), seguida dos Países Baixos (13%), Suécia (8%) e Dinamarca (4%).

IMPORTAÇÃO DE PEIXE OU RELACIONADOS COM A ATIVIDADE POR PRINCIPAIS PAÍSES EM 2023

País	Peso
Espanha	43%
Países Baixos (Reino dos)	13%
Suécia	8%
Dinamarca	4%
Federação da Rússia	4%
China	4%
Equador	3%
Índia	2%
França	2%
Alemanha	1%

Fonte: INE

Exportações

No que diz respeito às exportações, e analisando também o período de 2010 a 2023 (provisório), é possível concluir que as exportações nacionais cresceram 113,2%, o complexo agroalimentar e pescas cresceu 113,5% e o complexo florestal cresceu 53,9%. Já o total do complexo agroflorestal e pescas cresceu 89,3%, representando 12,4% das exportações nacionais de 2023 e correspondendo a mais de 15,6 mil milhões de euros.

Comparando os anos de 2022 e 2023, o complexo agroalimentar e pescas cresceu 6,8% e o complexo florestal decresceu 12,8%, combinando um crescimento conjunto de 0,6%.

Focando nas exportações de “produtos agrícolas e agroalimentares”, verificou-se que os três principais grupos exportados em 2023 foram as “gorduras e óleos animais ou vegetais” (com 20,9%), seguindo-se as “frutas, cascas de citrinos e de melões” e as “preparações de produtos hortícolas”.



EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (MILHÕES DE EUROS)

	2010	2011	2012	2013	2014
Economia (bens e serviços)	54.008	60.674	63.579	67.526	69.595
Complexo Agroalimentar e Pescas	4.457	4.949	5.238	5.650	6.017
Complexo Alimentar	4.109	4.588	4.858	5.221	5.468
Agricultura	669	680	753	744	873
Pescas	168	191	182	162	176
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	3.620	4.077	4.303	4.744	4.967
Complexo Florestal	3.306	3.511	3.582	3.753	3.782
Silvicultura	103	121	106	122	97
Indústrias Florestais	3.203	3.390	3.476	3.631	3.686
Complexo agroflorestal e pescas	7.763	8.460	8.820	9.403	9.799

	2015	2016	2017	2018	2019
Economia (bens e serviços)	72.991	74.989	83.717	89.144	93.271
Complexo Agroalimentar e Pescas	6.201	6.374	6.546	6.827	7.025
Complexo Alimentar	5.495	5.705	5.978	6.219	6.413
Agricultura	973	1.028	1.146	1.253	1.360
Pescas	206	213	216	203	222
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	5.023	5.132	5.184	5.371	5.442
Complexo Florestal	3.968	3.969	4.076	4.342	4.386
Silvicultura	48	52	56	62	72
Indústrias Florestais	3.920	3.916	4.020	4.279	4.314
Complexo Agroflorestal e Pescas	10.169	10.342	10.622	11.169	11.411

	2020	2021	2022P	2023P
Economia (bens e serviços)	74.286	89.450	120.199	125.958
Complexo Agroalimentar e Pescas	7.234	8.176	9.739	10.405
Complexo Alimentar	6.542	7.451	8.979	9.569
Agricultura	1.443	1.549	1.909	2.017
Pescas	189	279	280	302
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	5.602	6.348	7.550	8.086
Complexo Florestal	3.936	4.653	6.003	5.236
Silvicultura	67	63	68	78
Indústrias Florestais	3.869	4.590	5.934	5.158
Complexo Agroflorestal e Pescas	11.170	12.829	15.741	15.641

Fonte: INE (P = Valores provisórios)

Também nas exportações portuguesas, Espanha é o principal destino de produtos agrícolas e agroalimentares (com 43,6%), seguida da França (8,7%), Brasil (5,7%) e Países Baixos (5%).

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES POR PRINCIPAIS PAÍSES EM 2023

País	Peso
Espanha	44%
França	9%
Brasil	6%
Países Baixos (Reino dos)	5%
Reino Unido	4%
Itália	4%
Alemanha	4%
Israel	2%

Fonte: INE

Relativamente ao “peixe ou produtos relacionados com a atividade”, Espanha é também o principal destino das exportações (50%), seguida da França (11%), Itália (9%) e Brasil (8%).

EXPORTAÇÃO DE PEIXE OU RELACIONADOS COM A ATIVIDADE POR PRINCIPAIS PAÍSES EM 2023

País	Peso
Espanha	50%
França	11%
Itália	9%
Brasil	8%
Estados Unidos da América	3%
China	2%
Alemanha	2%
Angola	2%
Suíça	2%
Reino Unido (não incluindo a Irlanda do Norte)	1%

Fonte: INE

Saldo Comercial

Verificou-se uma evolução francamente positiva do saldo comercial nacional de 2010 a 2023, passando de 13,7 mil milhões de euros negativos para mais de 2 mil milhões de euros positivos. No que diz respeito ao complexo agroalimentar e pescas, este agravou-se em 49% no período em análise e o complexo florestal teve um impacto positivo de 37,4%. Já a combinação do complexo agroflorestal e pescas agravou-se em 60,8%, correspondendo a mais de 3,6 mil milhões de euros negativos.

Contudo, realçamos que as exportações nacionais, de 2010 a 2023, mais que duplicaram em valor, tendo crescido a uma média de 5,5% ao ano. Já as importações cresceram, no mesmo período, a uma taxa média anual de 4,9%.

Em termos de “produtos agrícolas e agroalimentares”, as “carnes e miudezas comestíveis” foi o grupo que mais contribuiu negativamente para o saldo alimentar seguido dos “cereais”, “sementes e frutos oleaginosos” e “preparações à base de cereais e farinhas”. Os sectores que mais contribuíram positivamente foram as “gorduras e óleos animais ou vegetais”, “animais vivos” e “preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes”.



EVOLUÇÃO DO SALDO COMERCIAL (MILHÕES DE EUROS)

	2010	2011	2012	2013	2014
Economia (bens e serviços)	-13.731	-7.378	-833	1.873	259
Complexo Agroalimentar e Pescas	-3.937	-4.163	-3.603	-3.502	-2.960
Complexo Alimentar	-4.167	-4.385	-3.853	-3.801	-3.361
Agricultura	-1.837	-2.072	-1.933	-1.996	-1.694
Pescas	-109	-90	-91	-120	-134
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	-1.991	-2.001	-1.579	-1.387	-1.132
Complexo Florestal	1.374	1.558	1.822	1.904	1.812
Silvicultura	-85	-94	-102	-141	-170
Indústrias florestais	1.459	1.653	1.923	2.045	1.982
Complexo Agroflorestal e Pescas	-2.563	-2.605	-1.782	-1.599	-1.148

	2015	2016	2017	2018	2019
Economia (bens e serviços)	1.329	2.140	1.978	949	969
Complexo Agroalimentar e Pescas	-3.220	-3.383	-3.766	-3.957	-3.988
Complexo Alimentar	-3.756	-3.852	-4.134	-4.350	-4.361
Agricultura	-1.759	-1.800	-1.820	-1.897	-1.750
Pescas	-158	-156	-172	-192	-174
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	-1.304	-1.426	-1.774	-1.868	-2.064
Complexo Florestal	1.939	1.858	1.833	1.928	1.942
Silvicultura	-206	-215	-215	-222	-210
Indústrias florestais	2.144	2.073	2.049	2.150	2.153
Complexo Agroflorestal e Pescas	-1.282	-1.524	-1.933	-2.028	-2.046

	2020	2021	2022P	2023P
Economia (bens e serviços)	-4.299	-6.098	-5.834	2.210
Complexo Agroalimentar e Pescas	-3.395	-3.738	-5.442	-5.703
Complexo Alimentar	-3.814	-4.141	-5.786	-6.112
Agricultura	-1.740	-2.056	-2.703	-2.536
Pescas	-198	-140	-252	-218
Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	-1.457	-1.541	-2.487	-2.949
Complexo Florestal	1.786	1.976	2.424	2.056
Silvicultura	-213	-300	-468	-434
Indústrias Florestais	2.000	2.276	2.892	2.489
Complexo Agroflorestal e Pescas	-1.608	-1.761	-3.018	-3.647

Fonte: GPP (P = Valores provisórios)

